

CAROLINA BARROS TAVARES PEIXOTO

**LIMITES DO ULTRAMAR PORTUGUÊS, POSSIBILIDADES PARA ANGOLA:
O DEBATE POLÍTICO EM TORNO DO PROBLEMA COLONIAL
(1951-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. MARCELO BITTENCOURT

Niterói
2009

CAROLINA BARROS TAVARES PEIXOTO

**LIMITES DO ULTRAMAR PORTUGUÊS, POSSIBILIDADES PARA ANGOLA:
O DEBATE POLÍTICO EM TORNO DO PROBLEMA COLONIAL
(1951-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Social

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. MARCELO BITTENCOURT - Orientador
Universidade Federal Fluminense
Departamento de História

Prof. Dr. ALEXSANDER GEBARA
Universidade Federal Fluminense
Departamento de História

Prof. Dr. FLAVIO LIMONCIC
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Departamento de História

Niterói
2009

Dedico este trabalho a Pablo, por todo tempo que roubei de nós.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as colaborações para que este trabalho chegasse ao resultado aqui apresentado. Apoio que nasceu de onde nasci, sem os amorosos cuidados maternos e a força do exemplo da D. Joselha eu não teria conseguido encarar metade do desafio que foi escrever essa dissertação. Minha gratidão ao Amor também cruza os Andes porque todas *las buenas vibras* de minha querida família chilena não poderiam passar sem o devido reconhecimento.

Na UFF, casa onde cresci e me fiz historiadora, agradeço o incentivo, os livros, e as portas que Marcelo Bittencourt – o orientador que me confundiu para me esclarecer – me abriu para o trabalho de campo. Com a sua ajuda e também a da Prof. Dr.^a Mariza Soares, finalmente respirei os ares de Luanda. Experiência fundamental para dar sentido às páginas que se seguem.

Na outra margem sul do Atlântico, ganhei nova família. Aos meus pais angolanos, Américo e Aline, agradeço imenso o carinho e a generosidade com que me receberam em sua casa. E, não fosse a “cunha” do Américo, diretor do semanário *O Angolense*, com seus contatos jornalísticos, talvez fosse impossível realizar as entrevistas que ajudaram a dar corpo a este trabalho. A todos os atores políticos angolanos que aceitaram me dar um depoimento sobre a história recente de seu país, o meu muito obrigado.

Para completar a rota dos meus descobrimentos, atravessei novamente o Atlântico, dessa vez rumo ao norte. Na antiga metrópole encontrei a eficiência dos funcionários da Torre do Tombo, a quem registro sinceros agradecimentos. Mas, foi a equipe do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, que tornou a minha curta estadia extremamente produtiva. Por toda a atenção e pelas indicações fundamentais de como encontrar o que buscava nos arquivos, registro um agradecimento especial ao Dr. José Carlos.

Espero que este trabalho encontre futuros leitores tão atentos e generosos como os professores que participaram da banca do exame de qualificação. Ao Prof. Dr. Daniel Aarão Reis e ao Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, o meu muito obrigado pelas críticas construtivas e dicas fantásticas.

Agradeço também a bolsa concedida pelo CNPq, o que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa em regime de dedicação exclusiva.

RESUMO

Considerando o colonialismo e o anti-colonialismo como contrários dialéticos, investigamos as idéias que orientaram as ações políticas de portugueses e angolanos em busca de soluções para o problema colonial entre 1951 e 1975. Analisando as múltiplas leituras sobre o tema e o amplo leque de possibilidades imaginadas e debatidas pelos agentes sociais atuantes no processo histórico em questão, esperamos esclarecer a complexa dinâmica das discussões que permitiram a construção da independência de Angola.

Palavras-chave: Angola; Portugal; problema colonial; independência.

ABSTRACT

Considering colonialism and anti-colonialism in a dialectic regard this work explores the ideas in which the Portuguese and Angolan political activities to solve the colonial issue between 1951 and 1975 were based. We were doing an analysis of the multiple perspectives about the colonial problems and we hope to show the process that resulted in the independence of Angola.

Keywords: Angola; Portugal; colonial problem; independence.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO I	10
A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA COLONIAL: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES EM TORNO DA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA NA DÉCADA DE 1950	
1.1 A DEFESA INCONTESTÁVEL DAS TERRAS DE ALÉM-MAR	10
1.2 ÍNDIGENATO, ASSIMILAÇÃO, CIDADANIA	25
1.3 CULTURA E CONSCIÊNCIA NACIONAL	30
1.4 DA POESIA À POLÍTICA	38
1.5 DO ETNO-NACIONALISMO À DEFESA DA MODERNA NAÇÃO ANGOLANA – TRAJETÓRIA DOS BAKONGO NO CENÁRIO DE LUTA CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS	44
1.6 NO CORAÇÃO DE ANGOLA NÃO BATIA O DESEJO DE LIBERDADE? O NACIONALISMO PARA ALÉM DA REGIÃO CENTRO-NORTE	51
1.7 OVELHAS NEGRAS DA “GRANDE FAMÍLIA LUSITANA” – ANGOLANOS BRANCOS NACIONALISTAS	53
1.8 ATÉ QUANDO ANGOLA “CONTINUARIA SENDO” PORTUGAL? DA “PAX LUSITANA” À ECLOSÃO DA GUERRA COLONIAL	57
CAPÍTULO II	69
ESTRATÉGIAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE GUERRA (1961-1974)	
2.1 PARA ANGOLA, “RAPIDAMENTE E EM FORÇA”	69
2.2 “O EXÉRCITO NÃO É APENAS UMA MÁQUINA DE GUERRA. É TAMBÉM UM FATOR DE CIVILIZAÇÃO E DE PROGRESSO.”	74
2.3 POR UMA POLÍTICA AUTÊNTICA DE INTEGRAÇÃO	81
2.4 OUTRAS CORRENTES DE OPINIÃO EM PORTUGAL SOBRE O PROBLEMA ULTRAMARINO:	84
2.5 “FAZER POLÍTICA NACIONAL É FAZER POLÍTICA ULTRAMARINA”	92
2.6 “SE PORTUGAL QUER SER LIVRE TÊM QUE SER LIVRES AS COLÔNIAS PORTUGUESAS”	93
2.7 DESENCONTROS – A DISPUTA PELO PODER ENTRE OS NACIONALISTAS ANGOLANOS DURANTE A GUERRA DE LIBERTAÇÃO:	96
2.7.1 A ausência de um projeto político?	96
2.7.2 Excesso de projetos políticos?	103
2.7.3 Uma terceira alternativa	113
2.8 TRANSIÇÃO POLÍTICA NA METRÓPOLE, CONTINUIDADE NO ULTRAMAR	119
CAPÍTULO III	130
PORTUGAL, ANGOLA E O FUTURO (1974-1975)	
3.1 UM HOMEM DE GUERRA PODE SABER DA PAZ?	130
3.2 O FIM DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS	137
3.3 DESCOLONIZAÇÃO, CONSEQÜÊNCIA NATURAL DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS?	138
3.4 O QUADRO POLÍTICO EM ANGOLA DEPOIS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS	141
3.5 UM PROGRAMA PORTUGUÊS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA	145
3.6 UMA “SOLUÇÃO À RODESIANA”?	149
3.7 MOMBAÇA E ALVOR	154
3.8 GUERRA CIVIL	159
3.9 O DESFECHO DE CINCO SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO	169
3.10 “A VOZ DO COLONIALISMO MORIBUNDO”	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
FONTES E BIBLIOGRAFIA	176

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho procuramos analisar a história compartilhada por angolanos e portugueses tentando compreender o universo das idéias levantadas, defendidas e criticadas, entre 1951 e 1975, enquanto possíveis soluções para o problema colonial.

Ao longo da pesquisa identificamos dois princípios norteadores do debate ideológico em torno do problema colonial: a idéia de uma futura descolonização, passando pela concessão de uma autonomia progressiva, foi o lema dos colonialistas; a independência imediata foi a palavra de ordem dos independentistas. Partindo desta observação, percebemos que sob cada uma dessas duas grandes bandeiras organizaram-se distintos grupos políticos angolanos e portugueses defendendo variadas propostas para a solução do problema colonial. Apresentando e problematizando a movimentação do leque de possibilidades exposto nos debates entre colonialistas e independentistas esperamos demonstrar a dinâmica social do processo histórico que levou à independência de Angola.

No primeiro capítulo nos preocupamos em identificar quando e como a presença portuguesa em Angola passou a ser interpretada como um problema, o “problema colonial”. Tentamos demonstrar que enquanto outros impérios coloniais já ensaiavam a desconstrução do modelo de dominação em África, Portugal realizava reformas buscando garantir sua manutenção. Entretanto, essas reformas não satisfaziam às aspirações dos colonizados. Pelo contrário. Na década de 1950, surgiram os movimentos nacionalistas angolanos reivindicando liberdade e atacando a postura reformista do governo que, de acordo com a interpretação dos angolanos, não fazia mais do que oficializar a superexploração colonial portuguesa em África.

No segundo capítulo abordamos os anos da guerra em Angola (1961-1974) tentando captar os reflexos das batalhas reais sobre as disputas no campo do imaginário, ou seja, sobre os debates políticos em torno das estratégias de manutenção da administração portuguesa em África e também das táticas adotadas na luta pela independência. Procuramos demonstrar como a guerra transformou as percepções em relação ao problema colonial e como, tanto em Angola quanto em Portugal, foram se estreitando ao longo dos anos as margens para elaboração de soluções para o conflito.

No terceiro capítulo tratamos do período compreendido entre a Revolução dos Cravos, que, em 25 de abril de 1974, pôs fim à ditadura do Estado Novo em Portugal, e a declaração da independência de Angola, em 11 de novembro de 1975. Após o 25 de abril, as lideranças do

Movimento das Forças Armadas (MFA) que assumiram o poder iniciaram o diálogo com os movimentos nacionalistas angolanos para programar a descolonização. Formou-se então um governo de transição em Angola com o objetivo de acompanhar a retirada das tropas portuguesas e tentar organizar eleições para definir entre os três principais movimentos nacionalistas que se destacaram ao longo da guerra – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – os dirigentes políticos do novo Estado. Reconstituindo a trajetória desse governo de transição apresentamos o desfecho da longa busca por soluções para o problema colonial em Angola.

- CAPÍTULO I -

A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA COLONIAL: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES EM TORNO DA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA NA DÉCADA DE 1950

*“Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal”¹*

1.1 A defesa incontestável das terras de além-mar

Depois da Segunda Guerra Mundial, que para além de outras questões foi também uma guerra anti-imperialista, a África Subsaariana permaneceu sob firme controle ocidental. Situação que, na maior parte do território considerado, não se prolongaria por muito tempo. Os movimentos nacionalistas que emergiram nos territórios coloniais, durante ou logo após a guerra, puderam notar a fraqueza dos velhos impérios ocidentais, e não deixaram de perceber que as duas potências que se destacaram no referido conflito passando a dominar o cenário político internacional, EUA e URSS, eram ambas hostis, ainda que por motivos diferentes, ao velho colonialismo.² Estava aberta a margem de manobra para as negociações e disputas que orientariam o processo de descolonização no continente africano.

Para completar o cenário marcado pela atmosfera de mudança que envolveu o mundo logo após a Segunda Guerra Mundial, vale lembrar que o fim desse conflito correspondeu também à condenação do projeto de pureza racial, que havia determinado o holocausto, e à consciencialização de que a liberdade e a independência não eram apanágio dos países europeus, portanto, deveriam ter alcance universal. Ou seja, no meio político internacional passou-se a considerar que o princípio da autodeterminação deveria ser extensível a todos os povos. Tal princípio foi consagrado na Carta das Nações Unidas, em seu capítulo XI, intitulado “Declaração sobre os territórios não autônomos”. O artigo 73 do referido capítulo estipulava que os membros da ONU que tivessem assumido ou viessem a assumir responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não governassem

¹ HOLLANDA, Chico Buarque de. *Fado Tropical*.

² HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.214.

completamente a si mesmos, deveriam reconhecer o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitar, como missão sagrada, a obrigação de:

“assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra qualquer abuso; promover o seu governo próprio, considerando suas aspirações políticas e auxiliando-os no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento.”³

A partir deste ponto podemos destacar a primeira peculiaridade portuguesa em relação à colonização. Enquanto as demais potências coloniais, filiadas à Organização das Nações Unidas, começavam a articular estratégias para organizar o fim do controle direto exercido sobre “territórios não autônomos”, o governo português, que em 1946 teve seu pedido de ingresso na ONU vetado pela URSS, passou a investir decisivamente no reforço dos laços entre a metrópole e as colônias, nomeadamente: Angola, Cabo Verde, Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), Índia Portuguesa (formada por Damão, Diu e Goa), Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e o Timor Leste.

De modo geral, França, Grã-Bretanha e Bélgica decidiram que era preferível conceder as independências das colônias africanas de modo a mantê-las dependentes econômica e culturalmente, do que enfrentar longas lutas que provavelmente acabariam em independência sob governos esquerdistas. Contudo, a África do Sul e a Rodésia do Sul, Estados africanos com substanciais populações de colonos brancos, se recusaram a adotar políticas que inevitavelmente produziriam regimes controlados por africanos. Os brancos da Rodésia do Sul chegaram a se declarar independentes (1965) da Grã-Bretanha para evitar esse destino.

Os franceses também resistiriam tenazmente ao levante pela independência nacional na Argélia, um dos territórios em que, a exemplo da África do Sul, a coexistência de uma população local com um grande grupo de colonos europeus tornava o problema da descolonização particularmente difícil de resolver.

Na Argélia, até 1947, indivíduos de ascendência europeia, eram considerados cidadãos franceses, enquanto que a maioria da população, de origem muçulmana, não era coberta pelas leis francesas, não tinha cidadania nem direito a voto. Neste ano, a França estendeu a cidadania a todos os argelinos e permitiu o acesso dos muçulmanos aos postos governamentais. Mas, os colonos (apelidados na metrópole de *pieds noirs*, ou *pés pretos*), resistiram à aplicação de qualquer concessão aos nativos. Uma campanha de atentados

³ Carta das Nações Unidas, São Francisco, 26 de junho de 1945. p.15. Disponível em: www.onuportugal.pt

antiárabes (1950-1953) desencadeada por colonos direitistas, teve como reação da FLN (Frente de Libertação Nacional, organizada desde 1947 para reivindicar a independência) uma onda de atentados nas cidades e guerra de guerrilha no campo. Em 1958, oficiais ultradireitistas dariam um golpe militar na Argélia. Em contrapartida, os nacionalistas exilados fundariam no Cairo um governo provisório republicano. A intervenção de tropas de elite da metrópole (Legião Estrangeira e pára-quedistas) ampliaram a guerra. Ações terroristas, tortura e deportações caracterizaram a ação militar da França neste conflito. Em 1959 o presidente francês, Charles de Gaulle, concederia a autodeterminação aos argelinos. Mesmo assim, a guerra se intensificaria em 1961 pela entrada em ação da organização terrorista de direita OAS (Organização do Exército Secreto), comandada pelos protagonistas do golpe de 1958. Ao terrorismo da OAS a FLN responderia com mais terrorismo. Em 1962 foi assinado o Armistício de Evian, no qual a França reconhecia a independência argelina em troca de garantias aos franceses na Argélia. A República Popular Democrática da Argélia seria proclamada após eleições em que a FLN se apresentaria como partido único.

No Quênia o processo de descolonização também seria complicado. A ocupação inglesa deste território provocou uma série de revoltas e sedições desde o começo do século XX, todas reprimidas com notória brutalidade pelos ocupantes. Foi assim também logo depois da Segunda Guerra Mundial, quando surgiu o primeiro movimento organizado de independência nacional e luta pela terra, conhecido com o nome, dado pelos colonos, de a Revolta dos Mau Mau, que, entre eles, chamavam-se de “combatentes da liberdade”. Tanto nesta revolta como nas anteriores, foi preponderante a participação dos Kikuyus, grupo étnico habitante do sul do Quênia, região de terras férteis e clima adequado às plantações. Portanto, alvo da cobiça dos colonizadores que expropriaram a população local para instalar ali as suas fazendas.

Os Mau Mau foram estigmatizados como um grupo terrorista de fanáticos assassinos de fazendeiros brancos. De fato houve violência contra famílias de fazendeiros ingleses, mas isso aconteceu esporadicamente. Foram mais comuns as perseguições contra os africanos que colaboravam com os colonos. Em compensação, a repressão britânica foi exemplar. Oficialmente, de 1952 a 1959, ano em que a rebelião foi considerada extinta, houve 13 mil mortos em consequência das ações militares ou da repressão política. Dos Mau Mau, morreram 10.173, sendo que destes, 1.574 foram mortos por enforcamento. O número de prisões passou de 70 mil, grande parte sem processo nem julgamento.⁴

⁴ Cf. AGUIAR, Flávio. A questão do Quênia. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/janeiro/a-questao-do-quenia/>.

Em outras partes da África, a política de descolonização profilática foi seguida com êxito, exceto no Congo Belga, onde a independência logo foi seguida pela anarquia, a guerra civil e a intervenção dos antigos colonizadores apoiados pelos EUA. Na África Britânica a Costa do Ouro (hoje Gana), que já tinha um partido de massa dirigido por um talentoso político e intelectual panafricano, Kwame Nkrumah⁶, recebeu independência em 1957. Na África francesa, a Guiné foi arremessada numa precoce independência em 1958, quando seu líder, Sékou Touré⁷, recusou o convite de Charles de Gaulle para entrar numa “Comunidade Francesa”, que combinava autonomia com estrita dependência da economia metropolitana. Descontando os Estados onde os colonos brancos declararam unilateralmente a independência, quase todas as demais colônias britânicas e francesas foram liberadas em 1960-62, e o restante pouco depois. Só Portugal resistiria a essa tendência.⁸

Comparada com as cada vez mais industrializadas economias dos vizinhos países europeus, cujas necessidades já não eram mais plenamente atendidas pelo clássico modelo colonial, a retrógrada economia portuguesa representava um padrão único. No Portugal metropolitano, no início dos anos 50, o setor primário absorvia cerca de 50% da mão-de-obra, que realizava uma agricultura de semi-subsistência, a indústria pesada era incipiente, a produção de manufaturas quase insignificante, o setor consumidor extremamente limitado e entre as exportações predominavam produtos primariamente processados. Diante disso, o

⁶ Kwame Nkrumah (1909, Nkroful, Costa do Ouro - 1972, Bucareste, Romênia) estudou numa escola missionária e num colégio em Accra. Com esta formação trabalhou durante alguns anos como professor. Em 1935, foi para os Estados Unidos da América onde viveria por 10 anos, período em que estudou Ciências Econômicas, Sociologia, Pedagogia, Teologia e Filosofia. A partir de 1945 transferiu-se para a Escola Superior de Economia e Ciências Políticas de Londres, onde se formou em Filosofia e Direito. Com W.E.B. DuBois – filósofo, jornalista e acérrimo lutador pelos direitos civis dos negros, organizou em 1945, o 5.º Congresso Panafricano, em Manchester. Em 1947, regressou ao seu país onde se tornou Secretário Geral da Convenção Unida da Costa do Ouro (United Gold Cost Convention - UGCC). Em 1948 foi preso pela primeira vez pelas autoridades coloniais britânicas. Posto em liberdade, fundou no ano seguinte o Partido Convenção do Povo (Convention Peoples Party - CPP). Em 1952, na seqüência da esmagadora vitória nas eleições do Parlamento colonial da Costa do Ouro, foi eleito primeiro-ministro, e nessa condição proclamou a independência em 1957, rebatizando o país com o nome de Gana. Com a mudança da Constituição em 1960, Gana se tornou uma República, tendo Kwame Nkrumah, como seu primeiro Presidente. Instaurou em 1964 uma ditadura baseada no culto a sua pessoa. Legitimou-se no poder com uma teoria própria – influenciada pelo marxismo, combinava elementos do socialismo com objetivos nacionalistas e pan-africanos. Foi derrubado por um golpe militar em 1966, passando a viver desde então exilado na Guiné Conackri.

⁷ Ahmed Sékou Touré (1922, Faranah - 1984, Cleveland, Ohio) iniciou a sua carreira política em 1945 como líder sindical, tendo sido co-fundador do Rassenblement Démocratique Africain (RDA). Em 1952, reorganizou seu partido (Parti Démocratique de Guinée, PDG) como uma seção do RDA. Deputado da Assembléia Nacional Francesa desde 1956, lutou pela independência do seu país, convertendo-se em primeiro-ministro do território autônomo em 1957 e, em 1958, no primeiro presidente e chefe de Governo da Guiné independente. Isolado pelo Ocidente, iniciou uma aproximação política da União Soviética. Construiu um regime ditatorial apoiado numa base ideológica de inspiração marxista, nacionalista e pan-africana, que permitiu um certo progresso, mas que não conseguiu fazer o país sair do subdesenvolvimento econômico. Após sua morte, o regime foi liquidado por um golpe militar.

⁸ HOBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 218-219.

nível de vida da população era o mais baixo da Europa Ocidental, a taxa de mortalidade infantil era a mais alta do continente e os analfabetos somavam mais de 40% da população. Esse breve quadro demonstra que a potência colonial contava então com uma estrutura econômico-social de país subdesenvolvido.⁹ Nessa situação de atraso e marginalidade, Portugal não tinha meios para sustentar o neocolonialismo, tampouco podia deixar de explorar os recursos africanos e, como sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto.¹⁰ Por isso, o governo português praticava, mesmo na segunda metade do século XX quando o mundo tomava outros rumos políticos, o que Perry Anderson definiu como “ultracolonialismo”, isto é, a modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo.¹¹

Do ponto de vista da arquitetura legal, a dominação portuguesa em territórios africanos orientava-se segundo as definições do *Acto Colonial* que, em vigor desde 1930, funcionou durante duas décadas como uma subconstituição reguladora da administração das colônias até ser incorporado à Constituição Política em 1951.

A proposta de lei para promover a inclusão do *Acto Colonial* na Constituição portuguesa partiu do próprio Gabinete do Presidente do Conselho de Ministros, configurando a primeira manobra do Estado para driblar as pressões internacionais pelo fim do colonialismo que começaram a ganhar corpo após a Segunda Guerra Mundial. Salazar¹², o presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, ressaltava que desta integração resultariam duas vantagens: em primeiro lugar, a Constituição se veria então completa, com o acréscimo daquilo que lhe faltava para verdadeiramente ser o diploma orgânico de um Estado com tão larga e importante projeção ultramarina; em segundo, a unificação dessa estrutura realçaria e conjugaria melhor a unidade política da nação portuguesa, que o texto constitucional exprimia e vinculava juridicamente. Além da integração da antiga legislação em separado para as colônias no corpo constitucional, a proposta de lei também defendia a conveniência de restabelecer a antiga nomenclatura dos territórios portugueses de além-mar, isto é, as colônias

⁹ ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.7-9.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p.217.

¹¹ ANDERSON, Perry. Op. cit., p.14.

¹² António de Oliveira Salazar (Santa Comba Dão, 1889 - Lisboa, 1970). Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo Português. Com o apoio das Forças Armadas e dos setores políticos e sociais mais conservadores dirigiu o país de 1932 até 1968, quando sofreu um acidente que o deixou seriamente doente e impossibilitado de manter suas funções públicas. Cf. NOGUEIRA, Franco. *Salazar. II – Os Tempos Áureos (1928-1936)*. Coimbra: Atlântida, 1977.

deveriam voltar a chamar-se “províncias ultramarinas”.¹³ Terminologia mais adequada aos territórios que, segundo o discurso oficial, formavam, solidários entre si e com a metrópole, uma só nação “pluricontinental e multirracial”.¹⁴

O parecer da Câmara Corporativa¹⁵ sobre o referido projeto de lei registrava a seguinte justificativa para apoiar sua aprovação:

“(...) em face da desorientação da opinião internacional em matéria de colónias, em face da desintegração dos impérios coloniais, em face das pressões que certos Estados exercem no sentido de desencadear ou acelerar essa desintegração – importa que Portugal afirme solenemente uma vez mais a doutrina tantas vezes proclamada de que metrópole e colónias formam um só território, uma só Nação, um só Estado, não havendo mais do que circunscrições administrativas de aquém e de além-mar, com a organização adequada à situação geográfica e as condições do meio social de cada uma delas.”¹⁶

Como podemos inferir a partir da leitura do trecho supracitado, na opinião expressa pelo parecer da Câmara Corporativa, a remodelação constitucional foi vista como de grande utilidade enquanto resposta às pressões da campanha anticolonialista que se difundia pelo mundo marcando a designação “colónias” com um sentido extremamente pejorativo.

Por outro lado, no documento analisado também ficou registrada uma preocupação em relação a essa estratégia política adotada pelo governo em 1951. O parecer chamou a atenção para os perigos de uma assimilação prematura dos territórios ultramarinos à metrópole. Pois, segundo os procuradores da Câmara Corporativa, as condições naturais, sociais e econômicas das províncias ultramarinas eram e permaneceriam sendo diferentes. Destas inegáveis diferenças resultaria a necessidade da especialização do governo, da administração e das leis. A assimilação deveria ser administrada lentamente, acompanhando a civilização dos nativos e

¹³ Designação que remontaria pelo menos ao século XVII. Cf. SALAZAR, António de O. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA. *Diário das Sessões*, n.º 70, 19 de jan. de 1951, p. 279-314. p.289. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

¹⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵ Órgão que exercia apenas funções consultivas obrigatórias, mas sem caráter vinculativo, em toda a atividade legislativa realizada pela Assembléia Nacional e pelo governo português entre 1935 e 1974. Era composta por procuradores – representantes de autarquias locais e dos interesses sociais de ordem administrativa, moral, cultural e econômica – que se repartiam em três sectores: interesses econômicos, culturais e morais; administração local e administração pública. Em 1953, essa divisão se alargou dando origem a 24 secções especializadas. As revisões constitucionais promoveram algumas alterações no funcionamento desse órgão, nomeadamente a de 1959 pela qual a Câmara Corporativa passou a fazer parte do colégio eleitoral que elegia o Presidente da República.

¹⁶ CÂMARA CORPORATIVA. Parecer n.º 10/V, acerca do projeto de proposta de lei n.º 505. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA. *Diário das Sessões*, n.º 70, 19 de jan. de 1951, p. 293-314. p.295. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

o desenvolvimento dos núcleos de povoamento europeu. Por isso, os membros da Câmara consideravam que não seria possível sujeitar todos os territórios a um regime uniforme e recomendavam a previsão de diferenças, por vezes consideráveis, de estatuto orgânico entre uns e outros, consoante à extensão, a população e o adiantamento de cada qual.¹⁷

Superando as críticas do parecer da Câmara Corporativa, a proposta do Presidente do Conselho foi homologada pela Assembléia Nacional¹⁸ e a nova Constituição com as disposições do *Acto Colonial* integradas ao seu texto, compondo o título VII da parte II sob a epígrafe “Do Ultramar Português”, entrou em vigor em 11 de junho de 1951, quando foi promulgada a lei n.º 2.048 de revisão constitucional. De fato, apesar de ter modificado a nomenclatura dos territórios dominados de “colônias” para “províncias ultramarinas”, tal revisão constitucional não provocou grandes transformações imediatas na prática administrativa portuguesa em África. Mesmo assim, a consideramos como marco inicial de um processo de adaptação da política colonial portuguesa às exigências impostas pela conjuntura mundial após a Segunda Guerra Mundial.

Sentindo-se imunizado contra as críticas anticolonialistas, pois, juridicamente, já não possuía colônias, Portugal passaria a justificar sua presença no ultramar enfatizando e difundindo a idéia de que estaria realizando uma missão civilizadora nos trópicos. Para tanto, a tônica dominante da nova política ultramarina passaria a ser a “assimilação” respaldada pela recuperação do lusotropicalismo, que pretendia ser uma teoria interpretativa das relações dos portugueses com os povos das áreas tropicais. Tal teoria, desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que visitou as províncias ultramarinas a convite do Ministro do Ultramar, em 1951, considerava como paradigmas da colonização portuguesa uma alegada brandura da exploração colonial, a tendência inata para a mestiçagem e o caráter não racista dos portugueses. Adotado pelo governo salazarista a partir dos anos 50, o lusotropicalismo exerceria a função de ideologia justificadora do colonialismo português tardio, contribuindo para fortalecer a imagem de Portugal enquanto “nação pluricontinental e multirracial”.¹⁹

¹⁷ Idem, p.294.

¹⁸ Câmara política e órgão de soberania a quem competia legislar e fiscalizar a vida administrativa e governativa. Cada sessão legislativa durava três meses. A Assembléia podia ser dissolvida pelo Presidente da República. Os seus 120 deputados não podiam ser ao mesmo tempo procuradores da Câmara Corporativa.

¹⁹ NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*. Paris: Karthala, p.327-359. p.333.



GALVÃO, Henrique. *Portugal não é um país pequeno*. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. s./d. Disponível em: <http://purl.pt/11440/1/P1.html>.

Reforçada pelo diálogo com o lusotropicalismo, a teoria colonial da assimilação pautava-se na idéia de que a concretização plena da simbiose luso-tropical tornaria português todo e qualquer indivíduo que aparentasse ser “social e culturalmente português”, isto é, todo aquele que sendo nativo do ultramar exibisse padrões de vida “civilizados”, independentemente de sua origem étnica.²⁰ Essa superação da condição étnica pela cultural caracterizaria a civilização lusotropical, elevada pelo discurso do Estado Novo ao status de grande contribuição dos portugueses para o mundo.

Os mestiços seriam a glória e a imagem do multirracismo oficial. Deveriam constituir a perfeição do processo de integração previsto no lusotropicalismo. Entretanto, a mestiçagem não passou de simples conseqüência fisiológica da falta de mulheres brancas. A insignificância do número de mestiços, por si só, põe abaixo a teoria do lusotropicalismo. Em 1950, dos 29.648 mestiços existentes em Angola, 26.335 estavam incluídos entre os “civilizados”. A exclusão de mais de 3 mil mestiços da categoria “civilizados” demonstra que essa classificação genética não era suficiente para obter a assimilação jurídica. Os “mestiços

²⁰ Cf. CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p.38.

civilizados” representavam então, 0,5% da população total e 19,4% do total de angolanos “civilizados”. Dez anos depois, a África do Sul, onde vigorava o *apartheid*, tinha uma percentagem de mestiçagem de 9,4%. Número correspondente ao triplo da taxa angolana no mesmo período.²¹ A taxa de assimilação dos negros angolanos apresentava os mesmos números irrisórios. Em 1950, abrangia 0,7% da população autóctone. Em dez anos essa taxa subiria para 1,9%, acrescentando apenas 9.259 pessoas aos números de 1950. Nesse ritmo, segundo análise de Pélissier, faltariam mais de 4.500 anos para que Portugal terminasse de assimilar todos os indígenas.²²

Vale ressaltar que durante a discussão da proposta de lei que, recebendo o apoio da maioria dos deputados, foi aprovada e incluiu o *Acto Colonial* na Constituição, não se construiu um consenso sobre as questões relacionadas à assimilação, muito pelo contrário. Além de criticada pela Câmara Corporativa, a nova política ultramarina assimilacionista também foi alvo de acirrados debates entre os membros da Assembléia Nacional.

O deputado Mendes Correia, numa intervenção feita a propósito dos artigos incluídos no capítulo III, sobre o título “Das garantias especiais para os indígenas”, criticou o fato de na Constituição se “distinguir dois blocos ou castas de portugueses, a saber: cidadãos e indígenas”. Isso seria contrário aos preceitos de fraternidade cristã, às tradições espirituais portuguesas e à própria tarefa a que o governo se empenhava, de unificar ao máximo a metrópole e o ultramar. Sendo o regime do indigenato de caráter transitório, o deputado não percebia

“porque não have[r]íamos de admitir que um dito indígena seja cidadão português, quando, na verdade, uma criança recém-nascida, um fraco de espírito, um analfabeto, um inválido, o são também, desde que tenham nascido em território metropolitano de pais portugueses ou estejam nas condições do Código Civil”.²³

O que Mendes Correia propunha não era a equiparação imediata entre portugueses civilizados e “não civilizados”. Ele recomendava apenas a retirada do texto legal de todas as menções das palavras indígena e indigenato (utilizadas desde larga data para se referir aos nativos de Angola, Guiné e Moçambique), que, segundo ele, teriam o mesmo caráter pejorativo que a palavra colônia. O deputado alegava então que: “na Constituição só há e haverá portugueses,

²¹ PÉLISSIER, R. *La Colonie du Minotaure: nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. Braga (Portugal): S. /Ed., 1978. p. 52.

²² Idem, p.65-67.

²³ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA. *Diário das Sessões*, n.º 103, 27 de abril de 1951, p.935-952. p.947. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

irmãos nossos, almas, seres humanos como nós, colaboradores duma missão cristã, humana e universalista que a História, as nossas convicções e as nossas mais altas aspirações nos impuseram”. Por isso, ele almejava que a Assembléia concedesse a cidadania a todos os portugueses do ultramar, sem distinção de raça, cor ou de costumes e defendia sua proposta como um “preito de justiça, em nome das realidades mais imperativas da hora presente”, como a expressão do reconhecimento e da solidariedade de uma pátria una e indivisível.²⁴

Apesar dos registros de “aplausos”, não houve registros de ecos dessa intervenção nos Diários das Sessões da Assembléia. Nenhum outro deputado se pronunciou a respeito das questões levantadas por Mendes Correia e os artigos agrupados no capítulo sobre as “garantias especiais para os indígenas” foram aprovados sem nenhuma alteração do conteúdo proposto no projeto de lei elaborado pelo governo.²⁵ Os *indígenas* continuariam diferenciados dos demais cidadãos portugueses até meados de 1961.

Logo após a explanação de Mendes Correia, assumiu a palavra o deputado Sousa Pinto para declarar que defendia posição contrária ao disposto nos artigos 19.º, 20.º e 21.º, conforme apareciam na proposta do projeto de lei de revisão do *Acto Colonial*. Tais artigos tratavam da administração do trabalho dos indígenas e o deputado não concordava com o fato do Estado se eximir da responsabilidade de obrigá-los ao trabalho, como fazia até então provendo o fornecimento de mão-de-obra para a iniciativa privada.²⁶ Ele argumentava:

“Ora, nós temos a obrigação primacial de civilizar os povos atrasados que residam nos territórios ultramarinos sob a nossa soberania. E, a meu ver, deixamos de cumprir integralmente essa obrigação se nos limitarmos a fiscalizar o trabalho dos indígenas que a ele voluntariamente se apresentem. Pode-se afirmar que nalgumas regiões uma grande parte continuará entregue à embriaguez e à luxúria.
(...)

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ A população nativa das colônias portuguesas em África esteve, desde o século XIX, submetida a uma dura regulamentação trabalhista ligada diretamente à cobrança do chamado Imposto Indígena. Ao longo do século XX esse tributo sofreu algumas adaptações, mas seu princípio básico de obrigar a população autóctone a se inserir no mercado “formal” de trabalho e abandonar seus tradicionais sistemas de produção e comercialização, manteve-se inalterado. O sistema adotado pela administração portuguesa para explorar a mão-de-obra africana ficaria conhecido como “trabalho contratado”, ou simplesmente “contrato”, pelo qual o *indígena* venderia sua força de trabalho em troca de um pagamento em moeda. Quantia que, de modo geral, não correspondia a mais do que o suficiente para arcar com os custos do referido imposto. Para manter o bom funcionamento desse esquema, as forças da ordem colonial tinham o direito de deter os indivíduos não vinculados a um posto de trabalho e enviá-los, de acordo com as prioridades das autoridades administrativas – o que abria um largo espaço para a corrupção dados os interesses privados – para o “serviço obrigatório”. Assim os “desocupados” pagariam com trabalho o Imposto Indígena. Muitos foram os angolanos que emigraram para os países ou colônias vizinhas a fim de fugir de tal sistema. Cf. BITTENCOURT, M. “*Estamos juntos*”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Niterói, 2002. 2v. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. p.36.

Os brancos também obrigam os seus filhos, por todos os meios, a trabalhar na escola ou na oficina, quando os conselhos não o bastaram para o conseguir. O que se pretende, num caso e no outro é criar homens independentes, dignos e úteis à coletividade. Há quem não concorde em considerar os pretos crianças grandes. Eu também não concordo, quanto aos indígenas já evoluídos, em sucessivos graus de aperfeiçoamento. Mas para os mais atrasados a equiparação é inteiramente justa.”²⁷

A concepção de que o trabalho seria o maior fator civilizador dos povos colonizados e de que os africanos precisavam de tutela como as crianças, fazia parte do imaginário colonialista difundido no último quartel do século XIX não só em Portugal, como em todas as demais potências imperialistas. Até quase o final da primeira metade do século XX a *ideologia colonial*²⁸ dos países europeus não oferecia, no essencial, grandes diferenças entre si. Tal ideologia assentava-se na idéia da supremacia dos homens brancos ou da civilização ocidental, conforme a defesa de critérios biológicos (racismo) ou civilizacionais (etnocentrismo) para estabelecer a superioridade dos europeus em relação aos povos colonizados. Adotando uma linguagem paternalista os colonizadores justificavam suas ações na África como parte do exercício de uma “missão civilizadora” que promoveria a difusão dos costumes ocidentais, a formação da personalidade moral dos colonizados com o objetivo de transformá-los em futuros cidadãos e a garantia da coesão da ordem social civilizada. O sucesso deste empreendimento civilizador dependeria, justamente, do modo de recrutar e disciplinar a mão-de-obra entre os colonizados.²⁹ Após a Segunda Guerra Mundial as idéias de cidadania, trabalho e raça ganhavam novas interpretações e a redefinição desses conceitos assumiria um importante papel no processo de descolonização.

Apesar das opiniões divergentes que fez questão de apresentar no plenário, Sousa Pinto não propôs nenhuma alteração ao projeto de lei que estava em votação. Pelo contrário, reafirmou que votaria a favor do mesmo, ainda que não concordasse com todos os seus pontos. E justificou sua atitude lembrando que a reforma constitucional em questão vinha responder às idéias falsas sobre o colonialismo que orientavam o mundo naquele momento.³⁰

²⁷ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA. *Diário das Sessões*, n.º 103, 27 de abril de 1951, p.948. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

²⁸ Corpo de idéias filosóficas e políticas que deram coerência global e forneceram justificação ao expansionismo da Europa em África. Não se limitou a formulações e reflexões teóricas em círculos restritos, mas produziu um conjunto de convicções básicas que impregnaram a maneira de ver o mundo e as atitudes individuais e coletivas de diferentes grupos sociais. Cf. NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: *Lusotopie*, 1997. p.339.

²⁹ COOPER, F.; HOLT, T. C. e SCOTT, R. J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.65.

³⁰ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA. *Diário das Sessões*, n.º 103, 27 de abril de 1951, p.949. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

Entre a defesa de que na Constituição não existisse distinção entre os portugueses, segundo a sua raça, cor ou costumes, e a idéia de que os negros não passavam de “crianças grandes”, ébrias e depravadas, podemos notar que a estratégia do governo de apostar na assimilação, ao invés de consenso alimentaria o debate em torno do problema colonial, sobretudo no que se referia à relação entre colonizadores e colonizados, já que a manutenção do controle efetivo sobre os territórios ultramarinos era, a princípio, esse sim um ponto de consenso. Os exemplos apresentados demonstram a pluralidade de perspectivas colonialistas existentes mesmo no seio do governo português. Mas, é interessante notar que, se não havia uma opinião monolítica quanto à maneira de conduzir a administração das possessões ultramarinas, ao menos uma certeza esteve presente em todos os discursos políticos portugueses até aqui analisados. Em todos o problema colonial foi encarado como uma invenção exterior a Portugal e ninguém contestou o fato de que o melhor a fazer seria adaptar a política interna o quanto antes para resguardar o país de eventuais críticas internacionais.

Dando continuidade ao processo de remodelação da política colonial, em 1953, foi aprovada uma nova legislação ultramarina, para substituir a Carta Orgânica do Império Colonial Português vigente desde 1933. A Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953) definia o novo regime de governo dos territórios portugueses em África e Ásia, além de adaptar o texto legal à nova terminologia constitucional.³¹

O parecer dos procuradores da Câmara Corporativa considerava esta reforma legítima e necessária perante a terminologia e a orientação escolhidas na emenda de 1951. Louvando a originalidade do sistema colonial português, o documento declarava:

“Mantemo-nos fiéis, nestes meados do século XX, à concepção clássica portuguesa em matéria de política e administração ultramarina, sem deixar de dar tradução às novas realidades e às novas exigências sociais e políticas, que impõem a intervenção direta dos colonos e dos naturais de cada território na regulamentação e disciplina de seus próprios interesses: conciliamos os comandos do passado com os imperativos do presente – e, não negando nem uns nem outros, caminhamos calmamente pela senda do futuro, que outros povos colonizadores percorrem em sobressalto, vendo esboroar-se-lhes nas mãos os seus impérios.”³²

Segundo a nova legislação, as províncias de além-mar seriam administradas por governadores-gerais nomeados e exonerados pelo Conselho de Ministros, a partir da proposta

³¹ MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. *Nova Legislação Ultramarina: Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953, e seus trabalhos preparatórios)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

³² CÂMARA CORPORATIVA. Parecer n.º 35/V. In: MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. *Nova Legislação Ultramarina: Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953, e seus trabalhos preparatórios)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953. p.135-344. p.148.

do Ministro do Ultramar. Os governadores-gerais exerceriam suas funções sob fiscalização dos órgãos da soberania portuguesa e conforme o voto do Conselho Legislativo da Província, que deveria formar uma assembléia de representação adequada às condições do meio social da província. Nos termos do Estatuto da província de Angola, seu Conselho Legislativo era composto por 18 membros, eleitos segundo uma procedência bem estudada para permitir as doses sociais preconizadas dentro dos preceitos corporativos. Oito membros eram designados pelo governador-geral, dentre os quais três tinham que ser altos-funcionários. Dois membros representariam os indígenas e eram escolhidos pelo Conselho de Governo a partir de uma lista tríplice feita pelo governador-geral.

Os membros do Conselho Legislativo podiam apresentar propostas, sob condição de que elas não representassem um aumento de despesas ou uma diminuição das receitas. Eles deviam zelar pela integridade da nação portuguesa e favorecer o progresso material e moral da província. Eles tinham imunidade para as opiniões que emitissem durante o mandato, na medida em que não fossem contrários à unidade, integridade e independência da nação portuguesa, nem de natureza favorável à subversão da ordem política e social pela violência.

O Conselho Legislativo funcionava como uma válvula de escape dos ressentimentos locais, como um meio de dar aos que residiam no ultramar a impressão de que participavam da gestão da província. Por outro lado, seu efeito era absolutamente parcial, pois um *indígena*, mesmo sendo um soba ou chefe local, não podia fazer parte deste órgão cujos assentos destinavam-se exclusivamente aos “civilizados”.³³

A mensagem contida no parecer da Câmara Corporativa, que em 1953 aprovou a nova legislação ultramarina e, conseqüentemente, o novo sistema administrativo, reforçava a manutenção da política colonial portuguesa. Seu discurso conservador vinha tranquilizar os menos afeitos às adaptações político-administrativas que a conjuntura, tanto interna como internacional, impunha ao governo português.

“E não se tema que sejamos assim lançados no plano inclinado que conduz à autonomia, ao *self-government* colonial, ao passo que lógica e historicamente antecede a independência política integral, a plena ‘descolonização’.

Isto não cabe no projeto em questão, nem expressa, nem implicitamente. Pois, os conselhos de que se está falando não detêm a plenitude da competência legislativa para o território considerado; parte da legislação a vigorar no ultramar emana de órgãos legislativos metropolitanos; a competência legislativa dos conselhos é exercida sobre fiscalização da metrópole, que pode inclusive lhes substituir. Na província o que há é um governador, com plenitude de funções

³³ PÉLISSIER, R. Op. Cit., p.113.

executivas, representando a autoridade do governo de Lisboa e só dele dependente.”³⁴

Na metrópole, três deputados representavam Angola na Assembléia Nacional. Esses “porta-vozes dos angolanos civilizados” eram selecionados entre os patrões e/ou alto-funcionários. Em relação aos problemas ultramarinos, a Assembléia Nacional tinha por competência aprovar as bases gerais concernentes à defesa, à moeda, aos pesos e medidas, à criação de bancos e organização de tribunais, entre outras coisas. Contudo, as grandes decisões político-administrativas eram sempre tomadas pelo governo ou, mais precisamente, pelo Presidente do Conselho, o Dr. Salazar. Era ele quem apresentava à Assembléia Nacional o Ministro do Ultramar, peça-chave da administração colonial cujas atribuições se estendiam a todas as questões relativas aos interesses gerais da política nacional ultramarina. O Ministro exercia seus poderes legislativos dialogando com o Conselho Ultramarino, órgão consultivo e permanente, e com o Tribunal Administrativo Superior. O Conselho Ultramarino era composto por altos-funcionários em atividade ou aposentados e antes de 1963, não contava com membros representantes das províncias ultramarinas.³⁵

Este breve quadro geral nos permite ver que Angola antes de 1961, estava representada na metrópole, por três deputados filiados a um partido único, eleitos por uma parcela ínfima da população total, visto que os indígenas não tinham direitos políticos, o que significava que 95% da população angolana não participava nunca das eleições. Os eleitores³⁶, selecionados entre os civilizados e assimilados, terminavam por ser majoritariamente os colonos brancos. Tudo isso nos leva a acreditar que, politicamente, a hierarquia dos interesses do escalão central não trabalhava em favor da massa africana. Pois, tanto o governador-geral, como os deputados “invisíveis” na Assembléia Nacional, ou os membros do Conselho Legislativo provincial, defendiam interesses contrários aos da quase totalidade dos africanos.

³⁴ CÂMARA CORPORATIVA. Parecer n.º 35/V. In: MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. *Nova Legislação Ultramarina: Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953, e seus trabalhos preparatórios)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953. p.135-344. p.147-148.

³⁵ PÉLISSIER, R. Op. cit., p.103-106.

³⁶ Durante o Estado Novo, em todo Portugal – incluindo as *províncias ultramarinas* – os cidadãos eleitores, segundo os termos da lei, eram: os homens maiores de 18 anos ou emancipados, que soubessem ler e escrever português; e os analfabetos, mas que pagassem a soma de 100 escudos ou mais de impostos; as mulheres maiores de 18 anos ou emancipadas com nível de instrução secundária e as mulheres chefes de família que atendessem as condições das leis eleitorais. Cf. PÉLISSIER. Op. Cit, p.102.

1.2 Indigenato, assimilação, cidadania

Tendo abordado as adaptações administrativas conduzidas pelo governo português a fim de adequar a realidade prática ao novo discurso político para o *ultramar*, voltamos a observar como, neste contexto, se davam as relações entre colonizadores e colonizados.

Depois da integração do *Acto Colonial* na Constituição Política, em 1951 e da subsequente reformulação da Lei Orgânica do Ultramar, em 1953, o governo português considerou necessário adequar alguns dos preceitos dos chamados “Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas” e “Diploma Orgânico das Relações de Direito Privado entre Indígenas e não Indígenas” (Decretos n.º 16.473 e 16.474, de 6 de fevereiro de 1929) à nova regulamentação da política ultramarina. Sendo assim, em 1954 elaborou-se o *Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique* com o intuito de codificar o trato com as populações autóctones nestas províncias. A maior preocupação, motivadora da confecção do referido estatuto, teria sido considerar as situações especiais em que os *indígenas* pudessem encontrar-se no caminho da civilização.³⁷ Ou seja, este Decreto-Lei vinha regulamentar a passagem do *indigenato* à cidadania, trâmite confirmador legal da assimilação.

A política assimilacionista adotada pelos portugueses repousava sobre a idéia de igualdade das raças e a desigualdade das culturas. Diante das diferenças culturais dos africanos, vistas como sinais de atraso ou primitivismo, consideradas inadequadas ao modelo de modernidade ocidental, o discurso colonialista propunha a disseminação do modelo cultural europeu, entendido como superior de acordo com uma perspectiva etnocêntrica. Civilizar a África significava mudar sua cultura. Portanto, nos termos legais inspirados por estas idéias, consideravam-se *indígenas* os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nas províncias de Guiné, Angola e Moçambique, não possuíssem ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.³⁸

Entretanto, o grupo dos *indígenas* não tinha nenhuma homogeneidade visível além da cor de sua pele e de seu status jurídico. Apesar das justificativas culturais usadas para corroborar a adoção do Estatuto do Indigenato, os critérios de definição de quem eram os *indígenas* foram, sobretudo, raciais. Todos os negros eram considerados *indígenas, a priori*.

³⁷ O Estatuto dos Indígenas (Decreto-Lei n.º 39.666) In: *Coletânea de Textos do Direito Ultramarino*. Coimbra: Livraria Almedina, 1966. pp.57-76. p.58.

³⁸ Idem, *ibidem*.

Para ter acesso ao bilhete de identidade e ascender ao estatuto de cidadão um indivíduo negro precisava comprovar ser um sujeito civilizado. Isto significava submeter-se a um vexatório e custoso processo de verificação do seu comportamento em sociedade: a casa, a maneira de vestir, os hábitos alimentares, as relações familiares, a vivência da religiosidade, todo o seu cotidiano deveria seguir o modelo português. Hábitos e costumes tradicionais africanos deveriam ser (ou pelo menos parecer) completamente abandonados. Além disso, para confirmar, diante das autoridades coloniais, a sua assimilação à cultura da metrópole um indivíduo negro deveria ter pleno domínio da língua portuguesa. Isto é, a alfabetização era condição fundamental para que um negro pleiteasse a cidadania, quando o acesso à educação disponível em territórios coloniais era ínfimo. De acordo com os dados apresentados por Bender para Angola, menos de 5% das crianças em idade escolar tinham acesso à educação em 1950, enquanto 97% dos adultos eram classificados como analfabetos. Pouco antes da revogação do Estatuto do Indigenato em 1961, apenas 1% dos negros eram legalmente reconhecidos como civilizados.³⁹

A exigência de comprovação da alfabetização confirmava a discriminação racial que pautava a relação colonizador-colonizado no contexto angolano (e também na Guiné-Bissau e em Moçambique, territórios onde vigorava o Estatuto do Indigenato). Pois todos os colonos brancos quer fossem oriundos da metrópole ou nascidos em territórios ultramarinos, quer fossem alfabetizados ou não, eram considerados cidadãos civilizados *a priori*. Os brancos correspondiam a 1,9% da população total de Angola, mas representavam 58,2% do total de “civilizados” em 1950. Entretanto, 23% dos brancos residentes em Angola no mesmo período eram analfabetos. Número melhor que o da metrópole aonde o analfabetismo chegava a 40% nesta época.⁴⁰

Ainda nessa década de 50 e como parte dos novos projetos coloniais o governo adotou uma política de colonização/povoamento agrícola do ultramar com populações brancas vindas da metrópole para consolidar a presença portuguesa em África. Em Angola organizaram-se então duas grandes áreas para assentar os colonos brancos, o colonato de Cela, no planalto central, e o de Matala, no sul. No virar da década estes projetos haviam sido globalmente um fracasso, tornando-se grande sorvedouro de dinheiro público, sem apresentar resultados visíveis no âmbito econômico ou político. O estabelecimento dos colonos ficaria sempre muito aquém do pretendido. Um número significativo deles, cedo ou tarde, abandonava os

³⁹ BENDER, Gerald J. *Angola: mito y realidad de su colonización*. México: Siglo XXI, 1980, p.204-205.

⁴⁰ PÉLISSIER.R. Op. Cit., p.39, 43.

projetos de fixação e o nível de produção agrícola mostrou-se insatisfatório. Além disso, o fato dos colonatos funcionarem à custa da expropriação de terras das populações autóctones, acabou por generalizar a insatisfação destas, dando origem a conflitos raciais graves naquelas áreas.⁴¹

Apesar do fracasso da experiência dos colonatos, foi a partir deste incentivo do governo metropolitano que seis mil colonos assentaram-se em Angola. Território que em 1960 tinha se tornado, de acordo com o discurso oficial, uma colônia de povoamento. Os brancos somavam então 3,6% da população total angolana. Ainda que este número pareça diminuto, ele representava um crescimento de 118,87% da população branca de Angola observado no período entre 1950 e 1960. E, vale lembrar que, na época, esta era a terceira maior população branca da África Subsaariana.⁴²

Em 1950 eram os agricultores portugueses que imigravam para Angola. Mas, contrariando o clichê propagandeado pelo governo, eles não se enraizavam no interior da colônia, preferiam concentrar-se nas cidades litorâneas, sobretudo em Luanda. O crescimento da população branca no meio urbano angolano levou à concorrência entre colonos e nativos na busca por empregos, mesmo aqueles que exigiam menos instrução ou competências.⁴³ As rivalidades sócio-econômicas entre raças, ainda que parcialmente mascaradas pelo papel que jogava a assimilação e a mestiçagem, acompanhavam a quase totalidade dos europeus “não-patrões”, isto é, a maioria da população branca. De certa maneira, a emigração representava uma promoção social para o branco pobre, mesmo que falhasse na sua busca por enriquecimento, a experiência colonial permitia-lhe uma revanche sobre a condição de “não-existência social” vivida anteriormente na metrópole. Isto porque na colônia sua cor era identificada como símbolo de comando, enquanto o negro era visto como subjugável, pois pertencia à massa humana que estava sob a autoridade e “proteção” dos colonizadores.

Com o aumento das rivalidades entre colonizados e colonizadores – por conta do aumento da imigração de metropolitanos para Angola, o que aumentava a competitividade no mercado de trabalho, sobretudo nas áreas urbanas – o Estatuto do Indigenato tornou-se um obstáculo ainda mais difícil de ser ultrapassado pelos nativos.

⁴¹ ROSAS, Fernando. A política colonial no segundo pós-guerra (1950-1974). In: MATTOSO, José. (dir.) *História de Portugal. Sétimo Volume: O Estado Novo (1926-1974)*. S. / l.: Editorial Estampa. S. /d. pp.485-495. p.486.

⁴² PÉLISSIER, R. Op. Cit., p.28.

⁴³ Idem, p.38.

A manutenção da diferenciação jurídica entre *indígenas* e *não-indígenas* se justificaria, segundo Adriano Moreira, pelo fato do direito interno português ser orientado, não pelo princípio da igualdade abstrata perante a lei, mas pela efetiva proteção dos valores humanos, que exigia uma adequada defesa dos *indígenas*.⁴⁴ Portanto, o Estatuto do Indigenato serviria para defender e preservar as tradições e os interesses das populações nativas. Em teoria, nada impedia que um *indígena* se tornasse um *assimilado*, pelo contrário. Adriano Moreira difundia entre seus alunos do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, futuros funcionários administrativos nas províncias de além-mar, que:

“A faculdade que o indígena tem de, voluntariamente e logo que tenha adquirido os usos e costumes pressupostos pela aplicação do direito público e privado português optar pela lei portuguesa comum, ficando assim assimilado aos cidadãos originários, mostra como a igualdade do gênero humano continua a inspirar o nosso direito. Por tudo pode dizer-se que o sistema português se caracteriza pelos seguintes traços: centralização política, autonomia administrativa e assimilação cultural.”⁴⁵

Já vimos como a integração do *Acto Colonial* à Constituição promoveu a dita “centralização política” e como a Nova Legislação Ultramarina encenou a existência de uma “autonomia administrativa” no ultramar. Quanto à “assimilação cultural”, vimos que, ao contrário dos discursos oficiais, o mundo “civilizado” dos brancos esteve fechado para a maioria dos angolanos. No plano prático a demanda pelo acesso à cidadania se chocava com a burocracia. Válvula de consagração da integração cultural, a assimilação era um processo elitista realizado muito lentamente e com “prudência” pra não prejudicar os interesses da administração portuguesa. A ascensão à condição de *assimilado* era um “privilégio” outorgado pelo colonizador e que não ficava garantido pela comprovação de um grau de instrução mínimo e da adoção da cultura portuguesa. A efemeridade deste “privilégio”, bem como o caráter racista em que se baseava a sua concessão ficam subentendidos nas entrelinhas do Artigo 64.º do *Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique*, onde se registrou que: a cidadania concedida poderia ser revogada por decisão judicial, mediante justificação promovida pela competente autoridade administrativa. Dialogando com a análise de Freire Antunes sobre o processo de assimilação conduzido pela administração colonial portuguesa podemos concluir que mesmo os cidadãos de “primeira classe”, produzidos pela “gloriosa

⁴⁴ MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 1, 4.ª ed., 1961. p.338.

⁴⁵ Idem, p.338-339.

civilização”, não deixavam de ser marginais, ou peças raras, quando muito, bem premiadas por se destacar no jogo de aparências que demarcava a sociedade colonial.⁴⁶

Existiam ainda outros negros e mestiços que possuíam hábitos, costumes, nível de instrução e econômico semelhantes aos dos *assimilados* “de direito”,⁴⁷ mas que, em função da diminuição das oportunidades sociais provocada pelo aumento da população de colonos brancos, não conseguiram obter legalmente o status oficial de *assimilados*. Portanto, de acordo com a interpretação jurídica colonial, esses *assimilados* “de fato” continuariam inseridos na categoria *indígena*, apesar de vivenciarem uma realidade completamente distinta da grande maioria da população nativa.⁴⁸

A legislação pode ser interpretada como uma “representação por excelência”, a partir da qual uma sociedade ou um grupo concreto projeta uma imagem de si que, guardando uma relação dinâmica com a realidade que pretende traduzir, disciplinar ou mesmo obscurecer, não deixa de constituir um espelho de como gostaria de se ver e se representar. Se a lei não pode ser confundida com uma descrição da realidade, a realidade não pode ignorar sua existência, que a transforma. Ela é, em si mesma, uma realidade, na medida em que diz respeito à maneira como grupos da classe dominante representam a ordem social. A partir desta perspectiva e dialogando com as idéias de Omar Ribeiro Thomaz⁴⁹, consideramos as reformas legais relacionadas à administração colonial e ao tratamento destinado aos colonizados, adotadas pelo governo português na primeira metade dos anos 50, como produto de uma determinada ideologia que procurava sobrepor duas noções inconciliáveis: “nação” e “império”.

“Assimilação cultural, autonomia administrativa e centralização política” foram os pilares construídos numa tentativa de alicerçar a manutenção da presença portuguesa em África enquanto os demais impérios coloniais se desconstruíam. Ainda que, na prática, a atuação colonialista tenha se afastado muitas vezes do discurso oficial do Estado Novo para o *ultramar*, não podemos deixar de notar que a estratégia de transformar política colonial em política ultramarina funcionou relativamente bem, pelo menos até os últimos anos da década

⁴⁶ ANTUNES, José Freire. *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980. p.53.

⁴⁷ Oficialmente reconhecidos pelas autoridades administrativas e que por isso recebiam o Bilhete de Identidade que lhes outorgava a cidadania portuguesa.

⁴⁸ BITTENCOURT, M. Op. cit., p.38.

⁴⁹ THOMAZ, Omar Ribeiro. “O Bom Povo Português”: antropologia da nação e antropologia do império. In: L’ESTOILE, Benoit de; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (orgs.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. pp.95-123. p.100.

de 50. Fato extremamente condicionado pelas alianças internacionais assumidas por Salazar no contexto da Guerra Fria em decorrência da posição geopolítica estratégica de Portugal. O país integrou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, na malha de “protetorados” dos EUA. A importância das bases aéreas e navais dos Açores e o anticomunismo da Guerra Fria levaram os responsáveis políticos de Washington a propor a entrada de Portugal na OTAN, em 1949, e apoiar a sua admissão na Organização das Nações Unidas, confirmada em 1955. Os EUA também se abstiveram, até março de 1961, nas resoluções da ONU condenatórias da política portuguesa em África.⁵⁰ Como, oficialmente, Portugal não possuía “colônias” ou “territórios não autônomos”, não precisava prestar contas à comunidade internacional do que se passava no interior das suas fronteiras.

Estava criada a estratégia para escapar das pressões externas quanto a uma solução para o problema colonial. Por outro lado, internamente, o Estado Novo começava a sentir o incômodo dos nascentes movimentos nacionalistas africanos que já lançavam suas idéias ao vento esmerando-se em criatividade para driblar a vigilância dos ouvidos caninamente aguçados da polícia política.

Portugal vivia sob o rigor de uma ditadura, portanto, não havia espaço para um debate público que opusesse colonialistas e anticolonialistas. A defesa incondicional das colônias/províncias ultramarinas como parte integrante da nação tornava o fato de opor-se ao projeto colonial uma falta gravemente antipatriótica. Contrariando o imperativo da assimilação, que faria portugueses *todos* os habitantes da única nação pluricontinental e multirracial do mundo, foi justamente entre os indivíduos que, segundo a administração colonial, poderiam ser considerados *assimilados* que despertou o nacionalismo angolano.

1.3 Cultura e consciência nacional

O colonialismo construiu-se sobre uma dualidade em termos de *nós* e *eles*. Era no plano cultural que a diferença entre *uns* e *outros* se destacava. A cultura do colonizador, dita civilizada, deveria ser difundida em substituição aos hábitos e costumes, considerados bárbaros, dos colonizados. Esta postura orientou o processo de legitimação do colonialismo desde os últimos anos do século XIX. No caso português, a transformação do antigo império colonial em uma “nação una, pluricontinental e multirracial”, onde *todos* – metropolitanos e

⁵⁰ Cf. ANTUNES, José Freire. *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991. p.21.

ultramarininos – seriam portugueses, vinha confirmar, de acordo com o discurso oficial adotado no início dos anos 50 e mantido até a queda do Estado Novo em abril de 1974, o sucesso de sua política assimilacionista. Mas o fato é que à época em que tal política era promovida como justificativa da manutenção da presença portuguesa em África, investiu-se também no aumento da imigração de colonos brancos que teve como reflexo a drástica diminuição dos espaços de participação na vida pública e social, antes ocupados pelos assimilados, e o acirramento dos conflitos raciais.

Abria-se então uma nova perspectiva entre a pequeníssima elite formada pelos *assimilados*. Negros e mestiços que ocupavam um lugar ambíguo na sociedade colonial. Pois, dotados do instrumental cultural ocidental aprendido nas poucas escolas existentes ou nas missões católicas e protestantes, precisavam afastar-se dos hábitos *indígenas*, isto é, deviam negar as origens africanas, para ter sua dignidade humana reconhecida. Por outro lado, a obtenção de um bilhete de identidade não lhes fazia compartilhar plenamente com os portugueses de uma mesma “comunidade imaginada”⁵¹. As diferenças entre *uns* e *outros* continuavam presentes, marcadas pela instabilidade da condição de *assimilado*, passível de revogação, e pela cor da pele que representava acesso diferenciado à educação e toda sorte de assistência social, aos postos de trabalho que, por sua vez, tinham remunerações desiguais. Nem *uns* nem *outros*. Os *assimilados* ocupavam um entre-lugar, formavam a linha fronteira entre categorias sociais em confronto: os colonizadores e os *indígenas*.

Paradoxalmente, a assimilação, como veículo da missão civilizadora proclamada pelos europeus, deu impulso a consciencialização social, cultural e política em novos moldes de muitos dos negros e mestiços submetidos ao regime colonial. A partir do acesso à educação, no formato ocidental, muitos *assimilados* elaboraram uma visão de mundo que lhes permitiu adotar uma perspectiva crítica a respeito das justaposições entre colonizadores e colonizados. Nesse sentido, a partir dos anos 50, parte deste “grupo de fronteira” – aí incluídos os *assimilados* “de direito” e aqueles que não tinham o documento de identidade comprobatório, mas que eram *assimilados* “de fato” – escolheria um lado. Os ditos africanos ocidentalmente aculturados, constituiriam o núcleo da intelectualidade de cujas fileiras viriam muitos dos militantes contra o colonialismo e as figuras de liderança do moderno nacionalismo angolano.

A primeira tarefa abraçada por estes jovens intelectuais⁵², em sua grande maioria ainda estudantes nos liceus de Luanda e Sá da Bandeira ou nas universidades metropolitanas, foi

⁵¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

⁵² Os intelectuais angolanos mesclavam sua bagagem cultural africana com características típicas do intelectual dos tempos modernos. Instruídos, munidos dos instrumentos conceituais e teóricos indispensáveis para a

redescobrir as tradições africanas do passado e do presente, recuperar as raízes e a autonomia do imaginário africano. Em Luanda, coube a Viriato da Cruz⁵³, ainda em 1948-49, a idealização de um movimento de recuperação cultural de Angola, um retorno ao passado dinamizado pela luz do presente e inserido na realidade cotidiana dos angolanos.⁵⁴ Sua idéia era promover a redescoberta de Angola através de um trabalho coletivo e organizado que permitisse devolver aos angolanos a capacidade de retomar a consciência de si mesmos, a capacidade de assumir sua própria dimensão.

Os resultados dessa busca por uma identidade cultural que valorizasse a África e os africanos encontraram na literatura, sobretudo na poesia, seu espaço de veiculação. A divulgação dessa literatura cumpriu um duplo papel: revelou a África ao chamado mundo culto ocidental e a seus próprios filhos, funcionando como um antídoto ao assimilacionismo. Ao mesmo tempo, essa produção poética serviria de ponta de lança para demonstrar, ao menos perante a intelectualidade ocidental, a existência e a especificidade de uma literatura negra nos espaços coloniais de Portugal.

Segundo Barthes, em toda forma literária existe a escolha de um tom, de um *ethos*. A escritura corresponde à relação entre a criação e a sociedade, a linguagem literária é condicionada por sua destinação social.⁵⁵ Ainda que escrevessem em português, os escritores angolanos tinham a África como *ethos*, a destinação social de seus textos era servir como hinos da luta pela recuperação da sua cultura, da sua história. Por isso, temas relativos ao negro e a africanidade – expressões de reação à assimilação e de afirmação de uma identidade diferente da imposta pelo colonizador – foram utilizados como sinônimos do nacionalismo africano nas então colônias portuguesas. A voz lírica dos colonizados, ao cantar as particularidades africanas, deixava clara a fragilidade do discurso oficial português que

inteligibilidade da sociedade, envolveram-se no complexo debate político e ideológico sobre a questão colonial que ganhou força a partir dos anos 50. De modo geral, engajaram-se na luta contra as formas de poder estabelecidas, quer na ordem do saber, do conhecimento, quer na ordem do discurso. Respondendo ao que, segundo definição de Foucault, equivaleria a uma espécie de “dever de intervenção”. FOUCAULT, Michel. *Les intellectuels et le pouvoir* (Entretiens Michel Foucault – Gilles Deleuze). *L’Arc*, Paris, n.º 49, 1972, p.4. Apud. TALI, Jean-Michel Mabeko. Op. cit., p.240.

⁵³ Viriato Clemente da Cruz nasceu em *Porto Amboim*, Angola, em 1928. Foi membro-fundador e primeiro secretário-geral do *MPLA*. Após ter abandonado este movimento, esteve exilado em países africanos e europeus, tendo-se fixado na China, onde faleceu em 1973. Cf. FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban*. Vol.II. Lisboa: Seara Nova, 1976. p.162.

⁵⁴ Cf. ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997. p.59.

⁵⁵ BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.234. Apud. CANIATO, B. J. O percurso da angolanidade: do século XIX a Arnaldo Santos. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia e VECCHIA, Rejane. (orgs.) *A kinda e a misanga:encontros brasileiros com a literatura angolana*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nzila, 2007. pp.17-25. p.21.

insistia na existência de um Portugal uno, formado pela metrópole e todas as *províncias ultramarinas*.

A década de 50 caracterizou-se por uma produção literária intensa, numa linha que viria a ser conhecida como *Literatura de Resistência Colonial*. Em 1952, Mário Pinto de Andrade⁵⁶ e Francisco Tenreiro⁵⁷ publicaram, em Lisboa, a antologia poética *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, que teve uma influência considerável na juventude africana em Portugal e constituiu um marco fundador da afirmação de uma identidade africana em terras lusitanas. Este movimento cultural de descoberta de uma personalidade própria, realizado em Portugal pelos modernos intelectuais africanos, seria uma tradução do movimento cultural similar que se processava em Luanda sob orientação de Viriato da Cruz e que tanta importância viria a ter no despertar da consciência nacionalista de muitos angolanos.

Mas em que espaços essa produção literária circulava? Que público atingia numa Angola em que a grande maioria da população era iletrada? Em Luanda, centro de toda a política colonial referente a Angola, foi-se criando ao longo dos tempos uma atitude de resistência sob a forma de organizações oficialmente destinadas a atividades culturais, recreativas e até desportivas, mas que funcionariam como caminhos para a luta pelos direitos dos angolanos. Destacaram-se a Liga Nacional Africana (LNA) e a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA). Nessas associações legais desenvolveram-se núcleos de reflexão e de afirmação da identidade africana e de crítica ao sistema colonialista. Estes espaços de discussão constituíram o cadinho que permitiu o encontro de várias gerações, facilitou a transmissão de experiências e do saber e deu origem às primeiras reivindicações nacionalistas, expressas numa literatura de resistência.⁵⁸

Criada na década de 1930, em Luanda, a ANANGOLA era freqüentada por brancos, mestiços, negros abastados e, a princípio, assumiu posições reformistas e de compromisso com o poder colonial. No entanto, no início dos anos 50 esta associação contava com a participação de elementos progressistas como Viriato da Cruz e Mário Alcântara Monteiro,

⁵⁶ Mário Pinto de Andrade (Golungo Alto – interior de Luanda, 1928 - Londres, 1990), cresceu em Luanda no seio da família paterna. Uma família de padres e funcionários da administração do Estado, isto é, marcada ao longo de gerações pela assimilação. Em 1948 chega à Lisboa para estudar Filologia Clássica. Na metrópole participa da criação do moderno nacionalismo africano. Em 1954, parte para o auto-exílio em Paris. Contratado pela revista *Présence Africaine* desenvolve o trabalho de divulgação no cenário internacional das reivindicações do movimento nacionalista angolano e de denúncia da violência do colonialismo português. Foi o primeiro presidente do MPLA. Cf. ANDRADE, Mário Pinto de. Op. cit.

⁵⁷ Francisco José Tenreiro (1921-1963), nascido em São Tomé, é considerado o primeiro poeta da negritude nas literaturas africanas de língua portuguesa. Cf. FERREIRA, Manuel. Op. cit.

⁵⁸ ROCHA, Edmundo. *Angola – contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano. (período 1950-1964). Testemunho e Estudo Documental, vol.1*. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2002. p. 79.

precursores do movimento *Novos Intelectuais de Angola*. Dirigindo o departamento cultural da ANAGOLA entre 1952 e 1953, estes intelectuais publicaram a revista *Mensagem*, marcando o início da literatura angolana de protesto e consciencialização. Os dois abandonaram a associação por discordar de sua política reformista, passaram então a desenvolver suas atividades culturais na LNA, mas logo trocaram o limitado espaço das associações, que para permanecer funcionando deviam seguir as normas do governo português, pela militância política clandestina.⁵⁹

A LNA surgiu no mesmo período que a ANANGOLA, mas era uma associação freqüentada apenas por famílias mestiças e negras ditas *assimiladas*. Nas duas primeiras décadas de sua existência, a atitude de seus dirigentes em relação às autoridades coloniais baseou-se numa tentativa de diálogo e de compromisso na procura de soluções para os problemas da comunidade africana. Gradualmente, ao longo dos anos 50, uma geração mais jovem tornou-se protagonista cada vez mais destacada no interior da LNA. Isso significou o início de uma mudança de orientação que inquietou as autoridades coloniais, as quais tentaram controlar o que se passava nesta associação impondo-lhe várias Comissões Administrativas, alternadas por retornos à legalidade estatutária.⁶⁰

Em Portugal, a movimentação política dos estudantes africanos, que iam fazer os estudos universitários na metrópole porque não havia universidades nas colônias, desenvolvia-se em sintonia com o que se passava nas suas terras. Paulatinamente esta movimentação ganharia corpo para responder às inquietações causadas pela situação internacional africana. Os primeiros espaços de atuação dos jovens africanos em território metropolitano foram: a Casa dos Estudantes do Império (CEI), o Centro de Estudos Africanos (CEA) e o Clube Marítimo Africano (CMA).

Buscando minimizar as dificuldades encontradas para viver na metrópole, um grupo de estudantes angolanos criou em 1943, em Lisboa, a Casa dos Estudantes de Angola. O Ministro das Colônias e Marcello Caetano, então Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa⁶¹, não só apadrinharam a idéia como recomendaram a fusão de todas as casas de estudantes das outras colônias que se foram formando a exemplo da primeira. Sendo assim, em 1944 fundou-se a Casa dos Estudantes do Império. Ainda nos anos 40 e ao longo da década seguinte, a CEI atingiu um alto nível de atividade que se traduziu na publicação de

⁵⁹ Idem, p.83.

⁶⁰ Idem, ibidem.

⁶¹ Organização juvenil de tipo paramilitar tornada obrigatória pelo governo salazarista em todas as escolas e liceus portugueses.

vários poetas africanos, na edição de antologias, na realização de debates e palestras. O destaque dado aos aspectos literários foi uma estratégia utilizada para driblar a vigilância permanente da PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado.⁶² A cautela governamental em relação aos membros da CEI justificava-se, pois, de fato, alguns, chegaram a militar em grupos de esquerda em que se destacava o Movimento de Unidade Democrática Juvenil, o MUD-juvenil, organização sob influência do Partido Comunista Português, principal opositor ao regime salazarista. Depois de várias intervenções da PIDE que resultaram na nomeação de algumas comissões administrativas, sócios presos, iniciativas culturais proibidas e suspensão de subsídios, a CEI seria extinta em 1965.

A medida em que, ano após ano, aumentava o número de estudantes negros em Portugal, crescia também a preocupação da polícia política. Para escapar do controle exercido sobre a CEI, um grupo de estudantes organizou, em 1951, o Centro de Estudos Africanos para debater os problemas que afligiam suas populações de origem. Reuniam-se aos domingos na casa dos Espírito Santo – são tomenses radicados na metrópole, a pretexto de um almoço familiar, para evitar chamar a atenção da PIDE.

A idéia central que animou os jovens estudantes oriundos das colônias portuguesas, que mais tarde viriam a ser os líderes dos movimentos nacionalistas de seus respectivos países, a organizar o CEA foi a redescoberta do *eu* africano. Mário de Andrade, um de seus membros fundadores, ressalta:

“De fato, o objetivo era estudar África: Centro de Estudos, como o nome indica. Era preciso dar a conhecer, conhecer-nos a nós próprios. Para os portugueses nós éramos assimilados... De África nós tínhamos a vivência, a vivência material, a vivência social, mas não tínhamos refletido sobre a nossa própria cultura, não tínhamos tido, nos países respectivos, a possibilidade de pensar a nossa própria cultura (...) Era necessário tomar consciência disso: era uma auto-consciencialização da cultura africana na sua globalidade, da civilização africana e das diversas culturas no quadro continental, e do mundo negro e para lá do mundo negro.”⁶³

Nessa busca cultural para se reafrikanizarem, para reencontrarem as suas raízes, os intelectuais africanos de expressão portuguesa iam descobrindo e dissecando a iniquidade do sistema que os tinha alienado. Nesse processo de reflexão e análise crítica da realidade colonial chegaram à conclusão de que tinham a responsabilidade histórica de denunciar ao mundo a situação dos seus povos e de assumir um engajamento total na luta pela

⁶² Polícia política da ditadura salazarista.

⁶³ Cf. ANDRADE, Mário de. Op. cit., p.71.

independência dos seus países. Esta posição de ruptura definitiva com o colonizador, assumida pelos jovens intelectuais da “geração de 50” era inovadora, senão revolucionária, pois nas primeiras três décadas do século XX as gerações de intelectuais africanos, se de fato assumiram posições de denúncia da iniquidade do sistema colonial e atitudes reivindicativas de melhores condições de cidadania, raramente puseram em causa a integração das colônias no quadro português.⁶⁴

Em 1954 os membros do CEA começaram a participar mais ativamente no Clube Marítimo Africano. Neste espaço os jovens intelectuais educavam e conscientizavam os trabalhadores africanos e suas famílias. Esta aproximação dos intelectuais com os marinheiros e trabalhadores portuários era consequência lógica da influência marxista de sua formação e da necessidade de formar redes de ligações para contatar os nacionalistas em seus países de origem. O caráter circulatório da atividade marítima permitia que as idéias também viajassem.⁶⁵

Ao longo dos anos 50, as notícias angolanas que “desembarcavam” em Lisboa revelavam uma crescente agitação entre a juventude que se organizava em pequenos grupos clandestinos. A colaboração dos marítimos foi fundamental não só para a circulação dessas notícias, como também para a troca de documentação e panfletos entre a colônia e a metrópole. Segundo Lúcio Lara, os militantes em Lisboa tinham como “princípio sagrado” a idéia de que a direção do movimento nacionalista eram aqueles que estavam em Angola.⁶⁶

No princípio de 1957 a “malta de Luanda” enviava pelos marítimos um recado com caráter de urgência, segundo o qual

“era preciso criar desde já um organismo com os patriotas africanos residentes na Europa que pudesse desencadear uma vigorosa denúncia da natureza e do caráter do sistema colonial português, dos seus crimes e do seu incumprimento total das exigências mínimas da Carta das Nações Unidas, nomeadamente o desrespeito ao Artigo 73.º, que se tornou num cavalo de batalha contra o colonialismo português.”⁶⁷

⁶⁴ ROCHA, Edmundo. Op. cit. p.105.

⁶⁵ As ligações com as colônias africanas e mesmo com outros países, eram feitas quase sempre por portador, por barco. Portugal possuía duas companhias marítimas que tinham o monopólio das viagens e uma grande parte dos empregados embarcações eram africanos, em sua maioria angolanos. Portanto, através desses homens se faziam as ligações com os patriotas angolanos. Cf. Lara, Lúcio. *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações e Lúcio Lara (vol.I – até fev.1961)*. Luanda: Edição do autor, 1997. Nota 2, p. 14.

⁶⁶ LARA, Lúcio. Op. cit. p.32.

⁶⁷ Idem, p.37.

Com este espírito surgiria o Movimento Anti-Colonialista (MAC)⁶⁸, tendo como tarefas principais divulgar o trabalho desenvolvido clandestinamente pelos militantes no interior das colônias, esclarecer e mobilizar a juventude e os meios intelectuais sobre a situação das colônias portuguesas.

Num longo manifesto dirigido aos povos das colônias portuguesas de África em janeiro de 1960, os intelectuais à frente do MAC apresentavam uma análise crítica sobre o colonialismo, um balanço do desenvolvimento da luta anticolonial e um conjunto de orientações para “negar e destruir o colonialismo português e, ao mesmo tempo, afirmar e construir as condições da liberdade em que querem viver os nossos povos.” Neste documento o MAC afirmava-se “partidário de uma liquidação pacífica, leal, justa, rápida, incondicional e sem imposições de etapas, do colonialismo português” e responsabilizava os portugueses e seus governantes pelas guerras coloniais que viessem a desencadear. Certos de que se batiam por uma causa justa, pelo legítimo direito à autodeterminação e à independência, respaldados pela recorrentemente invocada Carta das Nações Unidas, os intelectuais ligados ao MAC projetavam o futuro de seus povos:

“o M.A.C. está seguro de que os nossos povos querem criar Estados independentes modernos, nos quais haverá lugar para o reatamento com todo o património histórico e cultural africano, para o repensamento desse património e para o aproveitamento dos elementos positivos das culturas e civilizações africanas; nos quais haverá lugar, igual e necessariamente para o estudo, o debate, e a assimilação dos valores da cultura moderna humana, que não despersonalize os nossos povos.

Os nossos povos querem criar Estados democráticos, concebidos dinamicamente pelo seu gênio e mantidos pela sua livre e soberana vontade.”⁶⁹

Podemos notar neste trecho do documento o diálogo entre cultura e política também presente nos argumentos que fundamentaram a criação do CEA e, antes disso, do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola.

⁶⁸ Organizado por intelectuais angolanos, guineenses, cabo-verdianos, moçambicanos e são-tomenses que atuavam a partir de Lisboa, Paris, Bélgica, Alemanha e Conakry. Entre os angolanos destacaram-se Viriato de Cruz e Mário Pinto de Andrade.

⁶⁹ MAC. Manifesto anticolonialista aos povos das colônias portuguesas de África. In: LARA, L. Op. cit. pp.465-483. p.478.

1.4 Da poesia à política

Em Luanda, alguns indivíduos inicialmente ligados aos centros culturais onde surgiram as primeiras idéias nacionalistas modernas levariam suas convicções revolucionárias às últimas conseqüências organizando movimentos nacionalistas clandestinos. Em 12 de novembro de 1955, Viriato da Cruz, Idílio Machado⁷⁰ e os poetas Mário António Fernandes de Oliveira e António Jacinto do Amaral Martins criaram o Partido Comunista Angolano (PCA), influenciados pelas idéias progressistas vindas do Brasil, de onde recebiam livros e outros materiais de propaganda e também do Partido Comunista Português (PCP) do qual recebiam clandestinamente, o jornal *Avante* e o boletim *O militante*. O PCA tinha por finalidade a luta orientada pelas idéias marxistas-leninistas, mas como não conseguiu recrutar aderentes, o partido logo foi extinto, dando lugar ao Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Constituindo apenas uma nova roupagem do PCA, o PLUAA também não encontrou muitos simpatizantes. Seus idealizadores lançaram então, em 1958, um novo movimento menos ligado ao marxismo e com características nacionalistas mais vincadas. O Movimento para a Independência de Angola (MIA) foi acolhido com grande simpatia entre a pequena burguesia africana, conseguindo exercer uma influência considerável nos meios nacionalistas em Luanda, e nas cidades de Lobito, Benguela, Uíje (chamada Carmona antes independência) e Malanje.⁷¹

⁷⁰ Idílio Machado: mestiço, nascido em Luanda em 17 de dezembro de 1914; funcionário dos Correios. Foi membro dos corpos regentes da Liga Nacional Africana e educador de africanos *não assimilados*. Participou do movimento dos “*Novos intelectuais de Angola*”, da fundação do PCA e depois do PLUAA. Após a saída de Viriato de Luanda, dirigiu o MIA. Manteve contatos estreitos com os meios nacionalistas africanos em Lisboa, através de seu irmão Humberto, de Lúcio Lara e Agostinho Neto, com Matias Miguéis no Congo-Brazzaville e com Ghana e o Brasil através de seu amigo cubano naturalizado americano, Lawrence Holden, tripulante do navio *African Glenn*, que viria também a ser preso pela PIDE em 1959. Viajou à Lisboa em maio de 1959 numa tentativa de coordenar a luta anticolonial e aí foi preso pela PIDE. Cumpriu pena no campo de concentração do Tarrafal até outubro de 1970. Cf. ROCHA, Edmundo. Op. cit. p.122-123.

⁷¹ PACHECO, Carlos. *MPLA, um nascimento polêmico*. Lisboa: Vega, 1997, p.63-65.



Mapa de Angola sob administração colonial portuguesa.

Disponível em:

<http://www.flickr.com/photos/moitas61yahoo.com.br/2199438079/>



Mapa de Angola depois da independência. Disponível em:

http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/angola_re190.jpg

Um manifesto do MIA, escrito provavelmente no início de 1959, ilustra como se formavam as células clandestinas ao incitar os angolanos a abraçar a luta pela independência:

“NEGRO DE ANGOLA (negro ou mestiço) forma o teu grupo de patriotas com mais 2 ou 3 amigos (nunca aceites grupos grandes) um de vós irá formando outro grupo com mais dois, e assim por diante, até cobrirmos Angola inteira lutando pela liberdade do nosso POVO!”⁷²

Dado o racismo embutido na relação colonial, a questão racial era um importante fator mobilizador da luta pela independência. O mesmo documento explicita:

“Quando dizemos Liberdade e Independência queremos dizer: - que não há mais dificuldades para conseguir um simples bilhete de identidade; os empregos são primeiramente para os negros e não principalmente para os brancos como aqui em Angola (...)

Quando dizemos Liberdade e Independência, queremos dizer que os negros não são excluídos do Governo da sua terra como em Angola!!! Não! Nos territórios independentes, o governo que é para Negros, é constituído por Negros, e as leis são feitas para atender aos interesses dos Negros, e não como em Angola onde os brancos são os únicos beneficiados.”⁷³

A principal forma de atuação de todos os grupos nacionalistas era a produção e distribuição de panfletos, como o que acabamos de analisar. De modo geral estes documentos apelavam à mobilização popular, denunciando injustiças, violências e mentiras dos portugueses e exigindo a independência.

A grande diversidade de siglas existentes no final dos anos 50 ajudava a esconder a fragilidade dessas organizações quanto ao número de militantes e às propostas de ação. Os grupos dividiam-se pela *classificação de cor*, pela ocupação profissional, pela localização no espaço urbano, pela religião, além de outros filtros menos explícitos que perpassavam as categorias dos *assimilados* “de direito” e “de fato”. Apesar de terem uma repercussão local limitada, todos adotaram nomes com pretensões nacionais marcando o caráter irreversivelmente nacionalista que orientaria a luta contra o colonialismo português.⁷⁴

O Estado português tentou interromper esta fase panfletária com a prisão de um grande número de dirigentes e militantes dos movimentos nacionalistas angolanos entre 29 de março e o final do primeiro semestre do ano de 1959, sob a acusação de praticarem subversão. Contudo, os panfletos reivindicando a autonomia e incitando o povo a lutar pela independência voltariam a circular meses depois por iniciativa daqueles que escaparam às

⁷² Anexo 7. Manifesto do M.I.A.. In: LARA, L. Op. cit. p.452-453.

⁷³ Idem, ibidem.

⁷⁴ BITTENCOURT, M. Op. cit., p.53.

malhas de PIDE e formaram o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA).⁷⁵ Os discursos dos documentos produzidos pelos militantes nacionalistas assumem progressivamente um caráter mais agressivo respondendo à postura cada vez mais dura dos colonialistas.

“O branco português, segundo está farto de afirmar, não sairá daqui senão com derramamento de sangue.

Nós estamos prontos a dar o nosso sangue para redimir o nosso patrimônio, porquanto é o meio que achamos mais prático e viável para pôr termo à ação colonialista portuguesa em Angola.”⁷⁶

Os militantes do MINA, “acordados do sono do colonialismo”, rejeitavam a “política de assimilação” e verificavam que os angolanos já tinham consciência de que era “tempo de aniquilar o colonialismo”. Mas ainda não existia uma infra-estrutura mínima para o da início luta armada, faltava um efetivo apoio internacional. Na tentativa de superar esta dificuldade e reorganizar a luta, além dos apelos enviados ao exterior, outra estratégia adotada foi buscar o estreitamento das ligações com os nacionalistas atuantes no exílio. Agostinho Neto⁷⁷ foi a figura em torno da qual se tentou costurar uma aliança com os angolanos que a partir do MAC fundaram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).⁷⁸

Em fevereiro de 1960, a convite dos fundadores do MINA, Agostinho Neto que retornava a Angola, após a conclusão do curso de medicina em Lisboa, assumiu a liderança do

⁷⁵ Segundo Carlos Pacheco, o MINA despontou na primeira semana de dezembro de 1959, depois do Congresso da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizado em Luanda. Antes os futuros dirigentes daquele movimento tiveram encontros clandestinos com alguns delegados dos países africanos presentes àquele conclave. Na ocasião as promessas de apoio e as palavras de incentivo para que não abandonassem a luta pela emancipação impulsionaram a formação de uma nova força política. Cf. PACHECO, Carlos. Op. cit. nota 32, p.82.

⁷⁶ Apelo do MINA (Luanda, 03.03.1960). In: LARA, L, Op. cit. p.272-277.

⁷⁷ António Agostinho Neto (Kaxicane, circunscrição de Icolo e Bengo, 1922 – Moscou, 1979), filho de um pastor metodista e de uma professora primária. Estudou no Liceu Salvador Correia em Luanda (1934-44). Como funcionário público dos Serviços de Saúde e Higiene, trabalhou em Malanje e Bié. Com uma bolsa de estudos patrocinada pela Igreja Americana Metodista cursou medicina nas Universidades de Coimbra e Lisboa. Sua trajetória universitária foi interrompida em dois momentos em decorrência da militância política. Em 1952 foi preso pela primeira vez por pertencer ao MUD-juvenil, ramificação do PCP. Em 1955 voltou a ser preso, por ser filiado ao PCP, sendo libertado em junho de 1957. Participou da CEI e foi membro diretor do MAC em Lisboa. Além da política e da medicina, a poesia também foi uma atividade recorrente de Agostinho Neto. Formado e casado com uma portuguesa, retornou a Angola no final de 1959 instalando um consultório no Bairro Operário, em Luanda. Cf. MPLA. *Agostinho Neto. Ensaio biográfico*, Tomo I. Luanda: Editorial Vanguarda, 1990.

⁷⁸ Em 31 de janeiro de 1960, findos os trabalhos da II Conferência dos Povos Africanos realizada em Tunis, o MAC morreu dando lugar a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAIN), organização ideologicamente mais ampla que sua predecessora, englobando não mais indivíduos, mas as formações nacionais (partidos políticos e organizações de massa) de todos os países africanos sob dominação colonial portuguesa. Integrados ao FRAIN nasciam o PAI (que logo passaria a chamar-se PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde) liderado por Amílcar Cabral e o MPLA encabeçado por Viriato da Cruz e Lúcio Lara. Cf. PACHECO, Carlos. Op. cit. nota 46, p.88.

movimento e logo enviou uma mensagem a Conakry, onde o MPLA tinha instalado sua primeira sede, pedindo que se coordenassem ações de luta entre o interior e o exterior. Em resposta, a direção do MPLA recomendou que enviassem um representante para se encontrar com Lúcio Lara em Brazzaville. A principal orientação saída desse encontro foi a de reunir todas as organizações angolanas em torno do MPLA. Como a essa altura a maioria dos movimentos clandestinos havia sido desmantelada pela PIDE, o MINA se transformaria no MPLA “do interior”, seguindo as orientações da direção que se encontrava no exílio. Entretanto, o esforço de ligar Luanda a Conakry seria efêmero. Menos de um mês depois de consolidada, toda a organização do MPLA “do interior”, num total de 36 indivíduos, foi presa pela PIDE.⁷⁹

A repressão promovida pelo regime colonial salazarista provocou a desorganização dos movimentos nacionalistas que atuavam em Angola. Em meados de 1960, depois da prisão de Agostinho Neto e seus companheiros, Luanda perderia definitivamente o papel de principal *front* do nacionalismo angolano. Os militantes que, por ventura, escaparam à onda de prisões fugiram para o estrangeiro ou foram reduzidos ao silêncio pelo terror incutido pela PIDE. Essa situação obrigou a transferência da luta para o exterior. O trabalho de denúncia contra o colonialismo português desenvolvido pelos intelectuais exilados em países europeus e africanos ganhou uma importância ainda maior. E a reivindicação da libertação imediata dos prisioneiros políticos tornou-se mais uma bandeira da luta pela independência a ser agitada perante a opinião pública mundial.

Com este espírito trabalhava o Comitê Diretor do MPLA, formado por Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara. Assumindo a iminência da guerra colonial, cuja responsabilidade atribuíam ao governo português, estes intelectuais propunham, em nome dos interesses do povo angolano e também em consideração ao povo português, uma solução pacífica para o problema colonial. Para tanto, exigiam:

- “- Reconhecimento solene e imediato do direito do povo angolano à autodeterminação;
- Anistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos;
- Estabelecimento das liberdades públicas, nomeadamente a da formação legal de partidos políticos, e garantias concretas para o exercício efetivo dessas liberdades;
- Retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes no território angolano;
- Convocação, até o fim do ano de 1960, de uma Mesa Redonda constituída por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do

⁷⁹ Cf. PACHECO, Carlos. Op. cit. p. 47-49.

Governo Português. Para a solução pacífica do problema colonial em Angola, no interesse das partes em presença.”⁸⁰

O editorial do *Diário da Manhã*, jornal que apoiava o regime salazarista, trazia a resposta dos portugueses mais conservadores:

“Recebemos de Conakry um papel onde certo pretendo ‘Comité Directeur du Mouvement Populaire de Libération de l’Angola’ pede ao Governo de Lisboa, em francês, que faça o favor de conceder todas as exigências já nossas conhecidas através de várias formas de agitação comunista, que está hoje por trás de quanto se refere à ‘emancipação’ da África.

(...)

O papel não é melhor nem pior do que outros que tem por aí andado; ou do que as emissões da Rádio-Moscovo. Afinam pelo mesmo tom. O interesse só está em servir de documento no processo dos nossos inimigos – no processo dos que pretendem vir ocupar as terras que são portuguesas há séculos. Documento, aliás revelador da fraca maleabilidade de entendimento, na medida em que mede pela mesma bitola as províncias de uma Nação integradora de terras, homens e de culturas, com a simples ocupação colonial que foi atitude de outros povos.

(...) o comunismo não vê que uma província de estado unitário não sente autodeterminação e que a proposta de uma Conferência de Mesa Redonda, poderia entender-se para uma partida de ‘bridge’, mas não tem sentido quando se trata de discutir soluções de problemas inexistentes.”⁸¹

Obrigado a reconhecer a existência de grupos nacionalistas organizados, dada a repercussão interna e internacional das prisões de vários militantes em Angola, o governo salazarista tratou o problema colonial posto em discussão pelos movimentos de libertação como uma “doença contagiosa” inoculada pelo contato com idéias importadas, cuja mais perigosa seria o comunismo, e com os infecciosos processos de descolonização que desgraçavam o continente africano. As ações dos angolanos foram consideradas pejorativamente ou desconsideradas. O que refletia a base da construção da relação colonizador-colonizado onde a autovalorização do dominador dependia da inferiorização do dominado.⁸² É inegável o fato de que a ascensão do movimento negro, principalmente nos Estados Unidos, e a onda de independências no continente africano foram importantes influências para o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas.⁸³

⁸⁰ Declaração do MPLA ao Governo Português (Conakry, 13.06.60). In: LARA, L. Op. cit. p.352-353.

⁸¹ “O que eles não entendem”. Editorial do *Diário da Manhã*, Ano XXX, n.º 10 407, de 19 de junho de 1960. In: Idem, p.504.

⁸² Cf. MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁸³ Cf. PINTO, António Costa. *A Guerra Colonial e o Fim do Império Português*. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHRURI, K. *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*, vol.5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p.65.

Em comparação com Luanda e o centro-sul angolano, a região Bakongo sofreu relativamente menos influência política e cultural portuguesa. Segundo Marcum, essa característica ajudaria a explicar o fato do nacionalismo ter criado raízes profundas entre a comunidade bakongo e ter assumido uma poderosa força de mobilização a partir da década de 1950. Outro motivo facilitador do desenvolvimento de movimentos nacionalistas entre os bakongo foi a manutenção de um estreito contato com os membros desse mesmo grupo etnolinguístico habitantes dos antigos Congo belga e francês. As relações com o Congo belga eram particularmente estreitas, pois muitos bakongo angolanos emigravam para a colônia vizinha em busca de formação educacional e melhores oportunidades econômicas.

Pélissier também considera que a existência de uma comunidade politicamente organizada e mobilizada no exílio foi fundamental para o nascimento do nacionalismo entre os bakongo angolanos.⁸⁶ Para este autor, Léopoldville – atual Kinshasa, capital da República Democrática do Congo – podia ser considerada como a segunda ou terceira cidade angolana em importância, na medida em que os bakongo nascidos ao sul da fronteira conservavam ao norte uma identidade angolana. Outro agravante que fortalecia o etnonacionalismo bakongo contra os portugueses era o fato de que uma parte importante dos exilados na colônia vizinha, apesar de serem considerados como portugueses pelos belgas, estimavam o fato de serem oriundos de Angola apenas porque a capital do antigo reino do Kongo situa-se em território angolano.

A resistência bakongo ao jugo português teve como estopim a questão da escolha de um sucessor para o trono do reino do Kongo, em 1955. A tradicional figura do rei era o símbolo da identidade coletiva bakongo e a morte de D. Pedro VII, que ocupou o trono entre 1923 e 1955 e foi um personagem extremamente útil aos portugueses, traduziu-se numa crise social e política. Nas discussões em torno da investidura de um novo rei destacou-se um grupo de protestantes de São Salvador, atual Mbanza Kongo – capital do antigo reino – e alguns emigrados estabelecidos no Congo belga que defendiam a escolha de um rei com opiniões mais modernas. Ele deveria ser um homem instruído que pudesse representar melhor os interesses de seu povo e restaurar a autoridade do reino contestando a soberania portuguesa sobre o Noroeste de Angola.⁸⁷ Entretanto, as autoridades portuguesas fizeram coroar um

⁸⁶ PÉLISSIER, R. Op. cit., p.260.

⁸⁷ Cf. PÉLISSIER, R. Op. cit., p.268 e MARCUM, J. Op. cit., p.56.

católico sem grande expressividade entre a comunidade bakongo, que nos anos 50 já contava com um número expressivo de protestantes.

Impedidos de realizar as suas reivindicações mais imediatas, os realistas de São Salvador e Matadi transfeririam seu centro de atividades políticas para Léopoldville, buscando reforço no apoio da comunidade angolana na capital congoleza. Entre o final de 1955 e o início de 1957, impulsionados pela impossibilidade de diálogo com os portugueses e pela influência dos discursos anticolonialistas de missionários protestantes norte-americanos, estes ativistas políticos exilados no Congo belga enviaram cartas às Nações Unidas reivindicando que o reino do Kongo fosse colocado sob tutela dos Estados Unidos. Em julho de 1957 organizaram a UPNA – União das Populações do Norte de Angola e decidiram enviar um representante que difundisse as idéias do movimento na África e nos Estados Unidos conquistando aliados em defesa da causa bakongo.

O escolhido para cumprir esta importante missão foi Holden Roberto⁸⁸, sobrinho de Barros Necaca, primeiro presidente da UPNA e um de seus principais idealizadores. Em outubro de 1958, depois de uma conturbada viagem, Holden chegou em Accra. A capital do Ghana independente era o palco ideal para a entronização de um jovem nacionalista nas discussões mundiais em torno do problema colonial. Esse ambiente foi fundamental para que Holden percebesse os limites da luta pela restauração do reino do Kongo e promovesse um salto modernizador do discurso etnonacionalista da até então UPNA. A mudança se faz notar rapidamente, pois na abertura da Primeira Conferência dos Povos Africanos, realizada em Accra entre 5 e 13 de dezembro de 1958, Holden Roberto distribuiu um manifesto redigido em nome da UPA – União das Populações de Angola – onde reclamava a independência de Angola como um todo. Ou seja, a face regional expressa pelo “N”, de norte, presente na antiga UPNA, ficara pelo caminho. Foi ainda nesta conferência que Holden estabeleceu contatos fundamentais para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português. Selou

⁸⁸ Álvaro Holden Roberto (1923, M'Banza Congo, ex-São Salvador, província do Zaire – 2007, Luanda), emigrou com a família para Léopoldville em 1925. Fez os estudos primários e secundários na escola da Baptist Missionary Society. Passou alguns anos da adolescência em M'Banza Congo, quando a diferença das condições de vida dos negros no Congo Belga e em Angola chamou-lhe a atenção. Trabalhou como contador para a administração belga em várias cidades do Congo colonial. No início dos anos 50, foi introduzido pelo tio materno, Barros Necaca, nas discussões políticas realizadas clandestinamente pelo grupo de africanos “evoluídos”, ou seja, os negros dotados de um grau mínimo de instrução e que haviam adotado hábitos ocidentalizados de conduta social por residir numa “cidade belga”. Cf. ROBERTO, H. Holden Roberto. In: BARBER, Helder e JAIME, Drumond. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S. l.: Edição dos autores, 1999. pp.15-33 e MARCUM, J. Op. cit. p. 64-66.

um pacto de ajuda mútua com Patrice Lumumba⁸⁹, além de dialogar com Nkrumah e Fanon⁹⁰, que já fazia propaganda da necessidade da luta armada para derrotar o colonialismo.

A ascensão de Holden Roberto, tanto no cenário anticolonialista internacional como à frente da UPA foi rápida. Ele obteve o seu “brevê” de nacionalista angolano nas conferências internacionais das quais participou entre 1958 e 1960, situações onde encontrou espaço para denunciar as vilanias do colonialismo português e apelar por uma solução negociada para o problema colonial. De passagem por Tunis, onde havia participado da Segunda Conferência dos Povos Africanos, realizada entre 25 e 31 de janeiro de 1960, lançou um apelo ao povo português para que as negociações sobre o fim do regime colonial e o reconhecimento da soberania de Angola se fizessem o mais rapidamente possível. Pois o movimento estaria decidido a dirigir o combate pelo fim da opressão colonial.⁹¹

A independência do Congo belga, em 30 de junho de 1960 deu o impulso necessário às ações da UPA e contribuiu para o aumento do prestígio de Holden. Com uma sede instalada em Léopoldville com o consentimento e apoio do governo local, a UPA pôde desenvolver suas ações políticas, baseadas principalmente na propaganda. Seus panfletos traziam o endereço e o telefone da sede do movimento, numa clara afirmação da liberdade política e de expressão de que gozava na capital do Congo, em contraste com a censura vigente nos território sob domínio português. Dado que estes papéis circulavam também em Angola, podemos considerar o registro da localização do centro de operações da UPA em seus panfletos como uma afronta aos colonialistas portugueses. Esta informação reforçava o fato de que logo ali ao lado, mas fora do alcance das mãos pesadas da PIDE, existia um grupo de angolanos organizados com o objetivo de tornar livre a sua terra do “jugo dos intrusos

⁸⁹ Patrice Émery Lumumba (Onalua, Congo Belga, julho de 1925 - Katanga, janeiro de 1961) estudou em colégios de missionários católicos e protestantes e posteriormente trabalhou no correio, onde iniciou suas atividades políticas em nome da libertação do Congo do colonialismo belga. Em 1958 fundou o MNC – Movimento Nacional Congolês. Defendia a independência de todo o país e a união de todos os congoleses, independentemente de suas origens tribais. Em junho de 1960, depois de ter ajudado a conquistar a independência do país, foi eleito Primeiro Ministro da atual República Democrática do Congo. Tendo governado por apenas dez semanas, foi deposto por um golpe de estado que o levou à prisão onde foi assassinado.

⁹⁰ Frantz Fanon nasceu em 1925, na ilha de Martinica, departamento ultramarino insular francês situado no Caribe, América Central. Durante a Segunda Guerra Mundial, percorreu a África do Norte como soldado. Em 1946, iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina de Lyon, na França. Em 1951, já formado retornou a Martinica, mas, logo a seguir voltou para a África, tornando-se médico-chefe na clínica psiquiátrica de Blida-Joinville, na Argélia. Engajou-se na luta pela libertação da Argélia, que sofria o jugo colonial francês desde 1830. Por várias vezes participou de congressos pan-africanos como membro da delegação argelina, tornando-se um importante porta-voz do país. Sofrendo de leucemia, faleceu em 1961. Não sem deixar como legado um livro de considerável impacto para geração dos anos 60, *Os condenados da Terra*. Uma das pedras angulares na luta anticolonial, que alimentou os ideais de transformação e construção de uma sociedade melhor na Argélia e por toda a África, sobretudo porque apontava para inevitabilidade da revolução dos povos colonizados como caminho para conquistar a independência.

⁹¹ *Le Monde*, 13 de junho de 1960. Apud. PÉLISSIER, R. Op. cit., p.275.

portugueses”.⁹² Não por acaso o Congo foi rotulado pelos colonialistas como um vizinho incômodo.

No final do ano de 1960, Holden Roberto assumiu definitiva e autoritariamente a liderança da UPA e tentou promover o alargamento da base étnica dos quadros de destaque do movimento. Com o tio Barros Necaca afastado, Holden ocupou a presidência. Rosário Neto, mbundu responsável pela tradução dos textos da UPA para o português, assumiu a 1.^a vice-presidência. Alexandre Taty, oriundo de Cabinda, tornou-se o 2.^o vice-presidente enquanto Aníbal de Melo, mestiço de Luanda, ganhou o cargo de diretor político. Segundo depoimento do próprio Holden, o fato do comitê diretor da UPA ser formado por pessoas de várias regiões angolanas corroborava o principal objetivo do movimento que era libertar toda Angola.⁹³

Num comunicado dirigido a todos os “irmãos de Angola”, justifica-se a nova postura assumida pelos dirigentes da UPA tomando o caso da independência do Congo como exemplo:

“Somos testemunhas oculares de quanto sofreram os nossos irmãos aqui no Congo em razão do grande número de partidos que pediam a Independência cada qual à sua moda. Por isso, já que nos entendemos com os nossos irmãos de Angola unamo-nos a eles até à libertação. Porquanto os congolezes obtiveram a Independência e não foi nem um Rei nem qualquer outro potentado que o pediu, foi sim todo o povo que escolheu depois para seu presidente máximo o senhor KASAVUBU, o qual fora apresentado às autoridades”.⁹⁴

Outro argumento que Holden acionava para fortalecer o discurso nacionalista que adotou desde o final de 1958 e tentar driblar o estereótipo de movimento regionalista ou de caráter marcadamente étnico, era o fato de que, no início dos anos 60, a influência da UPA já se fazia notar também em Luanda devido à atuação de alguns angolanos provenientes do norte e radicados na capital. Estes militantes ligados a UPA enviavam informações e dinheiro para Léopoldville, de onde recebiam os panfletos que divulgavam pelos musseques luandenses. Um desses documentos volantes, destinados “a todos os adeptos da associação da U.P.A. residentes em Angola, no Congo Belga e no Congo Francês”, tentava estimular uma abertura à participação de outros angolanos, além dos bakongo, no movimento:

“(…) a U.P.A. não é obra de brancos, não foi criada nem em Portugal nem em Luanda, mas sim foi fundada por todos nós filhos do reino do Congo em Angola.

⁹² Documento n.º 64. Panfleto da União das Populações de Angola (UPA). “a todos os nossos irmãos vindos de Angola bem como a quantos ainda residem em Angola”. In: ROCHA, E. Op. cit., p.479-481.

⁹³ ROBERTO, H. Holden Roberto. In: BARBER, Helder e JAIME, Drumond. Op. cit., p.16.

⁹⁴ Documento n.º 63. Panfleto da União das Populações de Angola (UPA). In: ROCHA, E. Op. cit., p.477-478.

Se tivermos adeptos originários das localidades marítimas, não será caso para admirar porque também eles Angolanos necessitam de ser independentes e livres da escravidão dos Portugueses”.⁹⁵

O trecho supracitado nos indica que a tentativa de reforçar o alcance nacional das palavras de ordem da UPA passava por conquistar adeptos das demais etnias existentes em Angola. Ao mesmo tempo, este documento demonstra que, em relação aos brancos a UPA mantinha a postura da impossibilidade de diálogo. Angolanos eram os filhos dos povos originários. Os brancos e seus descendentes eram diretamente associados à exploração colonial, logo, eram a personificação do inimigo.

A ala mais moderada do antigo Comitê Diretor da UPNA foi excluída ou abandonou este movimento e reagrupou-se no MDIA. Com uma postura pacifista, o MDIA encetou negociações com os portugueses em vista de formar uma associação luso-angolana. Financiado pela metrópole, este movimento seria explorado pelos portugueses para muitos fins ao longo da guerra colonial.

Além da UPA e do MDIA, Léopoldville abrigou também outros movimentos etnonacionalistas cuja principal reivindicação era restaurar o antigo reino do Kongo. A Abako tinha boa aceitação entre a geração mais jovem de angolanos escolarizados em Léopoldville e no Baixo Congo. Criada em 1950 como uma *Association pour le maintien, l'unité et l'expansion de la langue Kikongo*, a Abako trabalhou inicialmente pelo renascimento cultural de todo o povo bakongo, inclusive os habitantes do Médio Congo francês. Em 1959 a Abako transformou-se em MRPC – Movimento de Reagrupamento das Populações Congolesas – adotando um discurso radical que reivindicava a criação de um estado bakongo a partir da restauração das fronteiras históricas do reino do Kongo. Isto é, englobando parte dos Congos belga e francês, o Norte de Angola e o enclave de Cabinda.⁹⁶ Inspirada por um forte etnocentrismo, a Abako hostilizou a UPA, considerando-a uma organização traidora por ter passado a defender um nacionalismo que incluiria angolanos não-kongoleses.

Criada em 1956, como uma associação de ajuda mútua dos bazombo⁹⁷, a Assomizo – *Association Mutuelle des Resostissants de Zombo* – também entrou na disputa pela lealdade política da comunidade bakongo exilada em território belga. Esta organização foi

⁹⁵ Documento n.º51. Panfleto “União das Populações de Angola (UPA) – Estímulo”. In: Idem. p.452.

⁹⁶ Cf. MARCUM, J. Op. cit., p.72-73.

⁹⁷ Um dos 15 subgrupos da extensa família etnolinguística bakongo.

indiretamente influenciada pelo movimento religioso inspirado por Simão Toco⁹⁸. Apesar do caráter limitadamente religioso da rebelião tocoísta, ela demonstrou as possibilidades de organização dos colonizados contra a opressão colonial. Ao pregar a desobediência civil por não reconhecer qualquer autoridade secular, o tocoísmo oferecia uma alternativa para a frustração dos camponeses angolanos que tinham suas terras expropriadas pelos europeus cultivadores de café. Depois de 1958 a Assomizo viu-se limitada pelo peso da etnicidade em seu discurso oficial e acabaria sendo marginalizada no decorrer do desenvolvimento das atividades políticas angolanas. Em 1960, depois que a UPA recusou-se a se fundir com a Assomizo, esta associação resolveu transformar-se num novo partido político assumindo o nome de *Alliance des Resostissants de Zombo*, ou Aliazo.

A Aliazo assumiu um discurso não-violento e de tom conciliatório, que refletia a doutrina cristã e os valores de classe média compartilhados pelos seus líderes. Por continuar apegada aos valores étnicos, encontrou dificuldades para fazer contatos internacionais, portanto, dependia exclusivamente de recursos próprios. Não muito entusiasmados com a proposta de uma restauração ou secessão do antigo reino do Kongo, as lideranças desse efêmero partido declaravam preferir a concessão da autonomia para os bazombo, num esquema federativo que mantivesse sua ligação com Angola.

Outro movimento etnonacionalista baseado no Congo belga desenvolveu-se a partir de reações negativas às opiniões e ações daqueles que criaram a UPNA, depois transformada em UPA. Seus fundadores incluíam católicos realistas que se opunham às pretensões reais dos protestantes. Convertido em partido político em fevereiro de 1960, o Ngwizako tinha como plataforma persuadir Portugal a restaurar o antigo reino do Kongo e permitir que eles nomeassem o próximo monarca.

De modo geral, podemos considerar que o fato de terem nascido no exílio e estarem mais próximos do mundo rural angolano, pois seus principais líderes apesar de viverem em núcleos urbanos do vizinho Congo belga tinham suas raízes no interior de Angola, marcaria a maior diferença entre os movimentos nacionalistas bakongo e o nacionalismo modernista difundido a partir de Luanda. Apesar da efervescência de pequenos grupos nacionalistas

⁹⁸ Nascido em 1918, em Sadi, pequena cidade no caminho entre Maquela e Quimbata, freqüentou a escola da missão de Quibocolo de 1926 a 1933. Entre 1933 e 1936 estudou no Liceu Salvador Correia de Sá, em Luanda, com o financiamento da Baptist Mission Society. Retornou a Quibocolo onde organizou um curso noturno para adultos, do qual seria professor até 1943. Migra para Léopoldville onde organiza um grupo de ajuda mútua e atividades educacionais para os bazombo. Retorna a Angola em 1949 e funda seu próprio movimento religioso mesclando influências dos costumes batistas, kimbaguiistas e da Watch Tower – seita fundamentalista americana que enfatizava a salvação através de uma segunda vinda de Cristo que extinguiria todos os reinados políticos do mundo. Entre novembro de 1949 e janeiro de 1950 a maioria dos seguidores do Tocoísmo foi presa pelas autoridades portuguesas. Cf. MARCUM, J. Op. cit., p.76-81.

bakongo disputando entre si o apoio político deste importante grupo étnico, o único a ultrapassar os limites do etnonacionalismo, ao menos no discurso, tornando-se um dos grandes movimentos nacionalistas angolanos reconhecidos internacionalmente foi a UPA.

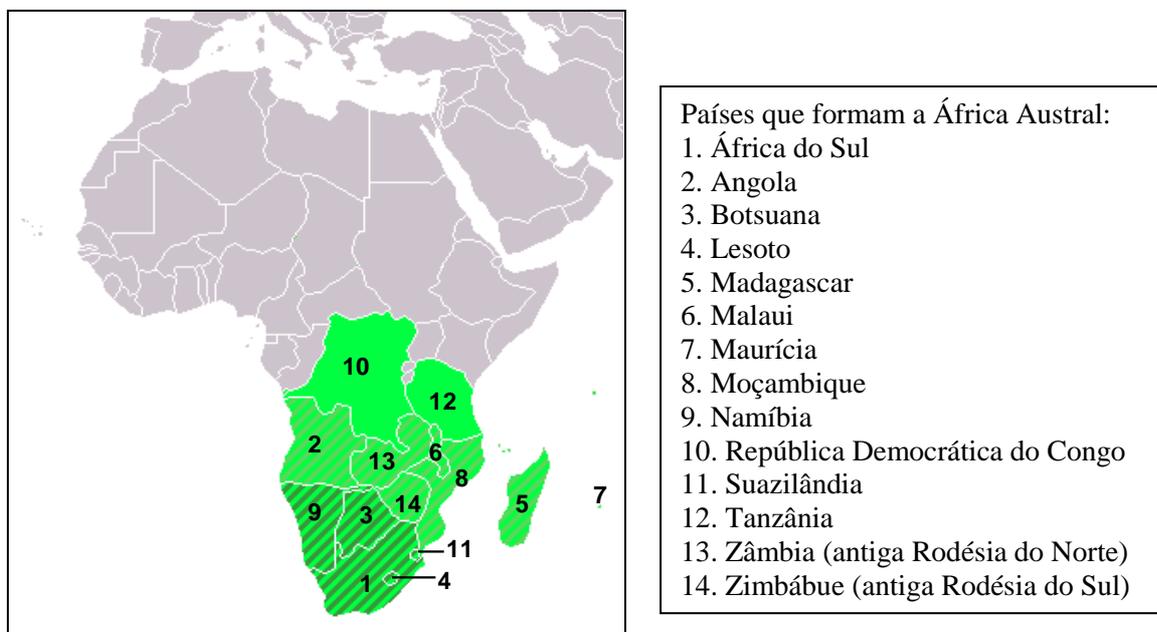
1.6 No coração de Angola não batia o desejo de liberdade? O nacionalismo para além da região Centro-Norte

Até o início da década de 60, o ímpeto de criação de organizações nacionalistas concentrou-se na região Centro-Norte de Angola. Fenômeno que pode ser explicado como consequência de pelo menos dois fatores fundamentais. O primeiro consiste nas diferentes estratégias de penetração do colonialismo. Embora os contatos com a costa ao sul de Luanda, feitos em busca de escravos e minerais preciosos, remetam ao final do século XVI e início do XVII, a real ocupação do território por colonos portugueses com sua demanda por terras, sua influência cultural e dominação governamental, não aconteceu antes do século XX. Podemos dizer que a ocupação colonial do Planalto Central – terra dos ovimbundu, maior grupo étnico do território angolano – acompanhou a construção do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) realizada entre 1903 e 1929. As férteis terras altas e de clima favorável atraíram milhares de portugueses que foram se instalando em cidades e fazendas ao longo da ferrovia. O desenvolvimento da ocupação branca da região fez-se às custas da expropriação de terras ocupadas pela população autóctone e da exploração da força de trabalho africana, utilizando o sistema de “contrato”. Para fazer jus ao princípio da assimilação era permitido o acesso de alguns negros e mestiços às escolas católicas e ao exército. Esses poucos *assimilados* formavam uma pequena “elite” que era usada para perpetuar a opressiva ordem colonial portuguesa. Tornavam-se, em sua grande maioria, assalariados ligados à função pública, alcançando no máximo postos médios. Alguns conseguiriam se fixar como professores, enfermeiros e em atividades ligadas às missões religiosas. Essas ocupações propiciavam alguns privilégios, em face da condição em que estavam os *indígenas*, o que ajuda a entender a existência de alguns opositores aos movimentos de libertação entre esse segmento social.⁹⁹

Outro fator que inibia a ação dos nacionalistas era o isolamento em que viviam os angolanos tanto no Sul como no Leste, devido à falta da retaguarda de um país amigo, de uma fronteira que funcionasse como rota de fuga em caso de dificuldades. Isso porque, além do

⁹⁹ MARCUM, J. Op. cit., p.103- 104 e BITTENCOURT, M. Op. cit., p.38.

persistente colonialismo português, a África Austral enfrentava situações complicadas nas Rodésias, onde o colonialismo inglês mantinha um grande número de colonos, e o *apartheid* sul-africano com seu sub-imperialismo regional.¹⁰⁰ Ou seja, nas fronteiras leste e sul, a princípio, os portugueses encontrariam maior apoio do que os angolanos.



Apesar da presença de missões protestantes na região Sul da colônia, que assim como as do Norte tiveram um importante papel na conscientização dos angolanos, a dificuldade em criar organizações locais era muito grande. Cientes do perigo que representaria um levantamento nacionalista no “coração de Angola”, proporcionalmente a região mais povoada da colônia, a repressão das autoridades portuguesas era particularmente ativa no Planalto Central. Os protestantes e funcionários do CFB eram os principais alvos da PIDE, dado o perfil catalisador das atividades comunitárias que exerciam e promoviam, como associações culturais e/ou de ajuda mútua.

Jaka Jamba¹⁰¹, ressalta a escassez de informações que chegavam ao centro-sul sobre o que se passava no resto de Angola. Apesar de citar alguns nomes dos que ajudaram a difundir

¹⁰⁰ Cf. BITTENCOURT, M. Op. cit., p.141.

¹⁰¹ Nascido em 1949, na missão do Dondi, província do Huambo. O pai era professor do ensino primário, e diretor da escola da missão evangélica. Em 1966 foi para Portugal cursar a Faculdade de Letras. Na metrópole encontrou um clima de grande efervescência política e de contestação contra o sistema colonial salazarista. Em 1972, tendo concluído os estudos universitários, pediu asilo político na Suíça para escapar do serviço militar obrigatório nas tropas portuguesas. Na Suíça fazia os primeiros contatos com os representantes da UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, movimento nacionalista fundado em março de 1966, cuja trajetória política ao longo do processo de independência analisaremos adiante. Cf. JAMBA, J. Jaka Jamba. In: JAIME, Drumond e BARBER, Helder. Op. cit., pp.178-199.

as idéias de emancipação na região, ele lembra que a atuação dessas pessoas logo foi interrompida devido às perseguições e prisões efetuadas pela PIDE. Seu depoimento reforça a idéia de que a inexistência de uma retaguarda foi fatal para o desenvolvimento do nacionalismo no Planalto Central.

No leste a situação foi ainda mais difícil. A baixa densidade populacional e a grande distância do núcleo colonial central dificultavam a circulação de informações. Até a segunda metade da década de 60 não temos notícias de perturbações da ordem colonial nesta região.

1.7 Ovelhas negras da “grande família lusitana” – angolanos brancos nacionalistas

Em largo depoimento transformado em livro, Adolfo Maria¹⁰² enfatiza que: “o moderno nacionalismo angolano do século XX organizou-se e passou à ação direta dirigido por negros e mestiços.” Para ele “nunca houve uma estratégia nacionalista de uma elite branca”. Pois, o que se poderia tentar classificar de elite branca era “um grupo débil, do ponto de vista econômico, intelectual e político”. Tal grupo não tinha condições para grandes contestações ou lideranças, apenas ia a reboque dos acontecimentos.¹⁰³

Na avaliação deste agente histórico do processo nacionalista angolano, os brancos de Angola nunca dispuseram de influência efetiva sobre a colônia. Como o colonialismo português era o mais centralizado e arcaico de todos, “a própria comunidade branca angolana se encontrava integralmente subordinada aos interesses da metrópole e, em especial, aos da burguesia metropolitana, que era atrasada e vivia parasitária do sistema colonial”. A governação estava solidamente nas mãos dos ministros de Lisboa, devendo Angola obedecer integralmente às ordens vindas do Terreiro do Paço.¹⁰⁴

Apesar de reconhecer que em qualquer sistema colonial “o branco porque era branco era sempre mais do que o negro ou o mestiço!”, Adolfo Maria afirma categoricamente que: “muitos brancos angolanos sentiam as injustiças do sistema colonial português e alguns deles nutriam também um sentimento de colonizados”. Ele lembra que os brancos naturais de

¹⁰² Antigo jornalista do jornal *ABC-Diário de Angola*, este filho de trasmontanos nascido em Angola participou na luta nacionalista pela independência desde os anos 50, tanto em Angola, como no exílio vivido principalmente na Argélia e no Congo-Brazzaville. Desempenhou os mais diversos cargos dentro e fora do MPLA. C.f. PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

¹⁰³ Idem, p.34-36.

¹⁰⁴ Idem, p.37.

Angola eram considerados “brancos de segunda”, rotulados de “euro-africanos” e preteridos nos empregos a favor dos metropolitanos.¹⁰⁵ A oposição entre brancos angolanos e metropolitanos teria um papel importante para a percepção das diferenças que reforçariam uma identidade nacional angolana:

“Para muitos brancos angolanos, a chegada contínua e maciça de colonos portugueses, que se acentuou na década de 1950, arrogantes e cheios de preconceitos raciais quer contra os negros e mestiços, quer contra os brancos nados e criados em Angola, representava uma afronta e uma humilhação. Existia, realmente um sentimento de alteridade: nós éramos angolanos, eles (os novos colonos) eram ‘matorroanos’ e ‘bezugos’, isto é, portugueses! Neste sentido, quando adolescentes, alguns de nós iam (brancos, negros e mestiços) para o porto de Luanda ‘receber’ os novos colonos com insultos orgulhosamente lançados sobre os recém chegados! Víamos neles os instrumentos do sistema de dominação de que não gostávamos”.¹⁰⁶

Vale destacar que “muitos” não é sinônimo de todos. O grupo social dos brancos de Angola era tão heterogêneo quanto suas formas de se relacionar com a administração colonial. Neste sentido, o próprio Adolfo Maria identifica cinco sensibilidades observáveis entre a população branca, para além de um grande número de pessoas que ele considera terem sido “politicamente amorfas e incapazes de encontrar alternativas ao papel que Lisboa lhes reservou: ser um instrumento do regime colonial”. Segundo suas memórias, entre o final dos anos 40 e o princípio da década de 60, os angolanos brancos dividiam-se da seguinte maneira:

“- Uma parte dos brancos naturais de Angola desprezava a chamada metrópole e hostilizava os novos colonos, mas não corporizava uma solução. Não havia um plano ou projeto para Angola e pouca ou nenhuma familiaridade teria com o conceito de independência.

- Outra parte desejava a independência, mas concebendo-a num quadro de dominação branca, que apenas integrava a elite mestiça e negra ‘assimilada’. Refira-se, porém, que esse comportamento elitista era compartilhado por alguns estratos de mestiços e de negros assimilados. Mas também não existia uma organização ou mesmo um líder que corporizasse esse tipo de pensamento.

- Uma terceira sensibilidade, melhor estruturada, era defendida pelo setor conservador da burguesia branca angolana, a qual desejava uma independência de tipo rodesiano e viria a ter como figura de proa o empresário de Sá da Bandeira (Lubango), Venâncio Guimarães Sobrinho. Este era um feroz antimetropolitano, mas também era contrário aos movimentos de libertação africanos que surgiram nos finais dos anos 50 e início da década de 1960.

- Ao invés, o setor liberal da burguesia branca de Angola era adepta de uma independência para toda a população angolana, se bem que conduzida pela elite branca, o que poderia dar origem a uma situação do tipo, digamos, brasileira. Esta corrente tinha fortes apoios em alguns meios de Luanda e sobretudo no Centro e no

¹⁰⁵ Idem, ibidem.

¹⁰⁶ Idem, p.38.

Sul, em Benguela, no Lobito e no Huambo, sendo predominante a figura do engenheiro Fernando Falcão. De certa forma, era a corrente melhor estruturada, ao ponto de, em 1961, ter chegado a criar um partido político, a Frente de Unidade Angolana (FUA).

- Por fim, existia um reduzido grupo de brancos, sobretudo intelectuais progressistas (mas não só) em Luanda e alguns dos centros urbanos do Centro e do Sul, que pugnava por um nacionalismo radical e pela entrega do poder à maioria, ou seja, à população negra. Esse grupo era muito influenciado pelas idéias de esquerda e pelo convívio com companheiros de escola mestiços e negros, existindo alguma cumplicidade com os meios oposicionistas democráticos e comunistas portugueses. Por norma, esses indivíduos estavam ligados a clubes, associações e atividades de caráter cultural, que lutavam pela afirmação da identidade angolana, em cidades como a então Nova Lisboa (Huambo), Benguela, Luanda.”¹⁰⁷

O historiador Fernando Pimenta discorda veementemente das afirmações de Adolfo Maria relativas à ausência de protagonismo dos brancos angolanos no processo que impulsionaria a independência. Este autor defende a idéia de que a revisão do *Acto Colonial* (1951), a publicação da Lei Orgânica do Ultramar Português (1953) e a promulgação do estatuto da Província de Angola (1955) proporcionaram a reorganização política e administrativa da colônia, de forma a permitir uma maior participação política dos colonos na administração do território. Para Pimenta, esta tímida política reformista adotada pelo Estado Novo não deve ser encarada como uma simples “operação plástica” para iludir a comunidade internacional. Pelo contrário, essas reformas teriam sido, em grande parte, o produto da luta de grupos de pressão política e econômica, representados pelos “patrões”¹⁰⁸ de Angola e das outras colônias portuguesas, os quais tentaram “modificar” o sistema colonial a partir de seu interior. A implementação do Primeiro Plano de Fomento¹⁰⁹, em 1953, respondeu às reivindicações no campo da economia e o reconhecimento do direito à representação política da população angolana, mediante a criação do Conselho Legislativo de Angola, em 1955, foi o corolário desse combate político.¹¹⁰

¹⁰⁷ Idem, p.39-40.

¹⁰⁸ Membros da elite político-econômica local; dominantes nas direções das diversas associações econômicas da colônia e responsáveis pela monopolização dos poucos cargos políticos representativos nas Câmaras Municipais, Conselhos de Governo e Legislativo, na Assembléia Nacional. Eram a camada superior da burguesia angolana (quase completamente embranquecida desde o final dos anos 40), cujos interesses se opunham, freqüentemente, aos das burguesias portuguesas e internacionais. C.f. PIMENTA, Fernando Tavares. *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Edições Minerva, 2005. p.120-121.

¹⁰⁹ Aprovado em 29 de dezembro de 1952, vigoraria entre 1953 e 1958. Tinha como principal objetivo garantir o investimento de capitais metropolitanos e estrangeiros nas *províncias ultramarinas* a fim de impulsionar o desenvolvimento destes territórios. C.f. SALAZAR, António de Oliveira. O plano de fomento: princípios e pressupostos (Discurso proferido no Palácio Foz, em 28 de maio de 1953, no ato inaugural do Ciclo de Conferências Ministeriais e da Exposição do Plano de Fomento). In: *Discursos e notas políticas. Volume V – 1951-1958*. S. /l.: Coimbra Editora, 1959. p.91-126.

¹¹⁰ PIMENTA, Fernando Tavares. Op. cit., p. 151-152.

Investigando o “nacionalismo branco angolano”, Pimenta comprova ainda que alguns europeus anticolonialistas e angolanos brancos, na grande maioria intelectuais comunistas, formaram, um Partido Comunista Angolano em 1958. No ano seguinte este grupo fundiu-se na coligação formada pelo Movimento de Libertação Nacional (MLN), também majoritariamente branco, e pelo Movimento de Libertação de Angola (MLA), organização onde se destacavam mestiços e negros de idéias progressistas. Dessa reunião teria surgido o MLNA-PCA, que procurou chamar para si o comando dos grupos nacionalistas dispersos pelo Centro e Sul de Angola, mas que não alcançou grande expressão, pois seus principais membros foram presos pela PIDE em julho de 1959.¹¹¹

Segundo relato de Sócrates Dáskalos¹¹², no alvorecer de 1961, os progressistas de Benguela, em sua maioria brancos, viram-se obrigados a uma séria reflexão sobre que atitude tomar diante da conjuntura política colonial agravada desde as sucessivas prisões realizadas pela PIDE entre 1959 e 1960, ao que se somaram levantamentos populares que expressavam um clima de descontentamento generalizado. Diante deste quadro, o grupo heterogêneo formado por elementos de todos os matizes políticos, mas, que tinham em comum, o fato de serem adeptos da independência e da emancipação dos povos colonizados, decide “criar uma organização de caráter político, capaz de enfrentar e ter voz ativa nos acontecimentos presentes e futuros”. Assim nasceu a FUA.¹¹³

Dáskalos esclarece como surgiu a designação “frente” e como o nome adotado deixava transparecer uma das maiores motivações dessa organização:

“É que naquela altura existiam vários movimentos, grupos e grupinhos, sem considerar o MPLA e a UPA, dispersos por todo o país, que importantes ou não, interessava congregar para unir forças num objetivo que era comum a todos eles: a independência nacional. Ora a FUA aspirava unificar todos, sem exceção, numa frente única, e daí a sua designação: Frente de Unidade Angolana”.¹¹⁴

¹¹¹ Idem, p.156-161.

¹¹² Nascido no Huambo, em 1921, filho de um imigrante grego, que chegou em Angola como operário da construção do Caminho de Ferro de Benguela e depois se tornou comerciante e pequeno proprietário de terras, e de uma professora primária de origem metropolitana. Em 1941 foi um dos primeiros jovens a sair do interior de Angola para seguir os estudos universitários em Portugal. Em Lisboa foi um dos inspiradores da criação da Casa dos Estudantes do Império. Em meados da década de 50 criou, junto com outros companheiros o primeiro Cine Clube de Angola e em 1957 tornou-se professor do Liceu de Benguela. Em 1961 participou da fundação do movimento que ficará conhecido como FUA – Frente de Unidade Angolana, o maior expoente do nacionalismo branco angolano de que se tem notícia. Cf. DÁSKALOS, S. *Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000.

¹¹³ Idem, p.83.

¹¹⁴ Idem, ibidem.

Atropelada pelos acontecimentos que levariam ao início da luta armada a FUA não conseguiu realizar seu objetivo.

Percebendo a complexidade das relações entre metrópole e *ultramar* à luz do conceito de *cultura política*¹¹⁵, lembramos que os diferentes comportamentos políticos adotados por colonizados, colonos enraizados e colonizadores metropolitanos foram orientados por diferentes conjuntos de referentes, isto é, cada um desses grupos sociais agiu de acordo com um arsenal de ferramentas que exprimiam seus valores, idéias e desejos políticos. Abraçar a postura de agentes do colonialismo, adotar a bandeira do nacionalismo angolano, reivindicar maior autonomia ou lutar pela independência foram opções estratégicas elaboradas pelos diferentes atores sociais envolvidos na política colonial portuguesa – esfera que mesmo sendo dirigida por um regime ditatorial não deixava de se ser um espaço de disputa, negociação e conflito.

1.8 Até quando Angola “continuará sendo” Portugal? Da “Pax lusitana” à eclosão da guerra colonial

Depois da reformulação da legislação para o *ultramar*, que teria apaziguado os ânimos da elite político-econômica angolana, o Estado salazarista experimentou um período de aparente tranqüilidade e confiança no sucesso de sua *política ultramarina*. Para completar esse quadro positivo, em 14 dezembro de 1955 foi votada e aceita a entrada de Portugal na ONU. As *províncias ultramarinas* pareciam resguardadas, pois, apesar da repercussão internacional da Conferência de Bandung¹¹⁶, a África do Sul continuava solidamente administrada por brancos, as Rodésias permaneciam sob controle britânico e os belgas mantinham-se no Congo. Ao menos as fronteiras angolanas pareciam não estar ameaçadas

¹¹⁵ BERNESTEIN, S. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.349-363.

¹¹⁶ A *Conferência de Bandung* realizou-se entre 18 e 26 de abril de 1955. Este evento faria repercutir em escala planetária a tomada de consciência pelos povos africanos e asiáticos da sua dignidade e a necessidade de sepultar o complexo de inferioridade. Estiveram presentes vinte e quatro Estados Afro-Asiáticos exigindo a liquidação do colonialismo. Com efeito, em Bandung, longe de se assistir a uma manifestação antiocidental, o que aconteceu foi a universalização da idéia ocidental de nacionalismo, nos termos da Carta da ONU, enfatizando-se o respeito pela independência nacional e o dever dos países libertados ajudarem os povos ainda dependentes a aceder à respectiva independência.

pela onda de independências que varria o continente. Entretanto, esse clima de “Pax lusitana” renunciava tormentas que abalariam Portugal, o *ultramar* e o mundo.

Em 1957 dois acontecimentos “denunciariam”, indiretamente, a fragilidade da suposta harmonia que, segundo o discurso oficial, vigorava em todo o Portugal, incluindo as *províncias ultramarinas*. Neste ano a PIDE instalou-se em Angola para investigar e neutralizar as células clandestinas dos movimentos nacionalistas, mesmo que publicamente o Estado não admitisse a existência de tais movimentos. É interessante notar que esta estratégia de ação preventiva do governo, visando desarticular os anticolonialistas antes que suas organizações alcançassem maior divulgação em âmbito local e internacional, foi colocada em prática no mesmo ano em que o Partido Comunista Português finalmente declarou seu “reconhecimento incondicional do direito dos povos das colônias portuguesas de África à imediata e completa independência”.¹¹⁷ Apesar de não ter sido imediatamente acompanhada de nenhuma ação que materializasse o apoio do PCP aos movimentos nacionalistas angolanos, ou de qualquer outra colônia portuguesa, esta declaração veio comprovar que o trabalho de mobilização social, divulgação das mazelas do colonialismo português e reivindicação do direito à independência realizado a duras penas pelos nacionalistas em Angola, em Lisboa e no exílio ganhava cada vez mais credibilidade.

Mesmo não reconhecendo a legitimidade de quaisquer movimentos de oposição, o governo tampouco deixava de monitorar atentamente a trajetória dos nacionalistas africanos, quer atuassem na metrópole ou no *ultramar*. Acompanhando o incremento da polícia secreta, a construção de novas instalações militares e o reforço das tropas nas *províncias ultramarinas*, podemos perceber que as autoridades de Lisboa estavam se preparando para um grande embate em África.

Em 1958, o Estado Novo deparou-se com a crise mais grave de sua história até então. Pela primeira vez, Salazar e seus aliados tiveram que enfrentar a possibilidade real de um processo de transição política conduzido, ao menos na sua gênese, a partir do interior do regime e das suas Forças Armadas e com apoio claro das oposições.¹¹⁸ As eleições presidenciais de 1958 suscitaram um forte debate político tanto na metrópole quanto no *ultramar*. Em Angola a campanha da oposição surtiu grande efeito junto do eleitorado, especialmente nos centros urbanos, como Benguela, onde a vitória do General Humberto

¹¹⁷ *Programa do Partido Comunista Português aprovado no V Congresso*. Edições Avante!, outubro de 1957, p.8. Apud. MADEIRA, João. *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. p.276.

¹¹⁸ ROSAS, Fernando. Prefácio: “A oportunidade perdida”. In: DELGADO, Iva; FARIA, Telmo e PACHECO, Carlos (coords.). *Humberto Delgado: as eleições de 58*. Lisboa: Vega, 1998. pp.IX-XXXI. p.XXI

Delgado¹¹⁹ foi inequívoca. Porém, sua derrota a nível nacional frustrou as expectativas de muitos colonos angolanos que, ao apoiá-lo, procuraram favorecer uma mudança de regime em Portugal e no *ultramar*.

Contudo, entre os colonizados a campanha de Delgado não teve o mesmo impacto mobilizador. Sem dúvida que os africanos estavam cansados de um regime que fora o responsável pelo *Acto Colonial* e provocara graves danos ao progresso dos *domínios ultramarinos*. Porém, o que eles mais desejavam era a independência e esta não fazia parte dos projetos de nenhum dos candidatos em disputa pela presidência de Portugal. Entre os nacionalistas angolanos as eleições de 1958 puseram a nu a desconfiança em relação à oposição portuguesa. Tal desconfiança ficou registrada na correspondência de militantes do MAC:

“A chamada Oposição Portuguesa é como tu sabes tão colonialista quanto o fascista Salazar. Apenas o Partido Comunista Português, bem recentemente (1957 fins) num comunicado saído do V Congresso se pronunciou pelo direito que as colônias tinham a ascensão imediata à independência. Portanto, apoio verdadeiro em Portugal, só do Partido Comunista, mas como deves saber, a ilegalidade em que o Partido Comunista vive em Portugal torna esse apoio pouco efetivo e bastante deficiente, tanto mais que o próprio problema nacional português deve ocupar a maior parte dos interesses imediatos da sua luta. Quanto à outra Oposição, não tenhamos grandes ilusões; pelo contrário necessitamos da maior cautela. (...)”¹²⁰

Ao serem conhecidas as *Proclamações* e o *Manifesto* dos candidatos da oposição, um grupo de nacionalistas do Movimento de Independência de Angola (MIA), estupefato com o teor desses documentos, e com os problemas que foram sendo levantados no decurso da campanha, imediatamente se reuniu para discutir qual a resposta que os angolanos, nas duras condições da luta clandestina, poderiam dar. Decidiu-se pela redação de um manifesto a que se deu o título de *Manifesto Africano*. Distribuído durante a noite nos bairros da periferia de Luanda, o panfleto sem subterfúgios condenava o espírito das eleições e, implicitamente, a própria oposição:

¹¹⁹ Nascido em Torres Novas, em 1906, sua trajetória nas Forças Armadas começou aos dez anos de idade quando ingressou no Colégio Militar. Em 1927 passou do Exército à Aeronáutica. Entre 1952 e 1957 foi representante de Portugal na OTAN. Além disso, foi diretor-geral da aviação civil portuguesa. Em 1958, sendo o mais jovem entre os generais na ativa, lançou-se como “candidato independente” nas eleições presidenciais, mas graças ao massivo apoio popular que sua campanha rapidamente angariou, tornou-se o candidato único de toda a Oposição portuguesa. Além de vencido fraudulentamente, viu-se afastado da Força Aérea e despojado de todas as suas prerrogativas de general. Em 1959 exilou-se no Brasil, mas nunca deixou de fazer oposição ao regime salazarista. Responsabiliza-se a PIDE pelo seu assassinato ocorrido em 1965, na Espanha, em região próxima a fronteira portuguesa. C.f. *Dossier Humberto Delgado: o crime premeditado*. Lisboa: Editorial Avante!, 1979. e DELGADO, Iva; FARIA, Telmo e PACHECO, Carlos (coords.). *Humberto Delgado: as eleições de 58*. Lisboa: Vega, 1998.

¹²⁰ LARA, Lúcio. Carta a Hugo de Menezes. Frankfurt, 3 de junho de 1959. In: LARA, Lúcio. Op. cit., pp.57-60. p. 59.

“A última campanha eleitoral mostrou-nos que somos considerados animais, porquanto existindo os nossos problemas – HUMANOS – chegaram a afirmar que o problema número um é o das estradas (na nossa terra), para permitir a continuidade de importação de brancos colonizadores!

A última campanha eleitoral mostrou-nos a existência de um malévolo acordo para não serem focados os nossos problemas, em virtude de não existir em Angola homogeneidade de raças e o mesmo nível de civilização! Não podemos esquecer tanta patifaria!

Tudo isto e o que nos vem acontecendo há 500 anos é bastante para não acreditarmos nas mentiras que nos impingem contra outros povos QUE ESTÃO PRONTOS A AJUDAR-NOS NA LUTA CONTRA O COLONIALISMO! Lembremo-nos dos nossos irmãos, feitos prisioneiros da PIDE, sem terem cometido crime!”¹²¹

Esta reação não deixava de ser sintomática de um mal-estar que se avolumava, produto da consciência que os africanos tinham de que era urgente eles próprios, conforme enfatizam os documentos da época, tomarem em mãos a sua liberdade.

A campanha eleitoral de 1958 representou um ponto de viragem não só para a política doméstica como para as colônias portuguesas em África que, desde então, entraram numa nova era; no plano internacional significou também uma subida geral no tom crítico dos comentários estrangeiros sobre a ditadura portuguesa.

No último biênio da década de 1950 o continente africano fervilhava aquecido pela fogueira da vontade de independência, cujo fogo vivo consumia rapidamente o colonialismo. O golpe de 13 de maio de 1958, em Argel, conduziu o General De Gaulle ao poder e impulsionou o processo que levaria as colônias africanas francesas à independência nos anos 1960. Em 1959 a Bélgica seguiu o exemplo francês e iniciou negociações que resultariam na independência, ainda que problemática, do Congo. Enquanto isso, o Reino Unido promovia o acesso das suas colônias tropicais ao *self-government* sob maioria negra.

Em 15 de novembro de 1960 a XV Assembléia Geral da ONU, com base na aprovação de uma definição genérica do que fossem os “territórios não autônomos” (equiparados a territórios coloniais), aprovou a “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais” e, simultaneamente, especificou um por um os domínios portugueses como integrando aquela definição. Considerou-se igualmente que lhes negar o direito à autodeterminação representava uma “ameaça para a paz”. O elo forte do sistema de alianças e apoios internacionais com que Salazar contava para defender as colônias começava a quebrar-

¹²¹ ASTML – 1.º Tribunal, proc.º 40/959, de Idílio Tomé Alves Machado, Liceu Vieira Dias, Eduardo Correia Mendes e outros, 5.º vol., panfleto “Manifesto Africano”, fl. 572. Apud. PACHECO, Carlos. Angola: a descrença dos africanos nos candidatos da oposição. In: DELGADO, Iva; FARIA, Telmo e PACHECO, Carlos (coords.). Op. cit., pp.339-353. p.351-2.

se. Os novos presidentes do Brasil e dos EUA, Jânio Quadros e J. F. Kennedy, não escondiam a sua postura anticolonialista ou, pelo menos, as suas simpatias ou interesses pelo “vento de mudança” em África.¹²²

Na avaliação de Cunha Leal¹²³, uma “tinhosa tempestade internacional” rebentava sobre as cabeças portuguesas que se encontravam “desprovidas de pára-raios”. Observando que “a criminosa desordem do Congo ex-belga já estava batendo às portas de Angola”, este político vaticinava que Portugal estava “condenado a ser a vítima propiciatória, que se pretendia imolar na arena da ONU”¹²⁴. O próprio governo teria contribuído para reforçar as críticas internacionais ao decretar, precipitadamente, a plena integração entre metrópole e ultramar. Essa unidade fictícia era indigesta tanto ao povo português quanto ao comum dos povos cultos.

Para resolver este problema Cunha Leal sugeria a descentralização do arranjo estatal. O governo deveria acelerar a “obra civilizadora” nas “províncias ultramarinas” e conceder às administrações locais uma autonomia gradual e progressivamente acentuada, de modo a criar as condições necessárias para:

“imprimir à Comunidade Portuguesa a forma duma Confederação composta por Estados independentes, com Poderes Públicos Centrais – um Chefe do Império, um Governador e um Parlamento – encarregados de dirigir a política internacional e estratégica do agregado e de compatibilizar e entrelaçar seus sistemas económicos. A sede desta Organização Central seria ora a capital da Metrópole, ora a de Angola, ora a de Moçambique, estabelecendo-se esta transferência por um sistema automático de rotação plurianual.”¹²⁵

Este plano de atuação deveria ser posto em prática para fazer jus à “especial vocação colonizadora dos portugueses”, reavivando a autoridade moral de um “colonialismo honrado” que nunca acederia às ultrajantes intimações da ONU, onde reinava a hipocrisia dos grandes

¹²² ROSAS, Fernando. A lenta agonia do salazarismo. In: MATTOSO, José. (dir.) *História de Portugal. Sétimo Volume: O Estado Novo (1926-1974)*. S. / 1.: Editorial Estampa. S. /d. pp.503-543. p.517-518.

¹²³ Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970), formou-se engenheiro militar e engenheiro civil e de minas em 1912, pela Escola do Exército. Seguiu a carreira militar até renunciar em meados de 1926. Iniciou a carreira política em 1918, foi deputado por Angola em dois mandatos, 1919-21 e 1921-22. Apoiou o golpe militar que deu origem ao Estado Novo português. Entre 1926 e 1930 assumiu as funções de governador do Banco de Angola. No decurso das atividades neste cargo, tornou-se um acerbo crítico da política económica salazarista para as colónias, o que lhe valeu a exoneração e sob o pretexto de conspirar contra o governo, a prisão e deportação para os Açores, seguindo depois para a Madeira donde saiu para o exílio na Espanha. Fez campanhas contra o Estado Novo em Portugal e no estrangeiro. Aparecia como candidato independente ou da oposição nas eleições para a Assembléia Nacional.

¹²⁴ LEAL, Cunha. *O colonialismo dos anticolonialistas*. Lisboa: Edição do autor, 1961, p. 119.

¹²⁵ Idem, p.91.

líderes mundiais – EUA e Rússia – que pretendiam libertar os povos oprimidos pela tutela alheia, mas que também tinham atuações (e más-intenções) colonialistas.¹²⁶

Salazar não ignorava que a posição internacional portuguesa era altamente melindrosa, mas, além de uma mensagem de protesto e indignação contra o tratamento dado a Portugal na ONU, não esboçou qualquer reação oficial que indicasse uma remodelação da política ultramarina, cada vez mais vulnerável.

Em dezembro de 1960 se faziam notar os primeiros sinais do mais relevante episódio de contestação das condições de trabalho impostas sob o domínio colonial em Angola. Revoltados contra as péssimas condições econômicas em que viviam devido ao cultivo obrigatório do algodão na região da Baixa do Cassanje¹²⁷ e influenciados pelas idéias independentistas vindas do Congo e pela propagação de um movimento “nacionalista messiânico” mais tarde denominado “guerra de Maria”¹²⁸, os camponeses boicotaram a produção queimando sementes, recusando-se ao trabalho e ao pagamento de impostos, fugindo para as matas. Os desafios às autoridades coloniais tornaram-se explícitos em janeiro quando a população ameaçou atacar quem os obrigasse ao trabalho no algodão ou nos serviços do Estado. O governador do distrito procurou abrir negociações com os revoltosos numa tentativa de conciliação. Os principais sobas da região sublevada denunciaram os abusos cometidos pelos administradores coloniais e funcionários da Cotonang¹²⁹ e manifestaram suas intenções de forçar os brancos a retirar-se. Das ameaças verbais os revoltosos passaram à destruição dos bens dos comerciantes europeus e mestiços e dos

¹²⁶ Idem, p. 153.

¹²⁷ Vasta região do distrito de Malange, no norte de Angola, integrada pela bacia hidrográfica do rio Zaire. Até meados do século XX a presença dos brancos era raríssima. Entre 1940-50, não haveria mais do que 500-600 brancos, enquanto a população africana rondaria os 170 mil habitantes tradicionalmente dedicados à produção de gêneros alimentícios e do tabaco, tanto para o consumo próprio como para comercialização. Porém, a partir dos anos 40, a cultura algodoeira intensiva e obrigatória alteraria o ritmo de vida das populações rurais. Cf. FREUDENTHAL, Aida. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 18-22, 1995-1999, pp. 245-283. p.247-248.

¹²⁸ Em finais de 1960 se constituiu um movimento ou “sociedade secreta” que utilizando uma linguagem simbólica, exprima o descontentamento dos africanos, conduzindo à adesão generalizada a um programa de resistência civil, integrando preceitos práticos que violavam a ordem colonial. A difusão desses preceitos teria sido anunciada por dois catequistas bakongo que, declarando-se enviados de Kasavubu, o presidente do Congo, e do PSA (Partido da Solidariedade Africana), anunciavam-se portadores da Boa nova de Maria, “deusa protetora dos pretos” que lhes comunicara que “vinha salvar o povo de Angola, libertando-o do jugo do branco e proporcionando-lhe uma vida melhor”. Quando todos os povos de Angola aderissem ao movimento Maria viria abençoar o povo, dar-lhes dinheiro e tudo o que pedissem, ressuscitar pessoas e animais mortos. Depois disso viria Lumumba para os governar. O novo culto passou a condicionar o cotidiano dos camponeses e sua relação com os representantes do poder político. A unidade religiosa alcançada e o potencial reivindicativo das linguagens proféticas conduziram o povo à ação contra as autoridades coloniais. Cf. Idem. p.257-259.

¹²⁹ Companhia colonial criada na década de 20, detentora do exclusivo comercial sobre toda a produção algodoeira dos camponeses angolanos a quem pagava preços menores que os do mercado.

símbolos do poder colonial. De uma mera reação contra a cultura do algodão, a revolta adquiriu o caráter mais amplo de um verdadeiro levantamento contra a soberania portuguesa.

Nos primeiros dias de fevereiro o governo deu início a uma “repressão exemplar” esmagando a rebelião com tropas especiais e bombas incendiárias (napalm), que deixaram centenas de mortos e aldeias arrasadas. Em direção à fronteira fugiram não apenas indivíduos isolados, mas aldeias inteiras a fim de evitar os bombardeamentos, a perseguição e a punição do exército colonial. Na perspectiva oficial a missão das Forças Armadas em Angola consistia em “limpar rapidamente todas as zonas infestadas por ações subversivas”, como o levantamento camponês foi noticiado posteriormente na revista *Ultramar*.¹³⁰

Apesar de seu trágico fim, a revolta na Baixa do Cassanje, funcionou como um estímulo decisivo para os movimentos de libertação nacional por evidenciar a disposição da população em romper com a dominação colonial.¹³¹ Aida Freudenthal chega a considerar este episódio como “um dos detonadores da luta anticolonial”.¹³²

No final de janeiro de 1961, outro feito inesperado atrairia a atenção mundial para a política portuguesa de modo geral e para Angola, em particular. No dia 22 do referido mês, Henrique Galvão¹³³, à frente de um comando de 23 homens ligados ao Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação¹³⁴ apoderou-se, em pleno mar das Caraíbas, do paquete transatlântico Santa Maria. Era a “Operação Dulcinéia”, preparada por Galvão a partir da Venezuela com o objetivo de assaltar a ilha de Fernando Pó (possessão espanhola) para se municiar, desembarcar no norte de Angola e aí instalar uma espécie de governo provisório que lideraria a derrubada das ditaduras de Salazar e Franco.

O Santa Maria foi detectado pela marinha americana, a 25 de janeiro. Na véspera, Galvão divulgara, num comunicado por rádio, a natureza política anti-salazarista da operação

¹³⁰ *Ultramar*, número especial 15 (1964), vol.5, n.1.

¹³¹ BITTENCOURT, M. Op. cit., p.66.

¹³² FREUDENTHAL, Aida. Op. cit. p.276.

¹³³ Henrique Carlos da Mata Galvão (1895, Barreiro-Portugal – 1970, São Paulo-Brasil), ex-capitão do Exército Português, exerceu durante anos o cargo de Inspetor Superior da Administração Colonial em Angola. Por isso, foi indicado para representar essa *província ultramarina* como deputado na Assembléia Nacional em 1935 e novamente em 1946. No final de 1947 apresentou em sessão secreta da Assembléia um relatório sobre os problemas dos povos nativos das colônias africanas onde fazia um vigoroso ataque ao regime. Todos os demais deputados voltaram-se contra ele que passava definitivamente à oposição. Em 1952 foi preso sob acusação de atividade política subversiva. Em 1959 conseguiu fugir da PIDE refugiando-se na embaixada da Argentina, neste mesmo ano chegaria à Venezuela como exilado político. No exílio continuou denunciando o salazarismo e organizando ações para derrubar a ditadura portuguesa. Além das atividades políticas foi novelista, dramaturgo, naturalista e etnologista amador. Cf. GALVÃO, Henrique. *O assalto ao Santa Maria*. Lisboa: Edições Delfos, 1974.

¹³⁴ Formado por 12 portugueses e 11 espanhóis opositores aos regimes salazarista e franquista, vivendo em exílio político na Venezuela.

e a sua ligação à figura de Humberto Delgado. Esse fato fez inflectir a atitude do governo de Londres que suspendeu suas buscas ao navio, e da recém empossada administração Kennedy nos EUA, que inicialmente ajudou Portugal aceitando a versão de pirataria divulgada por Lisboa. Para grande embaraço do governo português, Washington decidiu lidar com Galvão como oponente político do salazarismo. Em 1 de fevereiro os captores receberam exílio político no Brasil e o paquete, apelidado de Santa Liberdade por seus ocupantes, seria entregue ao governo brasileiro e não a Portugal.

Em Lisboa, foi enorme a perplexidade causada pela impunidade da afronta de Galvão e pela falta de apoio internacional demonstrada: o caso do Santa Maria atestou o isolamento de Portugal e o incomodo que Salazar representava para os antigos aliados no Ocidente.¹³⁵ Em Angola a notícia deste episódio excitou os ânimos dos brancos nacionalistas¹³⁶, apesar de Galvão não expressar nenhuma proposta anticolonialista. Contudo, ao atrair a imprensa estrangeira para Luanda o caso do Santa Maria acabou precipitando a eclosão da insurreição contra o colonialismo.

Assim, aproveitando a presença dos jornalistas, um punhado de militantes espontaneamente organizados e armados apenas com catanas enfrentaram a peito aberto as forças da ordem colonial atacando as principais prisões de Luanda onde se encontravam detidos os líderes dos movimentos nacionalistas. O “4 de fevereiro” de 1961 entraria para a história como a data do início da luta armada pela independência de Angola.

A direção do MPLA no exílio, depois de ouvir pelo rádio as notícias sobre esse acontecimento, assumiu a responsabilidade pela ação e começou a tomar as medidas necessárias para fazê-la existir do ponto de vista internacional e defendê-la, pois a repressão seria imediata e feroz.

Na seqüência dos acontecimentos, Holden Roberto envia uma mensagem a UPA desde os EUA orientando que se “incendiasse” Angola no dia 15 de março. Data em que a ONU se reuniria e discutiria a situação angolana. A ordem de Holden foi executada, e em 15 de março começou o levante armado no Norte de Angola.¹³⁷ As ações foram duras e abateram-se principalmente sobre alvos civis: os colonos e suas propriedades, *assimilados* negros e

¹³⁵ ROSAS, Fernando. A lenta agonia do salazarismo. In: MATTOSO, José. (dir.) *História de Portugal. Sétimo Volume: O Estado Novo (1926-1974)*. S. / l.: Editorial Estampa. S. /d. pp.503-543. p.533.

¹³⁶ Cf. DÁSKALOS, S. Op. cit., p. 84.

¹³⁷ Cf. depoimento de João César Correia, enfermeiro, filho de uma família negra *assimilada*, cresceu no Golungo-Alto. Em 1960 foi para o Zaire e passou a militar na UPA. Participou do levante armado iniciado em 15 de março de 1961. CORREIA, J.C. João César Correia. In: JAIME, Drumond e BARBER, Helder. Op. cit. pp.154-167.

mestiços e, sobretudo, muitos *ovimbundu* vindos do sul para trabalhar como contratados na região, o que reforçaria o perfil étnico da UPA enquanto movimento *bakongo*. Ultrapassando as ordens da direção, o “15 de março” transformou-se numa *jacquerie*. A violência dos ataques ficaria registrada em fotos aterradoras.



Crianças assassinadas no berço, na fazenda Nunes, nos Arredores de Quitexe (fotos Horacio Caio). Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias6.htm>



Fazendeiros brancos mortos à catanada (fotos Horácio Caio) Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias7.htm>



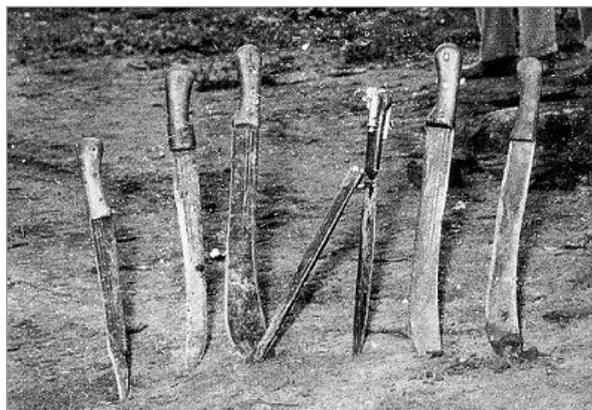
Nambuanguo. Ovimbundos mortos à catanada com a cabeça decepada (fotos Manuel Graça) Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias7.htm>



Fazenda Tabi. Cabeças de trabalhadores ovimbundos espetadas em estacas (fotos Manuel Graça) Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias6.htm>

Valendo-se desse material, o governo português não precisou se esforçar muito para passar a mensagem de que os negros angolanos integrados nos movimentos de libertação eram extremamente cruéis e que a violência de suas ações era contrária ao discurso veiculado internacionalmente por suas organizações quanto à necessidade de estabelecer o diálogo para resolver o problema colonial. Para os portugueses ficava provada a impossibilidade do diálogo. A violência se responderia com a força das armas.

As estimativas apontavam que as catanas teriam vitimado entre 300 e 700 colonos e cerca de 6000 negros. A comparação desses números com os aproximadamente 20 mil angolanos que os militares e civis armados teriam assassinado a seguir aos levantes de 15 de março demonstra o quão avassaladora foi a reação portuguesa.¹³⁸



Catanas, as armas do início da luta armada (foto de Manuel Graça) Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias7.htm>

¹³⁸ MARCUM, J. Op. cit., p.143-4.



Um carro de combate utilizado na contra-ofensiva portuguesa (foto de Manuel Graça). Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias7.htm>

Começava a guerra impondo mudanças de postura por parte de todos aqueles, portugueses ou angolanos, brancos, negros ou mestiços, que vinham buscando soluções para o problema colonial desde os anos 50.

Portugal contabilizaria os “pacíficos trabalhadores” ovimbundos assassinados no levante de 15 de março entre as suas próprias perdas. Atitude que reforçava o discurso de que Angola era parte integrante da “nação multirracial” portuguesa construída com base numa “relação harmoniosa entre os colonos e as populações nativas dos territórios ultramarinos”. De fato, continuaram existindo *assimilados* e mesmo sobas (chefes tradicionais de aldeias) satisfeitos com os privilégios alcançados dentro da lógica do sistema colonial. Haja vista a organização de milícias para retaliar os ataques liderados pela UPA que integravam colonos e nativos, conforme indica a fotografia abaixo.



Grupo “Vanguarda de Salazar” formado para defesa das populações (foto Manuel Graça). Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias8.htm>

Por outro lado, alguns brancos continuaram militando no MPLA, embora não fosse fácil descolar a imagem negativa do colonialismo dos descendentes dos colonos. Desracializar

o embate entre colonizados e colonizadores foi uma das tarefas mais complexas que o MPLA abraçou. Enquanto a UPA manteria o discurso de que os colonos e seus descendentes, fossem brancos ou mestiços, personificavam a exploração colonial e por isso deviam ser combatidos. Idéia de fácil absorção entre a população do norte de Angola expulsa de suas terras que foram ocupadas por fazendas de café administradas pelos colonos.

A guerra fecharia o leque de possibilidades de resolução do problema colonial em Angola. A UPA e o MPLA se destacariam por ter dado início à luta armada. Em contrapartida, os demais grupos de contestação à dominação colonial perderiam espaço de atuação até se dissolverem em um desses dois movimentos ou desaparecerem da cena política. O governo ditatorial português se manteria irredutível e mobilizaria todos os esforços para preservar a “jóia da coroa do império”.

- CAPÍTULO II -

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE GUERRA (1961-1974)

*“Na guerra, como em qualquer outra das atividades humanas, as circunstâncias, a prática e os resultados impõem alterações à teoria”.*¹³⁹

2.1 Para Angola, “rapidamente e em força”¹⁴⁰

Às vésperas do primeiro levante armado realizado em nome da independência de Angola, isto é, apenas quatro dias antes do ataque às prisões de Luanda para libertar lideranças e simpatizantes dos movimentos nacionalistas, o governador-geral desta *província ultramarina* elencava entre as condições favoráveis para a permanência *ad eternum* de Portugal na região:

“O largo tempo de paz em Angola, pelo menos 30 anos, paz significativa de entendimento entre os grupos populacionais, o grau de eficiência das forças armadas, o seu número e qualidade, e ainda a permanência de domínio branco na África do Sul e nas Rodésias, juntamente com um governo pró-ocidental no Catanga”.¹⁴¹

Apesar da grande tensão provocada pela conturbada independência do Congo ex-belga, que se tornou um reconhecido pólo de fomento de “organizações anti-portuguesas”, o discurso oficial português defendeu até o último momento a idéia de *pax lusitana*, reinante tanto na metrópole quanto no ultramar. Quando a violência dos acontecimentos de 4 de fevereiro e, sobretudo, de 15 de março provaram o contrário, o governo, atônito, demorou semanas para apontar os rumos a seguir.

¹³⁹ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África. (1961-74) 1.º Volume – Enquadramento Geral*. Lisboa, 1988. p.156.

¹⁴⁰ SALAZAR, António de Oliveira. “Ao assumir a pasta da Defesa Nacional” – declarações proferidas através da Rádio e da Televisão, em 13 de abril de 1961. In: *Discursos e Notas Políticas VI – 1959-1966*. Coimbra Editora, 1967. p.123.

¹⁴¹ REBELO, Horácio de Sá Viana. Conferência proferida no Instituto de Altos Estudos Militares em 31 de janeiro de 1961. In: ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África. (1961-74) 6.º Volume – Aspectos da Actividade Operacional. Tomo I. Angola - Livro 1*. Lisboa, 1998. p.201.

Tamanha hesitação refletia mais uma crise interna enfrentada pelo Estado Novo. No fim de março e início de abril, a febre conspirativa e o terrorismo psicológico imperavam entre a elite político-militar portuguesa. Situação agravada pelos últimos acontecimentos em Angola. O clima de emergência nacional que se seguiu ao 15 de março veio dessacralizar a liderança de Salazar, tornando as Forças Armadas o potencial mediador de um novo equilíbrio político.¹⁴² Diante das crescentes dificuldades enfrentadas por Portugal em Angola, havia consenso nas cúpulas militares quanto à urgência de mudanças no governo; não havia unanimidade quanto ao sentido dessas modificações.

Representando a insatisfação de parte da alta hierarquia das Forças Armadas, Botelho Moniz, que então exercia o cargo de Ministro da Defesa, defendia uma transformação política urgente que assegurasse a Portugal a solidariedade dos EUA. Não se tratava de abandonar a África, mas de sair do isolamento na cena internacional. Para tanto o governo deveria fazer uma declaração prometendo para longo prazo a autodeterminação dos territórios ultramarinos.¹⁴³ Visto que Salazar não parecia inclinado a alterar nem a política interna nem a ultramarina, Botelho Moniz tentou articular um golpe de Estado para retirá-lo do poder. Mas sem mobilizar qualquer força significativa da sociedade civil os golpistas acabaram encurralados em suas próprias posições. O desfecho da insurreição falhada foi a demissão dos envolvidos.¹⁴⁴

Na verdade, a explosão das revoltas em Angola permitiu a Salazar explorar uma onda de fervor nacionalista que renovaria a força de seu regime. Batendo-se por preservar a “unidade” nacional, isto é, para não abdicar das *províncias ultramarinas*, ele contaria com o apoio incondicional do Presidente da República, Américo Tomás, da maioria conservadora dos membros das Forças Armadas e dos representantes do grande capital tanto metropolitano quanto “africanista” que, geralmente, eram também deputados da Assembleia Nacional ou membros da Câmara Corporativa. Apoio declarado em várias sessões plenárias e reafirmado pela aprovação unânime da seguinte moção:

“A Assembleia Nacional, tendo vindo a seguir emocionada com o País as recentes tentativas de pôr em causa o prestígio português no Mundo ou perturbar a ordem que reina em todos os nossos territórios, e a viver com natural preocupação as investidas contra a integridade da Pátria, acompanha o Governo, e especialmente o seu Chefe, na sua serena, firme e intransigente defesa de nossos direitos e

¹⁴² Cf. ANTUNES, José Freire. *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991. p.191.

¹⁴³ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.). *A descolonização portuguesa: aproximação ao seu estudo*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979. p.63.

¹⁴⁴ ANTUNES, José Freire. Op. cit. p. 224.

expressa-lhe a sua viva solidariedade, segura de que exprime o sentir de todos os portugueses que legitimamente representa”.¹⁴⁵

Salazar personificou a defesa intransigente da “Pátria una e imperecível” e transformou o problema colonial num paliativo a estancar a ferida aberta no seio palaciano lisboeta. Assim, foram afastados do governo todos os elementos que criticavam as políticas reacionárias em curso em Portugal e nos territórios ultramarinos. Subjacentes à mudança estavam o sentido de continuidade do Estado Novo e a necessidade de renovação de seu protagonismo político. Demitindo Botelho Moniz, o Primeiro Ministro assumiu também o Ministério da Defesa com a justificativa de que isso facilitaria e abreviaria as providências necessárias à defesa eficaz de Angola, para onde todas as atenções do governo se voltariam “rapidamente e em força”.¹⁴⁶

A vulnerabilidade, explícita desde o episódio do *Santa Maria* seguido do 4 de Fevereiro – já considerados “manifestações iniludíveis de uma conjura internacional contra a Nação Portuguesa”¹⁴⁷, seria transformada num dos principais argumentos justificadores do fortalecimento do regime salazarista. A estratégia adotada para promover tão delicada metamorfose foi assumir o papel de vítima das circunstâncias quando Angola tornou-se um dos palcos da Guerra Fria.

De fato, no início dos anos 60, a competição entre as superpotências mundiais estendeu-se à África portuguesa impondo um ambiente internacional de grande hostilidade à *política ultramarina* de Salazar, que até então nunca havia recebido críticas de maior intensidade. A questão angolana começou a ser discutida em 13 de março de 1961 no Conselho de Segurança da ONU. A delegação dos EUA juntou-se aos soviéticos e aos afro-asiáticos na condenação da política colonial portuguesa. Depois dos episódios de extrema violência ocorridos em 15 de março, Angola tornou-se um assunto de primeira linha na cena mundial e a solidão diplomática de Salazar acentuou-se. Em 21 de abril, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução pela qual formava um comitê fiscalizador e pressionava Portugal a efetuar “reformas em Angola”. O governo português negou-se a cooperar com as Nações Unidas, não lhes reconhecendo competência para investigarem a situação angolana, considerada como um problema doméstico, isto é, da alçada da política interna.

¹⁴⁵ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 198, de 10 de fevereiro de 1961. p.435. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

¹⁴⁶ SALAZAR, António de Oliveira. Op. cit. p.123-124.

¹⁴⁷ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 196, 08 de fevereiro de 1961. p.406. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

Contudo, o dito problema doméstico português passava a ser parte também da Guerra Fria que envolvia, direta ou indiretamente, todos os países do globo terrestre. Salazar foi dos primeiros a considerar que os soviéticos atacavam claramente Portugal em África e logo admitiu que parecia que os EUA estavam fazendo o jogo dos comunistas:

“(…) os Estados Unidos vêm fazendo em África, embora com intenções diversas, uma política paralela à da Rússia. Mas esta política, que no fundo enfraquece as resistências da Europa e lhe retira os pontos de apoio humanos, estratégicos ou econômicos para a sua defesa e defesa da própria África, revela-se inconciliável com a que se pretende fazer através do Tratado do Atlântico Norte”.¹⁴⁸

Em sessão extraordinária da Assembleia Nacional, com a pompa e a circunstância dos momentos graves, o Presidente do Conselho e Ministro da Defesa enfatizava que os membros da ONU cometiam “grande equívoco em considerar o ultramar português como território de pura expressão colonial”.¹⁴⁹ E encarava a conivência dos EUA com as críticas contra Portugal difundidas pelo bloco dos recém-formados países afro-asiáticos como uma vil deslealdade, já que o principal aliado de Portugal – por conta dos acordos firmados na OTAN – portava-se contraditoriamente como inimigo quando o assunto era a África portuguesa.

Freire Antunes demonstra que, perante a multiplicidade de crises na África e na Ásia, e face à popularidade do comunismo, os EUA realmente buscaram vencer os soviéticos no próprio jogo em que estes eram mestres: a subversão de países estrangeiros.¹⁵⁰ Neste sentido, a estratégia estadunidense para Angola teria combinado ações secretas¹⁵¹ e pressão diplomática. Entretanto, a sugestão dos EUA para que Portugal acertasse o passo com a comunidade internacional foi terminantemente rejeitada por Salazar, que preferiu assumir a solidão política num mundo hostil.

Em resposta a essa hostilidade no cenário internacional, severas críticas à atuação da ONU quanto aos problemas enfrentados em África passaram a fazer parte das discussões dos deputados portugueses. Na primeira sessão da Assembleia Nacional após a eclosão do conflito armado em Angola, os deputados questionaram a postura dos países membros da ONU em

¹⁴⁸ SALAZAR, António de Oliveira. Discurso. In: ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 217, de 1 de julho de 1961. p.924. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

¹⁴⁹ Idem, p.925.

¹⁵⁰ ANTUNES, José Freire. *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991. p. 169.

¹⁵¹ No final de abril de 1961, o National Security Council Special Group autorizou o financiamento secreto de Holden Roberto e da UPA. A quantia inicial foi de 6.000 dólares por ano. A CIA financiou diretamente a UPA até 1969 e depois disso continuou a pagar 10.000 dólares por ano a Holden para manter o contato. Cf. Idem, p.238.

relação à política colonial portuguesa e acusaram o desrespeito pela Carta das Nações Unidas e pela Carta do Atlântico. Documentos pensados para garantir a paz, mas que, de acordo com os legisladores portugueses, vinham sendo utilizados para insuflar a guerra.¹⁵²

“Em Nova Iorque está-se, na realidade, a organizar mundialmente a paz?
Não está.

Lançar pretos contra brancos, mestiços e outros pretos não é organizar a paz.

Estimular, espicaçar, acalorar a insurreição, conspirar contra a segurança interna dos Estados, incentivar a revolta dos povos de cor, criar antagonismos onde eles não existem, não é organizar a paz, mas promover a guerra.

Intervir nos assuntos que afirmam a competência normal dos Estados é contrário às Cartas, aos seus fins, ao seu espírito, e é espalhar um fermento de conflitos e guerras.”¹⁵³

No desenvolvimento desta mesma intervenção, o deputado Águedo de Oliveira criticava o processo de descolonização defendido pelos jovens Estados independentes que formavam o bloco afro-asiático. Ele apoiava a exclusiva política de integração que o Estado português afirmava praticar em suas *províncias ultramarinas*.

“Quando em Bandung, em Acra e no Cairo se fala em descolonização pretende-se o Banimento dos Europeus, a revisão e reprovação total da ação secular europeia. Pretende-se herdar sem partilha as plantações, casas, escritórios, armazéns, oficinas, fábricas, portos, estradas, obras dos capitais, inteligência e trabalho europeu, tudo o que é patrimônio público e privado, sem indenização nem compensação, para o devolver a alguns *meneurs* e algumas massas em rebeldia.

Integração significa também descolonizar porque assegura independência nacional, desenvolvimento e vida que se pode chamar própria.

Integração significa descolonizar e todavia não querem que assim seja.
Vejamos.

Integração significa elevação do nível moral e civilizador até ao nível europeu. Significa assistência financeira, técnica, desenvolvimento económico e social – toda uma obra imensa de associação e de intimidade nas idéias e nos fatos.

Significa unidade moral e política.

Isto é o inverso, o oposto à descolonização.

Esta o que vem a ser, não segundo as fórmulas extensivas de Bandung, de Acra e do Cairo e até de Moscovo, mas nos seus resultados?

Interrupção na marcha ascensional, secessão, miséria maior, as fúrias desatadas da anarquia, da luta tribal, da feitiçaria.

Descolonização significa vassalagem ao partido comunista, irreligião e servidão económica.

Ninguém poderá explicar porque federação de Estados duvidosos ou de artifício e associação de pretensas nações se respeita e recomenda mais do que a

¹⁵² OLIVEIRA, Águedo de. Discurso. In: ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 205, de 06 de abril de 1961.p.512-5133. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

¹⁵³ Idem, p.513.

unidade ascensional das terras e homens portugueses e porque o nosso formulário secular de Estados e províncias é alvo de incompreensões e críticas.”¹⁵⁴

O mundo, em sua funesta divisão bipolar que provocava a corrosão dos bons valores tradicionais do Ocidente, seria ideologicamente adverso a Portugal, um dos últimos baluartes da civilização. Mas o próprio Salazar garantia:

“Pouco importa que alguns sorrissem da nossa estrutura constitucional, que admite províncias tão grandes como estados e estados tão pequenos como províncias, e se entretenham a pôr em dúvida soberanias, aliás indiscutíveis, ou a menosprezar a civilização e cultura incontestavelmente superiores, ou a desconhecer necessidades de defesa ligadas a territórios sob autoridade ocidental. O grande problema subsiste, resultante da instalação definitiva da população branca e do facto de se encontrar nas suas mãos quase exclusivamente a direção do trabalho, o financiamento das empresas, a administração do bem público. Esta, sim, esta é uma questão que merece a atenção de estadistas, e não duvido de que, se nela atentassem, não mais nos estorvariam de encaminhar um problema que, nos nossos territórios, só nós, pelos nossos métodos, somos capazes de resolver. (...) a estrutura actual da Nação Portuguesa é apta a salvar de um irredentismo suicida as parcelas que a constituem e que outra qualquer as poria em risco de perder-se não só para nós, mas para a civilização.”¹⁵⁵

As palavras de Salazar não deixam margem para duvidarmos da irredutibilidade de seu propósito de conservar Angola e as demais *províncias ultramarinas* sob a administração portuguesa, ainda que o resto do mundo lhe virasse as costas.

2.2 “O exército não é apenas uma máquina de guerra. É também um fator de civilização e de progresso”¹⁵⁶

Depois da chegada dos primeiros reforços militares à Luanda¹⁵⁷, numa entrevista concedida ao *New York Times*, Salazar argumentava que os meios militares teriam sido

¹⁵⁴ Idem, ibidem.

¹⁵⁵ SALAZAR, António de Oliveira. Discurso. In: ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 217, de 1 de julho de 1961. p.927. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

¹⁵⁶ Um dos dísticos adotados pelo exército português durante as campanhas em África citados em “Relação de documentos difundidos com interesse para a AP”. Anexo n.º 6 ao Capítulo VII. In: ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África. (1961-74)1.º Volume – Enquadramento Geral*. Lisboa, 1988. pp.415-419. p.419.

¹⁵⁷ Na época dos primeiros levantes armados em nome da independência, o efetivo das Forças Armadas portuguesas disposto em Angola somava apenas 6.500 militares que espalhados por vários pontos do território executavam exercícios de treino sem esperar envolver-se imediatamente num confronto. Reforços significativos começariam a chegar a partir de primeiro de maio e no final do ano de 1961 atingiram a marca dos 33.000

“impostos como único caminho imediato para a solução” do problema angolano. Segundo ele, a intervenção militar visava “exclusivamente a punição dos criminosos e o restabelecimento da ordem”. Depois disso, o governo continuaria com o “esforço reformador” em que a Nação viria “há muito” se empenhando em todas as suas parcelas. “Se possível intensificando o ritmo de execução dos programas de elevação social e desenvolvimento econômico”.¹⁵⁸

Segundo a memória oficial, produzida pelo Estado-Maior do Exército, desde o início as campanhas no ultramar se revelaram como uma luta a exigir uma ação coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as autoridades administrativas e as populações, para que os “poderosos agentes da subversão” não encontrassem um campo fértil para desenvolver a sua atividade.¹⁵⁹ Travava-se de uma guerra política que implicava, portanto, uma atenta vigilância na retaguarda e uma integração perfeita das ações militares, diplomáticas, econômicas, políticas e psicológicas.

A africanização da guerra pode ser considerada uma das primeiras estratégias portuguesas para derrotar os movimentos de libertação não só no terreno militar, mas também politicamente. Segundo John Cann, o recrutamento local teve início em 1961, com índices modestos. Nesta altura os soldados nativos equivaliam a 14,9% das forças armadas portuguesas em Angola. Estes números aumentariam ao longo da guerra e, em 1974, os angolanos compunham 50% das tropas coloniais.¹⁶⁰

Uma das metas do recrutamento local era obter comprometimentos de ordem política, promovendo a integração dos africanos na ordem estabelecida pelo regime colonial. A política de africanização procurou o envolvimento físico das populações negras na guerra de modo a criar clivagens e antagonismos que demarcassem campos de atuação e dificultassem o alargamento das bases de apoio dos movimentos de libertação. Para isso, as forças armadas coloniais exerceram uma intensa ação psicológica sobre os africanos ao seu serviço, proporcionando-lhes melhores condições de vida e apresentando-os como exemplos a serem seguidos. Em troca, socorreu-se deles para aumentar os efetivos de combatentes, aproveitando o seu conhecimento do terreno e a sua completa adaptação ao meio, formando com eles

homens. Número que subiu até 1965, data em que o quantitativo passava dos 57.000. Esse efetivo estabilizou até 1970, verificando-se depois, novo incremento até 1973, ano em que se atingiu o número mais elevado (66.592). Cf. CANN, John P. *Contra-insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra*. São Pedro do Estoril: Edições Atena, 1998. p.25 e ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Op. cit. p.240.

¹⁵⁸ SALAZAR, António de Oliveira. Entrevista concedida ao Jornal The New York Times, publicada no número de 31 de maio de 1961. In: *Entrevistas 1960-1966*. Coimbra Editora, s. /d. p.28-29.

¹⁵⁹ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Op. cit. p.122.

¹⁶⁰ CANN, John P. Op. cit., p.31.

unidades especiais, expondo-os a maiores perigos e sacrifícios e utilizando-os ainda como fonte de informações e como agentes de contra-informação. De modo geral a estratégia de africanização da guerra proporcionou unidades mais baratas e mais eficazes do que as tropas vindas da Europa, além de compensar a escassez de efetivos que o alastramento da guerra exigiria e que a demografia metropolitana logo não conseguiria fornecer.

Além dos combates nas frentes de batalha, as Forças Armadas desenvolveram e aplicaram uma doutrina de contra-subversão acompanhando a política de desenvolvimento econômico e social promovida pelo Estado. Esta estratégia ficou conhecida como *APSIC – ação psicológica*, entendida enquanto um “conjunto de atividades que visa(va)m, quer levar o inimigo a desistir da luta, ou no mínimo, enfraquecer a sua força anímica e a vontade de combater, quer no campo amigo a fortalecer o moral e a vontade de prosseguir até a vitória.”¹⁶¹

Ainda antes do início da guerra em Angola e apesar do discurso da “Pax lusitana”, as Forças Armadas portuguesas começaram a se preparar para enfrentar uma “guerra subversiva” que, diante da conjuntura africana, podia vir a alastrar às *províncias ultramarinas*. No decorrer de 1958 e 1959 alguns oficiais foram enviados para o *Intelligence Centre of the British Army* – Centro de Informações do Exército Britânico, a fim de frequentarem cursos na *School of Military Intelligence* – Escola de Inteligência Militar. Tais cursos tinham importante abordagem sobre guerras subversivas, uma vez que os britânicos refletiam sobre suas experiências na Malásia (1948-1960), no Quênia (1952-1960) e em Chipre (1955-1960). Tratava-se, de um modo geral, das insurreições dos povos colonizados como um problema inspirado pelo avanço do comunismo. Não se reconhecia que os movimentos nacionalistas podiam ser motivados apenas pelo desejo de independência. Essa orientação britânica teria reforçado a teoria portuguesa de que a conspiração comunista era a primeira e maior ameaça às suas *províncias ultramarinas*.¹⁶²

Em 1959, outro grupo de oficiais portugueses seguiu em missão para a Argélia, onde o exército francês fazia frente a uma guerra de natureza revolucionária. Eles fizeram um estágio de instrução no *Centre d’Instruction de Pacification et Contre-Gerrilla* – Centro de Instrução de Pacificação e Contra-Guerrilha.¹⁶³ E graças a essa formação, já em novembro de 1960 circulava em Angola o primeiro documento que regulava a ação psicológica a ser

¹⁶¹ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Op. cit. p.373.

¹⁶² CANN, John P. Op. cit., p.67-68.

¹⁶³ Idem, p.68.

empreendida pelas forças militares da província, o “Plano de acção psicológica n.º1 do Comando Militar de Angola”.¹⁶⁴

Entre outras orientações, tal documento sugeria 16 temas de propaganda acompanhados dos respectivos meios a influenciar, ou seja, o público-alvo, e das estratégias diferenciadas que deveriam ser utilizadas para atingir cada segmento social, entre os quais estavam considerados os civis europeus, os civis civilizados, os nativos, os praças metropolitanos, os praças C – recrutados na colônia entre os naturais considerados civilizados e os praças I – recrutados entre os *indígenas*. Destacamos alguns deles:

Temas	Meios a influenciar	Momento	Processos de intervenção
Ser independente é ser governado por portugueses, ter um Exército constituído por portugueses e obedecer a leis exclusivamente portuguesas. Comparar com o Congo ex-belga.	Todos	Desde já	Todos
Ser branco não concede privilégios especiais. É-se branco por nascimento e não por mérito próprio, e os privilégios, independentemente de raças, conseguem-se mercê das qualidades morais e intelectuais de cada um. A Lei, porém, obriga igualmente a todos, brancos, pretos ou mestiços.	Civis civilizados Praças C Praças metropolitanas	Desde já	Conversa privada Palestra Semanal Conversa privada
O natural tem o sentimento inato da justiça. Explorá-lo, roubá-lo, enganá-lo ou exercer sobre ele qualquer violência não são, evidentemente, atos civilizadores. Só servirão para criar a revolta e para rebaixar a seus olhos a raça que pratica tais infâmias. E quem se rebaixa, o que espera que lhe venha a acontecer?	Civis civilizados Praças metropolitanas	Desde já	Rumor orientado Conversa privada Conversa privada
Precisamos de muitos brancos em Angola, mas não para se tornarem donos de Angola e para explorarem o natural. A sua função será civilizar, fazer progredir, o que evidentemente não exclui a hipótese de ganharem dinheiro (mas honestamente).	Civis civilizados Praças metropolitanas	Desde já	Conversa privada Palestra semanal

Observando as orientações contidas no “Plano de acção psicológica n.º1 do Comando Militar de Angola”, podemos notar que, a princípio, a ação psicológica esteve orientada, sobretudo para as populações de origem metropolitana e para os membros das próprias Forças Armadas. As mensagens difundidas por sugestão deste primeiro plano de *APSIC* buscavam reforçar a idéia do Portugal “multirracial” e a da “histórica missão civilizadora” que deveria ser perpetuada. Portanto, podemos inferir que este plano de ação psicológica tinha por

¹⁶⁴ Anexo n.º 1 do Capítulo VII. In: ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Op. cit. pp.399-406.

objetivo principal fomentar na consciência nacional a relevância da manutenção do ultramar. A política nacional portuguesa estampada nesse documento era uma política de sobrevivência e resistência.

As relações entre os soldados e as populações que deveriam proteger são constantemente realçadas ao longo de todo o documento. Isto porque as autoridades portuguesas logo identificaram a dimensão social como sendo a chave para manter o ultramar e, conseqüentemente, orientaram sua doutrina e os deveres dos soldados nessa direção. Como as insurreições definiam-se, em primeiro lugar, como guerras pela lealdade dos povos, outros aspectos para além da supressão da violência exigiam a atenção dos militares. O exército devia executar um novo programa psicossocial, um programa em que os soldados oferecessem não só proteção local contra a intimidação dos insurrectos, mas também mão-de-obra para construir escolas, ensinar nas mesmas, prestar serviços de saúde e saneamento básicos, entre outros serviços que ajudassem a melhorar as condições de vida das populações, sobretudo nas zonas de conflito. Este trabalho requeria uma coordenação entre as disciplinas civis e militares, envolvendo conceitos e práticas particularmente estranhos ao soldado regular, que encarava seus deveres principalmente no contexto da guerra convencional, em que se trata de matar o inimigo. Por isso, era vital para a doutrina que se explicasse a tropa os principais aspectos da contra-insurreição. Pois a sua consciencialização e a sua participação nas medidas civis-militares era a chave para a vitória, isto é, para conquistar as populações e ganhar, em detrimento dos guerrilheiros, a confiança destas para Portugal.¹⁶⁵

Quanto à população nativa, à parte o lançamento de alguns panfletos deixados na mata e que nem sempre tiveram grande impacto, dado o analfabetismo da maioria dos seus destinatários, a ação psicológica centrou-se especialmente nos aspectos da chamada “ação psicossocial”.¹⁶⁶ Um dos principais objetivos dessas investidas seria “manter as populações impermeáveis às ações do inimigo e subtrair mesmo algumas ao seu controle”. Nesse sentido, recorreu-se, quando julgado pertinente, ao reordenamento rural e à prática dos aldeamentos.¹⁶⁷

O plano de aldeamento tinha como finalidade negar o acesso dos rebeldes ao apoio popular e também convencer as pessoas que o seu futuro era com Portugal, e não com uma “causa perdida”. O programa perturbava o avanço dos rebeldes, mas não destruía o inimigo nem tornava a população totalmente invulnerável às influências subversivas. Sendo uma

¹⁶⁵ Cf. CANN, John. Op. cit. p.84.

¹⁶⁶ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Op. cit. p.379-380.

¹⁶⁷ Idem, p.123.

iniciativa sempre controversa, visto que nenhum grupo queria deixar suas terras ancestrais para ser “reagrupado” numa aldeia planejada, o êxito dessa experiência foi bastante relativo. Em todo o caso, o programa de aldeamentos foi considerado uma faceta importante para a manutenção da segurança interna e começou a ser aplicado em 1961 no norte de Angola, onde o início das ações violentas entre os rebeldes da UPA e os portugueses tinha dado origem a um número de refugiados avaliado entre 400.000 e 500.000 pessoas. As populações refugiadas e dispersas eram vistas como alvos fáceis para a “intimidação e extorsão” das forças rebeldes. Logo, cabia ao governo reinstalar essas pessoas nas chamadas “aldeias estratégicas”. No final da guerra, em 1974, havia mais de um milhão de angolanos a viver em quase três mil dessas aldeias.¹⁶⁸

Em 10 de agosto de 1961, a retomada de Nambuangongo¹⁶⁹ marcou uma viragem na guerra. Mesmo não tendo destruído completamente a capacidade militar dos rebeldes angolanos, o Estado anunciava que já havia garantias de um regresso à normalidade social e econômica na “portuguesíssima Angola”.¹⁷⁰ Tendo provado a capacidade de resistência militar de Portugal, o governo podia dar início a um plano de reformas sem que elas parecessem uma cedência à pressão internacional. Destacou-se então a figura de Adriano Moreira¹⁷¹ à frente do Ministério do Ultramar.

Quando a situação militar parecia controlada em Angola, a União Indiana iniciou uma campanha para integrar, como territórios seus, os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli. Era o primeiro passo rumo à tomada de Goa, Damão e Diu. Salazar e sua equipe de governo tentaram resguardar a Índia Portuguesa pacificamente, isto é, denunciando as ameaças de agressão indiana no cenário internacional através de meios políticos e da imprensa. A estratégia era buscar apoio diplomático para a manutenção da permanência portuguesa nesses territórios ultramarinos. Todas as missões de Portugal no estrangeiro

¹⁶⁸ CANN, John. Op. cit. p.208-215.

¹⁶⁹ Situada a 250 km a norte de Luanda, sediou o “governo provisório” da UPA e, além de concentrar o maior foco de resistência da guerrilha, foi palco das piores atrocidades verificadas durante os primeiros cinco meses de rebelião. Cf. ANTUNES, José Freire. p. 268.

¹⁷⁰ Cf. CRUZ, Alberto. Discurso. In: ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 205, de 06 de abril de 1961. p.515. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

¹⁷¹ Adriano José Alves Moreira, nasceu em 1922, em Grijó de Macedo de Cavaleiros – Bragança. Nos anos 1950, foi professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Administração Ultramarina, entidade responsável pela formação da elite do serviço colonial, e membro da delegação portuguesa na ONU. Em 1961, de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina passou ao cargo de Ministro do Ultramar, que exerceu por três anos. Depois da experiência como ministro, afastou-se da prática política e retomou as atividades académicas. Perseguido pelo grupo que assumiu o poder após a Revolução dos Cravos, sob a acusação de ter participado do governo salazarista, exilou-se no Brasil em 1975. Nos anos 1980, regressou a Portugal e à política ativa sendo eleito deputado por todas as legislaturas à Assembléia da República até 1995.

desenvolveram intensa atividade, mas os apelos do governo esperavam retorno principalmente dos EUA, como membro da OTAN, e da Inglaterra, país responsável pela colonização da Índia e com que Portugal mantinha estreitas relações econômicas e políticas de longa data.

Apesar das declarações da Inglaterra, dos EUA, da Espanha, do Brasil e outros países latino-americanos, reprovando o ato de agressão que desmentia o discurso de política pacífica da União Indiana, de 18 para 19 de dezembro de 1961 uma força de 40.000 soldados indianos ocupou Goa pondo fim à Índia Portuguesa. Dias antes, ciente de que a invasão ocorreria e de que Portugal não teria forças suficientes para detê-la, Salazar enviou uma mensagem a Vassalo e Silva, governador-geral e comandante-chefe desta província ultramarina. Neste documento o ditador português, que fez da defesa do império o seu escudo, registrou a seguinte orientação: “Não prevejo possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos”.¹⁷²

Para compreender a postura expressa nesta mensagem de Salazar precisamos ter em conta o contexto do momento. Havia guerra em Angola há quase um ano. Aí Portugal tinha meios para uma defesa real, mas para a eficácia dessa defesa muito contribuía a imagem e o prestígio das armas portuguesas. Se estas se deslustrassem na Índia, como seriam respeitadas e prestigiadas em Angola e em toda a África? Se Goa fosse entregue sem luta, que razão se poderia invocar para continuar a lutar em Angola? Se as forças em Goa fossem autorizadas a render-se, com que moral ficariam as forças que se batiam em Angola e por que motivo não haveriam de render-se também? Mas, desconsiderando a ordem de Salazar, Vassalo e Silva rendeu-se sem combater. Toda a guarnição portuguesa foi feita prisioneira. Em menos de 24hs o comando indiano deu por concluída a operação de conquista de Goa.¹⁷³

Foi “muito fundo o traumatismo causado em Portugal e por todo o ultramar”¹⁷⁴ pois, com a perda de Goa, o país não era mais o mesmo de há cinco séculos. A vulnerabilidade da pátria “pluricontinental” estava exposta. O Timor não preocupava. Em contrapartida, era preciso reforçar a atenção aos territórios africanos, regiões vitais para o regime.

¹⁷² Apud. NOGUEIRA, Franco. *Salazar. V - A Resistência (1958-1964)*. Barcelos (Portugal): Civilização, 2000. p.365.

¹⁷³ Idem, p.366.

¹⁷⁴ Idem, 375-376.

2.3 Por uma política autêntica de integração

A explosão da violência em Angola e o conseqüente aumento das pressões no cenário internacional contra o colonialismo exigiram do governo salazarista a redefinição de sua *política ultramarina*. A elite político-militar percebeu rapidamente que a guerra que Portugal enfrentava em Angola não poderia ser resolvida só por meios militares, competindo às Forças Armadas ganhar o tempo necessário para que o governo encontrasse soluções políticas que garantissem a manutenção do direito à definição de “pátria multicontinental”.

Adriano Moreira, assim como Salazar e boa parte da cúpula político-militar portuguesa, também avaliava o anticolonialismo atuante no século XX como “uma definição pragmática imposta pelas grandes potências vencedoras da guerra de 1939-1945”¹⁷⁵, ou seja, como um reflexo da disputa entre EUA e URSS pelo aumento de suas respectivas áreas de influência político-econômica. Partindo desta perspectiva, o Ministro do Ultramar entendia que o que estava em jogo na crise provocada pelo início da guerra em Angola era um conflito mundial de interesses, no qual era necessário resguardar os de Portugal, fazendo justiça à tradicional doutrina ultramarina. Portanto, somados aos interesses portugueses, “por vontade própria e adesão”, deveriam estar os interesses das populações originárias do território em questão.¹⁷⁶

Segundo este intelectual, para as populações originárias dos territórios ultramarinos não era o princípio das suas nacionalidades que estava em causa, porque o conceito ocidental de nacionalidade não encontrava ali correspondência sociológica. Era sim o princípio de dignidade humana, igual para todos os homens, que deveria unir metropolitanos e ultramarinos, sem diferenças étnicas, culturais ou religiosas. O *projeto nacional* com que todos esses povos procuravam enquadrar-se para realizar sua ambição de vida justa podia e devia ser-lhes proporcionado e oferecido pela velha nacionalidade portuguesa. O direito à autodeterminação, que deveria abranger todos os homens e povos, não significava apenas um caminho para a separação. Ele também poderia levar à integração numa unidade política, sob várias formas consentidas, desde o Estado com unicidade, à federação, confederação ou comunidade.¹⁷⁷

Sendo assim, a nova plataforma política idealizada com a contribuição de Adriano Moreira, enquanto Ministro do Ultramar, tinha como meta instituir fórmulas portuguesas de

¹⁷⁵ MOREIRA, Adriano. *Saneamento Nacional*. Lisboa: Torres & Abreu Editores, 1976. p.39.

¹⁷⁶ Idem, p.44.

¹⁷⁷ Idem, p.44-45.

evolução em paz e unidade. Para tanto, “a primeira e urgente regra política a adotar era a da *autenticidade*: não podia continuar a dizer-se uma coisa nas leis e a praticar outra diferente.”¹⁷⁸

Foi essa “regra da autenticidade” que, traduzida em ação, implicou a introdução de algumas reformas fundamentais visando eliminar as injustiças sociais que haviam fomentado o desenvolvimento de movimentos nacionalistas africanos.

A principal medida do programa de reformas implementado por Adriano Moreira foi a revogação do *Estatuto do Indigenato*. Com o abandono deste instrumento discriminatório e negador da igualdade dos homens, o povo português ficava dotado de uma lei igual para todos, sem distinção de raça, religião ou cultura. Também foram abolidas as barreiras contra a livre circulação e fixação de todos os cidadãos portugueses em qualquer parte do que era constitucionalmente considerado território nacional. Ensaaiava-se assim o que ficou conhecido como *política de integração*, caracterizada pela “regra pluralista de que todos têm o direito de ser diferentes e tratados como iguais”.¹⁷⁹

Quanto às relações de trabalho, objeto de tantas críticas à política colonial salazarista, Adriano Moreira, reconhecendo a existência do trabalho forçado, publicou o *Código do Trabalho Rural*. Através dessa nova legislação, todos os trabalhadores se regulavam pela mesma lei; não era consentida nenhuma forma de trabalho forçado; não se admitiam sanções penais; era abolida qualquer tutela paternalista; era proibida a intervenção das autoridades no angariamento de mão-de-obra ou na formação dos contratos de trabalho; o salário deveria ser igual para o trabalho igualmente exercido por qualquer indivíduo, sem distinção de etnia ou sexo. Também foi extinto o regime das *culturas obrigatórias*, como a do algodão, submetendo esse domínio às leis do mercado, introduzindo uma política de preços justos e de fiscalização severa. Normas que, segundo o Ministro do Ultramar, representavam a integração do país na obediência dos tratados internacionais e respeitavam os princípios da doutrina social da Igreja.¹⁸⁰

Com a regulamentação do Regime de Terras, Adriano Moreira impôs a necessidade do aproveitamento dos terrenos concedidos sob pena de reversão, procurando entravar a tendência a negociar com os bens do Estado, assegurando a inviolabilidade e proibindo o desvio das terras pertencentes às comunidades nativas, a fim de serem por elas ocupadas e

¹⁷⁸ Idem, p.44.

¹⁷⁹ Idem, p.48.

¹⁸⁰ Idem, p.49.

utilizadas em harmonia com seus costumes, sem prejuízo da aquisição individual da terra em vista do novo regime de igualdade da cidadania.¹⁸¹

Mas, o corolário da via reformista simbolizada por Adriano Moreira, enquanto Ministro do Ultramar, foi mesmo a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique em agosto de 1962.

Além das medidas supracitadas, Adriano Moreira convocou uma reunião plenária extraordinária do Conselho Ultramarino em setembro de 1962, fixando-lhe como objetivo definir as regras a seguir para buscar a resolução dos “graves problemas enfrentados nos últimos tormentosos e esgotantes anos”. Na seqüência dessa reunião:

“Tornou-se claro que não havia evolução útil para os interesses portugueses sem que se aplicasse rigorosamente uma política autêntica de integração das populações, de modo a que o corpo político fosse realmente o povo *multi-racial* de que falava a doutrina. A administração pública teria de continuar a ser encaminhada para a descentralização progressiva e irreversível. Os centros de decisão dos interesses locais, públicos e privados, deviam ser instalados nos territórios respectivos. Os efeitos políticos previsíveis, em vista do alargamento autêntico e multi-racial do corpo político, eram os de uma Federação, sobre a qual apareceram duas correntes. Houve quem, isolado, confundisse o século XX com o XIX, e pensasse que era oportuno considerar o modelo imperial dos domínios. Propunha-se incitar os colonos à separação, com o único resultado previsível de Rodésias inviáveis ou de Áfricas do Sul condenáveis. Este pensamento dominou o grupo que veio a formar o último governo da Constituição de 1933, o qual ignorou sistematicamente os nativos, defendeu sempre o indigenato, condenou a miscigenação. Todos os outros aceitavam que o resultado mais ambicioso a desejar seria a evolução para uma final Federação autêntica, não excluindo a lógica de soluções do tipo brasileiro.”¹⁸²

Analisando as idéias expostas por este intelectual num documento que é uma espécie de depoimento sobre o período em que exerceu a função de Ministro do Ultramar, podemos perceber que suas ações reformistas tentaram promover a integração plena dos territórios sob administração portuguesa na ordem social, política e econômica da “Pátria multicontinental”. O resultado final da aplicação dessa nova plataforma política ultramarina seria a eliminação das situações coloniais em Angola e nos demais territórios africanos e asiáticos sob o domínio português. Efeito tão contraditório que teria preocupado Salazar e provocado a substituição do ministro. Antes de deixar o cargo, Adriano Moreira assumiu publicamente a exclusiva responsabilidade pessoal pela experiência reformista que findaria com sua saída do governo. Pois, na perspectiva do ex-ministro,

¹⁸¹ Idem, p.52.

¹⁸² Idem, p.53-54.

“a política ultramarina ficou desde então, até o 25 de abril de 1974, a cargo do mesmo grupo de interesses que finalmente organizou o último Governo da Constituição de 1933, cujos despachos, instruções e circulares foram dedicados a tornar ineficaz a legislação reformadora.”¹⁸³

Ele acreditava que a defesa da concepção multicontinental portuguesa não estava em contradição com a defesa de uma justiça social que eliminasse o colonialismo anterior. Contudo, os fatos parecem comprovar que entre a mais alta cúpula do Estado Novo o colonialismo continuava prevalecendo como ideologia dominante.

Algumas outras tímidas reformulações de ordem político-administrativa também foram adotadas pelo Estado português visando retirar a base social de apoio aos movimentos nacionalistas angolanos. Ainda em junho de 1961, os Conselhos Municipais de Angola passaram a ser órgãos eleitos e, em setembro, o governo aumentou em três o número de deputados por Angola à Assembléia Nacional.¹⁸⁴ Mesmo assim, podemos considerar que o programa de reformas aplicado por Adriano Moreira representou o máximo da flexibilidade salazarista em relação à *política ultramarina*, que não apresentaria mais nenhuma mudança significativa nos anos subseqüentes, após o fim da participação deste intelectual no governo.

2.4 Outras correntes de opinião em Portugal sobre o problema ultramarino:

Nos limites da censura imposta pelo Estado Novo alguns portugueses – partidários da oposição ou conservadores não envolvidos diretamente no governo quando da eclosão da guerra em Angola – também contribuíram para o debate sobre o problema colonial. Suas opiniões se fizeram notar principalmente através da publicação de livros independentes, isto é, em edições de responsabilidade do próprio autor.

A primeira obra com essas características à circular em Portugal, ou pelo menos em Lisboa, a capital da metrópole, foi *Coisas do tempo presente. A gadanha da morte – reflexões sobre os problemas euro-africanos*, de Cunha Leal. No texto com data registrada em 29 de

¹⁸³ Idem, p.55.

¹⁸⁴ Cf. ANTUNES, José Freire.Op. cit. p.274.

maio de 1961, o autor comenta a “tragédia de Angola” e defende a autodeterminação como “a solução única, se não for já em parte tardia” para salvaguardar os interesses portugueses.¹⁸⁵

Segundo o autor, existiriam duas variedades de autodeterminação: a tácita e a expressa. Enquanto os partidários do governo defendiam a integração dos territórios ultramarinos na Nação e sustentavam a autodeterminação tácita das populações no “todo” nacional, a Oposição, na sua maioria, apoiava a idéia da autodeterminação expressa que reproduzisse uma das modalidades já testadas por outras potências coloniais como a França ou a Grã-Bretanha.¹⁸⁶

Leal inclinava-se para o modelo de autodeterminação negociada à maneira britânica¹⁸⁷, permitindo que os territórios ultramarinos evoluíssem para a condição de Estados birraciais, com predominância inicial da raça branca na conduta dos negócios públicos e com a tendência posterior para a alteração das posições das duas comunidades, depois de um prazo mais ou menos dilatado de convívio pacífico e amigável.¹⁸⁸

Na avaliação de Cunha Leal, “quando em 4 de fevereiro, ribombou em Luanda o primeiro trovão isolado da revolta angolana, se esboroou, como um castelo de cartas, o pressuposto do *tácito assentimento* das populações indígenas à *integração* na nação portuguesa” e a surpresa no Terreiro do Paço, em S. Bento e em Belém teria sido total. Sugere o autor que seria caso para imaginar que os dirigentes do Poder Político teriam acabado por se auto-sugestionarem a ponto de se convencerem do portuguesismo voluntário, quase visceral, dos aborígines dos múltiplos territórios ultramarinos.¹⁸⁹ E, diante dos acontecimentos de 15 de março, o autor se perguntava: “não impossibilitará, a rígida política de integração, até agora seguida pelo governo, o apaziguamento do nosso inquieto Ultramar?”¹⁹⁰

Depois do início das ações armadas em Angola, Cunha Leal argumentava que a única salvação para os portugueses consistiria:

¹⁸⁵ LEAL, Cunha. *Coisas do tempo presente. A gadanha da morte – reflexões sobre os problemas euro-africanos*. Lisboa: Edição do autor, 1961. p.74.

¹⁸⁶ Idem, p.82-83.

¹⁸⁷ Consistia em facilitar e até incitar a formação de partidos políticos no seio dos agregados populacionais de cada uma das colônias, pressupondo-as capazes da escolha livre e consciente de um dos partidos concorrentes, com o qual a metrópole negociaria o momento e a modalidade da independência. Cf. LEAL, Cunha. Op. cit. p. 83.

¹⁸⁸ Idem, p.90.

¹⁸⁹ Idem, p.116.

¹⁹⁰ Idem, p.130.

“(…) na urgente adoção de uma hábil política colonial, que se empenh[ass]e em reparar os erros, que, em três eternas dezenas de malaventurados anos, fizeram transitar um convívio modelarmente simpático entre a raça colonizadora e a raça colonizada para um estado de alergia e sorna desconfiança, que acabou por fazer explosão e degenerar numa catástrofe sem paralelo na nossa história ultramarina.”¹⁹¹

Seria preciso provocar um forte choque psicológico, quer entre os aborígines, quer entre os colonizadores, para levar uns e outros à convicção de que nascia enfim uma era de justiça social, que deveria promover a economia coletiva e a educação geral e técnica dos indígenas e proporcionar aos colonos os modos de exercício de uma atividade mais sã, sem abdicação dos seus legítimos interesses em proveito dos portugueses continentais. Com este intuito, Leal enuncia um complexo de medidas que encarava como sendo “da mais alta conveniência pôr em prática nesta hora tormentosa da história portuguesa”:

- conceder a imediata e integral cidadania a toda e qualquer população de Angola, sem distinção de raça ou cor;
- proibir implacavelmente as culturas obrigatórias como a da política algodoeira;
- revisar as espoliações feitas em nome da cultura do café, com a restituição das terras roubadas aos indígenas ou o pagamento de indenizações pecuniárias;
- promover o reagrupamento da população autóctone angolana, selecionando a localização dos povoados em harmonia com as indicações dos serviços agronômicos, sanitários e militares provinciais e provendo esses aldeamentos com escolas básicas e técnico-profissionalizantes;
- as populações autóctones deveriam ter delegados próprios para representar seus interesses junto aos vários setores administrativos e mesmo ao chefe supremo do Poder Executivo em Angola;
- fixar salários mínimos aceitáveis de modo que suprissem as necessidades alimentares dos trabalhadores;
- fomentar a economia das províncias ultramarinas com empréstimos, incentivo aos investimentos privados e à industrialização;
- determinar uma união aduaneira entre Portugal e suas províncias ultramarinas.

Essas medidas representariam tão somente uma forma de ganhar tempo para se poder efetivar uma operação de muito maior envergadura que demonstrasse ao mundo, não apenas com palavras, mas com realizações, que os portugueses continuavam “teimosamente

¹⁹¹ Idem, p.137.

dispostos a ser os obreiros de uma missão civilizadora, que não sofra paralelo com a de nenhum outro país”.¹⁹²

Para Leal, uma progressiva autonomização era uma condição necessária para se restabelecer ou conservar a paz nos domínios coloniais portugueses e “se viria a convencionar na devida oportunidade, em obediência ao princípio da *autodeterminação negociada*, a definitiva forma de estruturação de um *Estado birracial independente*, se bem que associado à mãe-Pátria por fraternos laços confederais”.¹⁹³

Podemos notar que algumas medidas propostas por Cunha Leal para resolver o problema colonial foram colocadas em prática pelo governo português através da plataforma reformista implantada por Adriano Moreira enquanto comandava o Ministério do Ultramar.

Em 1962, Fernando Pacheco de Amorim¹⁹⁴ identificou três tendências que se contrapunham quanto à solução a dar ao problema fundamental das relações que deveriam existir entre a metrópole e o ultramar. Suas reflexões sobre a questão ficaram registradas no livro *Três caminhos da Política Ultramarina*.

Antes de defender aquele que acreditava ser o melhor “caminho” para resolver o problema colonial o autor apresenta esquematicamente as outras duas opções apontando suas falhas. A primeira seria a dos partidários da “integração tendencial”, isto é, de uma fusão dos territórios ultramarinos com os da metrópole. Segundo este intelectual, a política que lhe correspondia limitava-se no domínio teórico a uma afirmação constitucional de unidade e no domínio prático, a executar uma política que relegava a unidade programada entre a metrópole e o ultramar para um futuro longínquo. Segundo Fernando Pacheco, esta orientação era a que vinha sendo aplicada pelo governo.¹⁹⁵

A segunda opção era a dos partidários da admissão do princípio da autodeterminação, visando a constituição, com prazo marcado, ou de uma federação ou confederação de estados, ou, pura e simplesmente da independência plena para cada um dos territórios. Esta era a

¹⁹² Idem, p.147-148.

¹⁹³ Idem, p.156.

¹⁹⁴ Fernando Bayollo Pacheco de Amorim. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra. Foi Professor Convocado da disciplina de Etnologia da mesma Universidade. Em 1962 assumiu-se como um combatente pelo integracionismo, insurgindo-se contra a política de autonomia, então protagonizada pelo ministro do Ultramar, Adriano Moreira. Foi um dos inspiradores ideológicos da direita universitária coimbrã na primeira metade da década de setenta. Em 1974 presidiu o Movimento Federalista e, logo se tornou secretário-geral do Partido do Progresso, fundado a partir de setores da direita salazarista com o objetivo de tentar mobilizar o apoio dos que pretendiam a continuação da união de Portugal ao Ultramar.

¹⁹⁵ AMORIM, Fernando Pacheco de. *Três caminhos da Política Ultramarina*. Coimbra: Edição do autor, 1962. p.17-18.

alternativa defendida por Cunha Leal e, na opinião de Pacheco, por aqueles que pretendiam recuperar o apoio da ONU.¹⁹⁶

A terceira e melhor opção, como defendia o autor, era a dos “partidários de uma autêntica integração” ou, o que considerava mais correto chamar de *política de assimilação*. Caminho defendido entre aqueles

“que preconiza[va]m uma unidade política, civil, administrativa que faria da metrópole e dos territórios ultramarinos uma só nação, com uma só lei, um só governo e uma só administração, aliando a esta centralização, indispensável à consolidação da unidade, uma ampla descentralização administrativa que está[ria] na melhor tradição portuguesa”.¹⁹⁷

Na opinião de Pacheco “a união das várias províncias portuguesas era necessária à conservação da independência política do país e até da sobrevivência dos portugueses como povo”. Pois, se “a Nação Portuguesa construiu-se através da História como um todo indivisível. A cisão do Ultramar representaria a destruição da própria Nação”.¹⁹⁸

Para Fernando Pacheco a única solução nacional possível seria a “realização imediata de todas as condições indispensáveis à definição e efetivação de uma unidade que está[ria] no espírito e no coração de todos os portugueses”¹⁹⁹. O princípio unitário exigia uma organização unitária, o que implicaria

“a inadiável execução de uma política de autêntica assimilação, servida por métodos de uma eficaz integração. O seu ponto de partida não pode[ria] deixar de ser o repúdio claro do princípio da especialidade das leis, da administração e do governo para cada um dos territórios, quer considerados de per si, quer considerados como um todo à parte da Metrópole”.²⁰⁰

Em resumo, ele defendia a existência de um só governo e uma só administração para todo o território nacional.

Visto que a unidade política exigia unidade de pensamento e ação, cada ministério deveria ter a sua quota-parte de responsabilidade no governo de todas as províncias que constituíam a Nação. Ou seja, o Ministério do Ultramar deveria dissolver-se. O mesmo destino deveria encontrar a “legislação ultramarina”, pois legislações especiais seriam

¹⁹⁶ Idem, p.18.

¹⁹⁷ Idem, ibidem.

¹⁹⁸ Idem, p.115.

¹⁹⁹ Idem, p.119.

²⁰⁰ Idem, ibidem.

claramente contrárias à unidade política. O autor também criticava o sistema de governadores-gerais para as províncias ultramarinas, pois ele representava uma política colonial ultrapassada. As províncias do ultramar deveriam estar sujeitas ao mesmo regime político-administrativo das províncias do continente. Além disso, ele recomendava que se realizasse sem demora a unidade da moeda, da organização bancária e da judiciária. E que fossem abolidas as fronteiras entre as províncias da nação, isto é, deveria valer a livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas.²⁰¹

Quanto aos colonizados, Fernando argumentava que o verdadeiro respeito pelas populações implicava a sua integração progressiva no Estado e nas instituições que o caracterizavam, facilitando-lhes a participação substancial na vida econômica moderna e o acesso à cultura, isto é, promovendo sua incorporação na vida da comunidade nacional.²⁰²

Também em 1962, surgiu um outro livro independente discutindo o problema colonial. Dialogando com as propostas apresentadas por Cunha Leal em *A gadanha da morte*, Manuel José Homem de Mello²⁰³ publicou *Portugal, o Ultramar e o Futuro*. No prefácio, escrito pelo ex-presidente da república Craveiro Lopes²⁰⁴, uma dura crítica à falta de informação e discussão sobre as “gravíssimas dificuldades” que assolavam Portugal.

O tom crítico do prefácio corroborava as opiniões apresentadas ao longo do livro onde Homem de Mello reivindicava que a grave crise nacional, aberta pela internacionalização do fenômeno colonial, deveria impor um debate generalizado sobre o tema, no qual governantes e governados pudessem ouvir opiniões e ponderar de acordo com as realidades dadas o que o interesse nacional mais aconselhava.²⁰⁵

Para o autor, era impossível conciliar a realidade dos fatos observados em Angola, isto é, o despontar dos movimentos políticos que sem características violentas defendiam a progressiva autonomia dos territórios, quer fossem de iniciativa de europeus, quer de nativos brancos, negros ou mestiços, com as atitudes que o governo vinha assumindo e com a

²⁰¹ Idem, p.131-136.

²⁰² Idem, p.125.

²⁰³ Manuel José Archer Homem de Mello – Conde de Águeda – nasceu em 1930. Formou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Foi deputado à Assembléia Nacional; Presidente da Comissão Executiva da Associação das Empresas do Ultramar; Embaixador de Portugal na ONU; Assessor Político do Marechal Craveiro Lopes; Conselheiro Político da Presidência da República do Dr. Mário Soares; Diretor do jornal regional "Soberania do Povo", editado em Águeda, e Diretor do jornal "A Capital", editado em Lisboa.

²⁰⁴ Francisco Higinio Craveiro Lopes, nasceu em 1894, em Lisboa onde faleceu em setembro de 1964. Em 21 de Julho de 1951, o militar de carreira foi eleito para a Presidência da República. Seu mandato terminou em julho de 1958 e sua intenção de se recandidatar foi desestimulada, pois a União Nacional apoiou a eleição de Américo Tomás. Em 1961 participou da fracassada tentativa de golpe de Estado orquestrada por Botelho Moniz.

²⁰⁵ MELLO, Manuel José Homem de. *Portugal, o Ultramar e o Futuro*. Lisboa: Edição do autor, 1962. p.73.

doutrina que oficialmente afirmava – a da integração total. Ele acreditava que o terrorismo podia ser em grande parte atribuído à intransigência que o governo sempre assumiu em face desses movimentos.²⁰⁶

Lembrando que o próprio Salazar tinha admitido que o fato de um território se proclamar independente era fenômeno natural nas sociedades humanas²⁰⁷, ele argumentava que, se os territórios de África não podiam vir a ser outra coisa senão países independentes ou interdependentes da atual metrópole, seria mister que aquela, “se não quisesse perder um esforço multissecular, fosse a primeira a acarinhar a idéia e a orientar as elites locais, existentes ou em formação, pelo caminho da futura autonomia”. Dessa maneira o acesso à independência não significaria a ruptura dos laços entre a metrópole e suas antigas colônias. Existiriam duas alternativas para o problema colonial: ou o alvorecer da tomada de consciência angolana se processava a sombra tutelar da metrópole, permitindo que esta continuasse presente, como o espírito e a influência lusitanos ficaram no Brasil; ou as explosões de revoltas continuariam e os portugueses e seus descendentes acabariam expulsos dos territórios que tinham ajudado a civilizar.²⁰⁸

Homem de Mello elaborou então um programa de medidas que deveria ser executado para resolver a questão. Em primeiro lugar o governo deveria aceitar e proclamar para todo o mundo a irresistível vocação histórica dos territórios ultramarinos portugueses atingirem por sua vontade ao estágio de autogoverno. Também seria preciso desconstruir as barreiras, segundo ele “recentemente erguidas”, do ódio racial. Era preciso aplicar os princípios da sociedade plurirracial que Portugal proclamava. A formação dos quadros e das elites deveria se processar ao sabor da fraternidade restabelecida. Tentando assim evitar a criação de movimentos de massas nativas que lutassem por uma solução *monorrácica* inspirada por slogans como “África para os africanos”. O único slogan aceitável, à sombra da doutrina cristã e da civilização defendida pelos portugueses, deveria ser “A África para todos”, para todos os que irmanados no mesmo ideal comunitário, aceitassem trabalhar cegos às diferenças da cor da pele.²⁰⁹ Contudo, era de se admitir que:

“Na realidade, parece certo que o racismo negro que invadiu a zona central do imenso continente – e que ameaça estender-se aos nossos territórios – foi em

²⁰⁶ Idem, p.102.

²⁰⁷ Entrevista concedida a revista *Life* de Nova Iorque, em maio de 1962. In: SALAZAR, António de Oliveira. *Entrevistas 1960-1966*. S. /l.: Coimbra Editora, s./d. p.31.

²⁰⁸ MELLO, Manuel José Homem de. Op. cit. p.102-103.

²⁰⁹ Idem, p.105-108.

decisiva parte resultante de igual pecado por banda do branco, que nunca aceitou tratar o negro como Homem autêntico, a igual valia aos olhos de Deus”.²¹⁰

Cabia aos portugueses agir para “demonstrar cada vez mais às populações insatisfeitas e desejosas de progresso, que há[via] na África portuguesa um lugar para todos e não apenas para os originários da metrópole ou dela descendentes”.²¹¹ Nesse sentido, o governo deveria trabalhar para promover social e economicamente as diversas etnias e igualar não só juridicamente, mas efetivamente, o negro ao branco, de forma a que aptidões iguais correspondessem regalias semelhantes. Além disso, era preciso abandonar de vez o conceito de que o progresso das províncias deveria realizar-se em benefício da metrópole.

Sobre a ação do governo em relação ao ultramar, Homem de Mello considerava que as reformas implementadas por Adriano Moreira teriam chegado em momento inoportuno. E reforçava a crítica lembrando que tais reformas só teriam sentido válido se realmente aplicadas na prática. Ele referia-se particularmente ao diploma que pôs fim ao indigenato. Avaliando que anunciar que alguns milhões de seres humanos passaram a cidadãos – quando até aí viviam sob lei especial portadora de *capitis diminutio* – evitando, entretanto, as conseqüências da aplicação do princípio, afigurava-se de tal forma prejudicial que melhor seria que o regime continuasse o mesmo.²¹²

Segundo o autor, os sacrifícios econômicos para a metrópole, que não seriam voluntariamente consentidos, constituíam obstáculos para o fim do indigenato. Igualar os níveis de vida dos antigos *indígenas* com o dos demais cidadãos portugueses não era tarefa rápida ou fácil. Haveria que transferir para cada *província ultramarina* as normas administrativas e o aparelho burocrático da metrópole e a Assembléia Nacional deveria passar a ter um número de deputados ultramarinos, senão superior, pelo menos igual aos metropolitanos. E ainda assim, não se sufocariam as reivindicações nacionalistas, mais vivas nas elites que nas massas ignorantes. Por isso, na sua opinião, a tese da integração defendida pelo governo era uma falácia, um objetivo inacessível, uma vez que não havia força econômica e militar para colocá-la efetivamente em prática.²¹³

Seria trágico Portugal tentar ficar no ultramar através do que não tinha: a força, dizia Homem de Mello. Por isso, ele apresentava uma solução baseada em alterações estruturais

²¹⁰ Idem, p.108-109.

²¹¹ Idem, p.109.

²¹² Idem, p.114.

²¹³ Idem, p.115.

que permitissem salvaguardar a independência portuguesa, a civilização cristã e o futuro livre acesso de colonos metropolitanos. O ultramar deveria caminhar para a crescente autonomia, evitando emancipações prematuras que convertessem Angola e Moçambique no caos em que se debatia o Congo ex-belga. O cargo de governador-geral de nomeação metropolitana deveria ser mantido transitoriamente, mas o cargo incidiria preferencialmente sobre pessoas originárias de cada território ou há muito lá radicadas, devendo ser eleita uma Assembléia Regional, com poderes legislativos e de controle da atividade do executivo, por sufrágio direto dos habitantes letrados.²¹⁴

Na perspectiva deste crítico, a vitória militar anunciada em Angola era apenas um dos aspectos da conjuntura que igualmente impunha soluções políticas e económico-sociais. Pois as massas em revolta só poderiam ser recuperadas, desde que houvesse a possibilidade de contrapor a um mito ou ideal outro mito ou ideal.²¹⁵

2.5 “Fazer política nacional é fazer política ultramarina”²¹⁶

A guerra em Angola também alterou o cotidiano na metrópole. A princípio, a defesa do ultramar suscitou a adesão da maioria da população e os batalhões expedicionários partiam para Luanda no meio de uma unanimidade patriótica que incluiu até destacados opositores do salazarismo. Mas logo, as estratégias do “combate ao terrorismo” adotadas pelo governo português começaram a ser contestadas.

Apesar da censura e embora Salazar negasse o debate, dizendo seguir a única política nacional possível, a discussão do problema colonial não esteve ausente durante as eleições para deputados da Assembléia Nacional realizadas em novembro de 1961.

Os opositoristas democratas mantiveram a postura da defesa intransigente do território nacional – a mesma adotada pelo governo, limitando-se a argumentar que o restabelecimento da paz deveria ser a via para o diálogo entre as populações e alertar que o

²¹⁴ Idem, p.119-120.

²¹⁵ Idem, p.110.

²¹⁶ COSTA, José Manuel da. Discurso. In: ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 204, de 25 de fevereiro de 1961. p.494.

governo precisava cumprir o “seu honroso dever de encaminhar outros Povos para a vida de homens livres em estágios superiores de civilização”.²¹⁷

Com o prolongamento da guerra em Angola e o início de conflitos armados levados adiante pelo PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – na Guiné-Bissau (janeiro de 1963) e pela FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique – em Moçambique (setembro de 1964), o problema colonial afigurava-se entre um dos principais temas de reflexão durante a campanha eleitoral de 1965. Num manifesto encaminhado ao Presidente da República e à opinião pública portuguesa, os candidatos da Oposição Democrática às eleições para a Assembléia Nacional sustentavam a tese de que o problema ultramarino não podia ter a solução militar que estava em curso e que era preciso buscar sem demora “uma solução política com base no princípio da autodeterminação, processada por métodos democráticos”.²¹⁸ Entretanto, o Diretório Democrato-Social não chegou a apresentar nenhuma proposta quanto à modalidade ou à forma de implementação do princípio de autodeterminação em Angola ou qualquer outra das colônias portuguesas.

O problema colonial era mesmo uma questão melindrosa. O fato de o governo considerar a maioria das críticas e sugestões sobre a sua postura em relação ao ultramar, inclusive a proposta de solução pacífica e negociada defendida pela Oposição Democrática, como um ato de “traição à Pátria”, dificultava o debate e a exposição de idéias. A censura e a PIDE encarregavam-se de manter o clima inibidor à reflexão.

2.6 “Se Portugal quer ser livre têm que ser livres as colônias portuguesas”²¹⁹

Em 1957, o PCP passou a defender, pelo menos ideologicamente, o reconhecimento do direito à independência aos povos das colônias portuguesas. Em abril de 1964, Álvaro

²¹⁷ Programa para a democratização da República. Lisboa, 31 de outubro de 1961. In: FERREIRA, Serafim e MOTA, Arsênio (orgs.) *Para um dossier da “Oposição Democrática”*. Póvoa de Varzim: Edição dos organizadores, 1969. pp.169-246. p.243.

²¹⁸ “Manifesto ao país e representação ao Presidente da República”. In: FERREIRA, Serafim e MOTA, Arsênio (orgs.) *Para um dossier da “Oposição Democrática”*. Póvoa de Varzim: Edição dos organizadores, 1969. pp.247-278. p.257.

²¹⁹ CUNHAL, Álvaro. Pelo reconhecimento aos povos das colônias portuguesas do direito à independência. In: *Rumo à vitória: as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Porto: Edições A Opinião, 1974. pp.89-105. p.101.

Cunhal²²⁰ apresentou ao Comitê Central do PCP o relatório *Rumo à vitória: as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*²²¹, onde um dos capítulos era dedicado à questão colonial.

O autor criticava a política colonial salazarista que, de acordo com a sua avaliação, mantinha as características do colonialismo tradicional – pacto colonial arcaico, exploração do trabalho forçado, precárias intervenções relacionadas à promoção da saúde e da educação nos territórios colonizados, etc. – apesar do discurso adotado pelo governo. Para ele:

“A política colonial do governo fascista, como governo dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro, resume-se a assegurar, com o peso da máquina burocrática e militar, esta infame exploração dos povos coloniais. (...) Isto não é ‘grandeza da Pátria’, mas vergonha de fazer corar qualquer português que não lute para pôr termo a tal estado de coisas”.²²²

Cunhal atribuía a manutenção da política colonialista de Salazar à dependência do país em relação às grandes potências capitalistas. A “grandeza” de Portugal, “grande potência” em relação às suas colônias, não passava de uma imagem invertida de sua triste “pequenez” enquanto país dependente das grandes potências imperialistas. O intelectual de maior destaque entre os quadros do PCP afirmava: “País pobre e atrasado, Portugal consegue dominar apenas pelo fato de que é dominado. Portugal tem um Ultramar, porque é o ‘Ultramar’ para outros”.²²³ Sendo assim, a libertação das colônias portuguesas não faria justiça apenas aos respectivos povos de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste. Ela seria também uma imperiosa necessidade para a libertação do próprio povo português. A política colonialista do governo era interpretada como um crime, tanto contra os povos coloniais como contra o povo português.²²⁴ Por tudo isso, Cunhal declarava:

²²⁰ Álvaro Cunhal (1913-2005) formou-se em direito pela Universidade de Lisboa em 1935 e no mesmo ano foi eleito secretário geral da Juventude Comunista. Entre 1949 e 1951 promoveu a reorganização do PCP. Em 1961 foi eleito seu secretário geral, cargo em que se manteve até 1992. Grande parte da sua vida decorreu nas prisões, na clandestinidade e no exílio. Depois de 25 de Abril de 1974 regressou a Portugal e foi ministro sem pasta nos primeiros governos provisórios.

²²¹ A primeira edição deste relatório foi veiculada clandestinamente pela Edições Avante!, em 1964. Consultamos a primeira publicação legal deste texto, isto é, uma reedição comemorativa do 10.º aniversário de sua primeira edição, que respeita a integridade da versão original. Cf. Nota prévia. In: CUNHAL, Álvaro. *Rumo à vitória: as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Porto: Edições A Opinião, 1974.

²²² CUNHAL, Álvaro. Op. cit., p.96.

²²³ Idem, p.93.

²²⁴ Idem, p.101-102.

“O exercício pelos povos das colônias portuguesas do direito à autodeterminação e à independência é um dos objetivos políticos essenciais da revolução democrática e nacional portuguesa. Hoje mais do que nunca se pode afirmar: Portugal só pode ser livre se as colônias portuguesas o forem também”.²²⁵

Este intelectual comunista considerava a guerra colonial um vergonhoso empreendimento condenado ao completo fracasso. Ele defendia a idéia de que pôr termo urgentemente à política de guerra era um interesse vital do povo e da nação portuguesa. E acreditava que mobilizar os portugueses contra a guerra era também mobilizá-los contra a “ditadura fascista”.²²⁶ Ou seja, a luta contra o colonialismo caminhava par e passo com a luta contra o salazarismo. E Cunhal reconhecia que o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas, particularmente o desenrolar das guerras de libertação, aprofundaram a crise do regime político português. Assim como o incremento da luta popular antifascista em Portugal, ligado à evolução da situação mundial, contava-se entre os fatores que influíram favoravelmente no fortalecimento do movimento nacional-libertador nas colônias.²²⁷

Além de associar o fim do colonialismo com a derrocada do salazarismo, Cunhal invertia o discurso oficial que rotulava a defesa da concessão imediata do direito à autodeterminação aos povos colonizados por Portugal como um ato de “traição à Pátria”. Para ele, “os fascistas e colonialistas revela[va]m-se verdadeiros traidores nacionais. E os portugueses que luta[va]m pelo reconhecimento do direito dos povos coloniais à independência, confirma[va]m ser os verdadeiros patriotas”.²²⁸

Para Cunhal, apoiar a “justa luta” dos povos das colônias portuguesas era cumprir a um só tempo um dever patriótico e também internacionalista. Isto porque:

“A solidariedade e interajuda entre o povo português e os povos das colônias portuguesas integra-se na união do movimento nacional libertador em geral com a luta do proletariado internacional. Foram as vitórias históricas do proletariado internacional e, em particular, as realizações, a política e a ajuda da União Soviética e mais tarde a criação do campo socialista mundial, que tornaram possível o desenvolvimento impetuoso do movimento nacional libertador, a conquista da independência por numerosos povos submetidos secularmente ao jugo colonial, o ruir a que hoje assistimos do sistema colonial do imperialismo. A melhor garantia da vitória total do movimento nacional libertador e da consolidação da independência pelos jovens estados contra o neocolonialismo,

²²⁵ Idem, p.105.

²²⁶ Idem, p.99.

²²⁷ Idem, p.103.

²²⁸ Idem, p.101.

continua a ser a íntima unidade com o campo socialista e com a classe operária dos países capitalistas. (...)”²²⁹

Duas coisas chamam a atenção neste trecho do relatório que serviu de base para discussões prévias que viriam a culminar na aprovação do Programa do Partido Comunista Português em 1965, no seu VI Congresso. A mais evidente é a internacionalização do problema colonial português. E outra vez podemos notar a inversão do sinal para desconstruir a versão oficial dos fatos, isto é, o discurso assumido pelo Estado Novo. Enquanto Salazar e seus cúmplices enfatizavam a influência negativa da URSS e do comunismo na África, o mais destacado comunista português assumia como fundamental o auxílio soviético não só para a conquista, como para a consolidação da independência nos novos Estados que se formariam. Nada mais natural do que um comunista defendendo as benesses da expansão do comunismo.

2.7 Desencontros – a disputa pelo poder entre os nacionalistas angolanos durante a guerra de libertação:

2.7.1 A ausência de um projeto político?

A UPA era o movimento nacionalista angolano mais conhecido em 1961. Responsável pelo violento levante de 15 de março, este movimento contou com um trunfo extraordinário no início da luta armada pela independência de Angola: a privilegiada situação geográfica na imensa região fronteiriça ao antigo Congo belga, que seria sua principal base de apoio político e até militar, graças à proximidade entre Holden Roberto e as principais autoridades congoleesas.

Buscando reforçar o reconhecimento internacional das suas ações e aspirações, Holden Roberto tentou concretizar o ensaio de modernização de seu discurso criando a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), resultado da fusão da UPA e do PDA (Partido Democrata de Angola) – antiga ALIAZO (Aliança Angolana dos Originários do Zombo), formalizada em março de 1962.

A FNLA tinha por objetivo principal “agrupar todas as organizações, validamente representativas do povo angolano”, que aceitassem a política geral da frente. E se propunha a “orientar a luta pela independência nacional, baseada na colaboração fraterna, entre todas as

²²⁹ Idem, p.104.

etnias de Angola, e dentro dos moldes das regras democráticas e do respeito à integridade territorial do país”.²³⁰

Apesar do discurso nacionalista, a FNLA manteve um caráter étnico acentuado visto que, grosso modo, as bases dos dois movimentos que formavam a nova “frente nacional” representavam apenas o grupo etnolinguístico bakongo. Sua proposta de “colaboração fraterna entre todas as etnias de Angola” excluía a participação de nacionalistas mestiços e brancos, o que denuncia uma postura racista corroborada pela política de evitar qualquer tipo de negociação que levasse a uma união com o MPLA, que a própria FNLA rotulava como um movimento de “filhos de colonos”.

Uma semana depois de formada a FNLA, seus líderes constituiriam o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Em 16 de Agosto de 1962, fundou-se a Base de Kinkuzu (região da atual República Democrática do Congo), que serviria como centro de formação militar para os integrantes do recém-criado Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA). Neste mesmo mês o GRAE foi reconhecido pela OUA como a única força política e militar angolana credível.

Figura centralizadora, Holden Roberto acumularia os cargos de presidente da FNLA, Primeiro Ministro do GRAE e Comandante em Chefe do ELNA. Os militantes e quadros das organizações que liderava eram recrutados principalmente entre a população refugiada, geralmente oriunda do norte de Angola, que buscava abrigo em Léopoldville. Neste grupo estavam incluídos tanto os angolanos que já estavam no antigo Congo-belga desde os anos 40 e 50, quando suas terras foram expropriadas para ceder lugar às plantações de café exploradas por colonos portugueses, como os que foram chegando depois da revanche portuguesa pelos massacres de 15 de março de 1961. O contato era facilitado não só pela semelhança de origem étnica entre os refugiados e os principais elementos dessas organizações, mas também pelos serviços de assistência médica e social prestados à população pelo Serviço de Assistência aos Refugiados Angolanos (SARA). Prestando ajuda humanitária a FNLA esperava atrair a simpatia da população e convencer voluntários a participar da luta armada.²³¹

A FNLA formou um exército e dispunha de ajuda material e logística – armas, equipamentos, campo de treinamento – que facilitaram a criação de um governo provisório no exílio. Entretanto, esta organização não elaborou um programa político sólido para Angola

²³⁰ Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA – Convenção. (Léopoldville, 27 de março de 1962). ANTT – PIDE/DGS - FNLA, S. Centrais. Proc.º 882/61SR – NT 3079. fls.709-710.

²³¹ Actividades da chamada “Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA”. Informação n.º74-SC/CI(2), de 28/set./1962. ANTT – PIDE/DGS - FNLA, S. Centrais. Proc.º 882/61SR – NT 3079. Fls. 614-618.

durante a luta armada pela independência. Numa entrevista concedida a Robert Davezies, Holden Roberto justificava a ausência de um programa político para a FNLA com o argumento de que, na concepção de sua organização, uma tal linha de pensamento deveria ser fruto das decisões do povo angolano. Destacava que o objetivo era alcançar a independência e que esta meta guiaria as ações da FNLA, independentemente de qualquer pretensão de conduzir o povo angolano.²³²

Mesmo diante dessas evidências, parecia difícil acreditar que o primeiro movimento nacionalista angolano a conquistar reconhecimento internacional não tivesse uma plataforma política. Numa entrevista concedida por Lucas Ngonda²³³, em Luanda, obtivemos uma pista que nos levaria a perceber a orientação política adotada por Holden Roberto e, conseqüentemente, por todas as organizações que ele presidiu. Segundo nosso entrevistado,

“O Holden não tem cultura política, ao passo que os outros são poetas. Agostinho Neto é poeta, é comunista. Os outros estavam envolvidos no mundo das grandes idéias da época, o Holden está fora dessa perspectiva. Só está a ver a independência do Congo Belga na época. As idéias que tem são as que os missionários deixam passar e os missionários são anticomunistas. Mas o comunismo revolucionou a Europa toda. Um homem que tinha uma certa cultura universal não podia ignorar essas correntes. Os que nasceram cá em Luanda, que estavam em Portugal, estavam no meio dessas lutas todas, conhecem pessoas, instituições, sabem como a vida é, estão a circular. Está é a vantagem do MPLA. O Holden não tinha nada. Politicamente ele..., quando se põe o problema do encontro de todos os países africanos, no Ghana, quem devia ir era o seu tio, presidente da UPNA, mas como o Congo Belga na altura estava passando por convulsões, já estava lutando pela independência, seria muito visível Barros Necaca sair. Então ele chama o sobrinho, que na altura já tinha terminado as Humanidades, que era o último ano do Ensino médio, na época muito valorizado. Quando o Holden chega no Ghana, ele é o quê? É produto do Fanon. Ele chega lá, não faz nada, não leva nada. O partido não tem bandeira. Quem vai desenhar a bandeira do partido é o Fanon. O partido não tem... quem vai compor o hino da FNLA é o Fanon. O partido não tem marcha revolucionária. Quem vai compor a marcha revolucionária do partido é o Franz Fanon, copiando a marcha revolucionária da África:

Angolanos avante! África avante! E por aí, vai.

O estatuto do partido é o quê? Fanon agarra numa máquina de escrever e diz: pronto, aí está a primeira cópia. É o Fanon que diz: (...) põe União das Populações de Angola, tira o norte. Isso dá a sensação de tribalismo depois dá de te atacarem de todo o lado com a coisa de que você é tribalista. Então, Holden Roberto é produto de Fanon. É Fanon, aquela dureza dele e... Mas é um Fanon que ele trabalhou mal, estás a ver? Devia ter trabalhado o pensamento do Fanon, que vai muito além dessas coisas, mas não fez isso. E por quê? Estava muito, era muito

²³² Holden Roberto. In: DAVEZIES, Robert. *Les Angolais*. Paris: Éditions de Minuit, 1965. pp.182-191.

²³³ Nascido em 1940, iniciou sua militância política nos anos 60, sempre associado aos movimentos nacionalistas liderados por Holden Roberto. Atualmente é “presidente interino” da FNLA e professor de Sociologia da Universidade Agostinho Neto, em Luanda.

militar. Ao passo que todos os outros eram universitários, com uma visão de mundo completamente diferente.”²³⁴

Considerando as informações obtidas a partir do depoimento de Lucas Ngonda e à luz da seguinte declaração:

“O que a FLN reclama é a independência da Argélia. Uma independência que permita ao povo argelino tomar totalmente o seu destino pelas mãos. Este objetivo, esta estratégia, comandam a nossa tática, o nosso método, e explicam o próprio andamento da nossa luta.”²³⁵

Voltamos à entrevista registrada por Davezies. Nesta ocasião o presidente da FNLA e do GRAE não teria feito mais do que seguir um modelo de sucesso. Afinal, depois de enfrentar por 8 anos (1954-1962) a guerra que seria a mais emblemática de todas as lutas pela independência no continente africano, a FLN (Frente de Libertação Nacional) saíra vitoriosa na Argélia. O exemplo recente não poderia deixar de ter lugar na memória positiva de Holden, bem como de qualquer africano ou outro ser humano que acompanhasse minimamente os acontecimentos políticos da época. Levando em conta a influência de Fanon e o exemplo argelino, podemos entender melhor porque a FNLA resumiu sua estratégia política a fazer a luta armada pela independência. A lógica era simples: se os argelinos haviam triunfado na guerra, porque os angolanos não triunfariam?

Ao analisar outros textos e declarações de Holden, além da entrevista supracitada, percebemos claras correspondências com as idéias defendidas por Fanon desde os anos 50. Em 1964 Holden declarava:

“Que regime o Povo Angolano procura instaurar? O regime da opressão, da exploração e da humilhação? Não e não!

O povo Angolano quer o regime da Democracia e da Justiça Social. A luta do Povo Angolano não é uma questão de aventura, de vaidade ou de banditismo, mas sim, de libertação Nacional, por isso tem um lugar importante no quadro do progresso humano e da paz no Mundo.

(...) a continuação dessa guerra dará ao povo Angolano uma consciência política e uma firmeza revolucionária crescente e conduzirá à derrota da odiosa administração colonial portuguesa.”²³⁶

²³⁴ Lucas Ngonda, em entrevista realizada em 22 de outubro de 2008, em Luanda.

²³⁵ FANON, F. Descolonização e independência. *El Moudjahid*, n.º 22, 16 de abril de 1958. In: *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. pp. 121-128. p.123.

²³⁶ A Luta Armada do Povo Angolano. *Angola Informations. Organe du Front National de Liberation de l'Angola – F.N.L.A.* volume 1, n.º 17, 30 nov. 1964. p.26. ANTT – PIDE/DGS - FNLA, S. Centrais. Proc.º 882/61SR – NT 3079. fl.295.

Em 1958, Fanon já defendia a idéia de que o Novo Homem africano alcançaria a consciência de si mesmo lutando pela própria independência²³⁷ e de que este combate estaria inserido no contexto mais amplo “da história da luta dos homens pela dignidade”.²³⁸

De acordo com Bernestein, a cultura política adquiri-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, modelos, normas, modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de certas idéias ou à adoção de comportamentos convenientes.²³⁹ Nos parece que Holden Roberto, impressionado pela experiência vivenciada em Ghana e principalmente pelo contato com Franz Fanon, adotou a cultura política difundida pelo exemplo da revolução argelina.

Na década de 1960, as idéias de Fanon respondiam aos problemas enfrentados não só pelos argelinos, mas também pelos angolanos e por todos os povos colonizados. Elas formaram o conjunto de referentes que orientaram o comportamento político de Holden e também foram partilhadas por outros grupos que viveram experiências de luta contra a exploração colonial. Acreditamos que a partilha dessa cultura política foi um fator determinante do comportamento solidário assumido pelos países africanos reunidos na OUA em relação ao GRAE.

Quando Lucas Ngonda afirma que Holden não tinha cultura política, o que ele quis dizer foi que Holden não tinha formação, experiência ou traquejo político. Isso resultou num uso superficial e estático das idéias políticas de Fanon. Ou num abuso dessa cultura política. Uma vez que a cultura política é um fenômeno dinâmico que se enriquece com múltiplas contribuições, inclusive as de outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento.²⁴⁰ Holden não foi muito além de certeza de que alcançaria a independência através da luta armada. Da idéia de que a violência contra o colonizador promoveria a emancipação dos colonizados.

Entretanto, nem no âmbito militar, tão valorizado por Holden Roberto, a FNLA conheceu o êxito. As ações armadas que executou não foram muito além de uma guerra de fronteira concentrada nas regiões norte e nordeste de Angola. Tais ações começariam a declinar a partir de 1964 devido a dificuldades internas enfrentadas pela organização.

²³⁷ FANON, F. Descolonização e independência. *El Moudjahid*, n.º 22, 16 de abril de 1958. In: *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. pp. 121-128. p.122.

²³⁸ FANON, F. Carta à juventude Africana. *El Moudjahid*, n.º 24, 29 de maio de 1958. In: *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. pp.137-143. p.138.

²³⁹ BERNESTEIN, S. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp.349-363. p.357.

²⁴⁰ Idem.

Sobretudo depois que, durante uma conferência da OUA, realizada no Cairo, em julho de 1964, Jonas Malheiro Savimbi²⁴¹, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, anunciou sua demissão e fez uma série de críticas contra a organização, entre as principais a ocorrência de tribalismo e a administração ineficiente e corrupta de Holden Roberto. Na mesma altura O Dr. José João Lihuaça, diretor dos Serviço de Assistência aos Refugiados Angolanos (SARA) e José Kalundungo, chefe do estado-maior do exército do GRAE também apresentaram suas demissões. Os três eram de origem umbundu e denunciavam que a guerra estava parada e nada estava sendo feito para libertar a maioria dos angolanos que viviam no centro e no sudeste do país. Os dissidentes argumentavam ainda que as organizações lideradas por Holden Roberto – FNLA, GRAE e ELNA – eram prejudicadas não só pelo tribalismo, mas também pela inadequada dependência da assistência dos EUA.

Além da crise interna, o GRAE sofreria outro golpe em meados de 1964, quando Moïse Tschombe²⁴², que mantinha estreitos laços com Portugal, assumiu o cargo de primeiro ministro da República congoleza substituindo Cyrille Adoula²⁴³, amigo de longa data de Holden Roberto. Em 1968 a OUA suspenderia toda assistência destinada a FNLA. Em junho de 1971 retiraria o reconhecimento do governo de Holden no exílio (GRAE).

A partir de 1972 a FNLA voltaria a se reerguer sob a tutela de Mobutu²⁴⁴. Entre 1972 e 73 Holden deslanchou numa corrida diplomática para reaver os suportes panafricanos

²⁴¹ Nascido em 1934, em Munhango, onde o pai era chefe de uma estação da linha do caminho-de-ferro de Benguela. Foi educado por missionários protestantes anglo-saxônicos. Em finais dos anos 50 obteve uma bolsa de estudo para Lisboa a fim de estudar Medicina, mas, depois das perseguições movidas pelas autoridades portuguesas, fugiu para a Suíça onde estudou Ciências Políticas. No início dos anos 60 aderiu a FNLA. Como responsável pelas relações exteriores do GRAE, viajou por todo o mundo e estabeleceu ligações com destacados nacionalistas africanos, incluindo Jomo Kenyata, do Quênia, e Felix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim. Depois de uma trajetória de irreconciliáveis conflitos com o MPLA, foi morto em fevereiro de 2002 numa ação do exército nacional angolano. Sua morte marcou o fim da guerra civil iniciada ainda antes da declaração da independência.

²⁴² Em julho de 1960 declarou a secessão da província de Katanga do resto do Congo. Anticomunista e pró-ocidental, foi eleito presidente do Katanga em Agosto de 1960. Pretendia manter relações privilegiadas com a Bélgica e em especial com a União mineira do Alto Katanga. Em 1963, a tomada do Katanga por parte das forças das Nações Unidas obrigou Moïse Tshombe a exilar-se primeiro na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), depois na Espanha. Em 1964, regressou ao Congo para fazer parte de um novo governo de coligação como primeiro-ministro. Em 1966 foi acusado de traição e voltou ao exílio.

²⁴³ Primeiro-ministro da República Democrática do Congo entre agosto de 1961 e junho de 1964.

²⁴⁴ Em julho de 1960, Joseph Mobutu, que anos atrás tinha sido promovido sargento e contador-datilógrafo da força pública, foi nomeado coronel chefe do Estado-maior, em decorrência do movimento de reivindicação dos militares que obrigou o governo recém-empossado a retirar o comando das tropas das mãos dos belgas e africanizar os quadros superiores do comando. Em 17 de setembro liderou as tropas que puseram o primeiro-ministro Patrice Lumumba em prisão domiciliar. Entre 1961-1965 Mobutu consegue manobrar e reorganizar o exército nacional. Com a ajuda de mercenários, consegue sufocar todas as forças rebeldes, pacificar e unificar o país. Em 1964, ele neutraliza o presidente da República Joseph Kasavubu e convida Moïse Tshombé, ex-secessionista de Katanga para formar novo governo como primeiro-ministro. Em 1965 Mobutu se autoproclama presidente da segunda República do Congo; elimina gradualmente todos os vestígios da democracia. Em 1970

perdidos. De fato, nessa época a FNLA voltou a receber uma modesta assistência militar e financeira de alguns estados africanos. Com o apoio do presidente do Zaire, Holden concentrou seus esforços em construir uma poderosa força militar. O exército zaireense assumiu a iniciativa de reorganizar e equipar as forças da FNLA e Mobutu autorizou o recrutamento em larga escala de novos soldados entre a população de angolanos refugiados no Zaire. No início de 1974 a FNLA apresentou um impressionante contingente de tropas uniformizadas diante de representantes de 22 países que voaram até a base militar de Kinkuzu em helicópteros zaireenses. Os visitantes encontraram a base cheia de campos de mandioca, com moinho, padaria, escola e hospital. Além disso, anunciava-se a chegada de 16 toneladas de armas oferecidas pelo General Idi Amin, de Uganda, e várias promessas de novos e maiores suportes militares da China e da Romênia.²⁴⁵

Apesar de toda força militar que Holden Roberto conseguiu reunir, o reflexo de sua “imaturidade” política teria conseqüências funestas para a FNLA com o decorrer dos anos. Conforme avalia Lucas Ngonda:

“Infelizmente, se a FNLA se encontrou numa situação difícil, é talvez por falta de uma certa forma, e eu sou responsável do partido, eu sei o que estou a dizer, de uma visão política depois que a situação evoluiu para a independência. Quer dizer o partido, é..., o velho [Holden], já não tinha visão da Angola independente, daquilo que devia ser. De começar a ver e a pensar uma outra forma de fazer a coisa. Ele ficou estagnado naquela história da luta de libertação e pronto, daí as coisas não podiam avançar”.²⁴⁶

A FNLA concentrou todo os seus esforços em vencer a guerra contra o colonialismo apostando quase exclusivamente na promoção das ações armadas, isto é, da violência. Se tivesse podido avaliar a atuação de seu “discípulo” durante a luta de libertação nacional angolana, Fanon provavelmente o reprovava. Sem um trabalho que incentivasse à conscientização política dos colonizados, os atos de violência contra os colonizadores não passariam de uma válvula de descarga de ódios e ressentimentos acumulados. Ou seja, para

ele extingue todos os partidos políticos e cria um partido único chamado Movimento Popular da Revolução (MPR) do qual é presidente e do qual todos os cidadãos congolezes são automaticamente membros. Para ilustrar mais sua revolução, ele rebatiza o país, a moeda nacional e o rio Congo, que passam a se chamar Zaire a partir de 1971. Os ocidentais se convenceram de que ele era realmente o homem forte do Zaire com quem deveriam alinhar-se para salvar seus interesses capitalistas no coração do continente africano. Com a ajuda da guerra fria e o avanço dos movimentos socialistas nos países vizinhos não faltou quem apoiasse o regime ditatorial de Mobutu nos países ocidentais: Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, etc., mesmo sabendo que seu regime era corrupto, fascista, sanguinário e antidemocrático. Continuou no poder até maio de 1997 quando foi derrotado pela AFDL (Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo).

²⁴⁵ MARCUM, J. Op. cit, p.220-227.

²⁴⁶ NGONDA, Lucas. Op. cit.

atingir o status de libertadora a violência teria que estar associada a uma reivindicação política com objetivos claros, amplamente conhecidos e apoiados pela população que lutava pela independência. O modo como Holden conduziu a FNLA parece indicar que ele nunca aprendeu essa lição. Nos anos 70, até alguns militares portugueses já admitiam que a solução para a guerra colonial teria que ser política e não militar. Enquanto Holden Roberto continuaria apostando numa vitória a ser conquistada pela força das armas.

2.7.2 Excesso de projetos políticos?

Iniciada a luta armada pela independência, o MPLA viu-se obrigado a transferir suas estruturas para Léopoldville. Afinal, em 1961, o antigo Congo Belga era o único país independente da África negra a fazer fronteira com Angola. Portanto, era o melhor ponto de retaguarda para auxiliar as ações políticas e militares dos nacionalistas angolanos.

Contudo, a instalação de uma base logística do MPLA em Léopoldville esbarrou em algumas dificuldades impostas pela influência que a FNLA exercia entre as autoridades locais e também entre os imigrantes angolanos ali fixados de longa data ou recém chegados fugindo da represália portuguesa depois dos episódios do ataque às prisões em 4 de fevereiro e do levante de 15 de março que deram início à guerra de libertação em Angola. O MPLA surgia como um concorrente que vinha disputar o espaço hegemônico que a UPA/FNLA tinha conseguido conquistar em Léopoldville e na diplomacia africana. Por isso, a UPA/FNLA começou a usar algumas características sociológicas desse adversário para o atingir. E a existência de mestiços na direção do MPLA alimentou as críticas da UPA/FNLA que procurava fazê-lo passar por um movimento de “filhos de portugueses” e de privilegiados.

O MPLA encarava o problema colonial como uma oposição de classes, enquanto a FNLA, na sua prática e mesmo no seu discurso, transformava a questão numa contradição entre raças, sendo ambas as visões associadas a vivências e formas de conscientização diferenciadas. No entanto, mesmo partindo de outra concepção política o MPLA não conseguiria ficar imune aos argumentos raciais. Viriato da Cruz, secretário-geral do movimento, estava atento a esses condicionamentos e procurou promover a raça como fator mobilizador da luta anticolonial. Nesse sentido, propôs uma reorganização do comitê diretor para que os quadros negros assumissem maior destaque na liderança do movimento.²⁴⁷

²⁴⁷ BITTENCOURT, Marcelo. Op. cit. p.187.

Naquele momento a grande tarefa que o MPLA tinha pela frente era conquistar o apoio das massas, essencialmente tradicionalistas e antimodernas, sem pôr em perigo seu próprio projeto modernizante. Embora continuasse a combater o racismo no movimento, Viriato entendia que o afastamento dos mestiços, entre os quais ele se incluía, era uma “necessidade tática”. Visto que: “Um Comitê Diretor formado por mulatos não poderá dar palavra de ordem que seja aceite”²⁴⁸

A questão racial colocava-se como um desafio ideológico para o MPLA, uma organização que nascera sob o signo da unidade sem consideração de origens sociais, raciais, étnico-regionais, etc. Depois de muito discutido numa reunião da direção realizada entre 13 e 23 de maio de 1962, admitiu-se o princípio da retirada dos mestiços da direção política do MPLA. Entretanto, esse resultado não deixava de significar também uma derrota do ponto de vista dos princípios fundadores do movimento.

Os conflitos internos do MPLA sofreriam um novo abalo com a chegada de Agostinho Neto em meados de 1962. Neto voltava à África com a vantagem de ser também o mito que o movimento nacionalista criou sobre ele.²⁴⁹ Iko Carreira garantia que Agostinho Neto já era um dirigente carismático da luta de libertação do povo angolano mesmo antes de iniciar sua atividade na presidência do MPLA.²⁵⁰ Leonel Cosme também foi testemunha de que, “*logo nos anos 50, já o nome de Neto – e ainda só o seu nome – tinha, para os angolanos, a força de uma esperança depositada naquele que prometia libertar Angola do colonialismo e instaurar o estado da justiça social*”.²⁵¹

A chegada de Agostinho Neto assinalou uma mudança na história do MPLA. O antigo presidente de honra do movimento, médico e poeta rodeado de inegável aura tanto pelo seu título universitário como pelas sucessivas prisões políticas, era a personalidade negra de que o MPLA precisava para enfrentar Holden Roberto. Em dezembro de 1962 a Primeira Conferência Nacional do MPLA confirmou Agostinho Neto, recentemente evadido de Portugal²⁵², como presidente da organização. e reafirmou, nas suas “resoluções finais” que o MPLA não toleraria o tribalismo, o regionalismo ou a intolerância de caráter político e

²⁴⁸ Anexo 3: Acta da sessão de 21 de Maio [Acta 2] da reunião do Comitê Director (13 a 21 de Maio de 1962). In: TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977) – I volume: 1962-1974*. Luanda: 2001. pp. 312-326. p.312.

²⁴⁹ BITTENCOURT, M. Op. cit. p.198.

²⁵⁰ CARREIRA, Iko. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Dom Quixote, 1996. p.33.

²⁵¹ COSME, Leonel. *Agostinho Neto e o seu tempo*. Porto: Campo das Letras, 2004. p.11.

²⁵² A fuga do mais famoso preso político angolano foi planejada, a partir de um pedido feito pelos dirigentes do MPLA diretamente a Álvaro Cunhal, e executada pelo PCP. Cf. BITTENCOURT, M. Op. cit. p.198.

religioso. Foi eleito um novo Comitê Diretor com a presença de três dirigentes mestiços. Isso contrariava as decisões da reunião realizada meses antes, mas, para Neto a unidade do MPLA não deveria tolerar qualquer concessão acerca dos princípios fundamentais, entre estes, o da prática de um absoluto antiracismo.

O problema da raça e do tribalismo foram constantes preocupações de Neto. Enquanto alguns militantes do MPLA inquietavam-se com o acolhimento de brancos e mestiços na luta, Neto voltara da Europa acompanhado pela esposa branca, de origem portuguesa, e pelos filhos mestiços. Essa condição deu-lhe força para levantar a “bandeira” anti-racista do MPLA. Quanto ao tribalismo, diversamente do desempenho de outros líderes africanos, o “capital simbólico” de Agostinho Neto não radicava numa estreita *etnicidade* que se impusesse ou insinuasse através da língua (ele falava sempre em português) ou de quaisquer simbolismos gentílicos como “marcas de origem”. Ao contrário, Neto sempre afastou dos seus discursos quaisquer recorrências regionais, falando, invariavelmente e ecumenicamente, em nome de “um só povo, uma só nação”.²⁵³

Entretanto, a chegada de Agostino Neto foi imediatamente seguida da primeira grande crise do MPLA. Suas causas imediatas relacionavam-se com as divergências em torno de questões táticas referentes à gestão das diversas componentes do movimento, ou seja, a questão do papel dos mestiços e brancos. Mas esta crise também funcionou como manifestação da luta pela representação da luta de libertação.²⁵⁴

Além das diferentes interpretações sobre o tema delicado da participação dos mestiços e brancos no movimento, a dificuldade de convivência entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz era notória. Suas ambições quanto à direção do movimento mostravam-se inconciliáveis. Embora fosse, sob a presidência de Mário de Andrade, a segunda personalidade do movimento, Viriato era, na verdade, o nervo central do MPLA, tanto no aspecto das questões táticas como na busca de uma clara fundamentação ideológica. A chegada de Agostinho Neto modificou essa situação. Desde então, Neto impôs sua autoridade e voluntarismo à vida do MPLA. A disputa pela hegemonia do discurso teleológico pôs imediatamente as duas principais personalidades do movimento em confronto.

Depois da 1.^a Conferência Nacional ter confirmado a direção de Agostinho Neto, Viriato liderou a primeira dissidência do MPLA. Em julho de 1963, publicou um documento

²⁵³ Idem, p.55.

²⁵⁴ REIS, Maria do Céu Carmo e REIS, Fidel Carmo. O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos. In: *Actas temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996. pp.697-709. p. 701.

em que declarava ilegítimo o Comitê Diretor eleito pela Conferencia Nacional de dezembro, e anunciava a criação de um “Comitê para a Unidade e a Cooperação” que teria a incumbência de dirigir o movimento, liquidar todas as divisões no interior do MPLA e resolver o problema da participação do MPLA no GRAE, além de convocar um congresso para eleger novos órgãos de direção. Reagindo a essa declaração, o Comitê Diretor emanado da Conferência Nacional declarou-a ilegal e decidiu expulsar seus promotores. Começou então para Viriato da Cruz um trajeto que o levou de uma tentativa de aproximação da FNLA/GRAE, onde nunca conseguiu enquadrar-se, ao exílio na China – onde morreu em 1973.²⁵⁵

O ambiente de tensão e confrontos no campo do nacionalismo angolano vivido em Léopoldville, sobretudo no que dizia respeito à questão das relações com a FNLA, também influenciaria a primeira grande crise no seio do MPLA. Isto porque o reconhecimento do movimento, tanto no interior de Angola como internacionalmente, dependia do aumento de seus efetivos militares. Para tanto, era preciso ter facilidades de penetração em Angola. Mas isso dependia de um acordo com a FNLA, que sob a proteção do governo de Léopoldville controlava a região de fronteira e se recusava a compartilhar essa vantagem.²⁵⁶ A rivalidade entre a FNLA em relação ao MPLA era tanta que chegou a provocar baixas entre os militantes deste movimento. Numa entrevista concedida a Davezies²⁵⁷ em 1964, Holden Roberto admitiu que sua organização teria atacado e dizimado alguns grupos guerrilheiros do MPLA que tentaram passar a fronteira do Congo-Léopoldville com a colônia portuguesa.

Valendo-se do reconhecimento a seu nome, Agostinho Neto investiria numa manobra política tentada pelos dirigentes do MPLA desde antes do início da luta armada: formar uma frente única com o movimento liderado por Holden Roberto. Cartas propondo reuniões foram enviadas a Holden, mas as tentativas de diálogo nunca obtiveram sucesso.

Na tentativa de fazer frente aos ataques da FNLA e ao clima de tensão nas bases do movimento, Agostinho Neto e alguns poucos dirigentes acordam apressadamente a criação da Frente Democrática de Libertação de Angola – FDLA, formalizada em 8 de julho de 1963, congregando o MPLA, o MDIA, o MNA, o Ngwizako e a UNTA. Movimentos que, a exceção da UNTA, antes tinham sido alvo de críticas do MPLA que os acusava de serem conservadores, tribalistas e ligados aos portugueses.²⁵⁸

²⁵⁵ Cf. TALI, Jean-Michel Mabeko. Op. cit. p.86.

²⁵⁶ CHALIAND, Gérard. Problemas do nacionalismo angolano. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.8, pp.77-97, fev.1966. p.87.

²⁵⁷ DAVEZIES, Robert. *Les Angolais*. Paris: Éditions de Minuit, 1965. pp.182-191

²⁵⁸ BITTENCOURT, M. Op. cit. p. 216-217.

Em 1964 o MPLA começou a recuperar a sorte, enquanto o GRAE estava sobre o pesado ataque de Savimbi e outros influentes dissidentes. A queda de Fulbert Youlou²⁵⁹, presidente do Congo Brazzaville e a ascensão do governo revolucionário de Alphonse Massamba-Debat²⁶⁰, providenciaram ao MPLA uma nova base onde podia operar com muito mais liberdade. A Rússia e outros países da Europa do Leste começariam a contribuir com ajuda material e conselheiros cubanos estabeleceriam uma base de treinamento em Brazzaville. Os mais ativos e melhor educados entre os jovens militantes seriam enviados para fazer treinamento militar ou outros estudos na Europa do Leste.²⁶¹ Paralelamente a FDLA foi desaparecendo. Seu insucesso foi resultado da dificuldade de conjugar os interesses dos movimentos envolvidos, o que podemos considerar um reflexo da sua formação apressada.²⁶²

Em fevereiro de 1965 o MPLA foi reconhecido na Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA. Esse reconhecimento foi muito importante, pois legalizava a organização face ao Comitê de Libertação da OUA encarregado por recolher ajudas e distribuí-las aos movimentos de libertação.²⁶³ Apesar de nominalmente continuar reconhecendo e ajudando a FNLA, além do MPLA, a OUA deu suporte preferencial ao MPLA desde 1966 até 1972. A OUA responsabilizava Holden Roberto pela continuidade da desunião dos nacionalistas angolanos. Isso fortalecia a imagem de Agostinho Neto como principal liderança política da luta de libertação de Angola.

Em 1965, Agostinho Neto obteve da Zâmbia e da Tanzânia a abertura de vias de acesso e de abastecimento para o leste de Angola. Em 18 de março de 1966 o MPLA inaugurou suas atividades militares no distrito do Moxico. A abertura da Frente Leste alterou profundamente o panorama da guerra em Angola.

²⁵⁹ Primeiro presidente eleito após a independência da República do Congo, foi destituído por pressão dos militares e dos sindicatos em 1963.

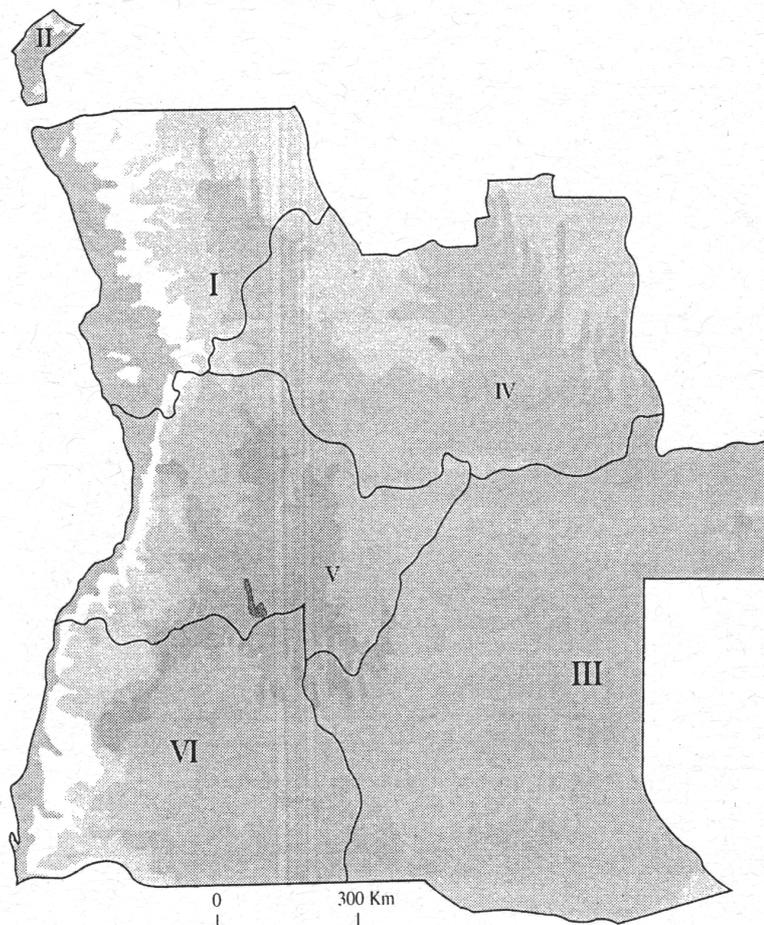
²⁶⁰ Assumiu a presidência da República do Congo em 1964 instaurando um governo socialista que nacionalizou as indústrias e reconheceu os governos socialistas da China, Coréia do Norte e Vietnã do Norte. Foi deposto em 1968 por um golpe militar.

²⁶¹ HENDERSON, Lawrence W. *Angola five centuries of conflict*. London: Cornell University Press, 1979. p.196.

²⁶² BITTENCOURT, M. Op. cit., p.232.

²⁶³ CARREIRA, Iko. Op. cit., p.118.

Regiões político-militares do MPLA



- Legenda:
- I Região P.M. (aberta em 1961)
 - II Região P.M. (aberta em 1964)
 - III Região P.M. (aberta em 1966)
 - IV Região P.M. (aberta em 1969)
 - V Região P.M. (aberta em 1970)
 - VI Região P.M.

(Fonte: MPLA/DIP, 1985) Apud. TALI, Jean-Michel MABEKO. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Volume I: 1962-1974. Luanda: Nzila, 2001. p.121.

Apostando na generalização da luta armada, o MPLA visava destacar-se dos demais movimentos de libertação. No final de 1966, a orientação de Neto para os militantes enfatizava:

“Só existe um meio para alcançar a independência completa do nosso país: alargar, organizar a luta armada.

Por isso o primeiro aspecto que os militantes devem observar é o da politização. É necessário politizar. Aclarar a consciência. Dar perspectivas. Mostrar os objetivos. Dar coragem.

Em 1967, ano da Generalização da Luta Armada dirigida pelo MPLA, concentraremos a nossa atenção em dois pontos: (...) Politização e participação na luta.²⁶⁴

É interessante observar que nesta estratégia defendida por Neto, a ação política e a ação militar estão absolutamente interligadas. Só a politização daria coragem às massas para participar da luta pela independência.

Depois de uma fase de rápida expansão, ao longo de três anos (1966-1969) a guerrilha do Leste começou a perder o fôlego. As frágeis frentes conquistadas pelo MPLA sucumbiriam face ao emprego de novas táticas e tecnologias (helicópteros, desfolhantes e outros armamentos modernos) por parte das tropas colonialistas que, além disso, contariam com a participação de forças da África do Sul e da Rodésia no terreno das ações militares propriamente ditas. Os interesses comerciais e de contenção dos movimentos de libertação na África Austral aproximavam os governos de Portugal, da Rodésia e da África do Sul. Por isso, autoridades portuguesas e sul-africanas estreitariam contatos ao longo dos anos 60, apesar da disparidade entre o regime sul-africano do *apartheid* e a doutrina lusotropicalista que orientava os colonialistas portugueses. O MPLA foi o principal alvo de ataque dessa força conjunta.

A grave situação militar enfrentada pelo MPLA no final da década de 60 alimentaria uma nova crise política no interior do movimento. Essa difícil conjuntura produziria efeitos negativos nas formas de comando em certas zonas de guerra. Alguns chefes militares tentariam conter o movimento de debandada que impelia as populações na direção da fronteira zambiana com excesso de severidade. O descontentamento das bases daria origem a uma contestação às lideranças do MPLA e marcaria a ruptura do pacto de confiança que se estabelecera entre este movimento de libertação e as populações do Leste.

A partir de 1972, Daniel Chipenda, na altura um alto responsável da direção política do MPLA, assumiria a liderança da contestação que ficaria conhecida como Revolta do Leste. O regionalismo e a questão racial voltariam à tona: a direção seria acusada de privilegiar a Frente Norte em matéria de armamentos; os dirigentes mestiços e brancos seriam acusados de ter mais privilégios, melhores postos nas estruturas do movimento e de não participarem das frentes de batalha. Além disso, os intelectuais seriam acusados de não se identificar com o povo e de gozarem de todas as regalias.

²⁶⁴ NETO, Agostinho. “Generalização da luta. Independência completa. Politização dos militantes” – Mensagem dirigida ao povo e a todos os militantes do MPLA, dez. 1966. In: CARREIRA, Iko. Op. cit. pp. 205-211. p.210.

Diante da deterioração generalizada da situação na Frente Leste, lançou-se a idéia de promover um “reajustamento” político geral a fim de reativar a luta de libertação nacional. A iniciativa de colocar em prática um “Movimento de reajustamento”, idéia lançada em 1971 por um grupo de quadros político-militares recentemente regressados de estágios na China, partiu do escalão intermediário da estrutura do MPLA e não da direção do movimento, o que demonstra o alto grau de politização dos militantes. O elemento mais significativo deste processo de reajustamento foi dar as bases a possibilidade de exprimir-se promovendo grandes debates de fundo entre os dirigentes e os militantes.

Os partidários de Daniel Chipenda também foram ouvidos. Suas reivindicações iam além da cobrança de reparação das injustiças praticadas contra as populações do “Sul”, almejaram a reformulação do equilíbrio político-militar no interior das instâncias dirigentes, de modo a dar mais lugares aos elementos oriundos do “Sul”. Na verdade, o que estava em jogo era a disputa da direção política do MPLA. Sem conseguir o apoio da maioria dos quadros políticos que lhe abria caminho para conquistar a direção do movimento, em 1973, Chipenda abandonou o reajustamento selando sua ruptura com o MPLA.

A direção do MPLA tratou a dissidência encabeçada por Chipenda como uma manifestação tribalista orquestrada por alguns dirigentes ambiciosos, instrumentalizados pelo imperialismo internacional.²⁶⁵

Segundo a avaliação de Mabeko Tali, a Revolta do Leste encontrou sua justificativa em fatores que só podem ser explicados pela *práxis* – tanto social como político-militar – do MPLA e pelas dificuldades materiais e dissabores militares que ele vinha acumulando desde o começo da grande ofensiva portuguesa. Num tempo de crise de confiança entre a base rural da guerrilha e a direção política o discurso regionalista, que Daniel Chipenda não teve dificuldades em desviar a seu proveito, era bastante produtivo. Contudo, seria reducionista classificar a Revolta do Leste como um conjunto de simples manifestações tribalistas ou etno-regionalistas. Numerosos quadros político-militares recém-chegados de estágios de formação em academias estrangeiras “marcavam passo” à espera de um posto de comando, de uma nomeação, ou pelo menos de uma melhor utilização dos conhecimentos que haviam adquirido. Tendo perdido as esperanças, sentindo-se frustrados ou simplesmente porque alimentavam ambições políticas, muitos deles aderiram às fileiras da dissidência de Chipenda. E nem todos eram oriundos do Leste.²⁶⁶

²⁶⁵ NETO, Agostinho. *Balanço informativo*. S./l., 23 set. 1973 (Arquivos particulares). Apud. TALI, Jean Michael Mabeko. Op. cit., pp.149-150.

²⁶⁶ TALI, Jean Michael Mabeko. Op. cit., pp. 156-158.

O movimento de reajustamento na Frente Leste terminaria em agosto de 1973 depois de ter feito abortar o contraprojeto de Chipenda cujo objetivo era tomar de assalto a direção do MPLA. Por outro lado, mesmo antes de concluído o “reajustamento” no Leste, explodia a crise na Frente Norte. Em abril de 1972, os chefes militares da I.^a Região Militar, que ficaram isolados a cerca de 350 km de Luanda, finalmente conseguiram retomar os contatos com a retaguarda do movimento. Chegaram em Brazzaville em 1971 depois de longa peregrinação buscando auxílio material e armamentos para reforçar essa primeira frente de combate onde a guerrilha estava estagnada. Após a sua chegada às bases guerrilheiras no Congo Brazzaville amotinaram-se e apresentaram um manifesto onde denunciavam o “liberalismo” e o “oportunismo” de certos militantes dirigentes, que acusavam de “sabotar a luta de libertação nacional”. A questão fundamental de suas reclamações era o papel dos mestiços, dos brancos e dos intelectuais na organização. Eles contestavam aquilo que julgavam ser o estatuto privilegiado de que gozariam os militantes com essas características somáticas e sociais, que lhes pouparia de tarefas essenciais da luta armada e os punha ao abrigo de privações e dificuldades. Acusavam Agostinho Neto como responsável por esta situação e exigiam a substituição imediata de todos os mestiços ao nível da direção do MPLA e o afastamento de todos os “portugueses” considerados até então como militantes.²⁶⁷

Ao enfrentar essa contestação, Agostinho Neto salvou sua autoridade principalmente pelo fato de ser imune aos elementos de discriminação utilizados como argumentos da revolta. Ele era um intelectual, mas o fato de ser negro e ter sido o presidente de honra do movimento enquanto esteve preso, garantiram que o médico e poeta preservasse a legitimidade de sua liderança. De qualquer modo, a questão racial e a dos intelectuais voltavam à cena provocando um profundo mal-estar para os quadros envolvidos.

Em novembro de 1973 começaria o “Movimento de reajustamento” na Frente Norte. A situação geral era tão ruim e as contradições haviam chegado a um tal ponto de irreversibilidade que o MPLA saiu dessa tentativa de “reajustamento” mais dividido que ao entrar. De um lado reuniram-se os quadros mais críticos quanto à gestão da direção e a condução dada à luta de libertação nacional. De outro lado concentraram-se, os que faziam dessas críticas uma questão secundária, apesar de admiti-las, mantendo-se fiéis ao presidente do movimento.

²⁶⁷ Anexo 6A: Manifestação político-militar dos militantes na II Região. Extractos. In: TALI, Jean Michael Mabeko. Op. cit. pp. 337-340.

Apesar de todas as crises alimentadas pela variedade de orientações ideológicas entre os adeptos do MPLA, a liderança de Agostinho Neto foi sempre legitimada, reconhecida e constantemente reafirmada pela eleição da maioria dos membros do movimento.²⁶⁸

Desde o seu retorno à África, em 1962, Agostinho Neto dominou a cena política do MPLA personificando o tom, essencialmente revolucionário, adotado pelo movimento. Apesar de abraçar uma ideologia inspirada pelo marxismo e receber a assistência material da URSS e de outros países comunistas, o MPLA não era um movimento comunista. Tentava manter uma política de “não-alinhamento” e insistia em declarar a disposição de aceitar toda ajuda de onde quer que ela viesse, contanto que não estivesse ligada a condições políticas. A idéia de revolução que defendia visava, por um lado, a transformação das estruturas impostas pela dominação colonial e, por outro lado, a adaptação das estruturas tradicionais africanas à modernidade.

Neto nunca se mostrou muito inclinado para a produção de textos teóricos sobre a luta de libertação nacional, em geral, ou a ação armada que lhe foi concomitante, em particular. Todavia, não lhe faltou um respaldo ideológico e político sólido e conseqüente. Sua adesão ao marxismo-leninismo era declarada. Entretanto, ele não abdicava da liberdade de interpretar autonomamente a práxis revolucionária em acordo com as especificidades dos povos africanos. Embora geralmente considerado como “comunista” ou “filo-comunista”, Agostinho Neto sempre se declarou um “progressista”. Característica que atribuía também ao MPLA, o que vinha a calhar já que tal característica harmonizava-se com a heterogeneidade ideológica dos militantes e simpatizantes desse movimento.

No discurso o MPLA tinha um certo “pudor” de se afirmar socialista. Porém, no mundo bipolarizado de então era impossível não vinculá-lo a este campo político, visto que seus homens eram treinados em Cuba, na Coreia do Norte, na Bulgária e na própria URSS.

Em 7 de fevereiro de 1974, Agostinho Neto definiu publicamente os princípios políticos, culturais e estratégicos do MPLA numa conferência proferida na Universidade de Dar-es-Salaam. Neste documento ele declarava:

“O que queremos nós?

Uma vida independente como Nação, uma existência em que as relações econômicas sejam justas entre os países e dentro do país, um reviver dos valores culturais ainda válidos para a nossa época.

O que nós desejamos é estabelecer uma sociedade nova, onde negros e brancos possam viver em conjunto. Naturalmente e para não ser mal interpretado, devo acrescentar que o processo democrático deve exercer-se de tal modo que a

²⁶⁸ CARREIRA, Iko. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Dom Quixote, 1996. p. 40.

massa popular mais explorada (a negra) tenha o controle do poder político porque ela é aquela que mais longe pode ir no estabelecimento de direitos apropriados para todos.

Luta do povo pelo poder político, pela independência econômica, pelo restabelecimento da vida cultural, pela desalienação, pelas relações com todos os povos, numa base de igualdade e de fraternidade, tais são os objetivos da nossa luta.”²⁶⁹

O MPLA contava com um projeto político bem definido para orientar a luta de libertação nacional e as linhas administrativas a implementar visando a consolidação da independência de Angola. Entretanto, as perdas sofridas no terreno militar, no final dos anos 60 e no início dos anos 70, exacerbaram os conflitos entre as autoridades políticas e militares do movimento. Num ciclo vicioso, as disputas internas pelo poder comprometeram suas ações contra as forças colonialistas. Fragmentado, o MPLA não teria forças para colocar em prática suas propostas políticas.

2.7.3 Uma terceira alternativa

Durante os três primeiros meses que se seguiram ao seu afastamento das organizações lideradas por Holden Roberto, Savimbi manteve conversações com os dirigentes do MPLA para definir as condições de uma possível associação a este movimento. Diante da dificuldade de um acordo, ele retornaria à Suíça para concluir o curso de Ciências Políticas, licenciando-se em julho de 1965. Ao mesmo tempo em que se dedicava aos estudos, valendo-se da experiência adquirida como ministro das relações exteriores do GRAE e das boas relações pessoais que mantinha com importantes personalidades políticas africanas, como Gamal Abdel Nasser²⁷⁰, Savimbi estabeleceu contatos com vários países do bloco soviético. Mas não encontrou apoio para criar uma nova organização. Apenas a República Popular da China, através de sua Embaixada no Cairo, apostou nas intenções de Savimbi.²⁷¹

Em janeiro de 1965, Savimbi volta à África. Na Zâmbia, recrutou os jovens que, depois de realizarem um curso de formação política e militar com duração de nove meses na

²⁶⁹ NETO, Agostinho. “Quem é o inimigo? Qual é o seu caráter?” – Conferência proferida em 7 de fevereiro na Universidade de Dar-es-Salaam. In: CARREIRA, Iko. Op. cit. pp. 213-228. p.223-225.

²⁷⁰ Presidente do Egito entre novembro de 1954 e setembro de 1970.

²⁷¹ Cf. UNITA. UNITA 40 anos por Angola – Percorrendo caminhos longos. Vol. I. S./I.: Edição do autor, (2006). pp.10-11.

Academia Militar de Nanquim, fundariam a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) sob sua liderança.

Em sua autobiografia, Samuel Chiwale²⁷² esclarece-nos sobre a influência dessa experiência chinesa na formação dos primeiros treze quadros fundadores da UNITA, entre os quais ele e Jonas Savimbi.

“Aprendêramos o necessário sobre a revolução: a teoria revolucionária baseada no marxismo-leninismo; o papel do conhecimento político-ideológico na consciência das pessoas; a subordinação da componente militar à política e à ideologia. Por fim, ficamos sensibilizados para o fato de um revolucionário, sem uma sólida formação política e ideológica, ser incapaz de sustentar uma causa até o fim (...)”²⁷³

Em dezembro de 1965, Chiwale e outros onze quadros recém-chegados da China já se encontravam instalados no leste de Angola e iniciavam o trabalho de mobilização das massas populares, seguindo uma das orientações-chave da doutrina da UNITA. Savimbi entraria em Angola, vindo da Zâmbia, em princípios de março de 1966. Entre os dias 11 e 13 deste mesmo mês, realizou-se o I Congresso Constituinte da UNITA, em Muangai. Ocasão em que Savimbi foi eleito presidente deste movimento.²⁷⁴

Personalidade dominante na UNITA, Savimbi foi o único dos líderes nacionalistas de Angola a voltar do exílio para agir a partir do interior do país durante a guerra de libertação.²⁷⁵

A doutrina da UNITA criticava o excesso de intervenção da ajuda externa e enfatizava a necessidade de mobilizar o povo do interior para a guerra. Um dos princípios definidos desde o Congresso de formação da UNITA e confirmados no 3.º Congresso do movimento reunido em 1973 enfatizava que era preciso

“ensinar a todos os quadros do partido a necessidade de se juntarem ao povo do interior do país como única solução para a ineficácia e dispersão das forças dos outros movimentos de libertação de Angola. As bases de apoio são úteis, mas

²⁷² Nascido em 1943 no interior do Huambo. Filho de um soba promovido a regedor em 1954, mas também catequista da Missão Evangélica do Bailundo. Completou os estudos primários e o curso preparatório para o ensino secundário nas missões evangélicas da região. Em 1961 seu pai foi preso interrompendo sua possibilidade de seguir nos estudos e influenciando sua decisão de se unir a um movimento de libertação nacional. Antes de ser procurado por Savimbi para formar a UNITA, militou durante alguns anos na SWAPO (South West Africa People's). Foi comandante-geral dos exércitos da UNITA. Atualmente é deputado pela UNITA.

²⁷³ CHIWALE, Samuel. *Cruzei-me com a história*. Lisboa: Sextante, 2008. p.69

²⁷⁴ Idem, p. 89-101.

²⁷⁵ MARCUM, J. Op. cit. p.192.

constituem sempre um meio de pressão política que hipoteca a liberdade: a ajuda do exterior deve ser a consequência e não a causa da nossa luta”.²⁷⁶

Aplicando a orientação maoísta, sobretudo a idéia do movimento do campo para as cidades, a UNITA fez da zona rural sua base de apoio. O movimento era composto principalmente por camponeses, além de contar com operários e alguns intelectuais revolucionários, dos quais a maior parte eram estudantes. Vale destacar que, nessa altura, a grande maioria população angolana (cerca de 95%) vivia no campo.

A UNITA dizia pautar-se pelo seguinte princípio revolucionário: para que a guerra de libertação nacional fosse vitoriosa, era preciso que ela fosse uma guerra do povo, sustentada e conduzida ativamente, conscientemente, pelo povo. E para que essa guerra fosse mantida pelo próprio povo até a vitória, era necessário que as massas populares angolanas tivessem uma consciência clara dos objetivos políticos da revolução e que estes objetivos contemplassem suas aspirações, seus interesses fundamentais e vitais.²⁷⁷

Num mundo bipolarizado, em que os EUA e a URSS já tinham escolhido seus aliados na guerra angolana, não sobrava muito espaço para a UNITA. Daí o discurso de não filiação e de valorização da luta interna. Por isso, desde a declaração feita na Conferência da OUA, em 14 de julho de 1964, onde comunicou sua demissão do GRAE, Jonas Savimbi já afirmava que: *“Seules les masses populaires constituent un soutien durable pour une lutte de libération contre un ennemi comme le Portugal qui bénéficie du soutien matériel et moral des puissances colonialistes et imperialistes”*.²⁷⁸

Num testemunho oral recolhido e divulgado vinte anos depois da independência de Angola, Savimbi confessou-se um aficionado pelo debate político em torno do problema colonial. Afirmava também que a falta de espaço para esse tipo de reflexão crítica teria sido o principal motivo de seu afastamento da UPA/FNLA.

“(…) a UPA não tinha uma filosofia política. O meu problema era a filosofia política. Não havia discussão política para eu poder dizer naquela altura, como jovem, qual era o próximo passo a dar na luta. Limitávamo-nos a fazer uma

²⁷⁶ Carta da UNITA – elaborada pelo 3.º Congresso da UNITA, reunido de 13 a 19 de agosto de 1973, no interior de Angola. Apud NEVES, Fernando. Op. cit. pp.114-125. p.116.

²⁷⁷ A estrutura, a política e os problemas da UNITA - Extratos do estudo sócio-político realizado por A. Vakulukuta para obtenção do diploma na Universidade de Grenoble, em 1971. Apud: NEVES, Fernando. Op. cit. pp. 99-105. p.100.

²⁷⁸ “Só as massas populares constituem uma base durável para uma luta de libertação contra um inimigo como Portugal que se beneficia do apoio moral e material das potências colonialistas e imperialistas.” [tradução da autora] Declaração de Jonas Savimbi à Conferência da OUA, Cairo 16 julho 1964. In: NEVES, Fernando. *Negritude e Revolução em Angola*. Paris: Edições ETC, 1974. pp.114-117. p.115.

gestão do dia-a-dia. Arranjávamos logística, organizávamos os soldados, criamos uma base militar. Mas, do ponto de vista da discussão filosófica e política global não havia nada. (...)

O meu ponto de ruptura com a UPA foi este: o Holden não ia ao combate político, não havia um debate.

(...) Eu estava de acordo que se fizesse a luta armada, mas achava que essa luta deveria ter um suporte filosófico forte que permitisse um debate aberto, uma discussão das condições sociais, de um projeto econômico para Angola. Mas, ficamos só limitados à luta armada e nem sequer poderemos explicar a tal luta armada, isso frustrou-me muito a mim e a outros jovens.

A idéia do projeto político em Angola era muito importante para mim.²⁷⁹

Essa fixação pela elaboração de um projeto político para Angola, que Savimbi afirmava alimentar desde a juventude, parece corroborada quando observamos o conteúdo de uma outra entrevista, concedida em 1966 à revista *L'étudiant*. O líder da recém-formada UNITA afirmava então: “*Nous avons un programme à exécuter après l'indépendance. Une fois le pays libéré, chaque mouvement mènera sa campagne et la majorité gagnera*”.²⁸⁰

Questionado sobre como seria o governo depois da independência, se teria como base um sistema federal ou um governo central, e se acreditava que seria fácil criar um sentimento nacional no seio da população, Savimbi responde:

“Encore une fois cela dépendra de la volonté du peuple, mais je crois que nous avons besoin d'un gouvernement central. Le sentiment tribal n'est ni très fort ni très faible en Angola. Comme il n'est pas très fort, nous pouvons espérer obtenir l'union du peuple. Si un gouvernement fédéral prenait la forme d'un gouvernement tribal, il n'y aurait pas d'union dans le pays. Notre peuple est privé de formation politique depuis longtemps. (...) Tous se sentent Angolais. Si les leaders ne font pas appel au tribalisme, la population ne le fera pas non plus”.²⁸¹

Apesar de condenar o tribalismo, questões étnicas e raciais não deixaram de influenciar a orientação política da UNITA. Segundo Chiwale, a estratégia política da UNITA se baseava no reconhecimento do mosaico étnico-linguístico do país. A etnia seria a base de onde provém uma sociedade. Reconhecer e valorizar os usos, hábitos e costumes de cada

²⁷⁹ ANTUNES, José Freire. Jonas Savimbi. Arte de resistir. In: *A guerra de África (1961-1974), volume I*. S. l.: Círculo de Leitores, 1995. pp.91-102. p.93-95.

²⁸⁰ “Nós temos um programa a executar depois da independência. Uma vez o país livre, cada movimento organizará sua campanha [eleitoral] e a maioria ganhará”. [tradução da autora] Interview Dr. Jonas Savimbi. *L'étudiant*, vol. XII, n.º 1, Leiden (Pays-Bas), set./out. 1967. pp.12-14. p.13. IAN/TT – PIDE/DGS. UNITA. Proc. n.º6573-CI(2), 2.º vol. – NT-7445. fl. 507.

²⁸¹ “Outra vez dependerá da vontade do povo, mas eu creio que nós precisamos de um governo central. O sentimento tribal não é nem muito forte nem muito fraco em Angola. Como ele não é muito forte, nós podemos esperar obter a união do povo. Se um governo federal assumir a forma de um governo tribal, ele não terá a união no país. Nosso povo está privado de formação política desde muito tempo. (...) Todos se sentem angolanos. Se os líderes não apelarem ao tribalismo, a população não o fará mais.” [tradução da autora] Idem, ibidem.

grupo étnico teria por objetivo permitir que cada um deles se visse representado no projeto de sociedade que a UNITA perspectivou desde a sua fundação.²⁸² Os brancos não eram de todo mal-vistos. Savimbi até garantia que não os expulsaria de Angola depois da independência. Eles poderiam ficar desde que optassem pela nacionalidade angolana.²⁸³ Já quanto aos mestiços, um dos primeiros números do boletim de informação e propaganda da UNITA registrava: “A UNITA tem promovido uma feroz revolução contra os fantoches do regime colonial português e seus estúpidos MULATOS que não vêem além de seus narizes”.²⁸⁴

Conhecendo a composição do MPLA – formado por muitos quadros mestiços que, inclusive, ocupavam cargos políticos e militares de destaque – e a tentativa frustrada de Savimbi de se unir a este movimento quando deixou o GRAE, podemos associar esta forte rejeição aos mestiços às divergências alimentadas entre a UNITA e o MPLA. Savimbi sustentava o argumento de que o MPLA era composto por pequeno burgueses que utilizavam um discurso marxista para disfarçar a defesa dos seus interesses de classe. Dependente dos russos e cubanos, expansionistas cujo objetivo principal seria a exploração das riquezas angolanas, o MPLA fazia parte de um conluio para oprimir os negros angolanos.

Surgindo no meio da guerra de libertação nacional, não havia outro meio de se legitimar como uma terceira força disputando o controle do país senão pela ação armada. No natal de 1966 a UNITA promoveu sua primeira grande ação militar, marcando sua entrada na guerra com grande impacto midiático. Chiwale esclarece que

“O objetivo da luta era essencialmente político, isto é, fragilizar o sistema colonial português de modo a instaurarmos, em Angola, um governo de angolanos. A guerra nunca se apresentou, para nós, como um fim em si, mas como um meio para o alcance desse objetivo político”.²⁸⁵

Para alcançar tal objetivo, nada melhor do que atacar a “espinha dorsal do imperialismo internacional no continente africano”²⁸⁶, o Caminho de Ferro de Benguela. O primeiro ataque interrompeu por uma semana o transporte do cobre zambiano em direção aos portos. A linha férrea seria atacada outras vezes, como retaliação Savimbi acabou expulso da Zâmbia em junho de 1967. Um ano depois, com a ajuda da SWAPO, ele voltaria a Angola.

²⁸² CHIWALE, Samuel. Op. cit., p.173.

²⁸³ Cf. Interview Dr. Jonas Savimbi. *L'étudiant*, vol. XII, n.º 1, Leiden (Pays-Bas), set./out. 1967. pp.12-14.

²⁸⁴ Kwacha – Angola, n.º 5. Órgão de informação e propaganda da UNITA, Terra Livre de Angola, dez. 1966. IAN/TT – PIDE/DGS. UNITA. Proc. n.º 6573-CI(2), 2.º vol. – NT-7445. fl. 807.

²⁸⁵ CHIWALE, Samuel. Op. cit., p. 164.

²⁸⁶ Idem, p.114.

Mas, até a Revolução dos Cravos a UNITA continuaria no “submundo”, meio mal vista e sem o reconhecimento da OUA, apoios significativos ou espaço para se desenvolver.²⁸⁷

Segundo o depoimento de Savimbi, no fim de 1967 o MPLA teria começado a atacar a UNITA porque queria ter a hegemonia sobre o nacionalismo angolano e queria também reivindicar a abertura da Frente Leste. O que não era verdade, porque a UNITA teria sido o primeiro movimento a atuar no leste de Angola. Em 1968-69, a FNLA também teria começado a atacar a UNITA na zona do Lumeje. A UNITA ficou assim sob três fogos: os das tropas portuguesas, os do MPLA e os da FNLA.²⁸⁸

Para sobreviver, em 1970 a UNITA fechou-se num acordo tácito com as forças colonialistas. Se a UNITA não os atacasse, eles não atacavam. O pretexto para essas tréguas com as tropas portuguesas foram os madeireiros.

“(…) Ora nós tínhamos a necessidade de sobreviver com a venda do mel, da cera, das peles. Vendíamos esses produtos através dos nossos militantes que trabalhavam nas serrações dos madeireiros e eles traziam-nos açúcar, medicamentos, o que podiam comprar. O primeiro acordo tácito consistia no seguinte: a UNITA não atacava os caminhões dos madeireiros e os madeireiros compravam o que nós enviávamos. Isto funcionou. Mas a dado momento, a administração portuguesa no Luso começou a entender porque que é que os caminhoneiros da área não eram atacados pela UNITA e infiltraram o grupo dos madeireiros, tentando uma maior aproximação entre nós e o Exército português. Nós dissemos que sim. Se o objetivo deles era não nos atacarem e nós não os atacarmos a eles, porque é que não havíamos de aceitar? Nós aceitamos. Mas nunca o Governo nem qualquer militar nos pediu para atacarmos o MPLA. (...) e há quem diga que o Exército português nos dava armas. Mas as coisas não foram assim. (...) Eles nunca o fizeram. Aceitaram aquele acordo tácito com os madeireiros, mas com o fim de depois absorver a UNITA a longo termo, o que não conseguiram, porque ninguém falou com eles, ninguém falou com nenhum oficial, nenhuma autoridade. (...)”²⁸⁹

Este acordo, que ficaria conhecido como “Operação Madeira”²⁹⁰, resultou bastante vantajoso para as forças portuguesas, porque além de afastar as forças da UNITA da luta armada, simultaneamente evitou a expansão do MPLA. Contudo, a ambição de integrar a UNITA e as populações que controlava na administração portuguesa, um dos objetivos do Governo Geral de Angola, nunca se realizou.

²⁸⁷ MARCUM, J. Op. cit. p.192-193.

²⁸⁸ ANTUNES, José Freire. Jonas Savimbi. Arte de resistir. In: *A guerra de África (1961-1974), volume I*. S. l.: Círculo de Leitores, 1995. pp.91-102. p.98.

²⁸⁹ Idem, p.98-99.

²⁹⁰ MINTER, William (org.). *Operation Timber: pages from the Savimbi dossier*. New Jersey: Africa World Press, 1988.

Em 1973, tal acordo deixou de funcionar, pois o novo comandante da Zona Militar Leste, o general Abel Hipólito, começou a fazer guerra contra a UNITA porque não admitia ter em sua área de ação um movimento que não lhe assegurava completa lealdade.²⁹¹ Inicialmente a UNITA obteve êxito nas ações que voltaria a desferir contra as forças portuguesas depois do cancelamento da “Operação Madeira”. Mas, logo a seguir sofreria pesadas retaliações do exército colonial. Esta reviravolta no teatro de operações da guerra serviria como o principal argumento de defesa acionado por Jonas Savimbi para enfrentar as críticas sobre a atuação de seu movimento durante a luta de libertação e as acusações de que a UNITA teria sido criada pelo exército colonial para enfraquecer a luta de libertação nacional.

Depois de analisar as posturas dos três movimentos de libertação que se destacaram durante a luta armada podemos inferir que a animosidade existente entre eles acabou beneficiando o regime colonial. Ao longo dos 13 anos de guerra, a FNLA, o MPLA e a UNITA nunca formaram uma frente unificada para combater seu inimigo comum. Lutando em separado e desperdiçando esforços em tentativas de eliminar as organizações nacionalistas rivais, nenhum dos três conseguiu bater o exército português. Sequer representaram uma ameaça significativa nas áreas mais densamente povoadas, particularmente nas de maior concentração de população branca, de qualquer zona do território. No início dos anos 70, Portugal mantinha pleno controle sobre o território angolano onde se encontravam, aproximadamente, 65.500 homens das Forças Armadas.²⁹² Apesar da guerra parecer militarmente estabilizada em Angola, a favor dos portugueses, a resolução do problema colonial continuaria politicamente pendente e influenciando os rumos do próprio salazarismo.

2.8 Transição política na metrópole, continuidade no ultramar

Em setembro de 1968, ao constatar que Salazar estava definitivamente impossibilitado de exercer suas funções²⁹³, Américo Tomás, Presidente da República, em reunião do

²⁹¹ NUNES, António Pires. *Angola -1966-1974- Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História, 2002. p.86.

²⁹² MACQUEEN, Norrie. As guerras coloniais. In: OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando (coords.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 263-300. p.268.

²⁹³ Meses antes Salazar havia sofrido um acidente que lhe causara uma séria lesão cerebral, em setembro, depois de uma cirurgia, seu estado de saúde piorou.

Conselho de Estado, decidiu substituí-lo. Marcello Caetano²⁹⁴ foi convidado, com o aval dos chefes militares, ministros e demais figuras do alto governo, a suceder Salazar na presidência do Conselho de Ministros. Manter a política ultramarina foi a única exigência feita pela cúpula que o elevou ao mais alto cargo do cenário político português.

Em seu discurso de posse, Caetano garantiu que não abandonaria a defesa das províncias ultramarinas. Esclareceu ainda que a continuidade que advogava não se referia apenas ao plano administrativo, mas também ao plano político. O que não significaria a defesa do imobilismo, mas sim uma “idéia de movimento, de seqüência, e de adaptação”. Ele acreditava que, a defesa da “constância das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado” não impediria o governo de proceder, sempre que fosse oportuno, às reformas necessárias.²⁹⁵

Quando o novo Presidente do Conselho assumiu o governo “herdando” as guerras africanas, Portugal mantinha cerca de 120.000 soldados nas frentes de combate e os esforços militares representavam 51,9 % das despesas públicas.²⁹⁶ Nessa altura, a situação em Angola – a “jóia da coroa imperial” – ainda era motivo de grande inquietação para o regime em Moçambique as coisas começariam a se complicar para as tropas coloniais justamente a partir de 1968. Já a pequena Guiné Bissau, território sem grandes potencialidades econômicas e que não tinha uma população de colonos digna de menção, continuava sendo o cenário mais dispendioso para os portugueses, em termos militares e humanos. Situação que se perpetuou desde início da luta armada nesta colônia, em 1963. Para salvaguardar o mito da pluricontinentalidade, a determinação do governo era manter a Guiné, apesar da sua falta de valor intrínseco para a metrópole, em virtude das implicações que a sua perda teria, para a resolução dos casos de Angola e Moçambique.²⁹⁷

Em abril de 1969, Caetano visitou Angola, Moçambique e Guiné Bissau para inspirar confiança às tropas em combate, reforçar os vínculos com os colonos e divulgar a face

²⁹⁴ Marcello José das Neves Alves Caetano (Lisboa, 1906 - Rio de Janeiro, 1980). Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa em 1927 e doutorou-se em Ciências Político-Econômicas na mesma universidade em 1931. Fundou o moderno Direito Administrativo Português, cuja disciplina sistematizou e lecionou. Amigo pessoal e colaborador declarado de Salazar, Caetano iniciou sua carreira política nos anos 40 e ocupou cargos importantes no Estado Novo: Ministro das Colônias (1944-1947), Presidente da Câmara Corporativa (1949-1955), Ministro da Presidência (1955-1958) e membro permanente do Conselho de Estado. Entre 1958 e 1968 afastou-se da política e dedicou-se à vida acadêmica. Foi reitor da Universidade de Lisboa de 1959 a 1962.

²⁹⁵ CAETANO, Marcello. Saibamos ser dignos desta hora, discurso pronunciado no Palácio de São Bento, em 27 de setembro de 1968. In: *Pelo Futuro de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1969. pp. 19-20.

²⁹⁶ Cf. ANTUNES, José Freire. *A guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. p. 42-43.

²⁹⁷ MACQUEEN, Norrie. As guerras coloniais. In: OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando (coords.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 263-300. p.270.

renovada do poder central. De fato, a ascensão de Caetano à Presidência do Conselho criou, para muitos, grandes expectativas de mudanças nas áreas da política, da economia e no domínio social. A África, ao ocupar um lugar de destaque no pensamento nacional, seria elemento onipresente em todas as discussões e ações em prol de uma evolução gradual do regime.

Tais expectativas de mudanças – que para os mais conservadores representavam, na verdade, motivo de temor – foram alimentadas por uma certa fama de liberal atribuída a Caetano principalmente por conta das teses anti-integracionistas e pró-autonomia para a África que tinha expressado ao longo de sua carreira política. Entretanto, ele nunca fora, nem afirmara ser, um liberal. Era um reformista sim, mas, acima de tudo, era um “homem do regime”.²⁹⁸ Segundo Fernando Rosas, “antes de aceder ao poder o marcelismo já era um partido informal”, uma corrente reformista no interior do Estado Novo, que, paulatinamente, a partir do rescaldo da II Guerra Mundial, se fora constituindo em torno de Marcello Caetano com simpatias em setores das elites políticas situacionistas, nas elites econômicas, nos meios diplomáticos ou nos militares.²⁹⁹ Essa facção reformista era estritamente legalista, ou seja, desejava operar mudanças adaptativas do regime, mas nunca formulou a sua negação ou superação.

Depois das eleições de 69³⁰⁰, Caetano julgou ter legitimidade e força política para por em prática uma estratégia “alternativa” de resolução do problema colonial. Nem a assunção de um projeto de descolonização, nem o continuísmo político do colonialismo puro e simples, exigido pela extrema direita. Caetano escolheu uma via aparentemente intermédia: compatibilizar um reformismo prudente e o desenvolvimento industrial com a continuação da guerra, não tanto para salvaguardar o velho império, mas para ganhar tempo visando a realização da “autonomia progressiva e participada” das colônias, sobretudo Angola e

²⁹⁸ CAETANO, Marcello. *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

²⁹⁹ ROSAS, Fernando. Prefácio – Marcelismo: ser ou não ser. In: OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando (coords.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 9-26. p.11.

³⁰⁰ Origem da primeira Assembléa Nacional eleita sob o signo do marcelismo (1969-1973). Esta exibiu claramente uma renovação que parecia traduzir um alargamento da base social de apoio ao regime. Vários dos novos deputados eram mais jovens que o habitual, oriundos de um leque profissional alargado e muitos desempenhariam cargos políticos pela primeira vez. Além disso, os nascidos nas colônias apareciam em maior número. Cf. CARVALHO, Rita Almeida de. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando (coords.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 26-89. p.39.

Moçambique. Assim, não havia que “escolher entre continuidade ou renovação, mas apenas afirmar o propósito de renovação na continuidade”.³⁰¹

Não se pode dizer que o Presidente do Conselho não tenha dado passos nesse sentido no plano legislativo e da retórica política. Em 2 de dezembro de 1970, Caetano apresentou uma proposta de revisão constitucional perante a Assembléia Nacional. O projeto de lei n.º 14/X, trazia, entre outras coisas, “profundas modificações introduzidas nos preceitos constitucionais relativos ao ultramar”³⁰².

O estadista defendia o prosseguimento, “sem desfalecimentos”, de “uma política de assimilação espiritual, de modo a que metrópole e o ultramar constitua[sse]m uma unidade cada vez mais homogênea”. Porém, essa política deveria respeitar as diferenças regionais. Então, as províncias ultramarinas, definidas como regiões autônomas dentro do Estado Português unitário, careciam manter uma organização político-administrativa diferenciada: com leis votadas para cada uma pelos seus órgãos legislativos, com governo privativo que assegurasse a marcha corrente da administração pública, com finanças provinciais que permitissem custear as despesas locais com as receitas localmente cobradas segundo o orçamento elaborado e aprovado pela sua assembléia eletiva. A soberania do Estado, una e indivisível, nem por isso deixaria de afirmar-se em todo o território da nação, através da supremacia da Constituição, das leis provenientes dos órgãos centrais (onde as províncias teriam sua representação aumentada) e da nomeação dos governadores delegados do Governo Central, cujos direitos de inspeção e superintendência se manteriam íntegros. Além disso, o Governo Central conservaria, juntamente com os encargos da defesa nacional, o dever de zelar pelo respeito dos direitos individuais de todos os elementos da população do ultramar, sem discriminação.³⁰³

Antes mesmo da proposta de revisão constitucional ser posta em discussão na Assembléia Nacional, o Deputado Neto Miranda faz a seguinte observação:

“Quem tiver lido com atenção o preâmbulo da proposta, relativo ao título VII 'Das províncias ultramarinas', creio ter ficado sossegado sobre o verdadeiro conteúdo das alterações, pois houve a cuidada intenção de estabelecer, no essencial, o paralelismo da situação atual da descentralização administrativa e

³⁰¹ CAETANO, Marcello. Discurso na Assembléia Nacional quando da apresentação da proposta de revisão constitucional, em 2/12/1971. In: Diário das Sessões, n.º 50, 3 de dezembro de 1971, pp. 1035-1040. p.1035.

³⁰² Idem, ibidem.

³⁰³ Idem, p. 1039-1040.

autonomia financeira com a autonomia agora designada. Praticamente a situação não sofre alteração, e, quando muito, melhora o seu aspecto formal (...)³⁰⁴

Os pareceristas da Câmara Corporativa aprovariam o projeto de lei na generalidade depois de concluírem que:

“Trata-se de inovações, certamente – mas não de algo que, de alguma maneira e sob qualquer aspecto, constitua uma destruição da Constituição plebiscitada em 1933 e uma solicitação ou apelo a que a Assembleia Nacional, na presente oportunidade, subverta as bases constitucionais do Estado Português ou altere o seu regime; trata-se de algo cuja aprovação deixará intacta a lei fundamental, no que ela tem de mais característico e edificante”.³⁰⁵

Sobre as alterações relativas à administração ultramarina, apesar de considerarem ser uma “matéria de particular melindre”, confiavam que “escrever na constituição as normas que dêem expressão de maior autenticidade à participação das gentes e dos interesses sociais ultramarinos na definição do direito relativo àquelas matérias que não são reserva do Estado”, não significava abrir as portas ao desmembramento deste e à conseqüente ruína da unidade nacional. Ao contrário, era “promover nos nossos tempos, esta unidade, na única forma em que ela pode e em que ela, portanto, deve ser mantida”. Essa confiança advinha do fato de a proposta prever “todo um sistema de frenagem de tendências centrífugas que porventura se gerassem”. Porque se inspirava

“em duas idéias complementares e de nenhum modo contraditórias: a de que é devido reconhecer as províncias ultramarinas como entidades com a sua personalidade e, portanto com a sua descentralização administrativa e a sua autonomia legislativa; e a de que é também necessário preservar, por instrumentos de centralização e de ‘reserva do Estado’, a unidade nacional e a solidariedade entre todas as parcelas da Nação Portuguesa”.³⁰⁶

O debate parlamentar sobre o projeto de revisão constitucional decorreu entre 15 de junho e 7 de julho de 1971, preenchendo 19 sessões extraordinárias da Assembleia Nacional. A discussão, paradigmática das tensões existentes no seio do regime, foi marcada por grandes divergências entre os deputados. Grosso modo, sobre o que dizia respeito ao ultramar,

³⁰⁴ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 58, 17 de dezembro de 1970. p. 1026. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁰⁵ SECRETARIA GERAL DA ASSEMBLÉIA NACIONAL E DA CÂMARA CORPORATIVA. Parecer n.º 22/X acerca da proposta de lei n.º 14/X – Alterações à Constituição Política – apresentada pelo Governo. *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 67, X Legislatura, 16 de março de 1971. pp. 617-675. p. 618. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁰⁶ Idem, p. 619.

podemos identificar a existência de duas tendências: um grupo de “centristas” via na proposta do Governo a tradução das melhorias possíveis³⁰⁷; os “integracionistas” rejeitavam a revisão constitucional, temerosos do quanto ela poderia afetar a defesa da unidade da nação.³⁰⁸

Ribeiro Veloso, deputado por Moçambique, defendeu o projeto do governo apresentando o seguinte argumento:

“O texto da Constituição vigente é um só, mas como Portugal europeu e Portugal ultramarino são tratados em setores completamente separados, quase se pode afirmar que temos num só livro duas Constituições. Ora, na presente proposta de revisão apresentada pelo Governo elimina-se essa deficiência ou, até, talvez melhor, essa discriminação dos territórios, e, assim, quanto a mim, considero que está longe de ser uma proposta que venha a permitir a desintegração do País, mas, pelo contrário, reforça a integração e a unidade”.³⁰⁹

Já para o deputado Moura Ramos, a autonomia prevista no projeto de revisão constitucional constituía “o primeiro degrau para a obtenção de uma independência precoce”³¹⁰ das províncias ultramarinas. Ele não aceitava que o problema do ultramar fosse posto em discussão, sobretudo estando “a Nação em armas e sacudida pelos tão decantados ‘ventos da história’”. Por isso afirmava:

“(…) não posso, sem que traísse a minha consciência, dar o meu voto de aprovação à matéria contida nos artigos 133.º, 134.º, 135.º e 136.º do documento em exame. Assinala-se, efetivamente, que, fazendo a proposta de lei a eliminação do artigo 133.º da Constituição, o mesmo é que apagar da lei fundamental a motivação e justificação da presença ultramarina por que nos batemos – deixando de ser ‘da essência orgânica da Nação Portuguesa’ a sua função histórica nas terras dos Descobrimentos e de ‘comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da civilização’. Quer dizer: com a eliminação do artigo 133.º apaga-se precisamente a disposição constitucional que referia de modo expresse o nosso ‘desígnio nacional’ e pelo qual nos identificamos como povo perante o mundo.”³¹¹

³⁰⁷ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 107, 24 de julho de 1971. p. 2163. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁰⁸ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 106, 23 de julho de 1971. p. 2130. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁰⁹ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 104, 19 de julho de 1971. p. 2094. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³¹⁰ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 106, 23 de julho de 1971. p. 2134. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³¹¹ Idem, p. 2132.

Os argumentos apresentados por Moura Ramos para criticar a proposta de revisão constitucional do governo refletem o quanto a idéia da interseção entre nação e império difundia desde os anos 50³¹² continuava presente no imaginário político português.

Por fim, a maioria da Assembléia acatou a orientação do deputado Pinto Balsemão:

“Deixemos, pois, os integracionistas com os seus sonhos respeitáveis e apoiemos o Governo na sua orientação realista de preparar o futuro das diferentes parcelas do território nacional. Não aceitemos que a proposta de revisão constitucional quanto ao título VII seja mera questão de palavras, mas repudiemos os que nela vêem uma forma de traição ou de abandono. Encaremo-la sem infundados receios, como um passo em frente que é para a solução de tantos problemas que afligem os Portugueses”.³¹³

A proposta de revisão constitucional do governo acabou sendo aprovada. Entretanto, a guerra colonial seria o “nó górdio” do projeto reformador de Caetano, porque seu peso esmagador sobre todos os aspectos da vida das pessoas e do país a colocava no centro de qualquer proposta sobre o futuro. A manutenção da guerra não foi questionada durante os debates parlamentares. Numa entrevista concedida em 1973, o Presidente do Conselho afirmava: “Não tenho problemas de consciência quanto à legitimidade e à justiça da guerra que mantemos no Ultramar”.³¹⁴ Sobre a possibilidade de empenhar-se numa ação diplomática que tivesse por objetivo promover condições para alcançar a paz, nomeadamente através de negociações com os chamados ‘movimentos de libertação’, Caetano argumentava:

“Temos correspondido a iniciativas diplomáticas e continuamos abertos a todas aquelas que visem o restabelecimento da paz nos territórios do Ultramar mas é evidente que essa paz não pode ser obtida através de negociações com os chamados ‘movimentos de libertação’, núcleos minoritários que de nenhum modo poderão ser considerados representativos das populações locais. A sua importância vêm do apoio que lhes é dado pelos organismos internacionais e por alguns países que, como já lhe referi, procuram com isso a penetração dos seus interesses materiais ou ideológicos, normalmente os dois em conjunto. As negociações com os ‘movimentos de libertação’ implicariam o reconhecimento duma importância que não têm e seria uma grande injustiça para a grande maioria das populações de cor que acreditam na sociedade multirracial que propomos, na representatividade que, progressiva mas aceleradamente, lhes está aberta, na autonomia que estamos a construir”.³¹⁵

³¹² Vide capítulo I.

³¹³ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 104, 19 de julho de 1971. p. 2107. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³¹⁴ BATISTA, António Alçada. *Conversas com Marcello Caetano*. Lisboa: Moraes Editores, 1973. p. 219.

³¹⁵ Idem, p. 225-226.

Mantendo a guerra sem soluções credíveis a curto prazo, os possíveis efeitos positivos da revisão constitucional de 1971 subsumiram-se totalmente ao fato dramático da continuação do embate militar. Entre a posição de Caetano e a dos defensores da guerra contra tudo e contra todos, na prática, perante a opinião pública e para além da retórica, a diferença era nenhuma. Aliás, como chama atenção Norrie MacQueen, os discursos e ações de Caetano parecem ser os de alguém que estava convencido de que podia ganhar a guerra: o chefe de governo nada fez visando explorar as fraquezas dos nacionalistas angolanos para lançar as bases de uma política alternativa; não fez nada em termos práticos para promover as próprias medidas da revisão constitucional; não buscou outro tipo de interlocutores nas colônias; apoiou as piores aventuras militares.³¹⁶ Enfim, apesar de propor um “caminho do meio” para resolver o problema colonial Caetano continuou seguindo, tal e qual, o velho modelo nacional-colonialista defendido pelos integristas e deslegitimado pela Assembleia Nacional em meados de 1971.

O luto das ilusões com a abertura marcelista começaria ainda em 1969, durante a mobilização para as eleições. Em 15 de junho, as oposições elaboraram a “Plataforma de São Pedro de Muel”, documento-base do seu programa de campanha eleitoral. Um dos pontos reivindicados nesta plataforma foi “a resolução pacífica e política das guerras do Ultramar, na base do reconhecimento dos povos à autodeterminação, precedida de um amplo debate nacional”.³¹⁷ Mas a esquerda não teve muito espaço para divulgar seu programa. A campanha eleitoral confirmou a rigidez discriminatória, repressiva e violenta do regime: candidatos foram recusados pelo governo; a polícia assaltou sedes de campanhas, escritórios de candidatos e tipografias onde eram impressos os materiais de propaganda.³¹⁸ A repressão e o resultado das urnas catalisariam a radicalização das esquerdas oposicionistas.

Em dezembro de 1970, assim que veio a público a proposta de revisão constitucional apresentada à Assembleia Nacional pelo governo, os comunistas logo advertiram que haviam terminado as razões para que subsistissem eventuais equívocos. A “liberalização” não passara de uma mentira.³¹⁹ Explodiram grupos de ativistas marxista-leninistas, maoístas e também

³¹⁶ MACQUEEN, Norrie. Op. cit.

³¹⁷ FERREIRA, Serafim e MOTA, Arsênio (orgs.) *Para um dossier da “Oposição Democrática”*. Póvoa de Varzim: Edição dos organizadores, 1969. p. 282.

³¹⁸ MADEIRA, João. As oposições de esquerda e a extrema esquerda. In: OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando (coords.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 91-135. p. 111.

³¹⁹ *Avante*, ano 40, série IV, n.º 424, 1.ª quinzena de janeiro, 1971. Apud. CARVALHO, Rita Almeida de. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando

trotskistas no interior do país. Os ataques da LUAR³²⁰ desencadearam a luta armada contra o regime salazarista-marcelista em Portugal, tendo como objetivos alvos do aparelho militar-colonial. O PCP também usaria de violência na luta contra o regime através da ARA (Ação Revolucionária Armada). O PS radicalizou seu discurso e, em 1973, estabeleceu um acordo de cooperação política com o PCP. Os grupos de oposição católica multiplicaram as iniciativas de propaganda e agitação contra a guerra colonial, o regime e a cumplicidade da hierarquia. As universidades também estavam em pé de guerra contra o governo. Em 1973 novas eleições para a Assembleia Nacional tiveram lugar. Houve até grande participação popular na campanha eleitoral, mas a inexistência de condições democráticas e o modelo repressivo que caracterizou o processo eleitoral ceifaram qualquer chance da oposição conquistar novas posições. Mesmo assim, já era notória a crescente desestabilização política do governo marcelista.

Apesar das tentativas políticas desesperadas de estreitar os laços entre Lisboa e os territórios ultramarinos, no decorrer da década de 60 e, sobretudo, no início da década de 70, a economia metropolitana daria início a um processo de desligamento das colônias. Isto porque, longe de ser um país fraco e estagnado, que se agarrava a um império obsoleto como única forma de conseguir sobreviver, Portugal era, nesta altura, um país recém-industrializado e agressivo para quem o império se transformava cada vez mais num fardo. Através de medidas políticas artificiais, tentava-se que o ultramar continuasse a ter praticamente o mesmo peso que teve para a economia do país até 1968. Mas quando Salazar foi substituído por Caetano, o equilíbrio desfez-se. A economia portuguesa se voltaria decisivamente das colônias para a Europa e o império converter-se-ia num mero passivo.³²¹

No cenário internacional, a defesa militar da presença portuguesa em África foi conduzida em paralelo com uma gradual e inexorável transformação da visão global sobre o colonialismo. Em 1961 o mundo ainda encontrava-se “aculturado” em relação à idéia de presença imperial européia em África. Pois, nessa época, o grande esforço descolonizador ainda não tinha colhido todos os seus frutos. Contudo, em 1968, quando Caetano chegou ao

(coords.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 26-89. p.38.

³²⁰ Liga de Unidade Revolucionária, criada em 1967, esta organização preocupava-se, sobretudo com a ação armada concreta para derrubar o regime. Cf. MADEIRA, João. *As oposições de esquerda e a extrema esquerda*. MADEIRA, João. Op. cit. p.98.

³²¹ CLARENCE-SMITH, G. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985. p.202.

poder, era um fato incontornável que nem a manobra diplomática mais sofisticada poderia resguardar o “ultramar português”.³²²

Uma primeira geração de dirigentes pós-coloniais reunidos no grupo de Estados afro-asiáticos, amplamente respeitados, bem organizados e influentes, tornaram-se implacáveis inimigos de Portugal no contexto internacional. No entanto, quando o republicano Richard Nixon chegou à Casa Branca, passados poucos meses da tomada de posse de Caetano, promoveu uma viragem na política africana dos EUA em favor dos regimes brancos da África Austral. Se por um lado, os EUA enunciavam uma nova “compreensão” sobre a presença portuguesa em África, por outro, o sistema internacional se afastava desta posição. As simpatias políticas de Nixon pouco podiam fazer para evitar a deterioração da posição de Portugal em face do sistema internacional. A influência de Washington junto dos seus aliados democráticos da Europa não era muito forte. Pelo contrário, a política externa americana em geral, e a de Nixon em particular, eram vistas com desconfiança. Apesar de vários Estados da Europa ocidental serem aliados formais de Portugal na OTAN, nos finais da década de sessenta, muitos deles não se sentiam à vontade com essa realidade. Era o período da ascendente social-democracia na cultura política europeia, quer os países fossem ou não realmente governados por partidos social-democratas. Numa Europa intrinsecamente pós-imperial, vivendo uma fase de generalizada liberalização social e política, as “ditaduras do sul” (Portugal, Espanha e Grécia) foram sendo cada vez mais marginalizadas.

A subida do tom das críticas internacionais nos finais dos anos 1960 e princípio da década de 70, teve como espelho as condenações formais pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas – foram 16 entre 1969 e 1973. O regime de Caetano parecia diplomaticamente paralisado. Em 1974, no cenário internacional não se concebia outro resultado para a guerra colonial que não fosse a independência total dos territórios africanos.

Por outro lado, a guerra complicara-se seriamente para o exército colonial tanto na Guiné, onde o PAIGC proclamou unilateralmente a independência, em 24 de setembro de 1973 – rapidamente reconhecida por mais de 80 países –, como em Moçambique, onde a FRELIMO reagiu com sucesso à operação “Nó Górdio”³²³. Tornava-se evidente para as elites civis e militares do governo a crescente dificuldade de continuar a sustentar a guerra, quer em termos financeiros, quer no tocante à renovação do corpo de oficiais intermédios.

³²² MACQUEEN, Norrie. Op. cit. p.286.

³²³ Comandada pelo general Kaúlza de Arriaga foi a maior operação antiguerrilha realizada em Moçambique.

Esses fatores, por si só, não foram suficientes para derrubar o regime, mas contribuíram para consolidar um ambiente político, ideológico e cultural propício ao desenvolvimento de projetos oposicionistas. É consenso entre os pesquisadores³²⁴ a percepção de que a falta de solução para o problema colonial foi um dos fatores que impulsionaram a queda do regime salazarista-marcelista. A liberdade das colônias só se concretizaria após a libertação da metrópole.

³²⁴ Fernando Rosas, Norrie MacQueen, Kenneth Maxwell, Freire Antunes, Pizarat Correia, entre outros.

- CAPÍTULO III -

PORTUGAL, ANGOLA E O FUTURO (1974-1975)

“pese a quem pesar, não é a unidade nacional que está em causa, mas a unidade imperial; e a consciência de hoje já não aceita impérios”³²⁵

3.1 Um homem de guerra pode saber da paz?

Desde meados de 1972, o general António de Spínola, então governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné – cargo que exerceu entre 1968 e 1973, começou a defender a idéia de que a solução da guerra seria política e não militar.³²⁶ Postura que permitiu a criação de um ambiente em que os militares, sobretudo os oficiais mais próximos do general, começariam a discutir a guerra colonial.

A falta de perspectiva quanto a uma solução militar para o problema ultramarino parecia ainda mais evidente com a escassez de candidatos à Academia Militar, onde era formada a oficialidade intermédia. Tentando resolver o problema da falta de oficiais com que o Exército se debatia face à continuação da guerra colonial, o Ministro da Defesa publicaria os polémicos decretos-lei n.º 353, de 13 de julho, e n.º 409, de 20 de agosto de 1973. Segundo esses diplomas, os capitães milicianos que pretendessem entrar no Quadro Permanente poderiam fazê-lo desde que seguissem um curso acelerado para oficiais com duração de dois semestres, enquanto os cadetes necessitavam de quatro anos na Academia Militar para serem promovidos a alferes. A antiguidade dos milicianos que assim entrassem no Quadro Permanente passaria a ser contada a partir da sua promoção a tenentes milicianos do quadro complementar. Isso poderia resultar numa ultrapassagem média de dois anos em relação aos cadetes formados na Academia Militar.³²⁷

³²⁵ SPÍNOLA, António de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p.192.

³²⁶ ANTUNES, José Freire. António de Spínola. General da heterodoxia. In: *A guerra de África 1961-1974*. Volume II. S./l.: Círculo de Leitores, 1995. pp. 1003-1014. p.1012.

³²⁷ FERREIRA, José Medeiros. Portugal em transe. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, volume VIII. Lisboa: Círculo de Leitores e Editora Estampa, 1994. p.21.

Mobilizados pelas questões corporativas, os capitães de carreira organizaram-se num movimento que logo assumiria uma postura bastante politizada. A questão da guerra e o problema colonial passariam a estar no centro das suas atenções. Dada a irredutibilidade do regime quanto ao futuro dos territórios ultramarinos, parecia não haver alternativa além de derrubá-lo.

Apesar de não ter participado do Movimento dos Capitães, origem do Movimento das Forças Armadas (MFA), o general Spínola seria uma figura central no processo que levaria ao fim do Estado Novo.

Em 22 de fevereiro de 1974, veio a público seu livro *Portugal e o Futuro*³²⁸. Considerado um herói pelos 12 anos de liderança na guerra em África, recentemente homenageado com a mais importante distinção militar portuguesa e que acabava de ser investido num cargo de alta confiança – Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Spínola gozava de autoridade suficiente para apresentar uma análise, uma denúncia e uma proposta que abalariam os pilares do governo e abririam caminho para mudar os rumos do país. Os 50.000 exemplares da primeira edição portuguesa esgotaram-se em 12 horas.

Marcello Caetano foi presenteado pelo autor com um exemplar e admitiu que “ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu pressentia há meses, era agora inevitável”³²⁹. Esta certeza vinha da seguinte avaliação:

“o livro do general Spínola tinha uma primeira parte crítica que não poderia deixar de influenciar a disposição das Forças Armadas quanto à continuação da defesa do Ultramar, de pesar sobre a opinião pública no tocante aos rumos da política interna e de reduzir a já escassa margem de manobra do governo português na sua política exterior. Não era uma tese, e sim um manifesto. A sua publicação, nas condições em que era feita, provinda do Vice-Chefe do Estado Maior General e coberta pelo próprio Chefe³³⁰, colocava o governo em situação delicadíssima porque, a manter a política até aí seguida, ficava aberto o divórcio entre ele e os mais altos representantes das Forças Armadas. Era-me por isso manifestamente impossível continuar a governar, com um corpo de oficiais insubmissos e os chefes militares discordantes.”³³¹

³²⁸ SPÍNOLA, António de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

³²⁹ CAETANO, Marcello. Op. cit., p.196.

³³⁰ Costa Gomes, então o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, superior imediato de Spínola foi o responsável pelo parecer que permitiu a publicação de *Portugal e o futuro*. Tal parecer concluía “estar o livro em condições de ser publicado e ser a sua publicação um serviço brilhante prestado ao País”. Cf. CAETANO, Marcello. Op. cit., p.195.

³³¹ Idem, ibidem.

De fato, interpretando o problema colonial como o cerne da crise portuguesa e acreditando que o futuro de Portugal dependia de uma adequada resolução das situações decorrentes da guerra que o país enfrentava, Spínola propunha, em *Portugal e o futuro*, uma solução que desconstruía o mito imperial, no qual, como vimos, continuavam pautando-se as ações do governo em relação aos territórios ultramarinos.

Segundo a avaliação do general:

“Teremos resolvido o problema ultramarino quando oferecermos aos nossos africanos uma Pátria autêntica, que sintam verdadeiramente sua e onde ao mesmo tempo possam continuar a orgulhar-se de serem africanos. (...) só na autonomia progressiva e em clima de também progressiva regionalização³³² de estruturas se encontrará a expressão plena da via que há de conduzir a uma solução duradoura da nossa continuidade africana”.³³³

Para resolver a crise que Portugal enfrentava Spínola afirmava que seria preciso reconhecer princípios fundamentais até então tratados como tabus. Caso da aceitação do direito dos povos à autodeterminação. Para que não restassem dúvidas, o general não esqueceu de esclarecer a definição do conceito de autodeterminação que todos deveriam reconhecer:

“autodeterminação é a liberdade de os povos, por intermédio de instituições próprias, democraticamente constituídas, afirmarem a sua expressão no contexto internacional, decidirem os fins comuns a alcançar e as ações a serem empreendidas para os atingir, e exercerem a soberania na ordem interna sem outras limitações nem delegações senão as que por eles próprios forem decididas. E nesta definição haverá de entender-se por povos os grupos demo-geográficos homogêneos, individualizados nos seus elementos população-território, dispendo de tradições, necessidades e aspirações comuns, e portadores de características que perfeitamente os individualizem e permitam a sua conformação por comparação com outros adentro do contexto universal. É, no fundo, o conceito de ‘estado-nação’ consagrado desde o Congresso de Viena”.³³⁴

Ou seja, respeitar e fazer valer o direito dos povos à autodeterminação significava convidá-los a expressar a sua vontade através do voto. Portanto, os povos do ultramar, deveriam ser consultados sobre a relação a manter com Portugal. Caso resolvessem, por

³³² Por regionalização Spínola entendia a representação proporcional dos autóctones e das “minorias não africanas ali radicadas” nas estruturas governativas de cada um dos territórios. Cf. SPÍNOLA, António. Op. cit., p.162.

³³³ SPÍNOLA, António. Op. cit., p.158-159.

³³⁴ Idem, p.143.

vontade expressa das suas maiorias, permanecer integrados no Estado português, o país teria, enfim, incontestável razão para exigir a não ingerência nos seus assuntos internos.³³⁵

Spínola recomendava aos portugueses que apostassem na construção de um esquema do tipo “Estado plurinacional”. Julgava que a integração política de um país pluricontinental só era possível “no quadro de uma solução federativa cimentada na solidariedade”, sendo inviável qualquer outra fórmula que se estruturasse “sobre um atrofiante monolitismo orgânico”. A manutenção dessa unidade de espírito novo e da integridade nacional dela decorrente impunham a adoção de esquemas abertos, liberalizantes e progressivos, onde não cabiam “ilusórios conceitos de igualdade perante leis que não se ajustam a comunidades que as não votam, nem padrões retrógrados de inspiração paternalista.”³³⁶

O general contestava a afirmação de que o ultramar já era “parte integrante da nação porque assim o determina[va] uma lei”. Para ele, a unidade construída na vontade real dos grupos a unificar justificava-se como concepção orientadora do desenvolvimento de uma doutrina política. Por outro lado, a unidade como estatuto meramente político traduzia-se apenas numa forma de sujeição que acabaria por conduzir à desagregação pela via revolucionária.³³⁷

Spínola chamava atenção para a necessidade de não confundir “unidade” com “uniformidade”, pois,

“a despeito de algumas aparências de sentido oposto, o sistema atual converte a unidade, pela via da uniformidade, à sujeição a um estatuto unilateralmente definido, muito embora este status se pretenda apresentar temperado por certas disposições de compromisso. E, para além do antagonismo contido em tal concepção, ela atua ainda como travão do desenvolvimento integral de cada parcela ultramarina ao ritmo imposto pelo imperativo do rápido nivelamento do todo nacional, base da unificação. A ignorância das realidades vivas dos Estados e Províncias Ultramarinas, como elementos sociais e econômicos perfeitamente caracterizados, conduz ao retardamento do processo de evolução e é via pela qual apenas se chega à frustração, à contestação violenta e, por fim, à revolução. De resto, se outros argumentos não bastassem, cremos ser de reconhecer que estes são suficientes para os nossos inimigos alicerçarem os movimentos subversivos que enfrentamos.”³³⁸

Ele admitia que, no cerne da crise que enfrentavam encontrava-se “um nacionalismo africano de estilo próprio, perfeitamente faseado e estratificado” Nacionalismo que

³³⁵ Idem, p.144.

³³⁶ Idem, p.154-156.

³³⁷ Idem, p. 121-122.

³³⁸ Idem, p.181-182.

impulsionaria os “movimentos subversivos”, que, de acordo com a interpretação do general, não representavam o espírito da emancipação africana, mas serviam-se dele; e para os africanos seriam a única opção, desde que Portugal continuasse lhes oferecendo apenas soluções teóricas e inaceitáveis. Contudo, Spínola acreditava que era possível oferecer-lhes sólidos valores de substituição, face aos quais os partidos subversivos ficariam ultrapassados. Para tanto, era mister enfrentar a questão sem subterfúgios e dialogar com os africanos. “A paz, então, viria por acréscimo, e Portugal reencontraria o seu rumo e a sua posição na África e no Mundo.”³³⁹

Em 5 de março Caetano faria um longo e dramático discurso na Assembléia Nacional. O tom foi de crítica ao federalismo spinolista e o objetivo final a solicitação de que os deputados ratificassem a política ultramarina do governo, mais uma vez³⁴⁰. Se Spínola pretendia incitar o debate público da questão ultramarina, Caetano argumentava que tal debate não podia ser admitido porque “seria a brecha facultada ao inimigo para, com mais descaramento do que já tem, espalhar as suas mentiras, divulgar as suas doutrinas, incrementar junto da juventude e do povo em geral a campanha de intimidação já agora por tantas formas e em tantos campos posta em prática.”³⁴¹

A intenção de dar uma resposta a Spínola aparece mais claramente quando Caetano recorda diante da Assembléia Nacional que, há quatro anos, ele mesmo já tinha pensado na idéia de acelerar o processo da evolução política do ultramar português, aceitando o princípio da autodeterminação dos povos e recorrendo ao plebiscito das populações³⁴². Solução rejeitada porque “para povos que na sua maioria não ultrapassaram o estágio da organização tribal, essa democracia não tem sentido. E menos sentido reveste a consulta popular segundo a fórmula individualista – um homem (ou uma mulher) um voto”³⁴³.

Na avaliação de Caetano, pretender impor às populações africanas a aceitação dos princípios da democracia europeia e a prática dos seus ritos, resultaria “nos insucessos observados nos novos Estados africanos” onde os “ensaios de regimes democráticos” rapidamente foram substituídos por “ditaduras militares em que o ditador assumia a figura do

³³⁹ Idem, p.232.

³⁴⁰ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 35, 6 de março de 1974. pp. 705-711. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁴¹ Idem, p.708.

³⁴² Reflexão tornada pública em 8 de abril de 1970, no programa *Conversas com Marcello Caetano*, veiculado pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal). Apud ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 35, 6 de março de 1974. p. 709. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁴³ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 35, 6 de março de 1974. p. 709. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

velho soba”, ou por aquilo que “eufemisticamente chamavam socialismo africano, no fundo o mesmo regime pessoal com tintas teóricas de totalitarismo”. Sendo assim, “o plebiscito traduzido em votação por esses sertões sobre os destinos de territórios sem tradições nacionais que significado poderia ter?” Por isso, o Presidente do Conselho afirmava não temer um plebiscito. Descartava-o por interpretá-lo como “uma paródia de democracia direta”³⁴⁴

Para arrematar as justificativas de sua postura Caetano argumentava que apesar das ações guerrilheiras apoiadas pelo estrangeiro e da “cada vez mais ensurdecadora orquestração publicitária no Mundo a apoiar o terrorismo e seus agentes”, as populações continuavam fiéis a Portugal e decorria “normalmente a vida política e a administração dos territórios sob a égide das leis portuguesas.” Diante disso, “que mais expressivo, autêntico, indiscutível plebiscito se pode querer que o apurado ao longo desses doze anos em que os inimigos de Portugal desafiaram a sua soberania?”³⁴⁵

Seguindo-se ao discurso do Presidente do Conselho, o deputado Neto Miranda, em nome da Comissão do Ultramar, de que era presidente, propôs em moção que a Assembléia manifestasse “o seu apoio à política do Governo que vem sendo claramente definida e sustentada pelo Sr. Presidente do Conselho, em particular no que respeita à defesa e valorização do ultramar”.³⁴⁶ Nas três sessões plenárias subseqüentes, a moção proposta pelo presidente da Comissão do Ultramar seria o único assunto debatido. Ao fim do terceiro dia, o apoio à política do governo foi aprovado por unanimidade. Entretanto, observando os argumentos levantados por alguns deputados durante o debate, podemos notar o impacto das idéias políticas divulgadas em Portugal e o futuro, a sombra da crise no seio das Forças Armadas e até o prenúncio da ameaça de um golpe de Estado.

Apesar de confirmar que votaria favoravelmente à moção de apoio ao governo, o deputado Roberto e Silva lembrou aos seus pares que “quase treze anos de luta antiterrorista desgastam os homens, designadamente os quadros permanentes, sem os quais não há instituições militares dignas desse nome”.³⁴⁷ E, mais do que isso, ousou admitir:

“A mim, por exemplo, não me repugnava, antes pelo contrário, se os chefes terroristas em qualquer província das martirizadas, diretamente ou por interposta entidade, viessem a solicitar um cessar-fogo, passe o termo, e a integração na nossa

³⁴⁴ Idem, *ibidem*.

³⁴⁵ Idem, p.709-710.

³⁴⁶ Idem, p.711.

³⁴⁷ ASSEMBLÉIA NACIONAL. *Diário das Sessões*, n.º 36, 7 de março de 1974. p. 718. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

sociedade multirracial, dentro da portugalidade que exigimos, a mim não me repugnava, repito, pactuar nessas condições, porque tal não constituía qualquer abdicação (...)"³⁴⁸

Essa confissão provocou a indignação de muitos deputados. Entre os comentários, alguns diziam já ter ouvido isso antes. O que podemos interpretar como uma alusão às idéias contidas não só em *Portugal e o futuro*, como em outras declarações de António de Spínola, o general que admitia que “pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota”.³⁴⁹

Já o deputado Sá Viana Rebelo pediu a palavra em plenário para reforçar sua assinatura na moção e apoiar a continuação da política governamental quanto à defesa do ultramar. Para enfatizar sua postura afirmava: “Os angolanos conscientes não se deixam abalar por utópicas teorias que sabe bem ler ou ouvir, mas não passam de soluções já estudadas e postas de lado, por irrealizáveis ou desacreditadas”.³⁵⁰

A exposição de Mota Amaral foi a mais criticada em todo o debate que antecedeu a aprovação da moção de apoio à política ultramarina. Tudo isso porque o deputado admitiu que sua interpretação da política ultramarina levaria fundamentalmente a formação de futuras nações, independentes de Portugal.³⁵¹ Na mesma sessão em que Mota Amaral expressou pleno acordo com as idéias spinolistas, Aguiar e Silva argumentava:

“nesta hora crucial, este órgão da soberania tem de ratificar e corroborar, sem qualquer equívoco, o rumo definido pelo Chefe do Governo, de modo que Marcello Caetano sinta que pode contar com o apoio de uma aliança nacional para realizar uma política eminentemente portuguesa e de modo que os nossos soldados de todas as etnias não lamentem como inúteis, nem julguem como absurdos, o seu sacrifício e o seu heroísmo”.³⁵²

Aguiar e Silva parecia antever o golpe de Estado. Talvez por isso o tom de alerta que marca sua intervenção:

“Sem cair em maniqueísmos simplistas ou bipolarizações forçadas, digo convictamente que tudo quanto nesta conjuntura enfraqueça politicamente o

³⁴⁸ Idem, p.719.

³⁴⁹ SPÍNOLA, António de. Op. cit. p. 47.

³⁵⁰ ASSEMBLÉIA NACIONAL. Diário das Sessões, n.º 37, 8 de março de 1974. p.737. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁵¹ ASSEMBLÉIA NACIONAL. Diário das Sessões, n.º 37, 8 de março de 1974. p.749. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

³⁵² Idem, p.755.

Presidente do Conselho, contribui para abrir caminho ao aventureirismo político que pode amanhecer por um rutilante gesto ‘bonapartista’, mas que virá a desembocar rapidamente na sombra apocalíptica de uma catástrofe nacional”.³⁵³

De fato, o fim do Estado Novo estava próximo e a confirmação do apoio da Assembléia Nacional à política ultramarina não seria suficiente para salvar nem o governo nem o império colonial dessa vez.

A última manobra política realizada com a intenção de salvaguardar a administração de Marcello Caetano foi a convocação da presença de todos os oficiais gerais das Forças Armadas para uma cerimônia realizada no dia 14 de março, em São Bento, no palácio do governo. O objetivo deste evento era comprovar a lealdade e o apoio das Forças Armadas ao governo. Costa Gomes e Spínola não compareceram. A ausência do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e seu vice deixava claro que a fidelidade das tropas a Caetano estava longe de ser absoluta. Suas demissões, confirmadas em 15 de março, não serviram para estancar os preparativos do golpe, pelo contrário.

3.2 O fim do Estado Novo Português

O exército, sustentáculo do Estado Novo por quase cinquenta anos, foi o principal protagonista da Revolução dos Cravos que derrubou a ditadura em Portugal. A condenação geral da ONU e dos países democráticos ao colonialismo lusitano, a insatisfação dos militares com os combates na África, a desmoralização progressiva das Forças Armadas, que recebiam a culpa pelos insucessos do regime, a insatisfação popular e as demandas corporativas dos militares somavam-se anunciando a ruína do império.

Para além do óbvio impacto junto da opinião pública nacional e internacional, o livro de Spínola gerou uma onda de entusiasmo em grande parte dos capitães. Apesar de nem todos concordarem com sua tese federalista, muitos foram os que se identificaram com as críticas à política colonial do regime e com a idéia de que a solução para a guerra seria política e não militar. *Portugal e o Futuro* foi o suporte ideológico que permitiu que muitos militares

³⁵³ Idem, *ibidem*.

ultrapassassem o complexo de se oporem à continuação da guerra. Depois de Spínola o fazer, ninguém seria acusado de covardia.³⁵⁴

Impulsionados pelo cruzamento de suas demandas específicas de solução do problema colonial com as demandas democráticas da sociedade civil portuguesa, os militares tomaram o poder na alvorada de 25 de abril de 1974. O golpe de Estado ocorreu sem grandes violências. O governo caiu com facilidade. No fim da tarde, o MFA controlava os meios de comunicação social (rádio e TV) e os demais objetivos estratégicos. A Junta de Salvação Nacional (JSN), presidida por Spínola, assumiu o governo do país. Pela televisão, o general afirmou o compromisso de “garantir a sobrevivência da Nação, como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental”.³⁵⁵

Com a situação militar já definida, divulgou-se o programa do movimento que, embora nitidamente democrático e antifascista, era vago o suficiente para suscitar todas as expectativas possíveis.

3.3 Descolonização, conseqüência natural da Revolução dos Cravos?

Democratizar, desenvolver, descolonizar. O genérico programa do MFA podia resumir-se nesses três verbos. Mas, o problema colonial, que esteve na origem da convergência de muitos militares em torno dos objetivos do MFA, acabaria por ser também, desde as primeiras horas, o principal fator da sua divisão. A questão ultramarina acabou sendo o ponto mais controverso na elaboração do Programa do Movimento das Forças Armadas.

De acordo com Pezarat Correia, na noite de 25 de Abril, quando se realizou a primeira reunião entre os homens do MFA e os generais da Junta de Salvação Nacional, o general Spínola, em nome da JSN, propôs mudanças substanciais ao texto do “Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas”³⁵⁶ relativo à política ultramarina. Depois de um debate bastante aceso, acabou por ser retirada aquela que era talvez a alínea mais significativa de todo o n.º 8 do item que especificava as “medidas a curto prazo”. Era a alínea c), que estipulava o “claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adoção

³⁵⁴ REZOLA, Maria Inácia. As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime. In: OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando (coords.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 339-372. p.356.

³⁵⁵ SPÍNOLA, António de. Objetivos Nacionais – Proclamação dirigida ao País na madrugada de 26 de abril de 1974. In: *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976. pp. 27-30. p.29.

³⁵⁶ Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>

acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva e clara participação das populações autóctones”. Também a alínea *d)* foi alterada. De “estabelecimento de medidas julgadas convenientes para um rápido restabelecimento da paz”, passou a “lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”. Texto muito mais ambíguo.³⁵⁷ A JSN conseguiu ainda que nas medidas imediatas relativas à extinção da Direção-Geral de Segurança (DGS)³⁵⁸ fosse introduzida uma ressalva para o ultramar, de modo que nesses territórios a DGS fosse “saneada, reorganizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem”³⁵⁹.

Estava dado o sinal de como o problema colonial pesaria nas futuras divergências no seio do novo poder revolucionário.

As divergências entre Spínola e o MFA eram muitas e cresceram à medida que o novo poder instaurado em 25 de abril de 1974 teve que tomar medidas concretas para terminar a guerra na África. O programa original do MFA e o livro do general Spínola expunham posições díspares. Entrecruzados, os dois textos apresentavam as tramas de um conflito que só se resolveria com a vitória de um sobre o outro. O conflito inicialmente delimitado era, no fundo, entre a mudança revolucionária e a mudança evolucionária na Europa, e entre a descolonização imediata e a saída gradual da África. Os capitães exigiam rapidez. O novo presidente desejava realizar plebiscitos nas colônias, insistindo na idéia conservadora de adotar uma *commonwealth* lusitana como antídoto à “desagregação de Portugal pela via revolucionária”.

As contradições que estiveram na origem dos recuos na elaboração do Programa do MFA ganharam expressão pública logo nos primeiros dias após o 25 de Abril. No que se referia às colônias, à guerra e, muito particularmente, à Angola, as declarações iniciais dos membros da JSN não tranqüilizaram os movimentos de libertação, nem atraíram o pronto apoio internacional.

O novo poder em Portugal não podia ignorar as pressões externas justamente na altura em que pretendia ver reconhecida a sua legitimidade e romper com o isolamento a que a ditadura colonial votara o país. Governantes de todo o mundo, especialmente africanos e

³⁵⁷ CORREIA, Pedro Pezarat. Descolonização de Angola – a jóia da Coroa do Império Português. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991. p.56-57.

³⁵⁸ Pelo Decreto-Lei n.º 49 401, de 24 de Novembro de 1969, o Governo presidido por Marcello Caetano substituiu a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) pela Direcção-Geral de Segurança (DGS).

³⁵⁹ Cf. Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril de 1974. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut03>

européus, insistiam com Portugal para que declarasse imediatamente o direito à independência das suas colônias.

Numa entrevista concedida assim que iniciou sua participação no I Governo Provisório, cujo programa não falava em independência³⁶⁰, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares³⁶¹ admitiu que o problema mais crítico que Portugal teria que enfrentar de imediato era a questão da liberdade para as colônias africanas.³⁶² Mas antes seria necessário ultrapassar os obstáculos que Spínola lançava no caminho de uma descolonização autêntica. No mês seguinte, num discurso proferido numa conferência da OTAN, Soares esclarecia que:

“O Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório proclamaram solenemente o respeito de Portugal pelo direito dos povos a disporem de si próprios, isto é, à autodeterminação. De acordo com os princípios das Nações Unidas, o Presidente da República Portuguesa, em nome do povo português, declarou que Portugal tudo fará para assegurar rapidamente a paz em África, no respeito mais absoluto pela vontade das populações, livremente expressa, e aceitando a independência como uma das opções possíveis do direito dos povos à autodeterminação. Em consequência foram abertas negociações políticas com os movimentos de libertação com vista à obtenção de um cessar-fogo, primeiro passo para uma solução global do problema”.³⁶³

³⁶⁰ Programa do I Governo Provisório. In: SPÍNOLA, António de. *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976. pp.435-450.

³⁶¹ Nascido em Lisboa, em 1924, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, em 1951, e em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1957. Foi membro da Comissão Central do MUD e fundador do MUD Juvenil. Também foi membro da Resistência Republicana e Socialista, na década de 50, e fundador da Ação Socialista Portuguesa, em 1964, candidato a deputado pela Oposição Democrática em 1965 e 1969. Devido as suas atividades políticas contra a ditadura foi preso pela PIDE 12 vezes, deportado sem julgamento para São Tomé em 1968 e obrigado a partir para o exílio em 1970. Em 1973, num Congresso realizado na Alemanha, a Ação Socialista Portuguesa transformou-se em Partido Socialista, do qual Mário Soares foi eleito Secretário-Geral, cargo que desempenharia durante quase treze anos, sucessivamente reeleito para o mesmo. Quando do golpe de Estado, encontrava-se exilado na França, de onde regressou a Portugal, tendo chegado no dia 28 de abril a Lisboa. Foi o primeiro líder político civil a se avistar com a Junta de Salvação Nacional que o convidaria para assumir a pasta dos Negócios Exteriores e trabalhar em prol do reconhecimento diplomático do novo regime democrático. Função que desempenharia durante os três primeiros governos provisórios. Como Secretário-Geral do PS participou em todas as campanhas eleitorais, sendo deputado por Lisboa em todas as legislaturas, até 1986. Em consequência da vitória do PS nas primeiras eleições legislativas realizadas em 1976, foi nomeado Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional (1976-77). Foi o primeiro Presidente civil eleito diretamente pelo povo, na história portuguesa. Renunciou então aos seus cargos de Secretário-Geral do PS e de deputado, tendo tomado posse em março de 1986. Em Janeiro de 1991 foi reeleito Presidente da República tendo terminado o segundo, e último, mandato em março de 1996. Atualmente é presidente da Fundação Mário Soares e Conselheiro de Estado.

³⁶² SOARES, Mário. “Não nos devemos tornar num outro Chile” – entrevista concedida ao semanário americano *Newsweek*, em 13 de maio de 1974. In: *Democratização e descolonização (dez meses no Governo Provisório)*. Lisboa: Dom Quixote, 1975. pp. 37-41.

³⁶³ SOARES, Mário. “Portugal, a democracia, a descolonização e a aliança atlântica” – discurso pronunciado na conferência ministerial da OTAN, em Ottawa, em 18 de junho de 1974. In: *Democratização e descolonização (dez meses no Governo Provisório)*. Lisboa: Dom Quixote, 1975. pp.43-50. p.48.

De fato, dias antes, em 14 de junho, a UNITA tinha assinado o fim das hostilidades com as forças armadas portuguesas. Entretanto, o MPLA e a FNLA rejeitavam a idéia de um cessar-fogo sem um acordo político prévio. Segundo a avaliação do próprio Mário Soares, “a exigência deles era perfeitamente compreensível: não queriam correr o risco de desarmar e de desmobilizar as suas tropas antes de terem obtido sérias garantias”.³⁶⁴

3.4 O quadro político em Angola depois da Revolução dos Cravos

“O 25 de Abril tardou a chegar em Angola”.³⁶⁵ No primeiro domingo depois da revolução, as praias, cinemas e restaurantes de Luanda estavam cheios como num “dia igual aos outros”.³⁶⁶ Globalmente o apoio à Junta de Salvação Nacional era total porque ninguém negava a necessidade urgente de modificar as coisas na metrópole. Mas em Angola havia outros problemas para os quais os princípios que poderiam levar a uma solução ainda pareciam muito imprecisos.

Nos primeiros dias de maio de 1974, uma delegação do MFA presidida pelo general Costa Gomes chegou à Luanda dando início ao debate franco sobre o processo de descolonização.³⁶⁷ Logo, o uso das novas liberdades políticas, especialmente as de opinião e associação, deu origem a um surto de agrupamentos políticos. Geralmente, esses grupos recém-fundados ou re-emergindo de uma existência clandestina tentaram assumir a representatividade daqueles que não tinham aderido a nenhum dos movimentos que fizeram a luta armada. Ou seja, tais grupos multiplicaram esforços no sentido de ampliarem sua base social, para provar que constituíam forças políticas significativas que teriam de participar em qualquer acordo sobre a descolonização do país. Tentativas vãs que não receberam apoio nem da OUA, nem da Comissão de Descolonização da ONU.³⁶⁸ Na verdade, a grande maioria dessas organizações nem chegou a alcançar uma implantação real. Quando muito lançaram

³⁶⁴ SOARES, Mário. *Portugal: que revolução?*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976. p. 38.

³⁶⁵ CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola – a jóia da Coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991. p.73.

³⁶⁶ *Revista de Angola*, n.º752, Luanda, 4 de maio de 1974.

³⁶⁷ CORREIA, Pedro Pezarat. Op. cit., p.74.

³⁶⁸ HEIMER, Franz-Wilhelm. *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976. Ensaio de sociologia política*. Lisboa: A regra do jogo, 1980. p.61.

um ou outro manifesto sem grande repercussão pública e acabaram desaparecendo ao longo do ano.³⁶⁹

Segundo Pezarat Correia, a fase da transferência do poder para os angolanos foi um reflexo vivo da forma como se processou a luta de libertação em Angola. A força de negociação de Portugal e dos movimentos nacionalistas, a unidade ou divisão desses movimentos, a participação na luta armada e o grau de violência atingido durante a guerra, determinaram a legitimidade política das partes envolvidas e constituíram um conjunto de fatores decisivos para definir entre que atores sociais se fariam as negociações, quais seriam seus condicionantes e objetivos.³⁷⁰

O quadro político interno angolano era bastante complexo, quando os responsáveis portugueses pós-25 de Abril e, em especial, os representantes do MFA em Angola procuraram estabelecer os primeiros contatos, com vista a encontrarem formas de negociações de modalidades de cessar-fogo que permitissem futuras discussões e entendimentos, envolvendo o acesso à independência e o respectivo período de transição.

As vésperas do 25 de abril, a UNITA encontrava-se a braços com a envergadura da operação “Castor” que a Zona Militar Leste tinha desencadeado em Janeiro de 1974, após ter deixado cair a operação “Madeira”. Por isso, era o movimento que, à chegada da revolução, obrigava ao empenho dos mais volumosos efetivos portugueses e que mais baixas vinha provocando. Em contrapartida, como vimos, Jonas Savimbi foi o primeiro a assinar o cessar-fogo. Conseqüentemente, a UNITA foi o primeiro movimento a participar da nova cena política angolana, mesmo sem ter o reconhecimento da OUA.

A UNITA foi o único movimento, não só de Angola, mas de todas as colônias onde se desenrolaram operações militares, que aceitou negociar com a parte portuguesa, sem que antes esta produzisse uma declaração formal reconhecendo aos povos das colônias o direito à independência.

Já o MPLA e a FNLA, não abandonariam a luta num momento político que lhes era particularmente favorável, sem obterem aquilo porque tinham combatido, isto é, o reconhecimento do direito à independência e a garantia de que, na ausência de outras estruturas representativas, o poder seria transferido para aqueles que, pela luta armada, tinham conquistado a legitimidade para representarem os seus próprios povos.

³⁶⁹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. Espólio ANTÓNIO BELO (A25A). Descolonização de Angola. CCPA – Documentos/I.

³⁷⁰ CORREIA, Pedro Pezarat. Op. cit., p.16.

Como Spínola impunha o cessar-fogo enquanto condição para reconhecer oficialmente o ideário dos movimentos nacionalistas e dar “formais garantias do início de um processo de descolonização, a desenvolver por fases”³⁷¹, permanecia o impasse em torno das negociações em busca de uma solução para o problema colonial.

Só depois do encontro entre Spínola e Mobutu, presidente do Zaire, atual República Democrática do Congo, realizado na Ilha do Sal³⁷² em 14 de setembro, foi possível abrir uma via de diálogo para estabelecer o cessar-fogo com a FNLA. Este movimento não possuía contatos significativos nem com as novas forças políticas em Portugal, nem em Angola, para além dos distritos mais ao norte, fronteiriços ao Zaire. Entretanto, militarmente, a FNLA representava a maior ameaça real às forças armadas portuguesas graças ao auxílio de Mobutu, que encorajou o aumento das forças armadas desse movimento de libertação, permitindo o recrutamento entre os exilados angolanos no Zaire e fornecendo equipamentos abundantes e modernos através do exército zaireense. Por isso, a FNLA seria o único movimento a negociar o acordo de fim das hostilidades com Portugal fora do território angolano e sob a tutela de um chefe de Estado estrangeiro.³⁷³

Apesar de encontrar-se bastante enfraquecido militarmente, o MPLA logo seria considerado pela maioria dos observadores como aquele movimento que, muito rapidamente, se tornaria a força política predominante em Angola. No entanto, como condição prévia para desempenhar um papel de relevo no processo de descolonização, este movimento teve que empregar todos os esforços na tarefa de recuperar a sua unidade.

Conforme apresentamos no capítulo anterior, a forte politização do MPLA conduziu o movimento a sérias crises internas. Em decorrência dessas crises, quando se deu a Revolução dos Cravos três facções disputavam a liderança do MPLA: o grupo que apoiava Agostinho Neto, que podemos designar como a ‘institucional’, visto que integrava a estrutura dirigente do movimento; a Revolta Ativa, com base num grupo de intelectuais, entre os quais alguns fundadores do movimento como os irmãos Joaquim e Mário Pinto de Andrade; e a Revolta do Leste, que era fundamentalmente a facção militar baseada na Zâmbia e que, liderada por Daniel Chipenda, desenvolvia a atividade guerrilheira na frente leste, perto da fronteira com aquele país.

³⁷¹ SPÍNOLA, António de. *Descolonizar sem trair* – discurso proferido no ato de posse dos Governadores-Gerais de Angola e de Moçambique, General Silvino Silvério Marques e Dr. Soares de Mello, em 11 de junho de 1974. In: *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976. pp. 83-91. p.89.

³⁷² Uma das ilhas do arquipélago de Cabo Verde.

³⁷³ CORREIA, Pedro Pizarat. Op. cit., p.101.

Um congresso organizado em Lusaka, capital da Zâmbia, de 12 a 21 de agosto, deveria promover a reunificação do movimento, mas não passou de uma tentativa frustrada. Um novo acordo, realizado em Brazzaville, em 9 de setembro, estabeleceu um sistema provisório de integração das 3 tendências, sob a presidência de Agostinho Neto. Mais uma vez os conflitos prevaleceram e as tendências continuaram a agir em separado. Em meados de setembro, os dirigentes que apoiavam a liderança de Agostinho Neto realizaram a Conferência Inter-regional de Militantes que confirmaria a autoridade de seu presidente, buscando ao mesmo tempo marginalizar as demais tendências e devolver a coesão e a capacidade de iniciativa do MPLA.

A assinatura do cessar-fogo entre o MPLA e os militares portugueses, ocorrida no Lunhameje, no leste de Angola, em 21 de outubro de 1974, oficializaria o fim da guerra contra o colonialismo, mas também significaria o reconhecimento do governo português à direção comandada por Agostinho Neto como a representante oficial do MPLA. Dessa forma, indiretamente, o ato consolidava o desfecho das dissidências da Revolta Ativa e da Revolta do Leste no seio do MPLA.³⁷⁴

Cabe destacar que a UNITA, a FNLA e o MPLA assinaram unilateralmente os acordos de cessar-fogo com as forças armadas portuguesas. Assim, cada um deles se apresentou disposto a substituir as hostilidades contra o colonizador pelo diálogo. Contudo, o mesmo não aconteceria entre os próprios movimentos de libertação. A rivalidade alimentada por mais de uma década continuaria dificultando a elaboração de uma plataforma comum que apresentasse as propostas dos mais representativos nacionalistas angolanos para a resolução do problema colonial.

Paralelamente à evolução destes três movimentos, a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), movimento separatista que visava soluções diferentes para o enclave³⁷⁵ em relação ao restante de Angola, havia sido consideravelmente fortalecida em agosto, quando obteve a adesão de todas as organizações de cabindas no exílio e estabeleceu um governo no exílio, com sede em Kinshasa. A situação do enclave de Cabinda tornou-se um

³⁷⁴ Cf. Bittencourt, M. Op. cit.,p.705.

³⁷⁵ Atualmente Cabinda é uma das 18 províncias da República de Angola, sendo um enclave com uma superfície de 7 283 km² limitado ao norte pela República do Congo, a leste e ao sul pela República Democrática do Congo e a oeste pelo Oceano Atlântico. Conhecida no passado como Congo Português, Cabinda fazia parte da parcela do antigo Reino do Congo atribuída a Portugal, por ocasião da Conferência de Berlim (1885), quando simultaneamente nasceram o Congo Belga (ex-Zaire e atual República Democrática do Congo) e o Congo Francês (ex-Congo Brazzaville e atual República do Congo). Originalmente a região de Cabinda era unida territorialmente a Angola, mas a Bélgica reivindicou uma saída para o Atlântico para a sua colônia, o que foi concedido por Portugal através de um acordo, selando definitivamente a separação de Cabinda do restante de Angola.

assunto de peso na discussão política, uma vez que estavam em jogo importantes recursos petrolíferos que atraíam interesses internos e de países estrangeiros. Nenhuma das outras forças angolanas admitia a legitimidade do separatismo, no que tiveram o apoio da OUA e até da ONU.³⁷⁶

3.5 Um programa português para a descolonização de Angola

Spínola nomeou o general Silvino Silvério Marques³⁷⁷ para governar Angola. No discurso proferido na cerimônia de posse deste colaborador, o presidente da JSN afirmou: “tenho fundada esperança de que depressa, mas sem pressa, o ultramar descolonizar-se-á”³⁷⁸. Essa ausência de pressa em resolver o problema colonial contrastava com a urgência compartilhada pelos movimentos nacionalistas e por boa parte dos membros do MFA.

O MPLA criticaria veementemente esta nomeação afirmando que com ela “o colonialismo português aliado do imperialismo internacional reforça[va] as suas posições de explorador e opressor do Povo Angolano”³⁷⁹. Seguindo a crítica, um apelo:

“Para que o Povo Português intensifique a sua luta pelo fim da guerra colonial e pela concessão imediata da independência completa aos povos das colônias;
Para que o Governo Provisório Português, unindo-se ao Povo, se liberte da tutela dos colonialistas e dos imperialistas terminando com a criminosa guerra colonial e concedendo a independência imediata e completa aos Povos das colônias;
Para que os Portugueses progressistas em Angola iniciem a luta contra o fascismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo, aliando-se ao Povo Angolano na sua justa Luta de Libertação Nacional”³⁸⁰

Estudantes, professores e trabalhadores, mobilizados pelo MPLA e pelo recém-fundado Movimento Democrático de Angola (MDA)³⁸¹, promoveram greves para exigir o

³⁷⁶ HEIMER, Franz-Wilhelm. Op. cit., p.61.

³⁷⁷ Foi um dos principais proponentes da integração das colônias a Portugal. Já tinha exercido o cargo de governador de Angola, entre 1963 e 1966, quando se distinguiu por colocar em prática a política demagógica, então denominada ação psicossocial, o que lhe valeu muitas simpatias entre os colonos e certa camada de “assimilados” contrários à independência angolana.

³⁷⁸ SPÍNOLA, António de. Descolonizar sem trair – discurso proferido no ato de posse dos Governadores-Gerais de Angola e de Moçambique, General Silvino Silvério Marques e Dr. Soares de Mello, em 11 de junho de 1974. In: *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976. pp. 83-91. p.91.

³⁷⁹ Panfleto do MPLA. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. Espólio ANTÓNIO BELO (A25A). Descolonização de Angola. CCPA – Documentos/I.

³⁸⁰ Idem.

afastamento de Silvino Silvério Marques³⁸². As figuras mais proeminentes dentre os representantes do MFA em Angola também fizeram pressão para que o governador fosse substituído com a maior urgência, visto que a tensão social de cariz racial tinha aumentado perigosamente em Luanda sob sua administração. Silvério Marques foi afastado e compelido a regressar à Lisboa, deixando atrás de si o incêndio da tensão racial, fator complicador do processo de descolonização.

Com a posse do II Governo Provisório, em 18 de julho de 1974, o MFA assumiria maiores responsabilidades políticas executivas, com reflexos na clarificação e no avanço da descolonização.³⁸³ O primeiro marco sinalizador dessa mudança foi a promulgação da Lei Constitucional n.º7/74, em 27 de julho, confirmando “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas conseqüências, inclui[ndo] a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933”.³⁸⁴ Portanto, ela constituiria o suporte jurídico decisivo para os atos conducentes à descolonização, sendo também um instrumento político para ajudar a tranquilizar os movimentos de libertação quanto às reais intenções portuguesas. Porém, entre a lei e a realidade havia ainda uma enorme distância a cumprir. E Spínola continuava no caminho.

Em 9 de Agosto de 1974 a JSN difundiu um comunicado em que definia, unilateralmente, ou seja, sem a participação de representantes dos movimentos de libertação angolanos, um programa para a descolonização de Angola. Tal programa estabelecia determinados passos a adotar depois de obtido o cessar-fogo. Entre eles a constituição de um governo provisório de coligação, com representação de “todos os movimentos de libertação em paralelo com os grupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, o que obviamente incluirá a etnia branca”. Outros passos seriam a elaboração de uma lei eleitoral, a realização de um recenseamento eleitoral na base: um homem (ou mulher), um voto, e a

³⁸¹ Criado no dia 2 de maio de 1974, em Luanda, por um grupo de intelectuais progressistas e liberais, que tradicionalmente tinham se colocado na “oposição” à ditadura. O MDA reconhecia os movimentos que fizeram a luta armada pela independência como os legítimos representantes do povo angolano e partilhava de uma linha ideológica de esquerda próxima do MPLA. Talvez por isso a repercussão de suas idéias não tenha ido além de uma base social de apoio restrita entre os setores mais instruídos da população urbana branca e mestiça. Cf. PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola: os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p.355.

³⁸² PACAVIRA, Manuel Pedro. *Memórias 1974/76: Angola e o Movimento Revolucionário dos Capitães de Abril em Portugal*. Luanda: QB Comunicação, 2008. p.17.

³⁸³ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Melo Antunes. O sonhador Pragmático*. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro. Coimbra: Notícias Editorial, 2004. p.292.

³⁸⁴ Lei n.º7/74, de 27 de julho de 1974. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03>

eleição de uma Assembléia Constituinte no prazo aproximado de dois anos, a qual definiria o tipo de relações a estabelecer com Portugal. Referência que trazia implícita a admissão de que pudesse haver outras soluções para o problema colonial que não a independência.

O programa de descolonização chegava mesmo a antecipar soluções que deveriam constar da Constituição, como os órgãos do aparelho de Estado e as formas da sua escolha, o que evidentemente, só aos futuros constituintes competiria definir. O processo de descolonização conforme se apresentava esboçado no programa elaborado pela JSN, se estenderia por um período de três a cinco anos.

Mas, na avaliação de Pezarat Correia³⁸⁵, a maior de todas as fragilidades deste programa era que ele parecia ignorar uma questão elementar: o fato de alguns dos passos previstos constituírem, para os movimentos de libertação, pontos prévios às negociações do cessar-fogo, enquanto para o programa da JSN era o cessar-fogo que constituía um pressuposto para o prosseguimento das medidas enunciadas. Portanto, tratava-se de um projeto fadado ao fracasso, desde a sua partida.³⁸⁶

Este programa de descolonização para Angola apresentado em nome da JSN refletia, na verdade, mais um esforço do presidente Spínola no sentido de assumir “pessoalmente” os rumos desse processo.

Em 27 de setembro, Spínola convocou as “Forças Vivas de Angola”, isto é, “não só os movimentos de libertação como as demais correntes de opinião que traduz[i]am opções diversas quanto ao regime político da Angola do futuro”³⁸⁷, para uma reunião de trabalho em Lisboa. Além de apresentar as linhas gerais do programa de descolonização para os angolanos, nesse encontro o presidente da JSN reforçou a idéia de que

“O processo de descolonização só poderá, então, considerar-se terminado quando o povo de Angola tiver votado a sua própria constituição política e instituído, pela

³⁸⁵ Cabe lembrar que Pedro Júlio de Pezarat Correia nascido na cidade do Porto em 1932, formou-se no Colégio Militar e participou de seis comissões na guerra colonial passando pela Índia, Moçambique, Guiné e Angola. Aderiu desde há primeira hora ao Movimento das Forças Armadas (MFA). Em 25 de Abril de 1974, por designação dos seus camaradas, assumiu as mais altas responsabilidades no MFA em Angola. Papel que desempenhou até o final de janeiro de 1975 quando regressou a Portugal. Atualmente é oficial general do Exército na reforma e docente universitário. Tem cinco livros publicados, além de participações em cerca de três dezenas de obras de múltipla autoria, colaborações em obras de outros autores, dezenas de comunicações, centenas de textos na comunicação social. Entre os temas que mais aborda nestas publicações estão o processo de descolonização, a guerra colonial e o 25 de Abril.

³⁸⁶ CORREIA, Pedro Pezarat. Op. cit., p.86.

³⁸⁷ Cf. SPÍNOLA, António de. Libertar ou usurpar – discurso proferido na abertura da reunião de trabalho com as Forças Vivas de Angola, a 27 de setembro de 1974. In: *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976. pp.201-208. p.206.

via constitucional, os seus órgãos de soberania. Se assim não for, jamais Angola será de fato independente”.³⁸⁸

Angola sempre esteve próxima do centro do conflito entre Spínola e o MFA durante os turbulentos primeiros meses que se seguiram ao golpe que derrubou o Estado Novo. Em pouco tempo a estratégia de Spínola para resolver o problema colonial em Angola se mostraria impraticável. Isto porque, manter a tutela de Angola, mesmo no curto prazo, significava continuar a guerra cujo término fora um dos principais objetivos do golpe de Estado realizado pelo MFA. E, em sua grande maioria, os militares portugueses não estavam dispostos a agir de nenhum modo que viesse a prolongar sua permanência nos territórios ultramarinos.³⁸⁹

Na altura da reunião com as “Forças Vivas de Angola” o conflito entre o MFA e Spínola atingira o seu limite máximo. Numa tentativa de recuperar o poder que vinha perdendo, o general buscou o apoio da “maioria silenciosa”. Membros da velha oligarquia financeira e empresarial ajudaram a financiar a propaganda para o apelo de Spínola que tentava mobilizar para o dia 28 de setembro uma marcha “pacífica” sobre Lisboa com o intuito de corroborar a sua política. Os militantes de esquerda ergueram barricadas que impediram o acesso da população do interior à capital do país. Mais de 200 personalidades “suspeitas” de apoiarem essa tentativa de manifestação “reacionária” foram presas e algumas armas foram confiscadas. O fracasso desse evento levaria Spínola a renunciar à presidência. O MFA que marchava para a esquerda passaria a deter, de fato, o poder político-militar do país.³⁹⁰

As crises que levaram Portugal decisivamente para a esquerda também deram um impulso inexorável à independência da África portuguesa. Enquanto as negociações com os movimentos nacionalistas africanos para consolidar a descolonização ganhavam força, em Portugal, Spínola a perdia. Os acordos firmados entre o MFA e os movimentos de libertação fortaleceram o MFA e lhe permitiram remover do poder os moderados de Lisboa que desejavam manter a África portuguesa ou desacelerar o ritmo da descolonização. O resultado da luta em uma esfera ajudaria a consolidar a vitória ou trazer a derrota da outra. Podemos dizer que a forma e o conteúdo do futuro político de Portugal e a obtenção da independência das colônias africanas estavam intimamente ligados.

³⁸⁸ Idem, p.205.

³⁸⁹ MAXWELL, Kenneth. Op. cit., p.124.

³⁹⁰ SECCO, Lincoln. Op. cit., p.129-130.

Entre outubro de 1974 e janeiro de 1975 o MFA deteve o poder efetivo em Portugal. Durante esses quatro meses críticos, de reorganização e disputas internas pelo poder, o MFA permaneceu unido no comprometimento com a descolonização imediata, pois todas as diversas correntes de esquerda no movimento concordavam sobre a necessidade da rápida saída da África.

No dia 15 de outubro entraria em vigor o fim das hostilidades entre a FNLA e as forças armadas portuguesas. E, no dia 21, o MPLA seria o último movimento a assinar o cessar-fogo. Enfim, a guerra colonial terminava oficialmente.

3.6 Uma “solução à rodesiana”³⁹¹?

Em 1974 Angola possuía a segunda maior população branca na África³⁹², superada apenas pela África do Sul. Os brancos dominavam quase totalmente a infra-estrutura da agricultura, dos transportes e da administração. Devido à fraqueza geral dos movimentos ou então às suas crises internas, e devido também às melhorias de infra-estrutura (tais como a construção de aeroportos, estradas, etc.) para facilitar as ações militares portuguesas, a guerrilha, que havia constituído uma ameaça séria para a dominação colonial no fim dos anos 60, perdera muito da sua importância nos primeiros anos da década de 70. Na altura em que se deu a Revolução dos Cravos, a sociedade colonial angolana encontrava-se mais fortalecida do que em qualquer fase anterior da sua história.

A maioria dos portugueses de Angola inicialmente teve uma reação favorável quando foi derrubada a ditadura do Estado Novo que, de modo geral, associavam com ineficiência e constrangimento. Quando Spínola, enquanto novo presidente de Portugal, declarou que assumiria pessoalmente a condução do processo de descolonização de Angola e nomeou Silvino Silvério Marques como governador desta *província ultramarina*, os portugueses ali instalados acreditaram que as mudanças seriam tão limitadas quanto possível. Entretanto, logo se tornou notável que mudanças profundas seriam inevitáveis. O resultado foi a explosão da violência dos colonos contra os colonizados. Em meados de 1974, o conflito entre brancos e não-brancos estava no centro da confrontação política em Angola.

³⁹¹ Assim chamada porque se inspirava no golpe sessionista liderado por Ian Smith, que declarou unilateralmente a independência da Rodésia (atual Zimbábue) sob o controle da minoria branca, em 1965.

³⁹² Estima-se que 330.000 brancos viviam em Angola em 1974. Cf. CORREIA, Pedro Pezarat. Op. cit., p.180.

À medida que a ala conservadora do MFA ia perdendo força em Lisboa, novas ondas de violência branca e contra-violência africana assolavam Luanda. Sentindo-se ameaçados, aqueles colonos que sempre haviam apoiado as teses integracionistas do Estado Novo ou, numa fase tardia, as soluções federalistas, quando constataram a sua inviabilidade, passaram a arriscar em tentativas golpistas, violentas se necessário, que contrariassem a transferência do poder para os movimentos de libertação e assegurassem a sobrevivência dos privilégios, das estruturas e do modelo de relacionamento social e étnico do passado, através duma qualquer solução neocolonial.³⁹³ Assim, aderiram a movimentos clandestinos que postulavam o monopólio do poder político para os brancos de Angola, como garantia de uma posição econômica e social privilegiada. Ou seja, apostavam na adoção de uma “solução à rodesiana”.

Tal solução era defendida, principalmente, por homens de negócios, que advogavam que a promoção de um crescimento capitalista acelerado da sociedade angolana seria a melhor solução para o problema colonial. Esta opção implicaria a aceitação de um sistema de “interação assimétrica” com as sociedades tradicionais, e a promoção da decomposição destas últimas. Mas não através da redução das clivagens raciais, até o seu desaparecimento total, a longo prazo, proposta pela metrópole portuguesa depois de 1961. Os defensores da aplicação do modelo rodesiano em Angola consideravam como óbvio que uma integração política no “bastião branco” da África Austral, e uma diversificação das relações econômicas internacionais, livres dos controles metropolitanos, seriam condições suficientes para garantir a viabilidade desta estratégia política.³⁹⁴

Vale destacar que os grupos que defendiam a aplicação do modelo rodesiano estavam à direita do próprio Spínola que excluía do processo de descolonização “toda e qualquer forma de regime minoritário”³⁹⁵ e defendia que o governo de Angola teria de exercer-se “sobre o voto e por mandato inequívoco das maiorias africanas daquele território”³⁹⁶.

A idéia de uma independência unilateral, feita só por um determinado segmento demográfico da população angolana foi taxativamente rejeitada pela cúpula da JSN. Posição que Mário Soares enfatizou com a seguinte declaração:

³⁹³ CORREIA, Pedro Pizarat. Op. cit., p.106.

³⁹⁴ HEIMER, Franz-Wilhelm. Op. cit., p.43-44.

³⁹⁵ SPÍNOLA, António de. Libertar ou usurpar – discurso proferido na abertura da reunião de trabalho com as Forças Vivas de Angola, a 27 de setembro de 1974, em que se apresentaram as linhas gerais do programa de descolonização daquele território. In: *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976. pp.201-208. p.204.

³⁹⁶ Idem, ibidem.

“Nós – este governo democrático de Portugal – não permitiremos, de modo nenhum, uma solução rodesiana em Angola ou em Moçambique. Repito: combatê-la-íamos com todos os meios de que dispomos.

Porque assim todo o processo da nossa descolonização, a confiança que merecemos e as nossas boas intenções estariam em perigo. E porque através de uma tal ‘solução’ se abriria caminho para o regresso do fascismo a Portugal”.³⁹⁷

Além do radicalismo ultraconservador dos que defendiam a aplicação do modelo rodesiano, outras soluções políticas foram debatidas entre a comunidade branca de Angola. Parte da antiga oposição branca (e mestiça) ao regime de Salazar, que se caracterizava por uma orientação liberal democrata, e ocasionalmente socialista, se viu representada nas discussões acerca da descolonização de Angola pelos chamados movimentos democráticos.

Contudo, o primeiro esforço mais sério para conquistar simpatias políticas brancas foi do PCDA (Partido Cristão Democrático de Angola)³⁹⁸. O Partido, que surgiu em maio de 1974, se fez advogado de uma “descolonização consensual” buscando atrair os *assimilados* e figuras políticas africanas não-engajadas nos movimentos anticoloniais e, simultaneamente, dirigindo-se aos brancos urbanos pertencentes às camadas economicamente mais fracas.³⁹⁹ Embora o PCDA conseguisse estabelecer comitês locais racialmente mistos, em grande parte do país, falhou na sua tentativa de mobilizar o apoio das massas brancas para as suas propostas a favor de um arranjo interracial. Heimer atribui este fracasso à falta de credibilidade da liderança do partido e ao ceticismo dos brancos em relação à viabilidade de uma estratégia política que tentava passar por cima dos movimentos anticoloniais.⁴⁰⁰

Três dias depois da saída de Silvino Silvério Marques do governo de Angola, em 19 de julho de 1974, nasceu a FRA – Frente de Resistência de Angola, reunindo principalmente “setores do capital angolano” e antigos combatentes descontentes com a política nacional e com o “vergonhoso processo de descolonização”. Sua principal reivindicação era “o diálogo, em mesa-redonda, com os representantes dos movimentos de libertação e da etnia branca, ainda com força bastante para se fazerem representar”.⁴⁰¹ Pompílio da Cruz, um dos

³⁹⁷ SOARES, Mário. “Não permitiremos de modo nenhum uma solução rodesiana em Angola ou em Moçambique” – entrevista concedida ao semanário alemão ocidental *Der Spiegel*, em 19 de agosto de 1974. In: *Democratização e descolonização (dez meses no Governo Provisório)*. Lisboa: Dom Quixote, 1975. pp.75-84. p.83.

³⁹⁸ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. Espólio ANTÓNIO BELO (A25A). Descolonização de Angola. CCPA – Documentos/I. Informação n.º 1/74, Luanda, 16 de maio de 1974.

³⁹⁹ PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola: os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p.360.

⁴⁰⁰ HEIMER, Franz-Wilhelm. Op. cit., p.51.

⁴⁰¹ CRUZ, Pompílio. *Angola, os vivos e os mortos*. Lisboa: Intervenção, 1976. p.173-175.

idealizadores da FRA tinha convicção de que “não havia alternativa: só a força convenceria os movimentos de libertação a negociar”. Mas a FRA não conseguiu armar seus homens para exercer essa pressão sobre os movimentos de libertação e acabaria desaparecendo completamente em meados de 1975.⁴⁰²

A fragmentação partidária, o ambiente de crispação política, o crescimento das tensões sociais e dos conflitos raciais, levariam Fernando Falcão a reconstituir a FUA (Frente de Unidade Angolana) com o propósito de obter a unidade do campo nacionalista de modo a garantir a construção de uma Angola independente e democrática, onde todos os angolanos tivessem lugar, e evitar a violência.⁴⁰³

Fernando Falcão iniciou os contatos para a reconstituição da FUA em maio/junho de 1974. Em 18 de setembro, pouco depois de ter aceitado o convite para compor o governo provisório recém-instituído por Rosa Coutinho⁴⁰⁴ como parte de uma estratégia política para dissolver as forças separatistas que ameaçavam realizar um “golpe à rodesiana”, Falcão lançou oficialmente a FUA, com direito à conferência de imprensa e declaração pública na qual afirmou estar de acordo com as linhas gerais do programa de descolonização fixado pela JSN e que batalharia politicamente para o cumprimento deste programa. O líder da FUA declarou também que repudiava o racismo e rejeitava qualquer forma de separatismo. Mostrou-se favorável ao diálogo com todos os movimentos guerrilheiros e garantiu que a FUA lutaria para que as chamadas “forças políticas internas”, ou seja, os movimentos políticos não-armados, pudessem participar no processo de independência ao lado das chamadas “forças revolucionárias”, isto é, os movimentos guerrilheiros. Esta nova FUA implantou-se rapidamente nos distritos de Benguela, Huambo, Bié, Moçâmedes e Huíla. Tal como em 1961, aderiram ao movimento muitos “velhos colonos” e brancos naturais da colônia, bem como alguns mestiços, que partilhavam da visão euro-africana da sociedade angolana inspirada no mítico modelo da democracia racial brasileira. Vale ressaltar que a

⁴⁰² Idem, p.193.

⁴⁰³ PIMENTA, Fernando. Op. cit., p.375.

⁴⁰⁴ Oficial da Marinha, Rosa Coutinho passou grande parte da sua carreira a bordo - e, a partir de um certo momento, no comando - de navios hidrográficos. Nos anos 60, durante uma missão de patrulhamento e pesquisa no rio Zaire foi capturado por guerrilheiros da FNLA e mantido sob prisão por alguns meses. Na altura da Revolução dos Cravos era capitão-de-fragata e foi designado para integrar a Junta de Salvação Nacional representando a Marinha. Data de então a sua promoção a Vice-Almirante. Em finais de julho, após a demissão do último Governador-Geral de Angola, General Silvino Silvério Marques, Rosa Coutinho foi chamado a substituí-lo, na qualidade de Presidente da Junta Governativa de Angola. Entre outubro de 1974 e janeiro de 1975, assumiu o posto de Alto-Comissário em Angola. De modo geral, sua atuação durante o processo de descolonização é avaliada como tendo sido favorável ao MPLA. Esta postura estaria associada a uma aproximação das orientações do PCP ao longo de 1975. Tendência que lhe valeria o epíteto de “almirante vermelho”.

FUA de 74 não teve a adesão da maior parte dos intelectuais de esquerda que tinham feito parte do movimento em 1961. Dentre esses primeiros militantes da FUA os que não viviam no exílio, participavam dos “movimentos democráticos” próximos ao MPLA. Em contrapartida, a “nova” FUA contaria com o apoio explícito de muitos dos dirigentes das associações econômicas angolanas, o que não aconteceu nos anos 60.⁴⁰⁵

Apesar da participação de Fernando Falcão no governo provisório liderado por Rosa Coutinho, o campo de inserção política da FUA continuou extremamente limitado. O fato de terem sustentado a luta armada contra a dominação colonial, conferiu à FNLA, ao MPLA e à UNITA uma autoridade que tornou mais ou menos ilusórias as tentativas feitas por outros grupos de estabelecer-se numa base diferente de legitimação política. A maior parte dos grupos políticos que surgiram ou reapareceram depois da Revolução dos Cravos, e passaram a disputar as simpatias da população angolana, não ultrapassou uma existência a que se aplicou, com bastante precisão, o termo “fantoche”. Esses grupos não tinham sequer condições para desempenhar, de uma forma efetiva, o papel de aliados no jogo daqueles colonos que advogavam uma solução “pluralista aberta”. Conseqüentemente, a solução do problema colonial angolano reduzia-se cada vez mais à questão de saber se, e de que maneira, os movimentos que participaram da guerra de libertação nacional se arranjariam entre eles e com os portugueses, sobretudo, com os estabelecidos em Angola.

Os três movimentos de libertação adotaram diferentes táticas para tornarem-se aceitáveis pelos portugueses de Angola. Neste terreno, a UNITA foi, inicialmente, o movimento que teve o maior êxito. Abandonando a sua retórica radical quase que instantaneamente depois do 25 de abril, Savimbi esforçou-se por construir uma imagem de “homem de Estado moderado” capaz de governar o país, e disposto a acordos pacíficos que não feririam, seriamente, os interesses de ninguém. Dessa forma o líder da UNITA começou a aparecer para muitos colonos, tanto os membros das “elites econômicas” quanto os de menor poder aquisitivo, como um possível aliado para promover uma descolonização consensual.

O MPLA valeu-se do fato de ter sido desde o início e durante toda a luta anticolonial, um movimento não racista. No entanto, como as suas posições relativas à descolonização foram geralmente identificadas pelos colonos com o modelo socialista, este movimento conquistou adeptos apenas entre a minoria liberal progressista dos portugueses de Angola.

A FNLA, tradicionalmente era odiada e temida pelos colonos como um grupo de assassinos racistas e tribalistas. Sob a influência de Mobutu, a FNLA tentou reverter este

⁴⁰⁵ PIMENTA, Fernando. Op. cit., p.378.

quadro apostando numa campanha de propaganda através da qual sugeria que após a independência seria a protagonista de um desenvolvimento capitalista “respeitoso da lei e da ordem”. Afirmava-se também que a FNLA, ao contrário da UNITA, teria capacidade militar e o apoio internacional necessários para impor este modelo contra um MPLA “comunista”. Desta maneira, um número crescente de portugueses fixados em Angola, especialmente em Luanda, começou a inclinar-se para o lado da FNLA, seguindo o exemplo de algumas figuras proeminentes das “elites econômicas” locais.

Nem, o cenário político que dispersava os colonos entre diferentes alternativas para a resolução do problema angolano, nem a contínua repressão do MFA contra as conspirações que projetavam a constituição de um governo liderado pelos brancos em Angola, foram suficientes para conter os ânimos dos colonos dispostos a colocar em prática o modelo rodesiano. Muito pelo contrário.

Em outubro, já não havia dúvidas de que a solução seria a independência liderada pelos movimentos de libertação e parecia improvável a adoção de uma “solução pluralista aberta” permitindo ao menos uma certa medida de controle por parte dos colonos, ou mesmo de uma solução consensual garantindo a representação política dos brancos enquanto grupo. Em consequência, as ameaças das minorias brancas assumiram maior consistência. Uma última tentativa de impor uma solução à rodesiana foi feita em novembro de 1974, quando alguns colonos tentaram desencadear uma revolta generalizada, pela ocupação militar das vilas do Bailundo e da Cela. Frustrada essa tentativa, o modelo rodesiano foi decisivamente excluído da agenda dos debates em busca de solução para o problema colonial angolano.

3.7 Mombaça e Alvor

Descartada a “solução à rodesiana” e formalizada a paz entre Portugal e cada um dos três principais movimentos de libertação angolanos, o próximo passo era negociar os termos da independência e da transferência do poder. Entretanto, havia uma condição que estava longe de ser realidade quando a guerra colonial deu-se oficialmente por terminada. Os três movimentos mantinham-se inconciliáveis. Ao mesmo tempo em que faziam apelos à unidade, seguiam com acusações mútuas e declarações que não favoreciam a aproximação. Era preciso chegar ao entendimento para que, da parte angolana, existisse um único interlocutor para negociar com Portugal ou, no mínimo, uma posição consensual entre os vários interlocutores.

Em fins de outubro e princípios de novembro de 1974, os três movimentos começam a demonstrar-se dispostos a colaborar entre si e com as autoridades portuguesas. Em 29 de novembro, depois de uma série de entrevistas bilaterais preparatórias, Rosa Coutinho anunciou a realização de uma conferência de cúpula dos três movimentos anticolonialistas, que abriria o caminho para um acordo com Portugal sobre a descolonização de Angola.

O encontro inédito realizou-se em Mombaça, no Quênia, de 3 a 5 de janeiro de 1975 e fixou as seguintes resoluções fundamentais:

- os três movimentos reconheceram a necessidade de se considerarem, mutuamente, como parceiros independentes com direitos e responsabilidades iguais, à exclusão de qualquer outro partido, durante uma fase de preparação para a independência;
- admitiram colaborar entre si e com as autoridades portuguesas durante um período de transição, necessário para estabelecer as bases de um estado angolano independente;
- proclamaram o princípio da integridade territorial de Angola dentro das suas fronteiras coloniais, rejeitando quaisquer exigências separatistas;
- aceitaram o princípio de que todos os habitantes de Angola, qualquer que fosse sua origem étnica, poderiam tornar-se cidadãos do novo país.⁴⁰⁶

Os acordos apresentados ao final da reunião de Mombaça pareciam representar, de fato, um entendimento dos três movimentos. Apesar disso, na prática, as divergências entre eles não desapareceram por completo. Melo Antunes, na altura major e ministro sem pasta do II Governo Provisório de Portugal, que tinha como uma das funções ajudar a articular soluções para problemas relativos à descolonização, afirmaria posteriormente que “tinha consciência disso, mas pensava que não poderíamos protelar indefinidamente as negociações com o pretexto de que ainda haveria muitas divergências. Precisamente para isso é que serviam as reuniões.”

De acordo com Melo Antunes, Portugal não podia continuar hesitante em relação ao problema colonial porque, “descolonização constituía (...) um passo estrutural e estruturante, se se quiser, de todo o processo de transformação da nossa sociedade, e por isso não podia deixar-se para as calendas gregas, tinha de ser resolvido no momento próprio.”⁴⁰⁷ E que momento mais propício do que aquele, quando o MFA gozava o auge de seu poder e prestígio?

⁴⁰⁶ O Acordo de Mombaça. In: *Angola rumo à independência. O Governo de Transição – documentos e personalidades*. Luanda: Livrangol, s./d. p.21-27.

⁴⁰⁷ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. Melo Antunes. *O sonhador Pragmático*. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro. Coimbra: Notícias Editorial, 2004., p. 168.

Assim, mesmo sem uma efetiva unificação dos seus projetos políticos, os líderes da FNLA, do MPLA e da UNITA, acompanhados de suas respectivas delegações, se reuniram com o governo português entre 10 e 15 de janeiro, no Algarve. O resultado foi a definição dos princípios que orientariam o processo de transferência do poder político para o controle exclusivo dos angolanos. Tais princípios ficariam conhecidos como o Acordo de Alvor, nome da cidade onde foi assinado. A independência de Angola foi agendada para o dia 11 de novembro de 1975. Até esta data, o país seria administrado por um governo transitório dirigido por um colegiado presidencial constituído por três membros, um de cada movimento de libertação. As deliberações do governo transitório seriam tomadas por maioria simples, de dois terços, sob a presidência rotativa dos membros do colégio presidencial. Durante o período de transição, o governo português seria representado por um alto-comissário nomeado pelo presidente da República. Não caberia ao alto-comissário intervir na ação governativa, mas poderia ser consultado pelo colégio presidencial sempre que este desejasse.

A estrutura do governo de transição foi montada ainda durante a reunião no Algarve, encontrando-se registrada no texto do Acordo de Alvor. Tendo em conta o caráter transitório do governo, ao presidente português coube designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, da Habitação e Urbanismo e dos Transportes e Comunicações, todos portugueses. A FNLA assumiu os ministérios do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura. Do MPLA vieram os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça. A UNITA nomeou os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais. Também foram criadas secretarias de Estado com funções e cargos equitativamente distribuídos entre os três movimentos nacionalistas.

Além de conduzir a política interna, o governo de transição deveria preparar a realização de eleições gerais para a Assembléia Constituinte de Angola, respeitando um prazo de nove meses a partir de 31 de janeiro, data da sua instalação. As candidaturas à Assembléia Constituinte deveriam ser apresentadas “exclusivamente pelos movimentos de libertação, FNLA, MPLA e UNITA, únicos representantes legítimos do povo angolano”.⁴⁰⁸ Formada a Assembléia Constituinte, ela deveria eleger o primeiro presidente da República de Angola, autoridade incontestável para quem o Estado português transmitiria em 11 de novembro de 1975 todos os soberanos poderes de uma Angola totalmente independente.

Em Alvor foi criada uma Comissão de Defesa Nacional para “definir e concretizar a política militar resultante do presente Acordo; assegurar e salvaguardar a integridade

⁴⁰⁸ Cf. Acordo de Alvor. Capítulo VI – Das eleições gerais para a Assembléia Constituinte de Angola. Art.º 41. In: CORREIA, Pedro Pizarat. *Angola – do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996. pp.271-280. p.277.

territorial de Angola; garantir a paz, a segurança e a ordem pública”.⁴⁰⁹ Tal comissão era formada pelo alto-comissário, o colégio presidencial e o Estado Maior Unificado. Este último reuniria os comandantes dos três ramos das forças armadas portuguesas em Angola e três comandantes dos movimentos de libertação e ficaria sob a autoridade direta do alto-comissário. As decisões da Comissão Nacional de Defesa seriam tomadas por maioria simples, mas, o alto-comissário, enquanto seu presidente, teria voto de qualidade.

A principal função da Comissão de Defesa Nacional seria organizar a integração das forças armadas dos três movimentos de libertação, em paridade com as forças armadas portuguesas, numa “força mista” cujo contingente seria formado por 8 mil combatentes de cada um dos movimentos angolanos e 24 mil militares portugueses. Os efetivos das forças armadas portuguesas que excedessem esse número deveriam ser desmobilizados até 30 de abril de 1975. Depois, gradativamente, o contingente das forças armadas portuguesas integrado nas forças mistas também seria desmobilizado. Processo previsto para ter início em primeiro de outubro de 1975 e ser concluído até 29 de fevereiro de 1976.

Uma outra questão central para a organização do futuro de Angola foi a demarcação dos critérios definidores da nacionalidade angolana. Nesse sentido,

“a FNLA, o MPLA e a UNITA reafirmaram a sua política de não-discriminação segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola, ou pelo domicílio, desde que os domiciliados se identifiquem com as aspirações da nação angolana através duma opção consciente.”⁴¹⁰

No discurso de encerramento da conferência luso-angolana, o general Costa Gomes, presidente de Portugal, louvou a chegada do Acordo de Alvor como “um bálsamo da esperança” de que homens e partidos, apesar das diferenças sociais, filosóficas ou políticas soubessem encontrar “soluções angolanas autênticas”, baseadas na capacidade de diálogo, no espírito de cooperação e na boa vontade de servir ao país que lutaram para libertar.⁴¹¹

Formalizado o Acordo de Alvor, Holden Roberto voltaria imediatamente à Kinshasa. Jonas Savimbi iniciaria um périplo por várias cidades da região centro-sul de Angola, já em clima de campanha eleitoral. Em suas declarações públicas, enfatizava sempre o fato de ter sido a UNITA o primeiro movimento a defender o direito dos brancos à cidadania angolana e

⁴⁰⁹ Cf. Acordo de Alvor. Capítulo IV – Da Comissão Nacional de Defesa. Art.º 29. In: CORREIA, Pedro Pezarat. *Angola – do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996. pp.271-280. p.275.

⁴¹⁰ Acordo de Alvor. Capítulo VII – Da nacionalidade angolana. Art.º 45. In: CORREIA, Pedro Pezarat. *Angola – do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996. pp.271-280. p.277.

⁴¹¹ Apud. Acordo de Portugal com os três movimentos armados. *Revista de Angola*, n.º 322, Luanda, fevereiro de 1975.

a aceitar a negociação da unificação de todos os esforços para pacificar o país e conduzi-lo à independência. As propostas de Savimbi parecem ter encontrado uma boa repercussão, ou, pelo menos, lhe foi dada uma cobertura generosa e simpática por parte da imprensa ainda administrada por portugueses.⁴¹²

Agostinho Neto permaneceria por uns dias em Portugal, viajou pelo país e participou de longas reuniões com líderes políticos e militares. Os portugueses viviam o prenúncio de uma época crítica porque a euforia pela queda do velho regime estava passando e essa mudança de atmosfera daria lugar à disputa pelo poder entre comunistas e socialistas.⁴¹³ A tinta no Acordo de Alvor ainda não acabara de secar e as forças que ajudariam a anulá-lo já estavam se reunindo. Um político sagaz e bem informado como Neto certamente percebeu os avisos que não eram difíceis de reconhecer.

Agostinho Neto regressaria à Luanda, estrategicamente, no dia 4 de Fevereiro, data que tinha se tornado o marco histórico do início da luta armada pela independência, acontecimento sempre reivindicado pelo MPLA. Sua “chegada triunfal” mobilizou um “mar de gente nunca visto” que o recebeu no aeroporto.⁴¹⁴ Vale lembrar que era em Luanda que o MPLA concentrava seu maior número de adeptos. O impacto de sua chegada à capital consolidaria de forma definitiva seu poder não só como presidente do MPLA. Neto era também um mito. Todos reconheciam nele o líder incontestável da luta pela independência. Condição reforçada inclusive internacionalmente porque desde os assassinatos de Eduardo Mondlane⁴¹⁵ e Amílcar Cabral⁴¹⁶, Agostinho Neto desfrutava a prestigiosa e perigosa

⁴¹² Vide *Revista de Angola*, n.º 322, Luanda, fevereiro de 1975.

⁴¹³ MAXWELL. K. Op. cit., p.171.

⁴¹⁴ PACAVIRA, Manuel Pedro. *Memórias 1974/76: Angola e o Movimento Revolucionário dos Capitães de Abril em Portugal*. Luanda: QB Comunicação, 2008. p.101.

⁴¹⁵ Eduardo Mondlane nasceu no ano de 1920 em Manjacaze, Gaza – Moçambique. Financiado por uma missão presbiteriana suíça experimentou uma curta passagem pela Universidade de Lisboa e logo partiu para os EUA, onde se diplomou em Sociologia. Nos anos 1950, trabalhou para a ONU como investigador dos acontecimentos que levavam à independência dos países africanos e foi também professor de História e Sociologia na Syracuse University, em Nova York. Em 1962 conseguiu unir os três principais movimentos nacionalistas moçambicanos – a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), a MANU (*Mozambique African National Union*) e a UNAMI (União Nacional Africana para Moçambique Independente) – formando a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), da qual foi eleito o primeiro presidente. Em 1969 foi assassinado ao abrir uma carta-bomba em Dar-es-Salaam, atentado planejado pela polícia política portuguesa.

⁴¹⁶ Foi uma das mais notáveis personagens revolucionárias da África Subsaariana contemporânea. Nasceu em 1924 em Bafatá – Guiné-Bissau, viveu a infância e a adolescência em Cabo Verde. Em 1945 ingressou no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, onde participou dos movimentos da juventude progressista e do trabalho de conscientização dos estudantes africanos. Como Agostinho Neto, teve presença ativa na CEI e foi co-fundador do Centro de Estudos Africanos. Em 1952, já formado engenheiro agrônomo, Amílcar retornou à Guiné-Bissau. Em 1956 fundou o Partido Africano da Independência (PAI), que mais tarde adotaria o nome PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, do qual passou a ser o secretário-geral. Desde a metade dos anos 50 até pouco antes de seu assassinato em janeiro de 1973, participou de diversas

distinção de ser o último dos líderes fundadores dos movimentos de libertação na África portuguesa que trabalharam juntos durante anos na CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas. Por esse motivo, nunca houve dúvida sobre quem, em uma eventual disputa, as outras colônias portuguesas recém-independentes reconheceriam como legítimo aspirante ao governo de Luanda.

Definidos os critérios para a última fase do complexo processo de descolonização, em 31 de janeiro de 1975, conforme idealizado em Alvor, o governo de transição entrou em vigor em Angola. O colégio presidencial foi formado por Lopo do Nascimento (MPLA), José N’Dele (UNITA) e Johny Eduardo (FNLA). O general Silva Cardoso foi o escolhido para assumir a função de alto-comissário representante de Portugal. O ato da tomada de posse do governo decorreu num ambiente de “civismo e união patriótica”.⁴¹⁷

Contudo, o governo de transição transformou-se rapidamente num campo de batalhas partidárias muito virulentas. As reuniões do Conselho de Ministros decorriam num ambiente de total ausência de confiança entre os representantes da FNLA, do MPLA e da UNITA. Nem a presença dos representantes portugueses atenuava o clima de desacordo.

Mesmo tendo se comprometido a manter as posições militares que ocupavam quando assinaram o Acordo de Alvor, os três movimentos de libertação lançaram-se imediatamente numa ampla ação de recrutamento dos militares angolanos acabados de se licenciar do exército português e dos elementos dos vários tipos de forças auxiliares que estavam em vias de ser dispensados. A deliberada preocupação de reforçarem seus efetivos armados foi o prenúncio da generalização de uma confrontação armada que, diante dessa conjuntura, começava a se apresentar como inevitável.

3.8 Guerra Civil

Cada um dos movimentos de libertação procurou consolidar e expandir o controle de áreas de influência onde assegurassem uma atividade política exclusiva, expulsando os demais. Essa estratégia de ocupação de terreno começou a ser adotada logo a seguir à assinatura do cessar-fogo com as autoridades coloniais, quando a situação política era ainda

conferências internacionais que discutiam a descolonização em África, além de ter feito várias intervenções na ONU tornando pública a violência da colonização portuguesa e a luta pela independência desenvolvida não só na Guiné-Bissau, mas também em Angola e Moçambique.

⁴¹⁷ Apud. O primeiro Governo Provisório. *Revista de Angola*, n.º 322, Luanda, fevereiro de 1975.

mais incerta. Sua continuidade após a assinatura do Acordo de Alvor revelaria como a plataforma comum forjada pelos três movimentos no encontro de Mombaça era extremamente frágil. Mesmo depois de instalado o governo de transição, FNLA, MPLA e UNITA dariam prosseguimento à luta pelo poder. Na arena do debate político os “únicos representantes legítimos do povo angolano” não chegaram a um consenso. Em fevereiro, já era evidente que as estratégias de ocupação do espaço político passariam por uma prova de força militar. As armas voltariam a apontar o futuro de Angola.

Perante as trocas de acusações belicosas e a multiplicidade dos incidentes armados entre a FNLA e o MPLA, Savimbi apresentava-se como um “homem de paz”. Estratégia que tinha em vista a perspectiva das eleições previstas para outubro.

Os alinhamentos da população em relação aos distintos movimentos que disputavam o poder seguiam linhas que eram uma combinação de clivagens étnicas, raciais, culturais e de classe. Desde fins de 74, tais alinhamentos se conformaram por um padrão previsível que enrijeceu na mesma medida em que os conflitos entre os movimentos endureceram. Imaginando que o possível resultado das eleições a serem realizadas em 75 seria quase exclusivamente um reflexo do peso demográfico relativo dos diferentes segmentos populacionais, Heimer apontou que a FNLA, contando principalmente com os bakongos e com parte dos brancos, não teria obtido mais de 20% dos votos. O MPLA, tendo apoio dos ambundu assim como da maioria dos não-brancos urbanos e das sociedades tradicionais do leste, poderia ter obtido entre 35 e 40%. O grande número dos ovimbundu rurais, mais parte dos habitantes de Cabinda, das sociedades tradicionais do sul e do sudeste, e da população branca teria garantido a UNITA uma maioria relativa de 40 a 45 %.⁴¹⁸

Não por acaso a UNITA foi a única que verdadeiramente fez campanha para que se efetivasse o processo eleitoral. Na entrevista que realizamos com o general Chiwale, um dos fundadores da UNITA, atualmente em exercício do cargo de deputado na Assembleia Nacional angolana, ele foi categórico ao afirmar que a UNITA sempre esteve confiante de que ganharia as eleições porque contava com o apoio declarado da maioria da população.⁴¹⁹

No início de fevereiro, o MPLA divulgaria a orientação estratégica a seguir durante a fase do período eleitoral ativo, inaugurada desde a recente implementação do governo de transição. Fazendo um balanço do estado das forças presentes e avaliando suas possibilidades político-militares perante os adversários, o MPLA chegaria a seguinte constatação:

⁴¹⁸ HEIMER, Franz-Wilhelm. Op. cit., p.73-74.

⁴¹⁹ Entrevista concedida em 23 de outubro de 2008, em Luanda.

“Para o próximo período prevêm-se três alternativas: guerra civil, eleições e constituição duma frente pelas três organizações. A possibilidade de guerra é tanto maior quanto mais fortes formos.

Face a estas três alternativas, apresentam-se perante o MPLA duas opções possíveis: continuar a política atual ou radicalizar a sua atuação.

Porque a continuação da política atual conduziria a uma degradação ainda mais acelerada da situação, o MPLA opta pela segunda possibilidade.

Há que radicalizar nos aspectos organizacional e ideológico, sendo o primeiro o principal. O MPLA DEVE REALIZAR UMA POLÍTICA E UMA PRÁTICA QUE O DEMARQUEM NITIDAMENTE DAS OUTRAS ORGANIZAÇÕES.

São objetivos da nossa luta: a curto prazo, a tomada do poder pelo MPLA, a médio, a democracia nacional, e a longo prazo, a democracia popular.”⁴²⁰

O documento revela que o MPLA não parecia muito disposto a partilhar o espaço político angolano. Pelo contrário, a orientação divulgada através deste texto era continuar os esforços da luta política organizada até a conquista exclusiva do poder, mesmo que para atingir este fim fosse necessário enfrentar uma guerra.

A FNLA esvaziaria rapidamente sua atuação no governo de transição instigando o início da guerra civil. Lançaria, em fins de março, ataques sistemáticos as posições do MPLA em Luanda. Confiante no apoio político-militar zaireense e estadunidense que lhe permitiria manter uma esmagadora superioridade militar em relação aos demais movimentos, a expectativa de Holden Roberto era controlar o poder pela força.

Quando a via das armas passou a gerir a concorrência política, dominar Luanda tornou-se o primeiro objetivo estratégico a conquistar rumo à vitória. De início, a luta pelo domínio da capital seria travada entre o MPLA e a FNLA. A UNITA tentaria preservar a imagem de um movimento pacífico para obter votos adicionais no caso de ainda se realizarem as eleições previstas em Alvor. Por isso, apesar da sua aliança potencial à FNLA e depois de algumas escaramuças com os partidários do MPLA, os partidários de Jonas Savimbi deixariam Luanda e se concentrariam na área etno-geográfica dos Ovimbundu. Contudo, à medida que o confronto entre os outros dois movimentos se agudizava, o governo de transição perdia toda e qualquer capacidade de iniciativa. Situação que punha em dúvida a realização das eleições no prazo fixado no Acordo do Alvor.

Avaliando a conjuntura, mas também o reflexo dos séculos de colonialismo e das décadas de ditadura em que a prática eleitoral não tinha sido aplicada em Angola, portanto,

⁴²⁰ COMITÊ CENTRAL DO MPLA. Orientação política do Movimento para o momento atual. Luanda, 9 de fevereiro de 1975. Apud TALI, Jean Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Volume II: 1974-1977. Luanda: Nzila, 2001. pp. 274-277. p.274.

admitindo que o povo ainda não estaria educado para o exercício da cidadania, Agostinho Neto concluía, em maio, que haveria, de fato, muitas dificuldades para a realização das eleições. Ainda assim, na mesma declaração, ele afirmaria: “é bom que se passe pelo teste das eleições para não continuarmos a viver esta dúvida sobre qual a tendência principal do povo angolano.”⁴²¹ Por isso, ele continuava declarando seu apoio ao governo de transição empossado com o dever de trabalhar em prol da realização das eleições.

De acordo com a análise de Fernando Santos, durante a curta existência do governo de transição vigorou a ausência absoluta de uma política global coerente. Cada ministro conduzia os assuntos do seu departamento de acordo com a ideologia que animava o movimento a que pertencia. Nos ministérios mais importantes, em que além do ministro o poder era repartido por mais dois secretários de Estado, cada um representando um dos outros dois movimentos, as decisões de peso provocavam controvérsias infundáveis e as soluções terminavam sempre adiadas. A falta de eficácia executiva era acompanhada pela falta de autoridade.⁴²²

Pezarat Correia esclarece que a Comissão Nacional de Defesa, de maioria portuguesa, funcionava, mas não dispunha de instrumentos que pudessem materializar suas decisões. As forças portuguesas em Luanda encontravam-se relativamente moralizadas e com capacidade operacional, mas essa situação ameaçava deteriorar-se. Ao contrário, as forças portuguesas fora de Luanda davam mostras de desmotivação e mau enquadramento hierárquico.⁴²³ Os soldados, nada dispostos a envolver-se em confrontos armados, haviam praticamente abandonado as fronteiras angolanas. Segundo relato de Melo Antunes,

“Perante o agravamento da situação militar, o comando-chefe de Angola pedia a Lisboa substanciais reforços militares (...)

[Mas] Em Portugal estava-se em pleno ‘Verão quente’ de 1975, em que a situação política atingia um ponto de dramatismo à beira da rotura iminente. As forças políticas, concentradas na crise e nos conflitos internos, não tinham tempo, nem disponibilidade, para se virarem para a descolonização e, em especial, para Angola.”⁴²⁴

A ala marxista-leninista do MFA, associada ao coronel Vasco Gonçalves e próxima do PCP, estabeleceu formidáveis bases de poder durante os meses seguintes a julho de 1974. A

⁴²¹ NETO, Agostinho. Entrevista concedida ao jornalista Artur Queiroz, publicada no *Diário de Notícias*, jornal de Lisboa, em 10 de maio de 1975. In: PACAVIRA, Manuel Pedro. Op. cit., pp.191-197. p.197.

⁴²² SANTOS, F. Angola na hora dramática da descolonização. Lisboa: Prelo, 1975. p.93-94.

⁴²³ CORREIA, Pedro Pezarat. Descolonização de Angola – a jóia da Coroa do Império Português. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991. p.139.

⁴²⁴ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. Melo Antunes. *O sonhador Pragmático*. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro. Coimbra: Notícias Editorial, 2004. p.144.

crise viria em 11 de março de 1975 com a tentativa de golpe orquestrada por Spínola e seus seguidores. No dia seguinte, o Conselho da Revolução instalou-se como suprema autoridade de Estado. Medida adotada para institucionalizar o poder do MFA. Antes do final de 1975, a luta entre socialistas e comunistas e entre os partidos políticos e o MFA dividiria de tal modo o país e seus líderes que deixaria Portugal à beira de uma guerra civil.⁴²⁵ Então, quando o processo de descolonização de Angola começou a rumar para o descontrole total, os portugueses estavam tão absorvidos por seus próprios problemas que não puderam cumprir com as obrigações que tinham assumido no Acordo de Alvor.⁴²⁶

Até janeiro de 1975, as velozes mudanças na situação dos territórios portugueses na África contribuíram para a impressionante guinada para a esquerda em Portugal. Os acontecimentos na Europa e na África coincidiram de um modo que favoreceu as forças radicais em cada região. Depois de março de 1975 essas circunstâncias reverteram-se drasticamente. Um dos principais fatores para a implementação do Acordo de Alvor sobre a independência angolana foi a suposta capacidade do MFA de controlar a situação até que a transferência de poder pudesse ser concluída. Os problemas intrínsecos em Angola já eram suficientemente espinhosos para tumultuar a implementação prática das orientações definidas em Alvor. Mas a incapacidade do MFA de cumprir sua parte no acordo também contribuiu para o colapso total do processo de descolonização. Impotente, o governo português aprovou o princípio da “neutralidade ativa”, ou seja, o não envolvimento das forças armadas, como atitude a manter perante o conflito angolano.

De 16 a 21 de Junho, realizou-se a Cimeira de Nakuru, no Quênia. Que, de acordo com as declarações de Melo Antunes,

“foi mais um nado-morto, isto é, essa cimeira foi em grande parte sugerida ou provocada por nós [representantes do MFA em Angola] numa tentativa de ver se os três movimentos eram capazes de chegar a acordo. Era, no fundo, um Alvor II, no sentido de ver o que tinha corrido mal... Não tanto em Alvor, porque os Acordos nem sequer eram postos em causa, mas na aplicação dos mesmos no terreno, mas percebeu-se perfeitamente, tanto pela maneira como decorreu como pelos resultados, que não ia conduzir a nada. Imediatamente, no dia seguinte, recomeçaram as confrontações em Luanda, portanto, havia já uma luta declarada pelo poder por parte de cada um dos movimentos, ou seja, ao fim e ao cabo, nenhum estava em condições de cumprir os Acordos do Alvor tal como tinham sido concebidos e assinados.”⁴²⁷

⁴²⁵ MAXWELL, K. Op. cit., p.158.

⁴²⁶ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Melo Antunes. O sonhador Pragmático*. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro. Coimbra: Notícias Editorial, 2004. p.166.

⁴²⁷ Idem, p.221-222.

Em meados de 1975 o governo de transição de Angola já não existia. Os membros nomeados pela FNLA e pela UNITA o tinham abandonado. A Comissão Nacional de Defesa já não se reunia. As forças militares mistas nunca se constituíram, em face do total desinteresse que lhes votaram os movimentos de libertação. A estrutura econômica paralizara-se. Os grandes princípios e objetivos do Acordo de Alvor estavam votados ao desprezo absoluto.

Em princípios de julho estava consumada uma espécie de “balcanização” de Angola, resultado da guerra civil. O MPLA dominava Luanda e a zona do entorno da capital, de onde tinha acabado de expulsar a FNLA. Também controlava Cabinda, a faixa Luanda-Malange, as Lundas e o Moxico. A FNLA era senhora nos distritos do Zaire e do Uíge. A UNITA reinava no planalto central.⁴²⁸

O confronto militar entre a FNLA e o MPLA contribuiu para criar uma situação em que uma solução política era menos viável do que nunca. No contexto da Guerra Fria, o confronto entre os dois movimentos assumiria o caráter de uma “guerra por atores interpostos” onde a FNLA desempenhava o papel do “campeão do anticomunismo”, de um baluarte contra a expansão soviética, enquanto o MPLA simbolizava a luta contra o imperialismo capitalista. A polarização política e militar assim alcançada acarretou o colapso do governo de transição e de sua tentativa de proporcionar uma coesão político-administrativa do país.

A internacionalização do problema angolano ultrapassaria o terreno diplomático para tornar-se uma questão eminentemente militar. Em 18 de julho os EUA decidiram aumentar o apoio às forças anti-MPLA. Secretamente enviaram uma ajuda de 14 milhões de dólares a ser paga em duas parcelas à FNLA e à UNITA (quantia que foi elevada para 25 milhões em agosto e 32 milhões em novembro). Uma semana antes, em 14 de julho, o MPLA tinha expulsado o seu principal rival de Luanda. Em meados de agosto duas companhias pára-quedistas zaienses entraram no combate apoiando a FNLA e as tropas sul-africanas iniciaram operações no sul de Angola com o objetivo de liquidar as forças do MPLA. Três navios mercantes cubanos partiram de Cuba rumo a Angola no início de setembro depois de apelos urgentes do MPLA que temia uma invasão sul-africana em grande escala, agravada pela ajuda estadunidense, via Zaire, à FNLA e à UNITA. Os soviéticos haviam abandonado a idéia de uma coalizão em março, chamavam a FNLA e a UNITA de “dissidentes” e classificavam a guerra em Angola não como uma guerra civil, mas como uma “guerra de intervenção”.

⁴²⁸ CORREIA, Pedro Pizarat. *Angola – do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996. p.35.

Infelizmente para Angola, tratava-se tanto de uma guerra civil como de uma guerra na qual a intervenção externa ocorria em grande escala. A guerra civil angolana situou-se, de uma vez por todas, na linha do conflito Leste-Oeste, isto é, da Guerra Fria.

Além de importante peça no contexto da Guerra Fria, Angola transformou-se também num bastião do confronto regional com a África do Sul. País que não tinha qualquer motivo para se alegrar com a instalação de regimes revolucionários negros nas suas fronteiras, isto é, em Moçambique e também em Angola porque nessa altura a atual Namíbia (independente em 1990) ainda era um protetorado sul-africano conhecido como Sudoeste Africano. O exército sul-africano invadiria Angola ainda em 1975, apoiando as forças da UNITA e da FNLA, fazendo coro na campanha de “luta contra o comunismo e defesa do Ocidente na África Austral.”

Em 22 de agosto Portugal formalizaria a suspensão parcial dos Acordos do Alvor.⁴²⁹ Parcial porque a data prevista para o reconhecimento da independência de Angola não foi alterada. O principal objetivo deste decreto era regular legalmente a saída dos ministros portugueses do governo de transição, que já não funcionava de fato, pois, dos representantes dos três movimentos de libertação, apenas os ministros e secretários de governo nomeados pelo MPLA continuavam trabalhando.⁴³⁰

Esse empenho em manter uma efetiva atuação política no governo de transição feito pelo MPLA contribuiria para reforçar o respeito e apoio que a maioria dos elementos da Comissão Coordenadora do MFA em Angola lhe rendiam. Tal apoio refletia não só a proximidade das orientações político-ideológicas adotadas por estes dois movimentos, mas também o reconhecimento, por parte dos portugueses diretamente envolvidos na tentativa de organizar o desfecho da colonização, de que a FNLA e a UNITA tinham pouca consistência política e, de fato, não tinham colaborado sequer minimamente para colocar em prática as resoluções de Alvor.⁴³¹

A evolução do processo de descolonização não teve o desenvolvimento esperado, sobretudo quanto à defesa intransigente da ordem pública. Os distúrbios registrados em Luanda e a agitação que mais ou menos se sentia em todo o território contribuíram para que se criasse um ambiente desfavorável à presença dos europeus em Angola. Quando os sacrifícios

⁴²⁹ Suspensão do Acordo de Alvor. Decreto-Lei n.º458-A/75. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descolonizacao04>.

⁴³⁰ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Melo Antunes. O sonhador Pragmático*. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro. Coimbra: Notícias Editorial, 2004. p.147.

⁴³¹ Idem, p.221.

exigidos começaram a ultrapassar os limites mínimos das garantias das condições de segurança, os cidadãos comuns preferiram escusar-se de destinos heróicos ou mártires. Os confrontos generalizados entre o MPLA e a FNLA na capital angolana geraram pânico na população. O resultado imediato foi o início do êxodo em massa para o exterior.

Em agosto começaria a funcionar oficialmente e em caráter emergencial, a ponte aérea Luanda-Lisboa para agilizar a saída dos portugueses de Angola. A Varig também aumentou a frequência de seus vôos para Luanda e acabou com a primeira classe para comprimir mais passageiros dentro de seus aviões. Nesse período o Consulado do Brasil em Angola atingiu o auge das suas atividades. Foram concedidos cinco mil vistos permanentes num só mês.⁴³²

Quando os brancos começaram a partir, levaram consigo quase tudo o que permitia o funcionamento do sistema de governo, da economia e da administração pública mergulhando a situação já confusa num caos. A título de exemplo podemos destacar que os bombeiros, lixeiros, carteiros, porteiros e tantos outros funcionários administrativos ou técnicos foram embora. “Não havia médicos e nem um único hospital ou farmácia aberto”.⁴³³

Além do desaparecimento generalizado dos prestadores de serviços que contribuiu para desorientar ainda mais a vida em Angola, a fuga em massa dos colonos produziu um outro fenômeno raro: a multiplicação dos caixotes.



Caixotes. Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/_INocPcu24/Rp5ratOjRkI/AAAAAAAAAYU/E2dbZum2Rf0/s400/caixotes.jpg

⁴³² MELO, Ovídio de Andrade. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. *Comunicação & Política*, v. VII, n.2, maio/ago. 2000. pp.75 -133. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2000-2%20075-133%20ovidio%20de%20andrade%20melo.pdf> p.111.

⁴³³ KAPUSCINSKI, Ryszard. *Mais um dia de vida. Angola – 1975*. Porto: Campo das Letras, 1997. p. 26.

Para entender o que significou para Angola a partida dos ex-colonos, vale acompanharmos a descrição de Kapuscinski – jornalista polaco que morou no hotel Tivoli, em Luanda, entre setembro e novembro de 1975, para “cobrir” o desfecho do processo de descolonização – sobre o impressionante fenômeno dos caixotes:

“Toda a gente se afadigava para construir caixotes. Mandaram vir montanhas de tábuas e de contraplacado. O preço dos martelos e dos pregos subiu vertiginosamente. Os caixotes eram o principal tópico de conversa – como os construir, qual o melhor material para os tornar mais resistentes. Apareceram subitamente especialistas autoproclamados, especialistas em caixotes (...) Dentro da Luanda de cimento armado e tijolos, erguia-se uma nova cidade de madeira. As ruas por onde eu andava pareciam-se com uma enorme carpintaria. (...) alguns caixotes eram tão grandes como casas de férias, porque se tinha estabelecido, de um momento para o outro, uma escalada social de caixotes. Quanto mais ricas eram as pessoas, tanto maiores eram os caixotes que faziam. Os caixotes dos milionários eram impressionantes: com vigas e forrados a lona, tinham paredes sólidas e elegantes construídas com as madeiras tropicais mais caras, com os nós e os veios polidos como se fossem antiguidades. Dentro desses caixotes metiam-se salões e quartos inteiros, sofás, mesas, guarda-fatos, cozinhas e frigoríficos, cômodas e cadeirões, quadros, carpetes, candelabros, porcelana, roupa de cama e de mesa, peças de vestuário, tapeçarias e vasos, até mesmo flores artificiais (vi-as com os meus próprios olhos), todo o entulho monstruoso e interminável que atulha as casas da classe média. (...) tudo o que deixaremos ficar será o chão vazio, as paredes nuas, despidas. O *striptease* da casa vai até ao fim, até às argolas dos cortinados – e só resta fechar a porta à chave e fazer paragem na avenida a caminho do aeroporto para atirar as chaves para o oceano”.

(...)

“Os caixotes dos pobres são inferiores a vários títulos. São mais pequenos, muitas vezes diminutos e não têm bom aspecto. (...) Muitos dos caixotes são feitos de chapa batida, de lata de azeite, tabuletas velhas e placas enferrujadas; parecem-se com os bairros de lata em ruínas da zona dos africanos”.⁴³⁴

Ou seja, pobres ou ricos, os portugueses levaram tudo o que puderam e, quando foi possível, destruíram tudo o que não puderam levar. Os pertences encaixotados dominariam a paisagem luandense até deixarem o porto rumo aos destinos de seus donos em outras margens do Atlântico: África do Sul, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Venezuela e, como era de se esperar, Portugal foram os principais países que acolheram os refugiados da descolonização de Angola.⁴³⁵

Os resultados oficiais do último recenseamento dos desalojados, apurados em 31 de dezembro de 1977 e confirmados em 30 de junho de 1978, registraram a chegada em Portugal de 463 315 cidadãos vindos das ex-colônias num curto espaço de tempo, a maior parte em

⁴³⁴ Idem, p.19-20.

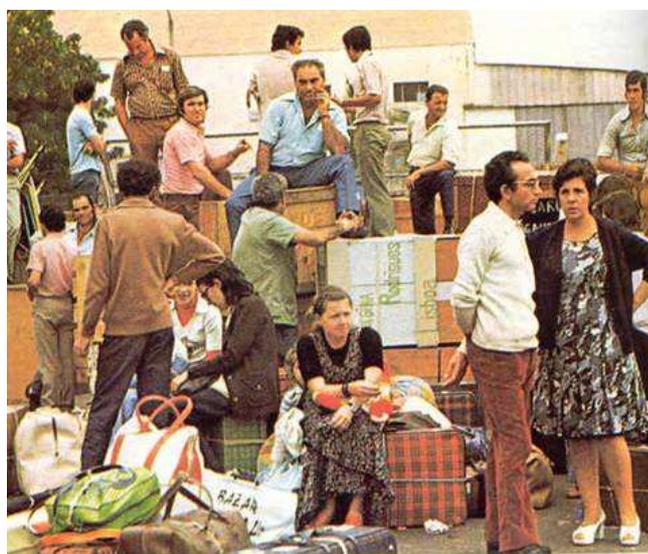
⁴³⁵ RIBEIRO, Gonçalves General. *A vertigem da descolonização: da agonia do êxodo à cidadania plena*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2002.

1975, destacando-se os meses de setembro e outubro.⁴³⁶ Dados que correspondem ao período do auge do funcionamento da ponte aérea Luanda-Lisboa que terminaria poucos dias depois do 11 de novembro, ou seja, logo após a independência. Estima-se que cerca de 61% de todos os portugueses que regressaram à metrópole com o fim da experiência colonial no continente africano vinham de Angola.⁴³⁷ Cruzando esta estimativa com os dados apurados no censo de 1977-78 chegamos ao número aproximado de 282 622 pessoas.

E quanto aos seus pertences?

De meados de 1974 a dezembro de 1975, a Administração Geral do Porto de Lisboa e a Alfândega tiveram que se desdobrar para realizar o desembarque, a armazenagem e o “desalfandegamento”, isto é, o registro da entrada de bens no país, de 514 768 metros cúbicos de bagagens e 22 774 viaturas ligeiras e pesadas, transportadas para Portugal a partir das ex-colônias, mas sobretudo de Angola, em 114 navios.⁴³⁸ Esses números parecem materializar a metáfora utilizada por Kapuscinski para descrever o que viu acontecer em Luanda: “Não sei já alguma vez se deu a deslocação de uma cidade inteira pelo oceano, mas foi exatamente isso que aconteceu.”⁴³⁹

Quando caixotes e pessoas chegaram a Lisboa...



Chegada de retornados a Lisboa. Disponível em:
<http://www.esfcastro.pt:8079/users/franciscosilva/Retornados.jpg>

⁴³⁶ Idem, p.420.

⁴³⁷ CORREIA, Pezarat. Op. cit., p.178.

⁴³⁸ RIBEIRO, Gonçalves General. Op. cit., p.405.

⁴³⁹ KAPUSCINSKI, Ryszard. Op. cit., p.22.

Num primeiro momento a chegada dos desalojados na metrópole teria um efeito tão caótico quanto sua saída de Angola tivera para a ex-colônia. Mas este tema continua sendo tão delicado para a sociedade portuguesa, e também para a historiografia em geral, que uma abordagem aprofundada levaria à elaboração de uma outra tese.

Retomemos então a atenção aos últimos momentos da colonização portuguesa em Angola.

3.9 O desfecho de cinco séculos de colonização

Tendo exercido um papel de destaque na organização da última fase do processo de descolonização de Angola, Melo Antunes admitia que “a pouco mais de um mês da data prevista para a independência, nada mais de relevante se podia fazer e, portanto, embora acompanhasse a situação, já não empreendi qualquer ação política significativa e importante.”⁴⁴⁰

Nas vésperas do 11 de novembro, a preocupação do conjunto de forças em oposição era, obviamente, o controle da cidade de Luanda, para aí, na capital, declararem a independência de Angola. O significado político dessa declaração feita pelo agrupamento de forças que dominasse a capital do novo Estado, na qual o representante do governo português anunciaria a transferência do poder, justificava o esforço militar pela sua posse, evidente nas operações em curso.

O MPLA parecia estar em vantagem, uma vez que já se encontrava estabelecido em Luanda e era o movimento mais bem visto pela maioria dos membros do MFA responsáveis pela conclusão da descolonização. Mas, na verdade, sua posição era, talvez, a mais frágil porque seria alvo de duas frentes ofensivas simultâneas. A FNLA desceria pelo norte com suas forças multiplicadas por soldados zairenses e armamentos pesados financiados pelos EUA. A UNITA, aproveitando-se do interesse da África do Sul em manter suas fronteiras livres da “ameaça comunista” acompanharia o exército do país vizinho em operações que dizimaram as forças do MPLA em toda a região sul de Angola. Tais operações atingiriam inclusive territórios muito próximos aos limites da cidade de Luanda.

Sozinho o MPLA não teria forças para conter o avanço dessas duas frentes inimigas.

⁴⁴⁰ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Melo Antunes. O sonhador Pragmático*. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro. Coimbra: Notícias Editorial, 2004. p.266.

Se o Acordo de Alvor não fosse “letra morta”, Portugal deveria ter ajudado a proteger as fronteiras das invasões estrangeiras. Mas, o grosso das tropas portuguesas já tinha partido e os soldados que restavam não tinham ânimo para se envolver na guerra alheia. Melo Antunes confessa:

“nós conhecíamos muito bem o que se estava a passar, a desenrolar; a tentativa da FNLA, juntamente com o Zaire, de chegar a Luanda pelo Norte e a tentativa de incursão da África do Sul, do Exército sul-africano (já nessa altura feito com a UNITA), para chegar a Luanda pelo Sul e impedir a posse do MPLA, a única força que aparecia, digamos assim, com um caráter nacionalista, capaz, apesar de tudo, de dar um mínimo de coesão ao todo nacional. Bem, mas, como eu disse, a minha posição era que já não havia nada a fazer, já não tínhamos nada a ver com o caso. Era um jogo que nos ultrapassava completamente.”⁴⁴¹

Nessa altura o Exército português em Angola não passava de um observador impotente. A intervenção cubana foi decisiva para que o MPLA garantisse o controle da capital e pudesse declarar a vitória final contra o colonialismo.

O último representante do governo português, comandante Leonel Cardoso, partiu discretamente com seus subordinados na véspera do famoso 11 de novembro. Na data agendada desde Alvor, Agostinho Neto proclamou a independência, em Luanda, e fundou a República Popular de Angola. No mesmo dia a FNLA e a UNITA declararam em conjunto, no Huambo, a criação da República Democrática de Angola, constituindo-se dois governos paralelos. Ao transferir o poder e a soberania para o povo de Angola, Portugal não reconheceu nenhum dos governos. De qualquer modo, cessava a soberania portuguesa e nascia um novo Estado independente.

A “República Democrática de Angola” teria vida efêmera. Desapareceria sem nunca ter o reconhecimento de nenhum país. A extrema fragilidade da aliança UNITA-FNLA terminaria em violentos combates deflagrados pouco depois do 11 de novembro, no Huambo, dos quais resultou a expulsão da FNLA de toda a região, pela UNITA. Enquanto isso, o governo liderado pelo MPLA foi imediatamente reconhecido por um significativo número de países.⁴⁴² Número progressiva e rapidamente ampliado em todos os continentes.

⁴⁴¹ Idem, p.280.

⁴⁴² O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e o governo do MPLA, ato que, apesar das críticas dos setores mais conservadores da opinião pública brasileira, definiria o futuro das boas relações do país não só com Angola, mas com a África Negra em geral e outros países do então chamado Terceiro Mundo. Cf. SARAIVA, José Flávio Sombra. Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.249.

Entretanto, a consagração da vitória do MPLA não significou a consolidação da paz, mas sim a oficialização de uma guerra civil iniciada ainda durante a luta de libertação, muito antes de Angola constituir “um só povo e uma só nação”.

3.10 “A voz do colonialismo moribundo”⁴⁴³

Mesmo depois de oficializada a condição de Angola como Estado-nação independente e soberano, o conturbado processo de descolonização continuou sendo tema de debate das esferas políticas portuguesas. Tanto mais porque Portugal só reconheceria o governo angolano, dirigido pelo MPLA, em 23 de fevereiro de 1976. Alguns deputados da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em abril de 1975, não se furtaram à oportunidade de tecer comentários, que ficariam registrados para a história nos diários oficiais, sobre o término do colonialismo português em África.

De modo geral, os deputados da bancada do PCP louvavam a independência de Angola e apelavam para que o Estado português reconhecesse imediatamente o governo desse “país-irmão”.⁴⁴⁴ Em contrapartida, a intervenção do deputado Galvão de Melo destaca-se entre todas as outras como a mais inconformada com “a nova paz africana que hoje pôs fim à presença de Portugal na vasta África ainda tão desconhecida”.⁴⁴⁵

No dia seguinte à independência de Angola, Galvão de Melo desabafou sua indignação em plenário afirmando:

“(…) Sou pela democracia, sem dúvida estou com os povos africanos de Angola, de Moçambique e todos os demais, no seu veemente desejo de autodeterminação: de independência.

Mas não posso estar de acordo com as “independências” que se processaram a ritmo alucinante (...)

E não posso estar de acordo, porque em nenhuma das anunciadas “independências” se teve em conta qualquer elementar princípio de dignidade humana, de diálogo democrático.

Alguém perguntou ao povo, aos diferentes povos interessados, qual a sua opinião e, afinal, decisão? Não. Não se perguntou aos portugueses colonizadores se

⁴⁴³ Com esta expressão o deputado Otávio Pato, do PCP, classificou a intervenção do deputado Galvão de Melo, do conservador CDS, acerca da descolonização portuguesa. Cf. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 80, 13 de novembro de 1975, p.2657.

⁴⁴⁴ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 79, 12 de novembro de 1975. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>.

⁴⁴⁵ Idem, p.2620.

a maioria deles era pela descolonização; e não se perguntou aos africanos colonizados se a maioria era pela descolonização. Não se perguntou a uns e a outros como e em que sentido desejavam ver processar-se a descolonização.

O que se passou foi que uma minoria, composta de revolucionários da primeira hora e ‘revolucionários’ que cautelosamente têm aderido ao longo de mais de um ano, decidiu, e decidiu sozinha, como se a herança de todo um povo fosse sua prioridade, impor um processo e sentido de descolonização. Descolonização, dizem eles. Abandono, entrega e venda, digo eu: dizem-no muitos portugueses.”⁴⁴⁶

Para este português que representava tantos outros, ou pelo menos aqueles que o elegeram, a descolonização foi “tão-somente consequência de traição e derrota”. Nestas amargas palavras podemos notar o ranço do *ultracolonialismo*⁴⁴⁷, a cultura política⁴⁴⁸ que orientou o comportamento, as percepções, lógicas cognitivas, vivências e sensibilidades de atores individuais, como Galvão de Melo, e coletivos, como os “muitos portugueses” que ele evoca.

De fato, sabemos que as *mentalidades* têm um ciclo histórico de longa duração. Por isso, nos arriscamos mesmo a afirmar que a idéia do portentoso império ultramarino português continua fazendo parte do imaginário dessa nação que mantém a caravela como um de seus maiores símbolos.

Porém, hoje o antigo cenário de “interdependência de terrenos culturais onde colonizador e colonizado coexistiram e combateram um ao outro por meio de projeções, assim como de geografias, narrativas e histórias rivais”⁴⁴⁹ cedeu lugar à busca pela convivência cordial de sociedades distintas, mas que não podem negar sua história compartilhada.

⁴⁴⁶ Idem, p.2621.

⁴⁴⁷ ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁴⁴⁸ Entendendo o conceito de cultura política, como afirmado anteriormente, enquanto um sistema de representações complexo e heterogêneo capaz de possibilitar a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Cf. GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R., BICALHO, Maria Fernanda B. E GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 30-31.

⁴⁴⁹ SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.22.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que balanço fazer da história compartilhada por angolanos e portugueses nos últimos 25 anos de relação colonial?

Memmi afirmava que “a colonização contemporânea trazia em si mesma sua própria contradição, que cedo ou tarde deveria fazê-la morrer”.⁴⁵⁰ Partindo deste princípio, tentamos demonstrar ao longo deste trabalho como a política colonialista portuguesa alimentou seu contrário dialético, isto é, os movimentos de libertação.

No início da dissertação vimos que, embora pudessem discordar quanto aos métodos, os portugueses de diferentes correntes políticas – monárquicos, republicanos, liberais, conservadores, democratas e até comunistas, uma vez que o PCP só passaria a reconhecer o direito à independência dos povos colonizados a partir de 1957, não questionavam a legitimidade do domínio europeu sobre o continente africano. Sinal de que o colonialismo contemporâneo, ou seja, a política imperialista européia adotada a partir da partilha da África e da Ásia e que se estendeu pelo século XX com o “nobre propósito” de difundir a “civilização”, o “progresso” e, também a “fé cristã”, sendo esta última particularmente valorizada pelos portugueses, mantinha um caráter positivo no campo do imaginário ou da cultura política portuguesa.

Por outro lado, nos anos 50 começaram a ganhar corpo as pressões internacionais pelo fim das áreas coloniais, e teve início o processo gradativo de descolonização das possessões européias em território africano. Processo impulsionado pelo despontar dos movimentos nacionalistas reivindicando independência. Portugal adotou então a estratégia de “integrar” os territórios coloniais no espaço nacional. A partir de 1951 as colônias passaram a ser consideradas “províncias ultramarinas”. Não havia nada a descolonizar porque não havia colônias.

Embora o discurso oficial negasse a existência das colônias, a relação entre colonizados e colonizadores, em que a auto-valorização do dominador dependia da inferiorização do dominado⁴⁵¹, continuava em pleno vigor nos territórios africanos sob

⁴⁵⁰ MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.122.

⁴⁵¹ Idem.

domínio português. Situação que seria, inclusive, institucionalizada através da elaboração do *Estatuto do Indigenato*.

Acompanhando a onda de independências no continente africano, mesmo sem espaço de participação política, dado que viviam sob os rigores da ditadura portuguesa, os angolanos começariam a contestar a presença colonial e a reivindicar a independência. Ao negar qualquer possibilidade de diálogo, Portugal incitou o início da guerra.

Depois da catarse inicial de violência, algumas medidas como a abolição do trabalho forçado, o controle da exploração ilegal da terra e de outras práticas que tinham contribuído para a degradação dos colonizados foram parte do esforço para “conquistar os corações e mentes” dos africanos e enfrentar uma comunidade internacional hostil. Nessa tentativa de reenquadramento da administração colonial decretou-se o fim do Estatuto do Indigenato. Com o fim do dito estatuto todos os habitantes do território nacional/imperial português tornaram-se “cidadãos”. Título vazio já que Portugal vivia sob uma ditadura que censurava o exercício das liberdades individuais e da cidadania.

Em sua luta contra o colonialismo os movimentos nacionalistas angolanos não estavam interessados em ter reconhecida uma pseudocidadania outorgada pelo Estado português. Eles reivindicavam o direito de exercer novas cidadanias nas novas nações que pretendiam construir em seus territórios de origem. Lutavam para escapar das formas opressivas de fazer parte, para exercerem o direito de escolha entre os tipos de redes, afiliações e laços sentimentais aos quais pertenceriam.

Mais do que contabilizar as baixas do conflito armado ou identificar o poder de fogo das frentes em combate, nos preocupamos em observar as “palavras de ordem” que orientaram tanto as ações dos guerrilheiros angolanos quanto as táticas antiguerrilha dos portugueses. As forças armadas foram buscar inspiração em cartilhas inglesas e francesas antes do vergonhoso fracasso dessa maneira de conduzir a guerra colonial explícito no caso da Argélia.

As lideranças dos movimentos de libertação construíram seus argumentos de ação contra o colonialismo mesclando fundamentos da “tradição africana” – recuperada e/ou inventada segundo as necessidades do momento vivido e do porvir que almejavam construir em Angola – com as modernas idéias ocidentais globalizadas. Sem abandonar os instrumentos culturais positivos assimilados a partir da experiência colonial, eles se voltaram para a África, valorizando suas raízes para justificar a luta pela independência e estruturar uma nova identidade angolana.

A guerra se estenderia por longos 13 anos, até que as forças armadas portuguesas perceberam que havia passado da hora de bater em retirada e dar lugar à tão reivindicada solução política para o problema colonial. Para enterrar o império, já em estado de avançada putrefação, era preciso dar fim ao moribundo Estado Novo. A Revolução dos Cravos traria a coroa de flores para este duplo funeral, feita de cravos vermelhos.

Mas descolonizar Angola não seria tarefa fácil. A última jóia da coroa do império dividia as opiniões portuguesas. Houve quem não quisesse conceder imediatamente a independência e fosse se agarrar à velha idéia de integração para promoção de sociedades multirraciais harmônicas que servisse de exemplo para o resto do mundo. Os movimentos de libertação que fizeram a luta armada mantiveram-se irredutíveis: eram eles os legítimos representantes do povo angolano com quem os portugueses deveriam acertar os detalhes da retirada. Assim foi feito.

E o quase meio milhão de brancos que viviam em Angola? E os outros angolanos, na verdade a grande maioria da população, que não participou da guerra? Eles que se enquadrassem. A ênfase dada aos movimentos nacionalistas que se envolveram diretamente na luta armada custou uma sub-valorização das diversas comunidades de sentidos que formavam a rica estrutura do mundo social angolano.

Para os antigos colonos o êxodo foi uma opção.

O resto do povo que “ainda não estava apto para participar ativamente numa discussão política mais ampla e decidir, através do voto, o futuro de Angola” sofreria por décadas os efeitos de uma guerra civil pela disputa do poder.

As primeiras eleições angolanas seriam realizadas em 1992. Seu resultado, ao invés de encerrar os conflitos teve efeito diametralmente oposto. A paz chegou há pouco, em 2002. E o respeito ao direito do exercício do voto também. Em 2008 os angolanos depositaram nas urnas sua esperança para os dias vindouros. O MPLA se manteve no poder. Confirmando a análise dos anos 70 que o considerava o movimento de libertação mais bem preparado e articulado para assumir os desafios políticos numa Angola independente? Bem, agora os desafios são outros, mas essa será uma outra história.

Enfim, a solução encontrada para o problema colonial foi “exemplar”, “a possível”, uma “traição” ou uma “conquista”? As interpretações são tão múltiplas quanto variadas foram (e continuam sendo) as propostas para resolver o difícil quebra-cabeça angolano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES ESCRITAS:

- **Arquivo Histórico Nacional – Luanda**

Revista de Angola (Luanda) – periódico

- **Assembleia da República – Direção de Serviços de Documentação e Informação - Arquivo on-line “Debates Parlamentares”**

Catálogo Estado Novo (1935-1974) – Diários das Sessões da Assembleia Nacional

Catálogo 3.^a República – Diários da Assembleia Constituinte (2 de Junho de 1975 – 2 de Abril de 1976)

- **Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra**

Espólio ANTÓNIO BELO (A25A) – documentação oferecida à Associação 25 de Abril pelo doutor António José da Cruz Belo que foi secretário do CCPA (Conselho Coordenador do Programa – do MFA – em Angola).

Fundo Geral – Recortes de imprensa – RI/Retorno de Nacionais

- **Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo**

Núcleo PIDE/DGS:

FNLA – Serviços Centrais – Proc.882/61 S.R., NT 3079

UNITA – Proc.6573 CI-(2), vol.I, NT 7444

UNITA – Proc.6573 CI-(2), vol.II, NT 7445

FONTES ORAIS:

- **Entrevistas realizadas pela autora:**

Samuel Chiwale – Luanda, 23 de outubro de 2008.

Lucas Ngonda – Luanda, 22 de outubro de 2008.

Ngola Kabangu – Luanda, 28 de outubro de 2008.

Isaías Samakuva – Luanda, 21 de outubro de 2008.

- **Entrevista realizada por Marcelo Bittencourt:**

Lúcio Lara – Luanda, 1 e 14 de fevereiro de 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Estela dos Santos e TEIXEIRA, José Carlos Abreu. Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso. Niterói: EdUFF, 2007.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMORIM, Fernando Pacheco de. Três caminhos da Política Ultramarina. Coimbra: Edição do autor, 1962.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. Portugal e o fim do ultracolonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, Mário Pinto de. Origens do Nacionalismo Africano. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

_____. Uma entrevista. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

ANTUNES, José Freire. Guerra de África (1961-1974). S/L.: Círculo do Livro, 1995.

_____. Kennedy e Salazar: o leão e a raposa. Lisboa: Difusão Cultural, 1991.

_____. Nixon e Caetano: Promessas e Abandono. Lisboa: Difusão Cultural, 1992.

_____. O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.

BARBER, Helder e JAIME, Drumond. Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976). S./l.: Edição dos autores, 1999.

BARNETT, Don e HARVEY, Roy. The Revolution in Angola: MPLA, Life, Histories and Documents. New York: The Bobbs-Merrill Company, 1972.

BATISTA, António Alçada. Conversas com Marcello Caetano. Lisboa: Moraes Editores, 1973.

BENDER, Gerald J. Angola: mito y realidad de su colonización. México: Siglo XXI, 1980

BETHENCOURT, F. e CHAUDHRURI, K. História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998), vol.5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.

BERNESTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.349-363.

BITTENCOURT, M. A criação do MPLA. Estudos Afro-Asiáticos n.º32, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, dezembro de 1997. p.185-208.

_____. Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana. Lisboa: Veja, 1999.

_____. Estamos Juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). 2v. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002.

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAETANO, Marcello. Minhas memórias de Salazar. Rio de Janeiro: Record, 1977.

CANN, John P. Contra-insurreição em África, 1961-1974: o modo português de fazer a guerra. São Pedro do Estoril: Edições Atena, 1998.

CARREIRA, Iko. O pensamento estratégico de Agostinho Neto. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

CARVALHO, Nogueira e. Era tempo de morrer em África. Angola: Guerra e Descolonização (1961-1975). Lisboa: Prefácio, 2004.

CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CEDETIM. Angola: la lutte continue. Paris: CEDETIM (Centre d'études anti-imperialistes)/François Maspero, 1977.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. Melo Antunes. O sonhador Pragmático. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro. Coimbra: Notícias Editorial, 2004.

CÉSAR, Amândio. Angola 1961. Lisboa: Verbo, 1961.

CHALIAND, Gerárd. Problemas do Nacionalismo Angolano. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.º 8, p. 77-97, fevereiro de 1966.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia e VECCHIA, Rejane. (orgs.) A kinda e a misanga:encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nzila, 2007.

CHIWALE, Samuel. Cruzei-me com a história. Lisboa: Sextante, 2008.

CLARENCE-SMITH, G. O III Império Português (1825-1975). Lisboa: Teorema, 1985.

Colonialismo e Lutas de Libertação: 7 cadernos da Guerra Colonial. S./l.: Arquivo I e Afrontamento, 1974.

COOPER, Frederick. *Descolonization and African Society: The labor question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COOPER, F.; HOLT, T. C. e SCOTT, R. J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola – a jóia da Coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.

COSME, Leonel. *Agostinho Neto e o seu tempo*. Porto: Campo das Letras, 2004.

CUNHA, J. M. da Silva. *O sistema português de política indígena: princípios gerais*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

CUNHAL, Álvaro. *Rumo à vitória: as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Porto: Edições A Opinião, 1974.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato – Angola – A legalização da discriminação na Colonização Portuguesa*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

DÁSKALOS, S. *Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000.

DAVEZIES, Robert. *Les Angolais*. Paris: Éditions de Minuit, 1965.

DELGADO, Iva; FARIA, Telmo e PACHECO, Carlos (coords.). *Humberto Delgado: as eleições de 58*. Lisboa: Vega, 1998.

Dossier Humberto Delgado: o crime premeditado. Lisboa: Editorial Avante!, 1979.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África. (1961-74) 1.º Volume – Enquadramento Geral*. Lisboa, 1988.

_____. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África. (1961-74) 6.º Volume – Aspectos da Actividade Operacional. Tomo I. Angola - Livro 1*. Lisboa, 1998.

FANON, Frantz. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

_____. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Porto: Paisagem, 1975.

FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban. Vol.II*. Lisboa: Seara Nova, 1976.

FERREIRA, Serafim e MOTA, Arsênio (orgs.) *Para um dossier da “Oposição Democrática”*. Póvoa de Varzim: Edição dos organizadores, 1969.

FREUDENTHAL, Aida. *A Baixa de Cassanje: algodão e revolta*. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 18-22, 1995-1999, p. 245-283.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1953.

_____. O luso e o trópico. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

_____. Um brasileiro em terras portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

GALVÃO, Henrique. O assalto ao Santa Maria. Lisboa: Edições Delfos, 1974.

HENDERSON, Lawrence W. Angola five centuries of conflict. London: Cornell University Press, 1979.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Nações e nacionalismo desde 1780. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ILIFFE, John. Os africanos: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

JORGE, Manuel. Para compreender Angola. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

KAPUSCINSKI, Ryszard. Mais um dia de vida. Angola – 1975. Porto: Campo das Letras, 1997.

LABAN, Michel (coord.). Viriato da Cruz: Cartas de Pequim. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2003.

LARA, Lúcio. Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações e Lúcio Lara (vol.I – até fev.1961). Luanda: Edição do autor, 1997.

LEAL, Cunha. Coisas do tempo presente. A gadanha da morte – reflexões sobre os problemas euro-africanos. Lisboa: Edição do autor, 1961.

_____. O colonialismo dos anticolonialistas. Lisboa: Edição do autor, 1961.

LÉONARD, Y. O Ultramar Português. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHRURI, K. História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998), volume V. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p.31-50.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D.A. e ZENHA, C. (orgs.). O século XX: o tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.35-64.

MACQUEEN, Norrie. A descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.

MADEIRA, João. Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta). Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

MARCUM, J. The Angolan Revolution: the anatomy of an explosion (1950-1962). Cambridge: The Massachusetts Institute of Thecnology, volume I, 1969.

_____. The Angolan Revolution: Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976). Cambridge: The Massachusetts Institute of Thecnology, volume II, 1978.

MATEUS, Dalila Cabrita. A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martins (Portugal): Editorial Inquérito, 1999.

MAXWELL, Kenneth. O império derrotado: revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELO, Manuel José Homem de. Portugal, o Ultramar e o Futuro. Lisboa: Edição do autor, 1962.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Nova legislação ultramarina: lei orgânica do ultramar (lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953, e seus trabalhos preparatórios). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

MINTER, William (org.). Operation Timber: pages from the Savimbi dossier. New Jersey: Africa World Press, 1988.

MOREIRA, Adriano. A revogação do acto colonial. In: Separata da Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos n.º 3. Lisboa, 1951.

_____. O Ocidente e o Ultramar Português. Rio de Janeiro: Pongetti, 1961.

MOREIRA, Adriano. Política Ultramarina. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 1, 4.ª ed., 1961.

_____. Saneamento Nacional. Lisboa: Torres & Abreu, LDA. Editores, 1976.

O Estatuto dos Indígenas (Decreto-Lei n.º 39.666) In: Coletânea de Textos do Direito Ultramarino. Coimbra: Livraria Almedina, 1966. p.57-76.

MPLA. Agostinho Neto. Ensaio biográfico, tomo I. Luanda: Editorial Vanguarda, 1990.

NEVES, Fernando. Negritude e Revolução em Angola. Paris: Edições ETC, 1974.

NETO, Agostinho. Ainda o meu sonho (discursos sobre a cultura nacional). Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. A Renúncia Impossível. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

_____. Sagrada Esperança. Luanda: União dos Escritores Angolanos – ENDIAMA, 1989.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. Lusotopie. Paris: Karthala, p.327-359.

NEVES, Fernando. Negritude e Revolução em Angola. Paris: Edições ETC, 1974.

NUNES, António Pires. Angola –1966-1974 – Vitória Militar no Leste. Lisboa: Tribuna da História, 2002.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.). A descolonização portuguesa: aproximação ao seu estudo. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979.

OLIVEIRA, Pedro Aires e ROSAS, Fernando (coords.). A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

PACAVIRA, Manuel Pedro. Memórias 1974/76: Angola e o Movimento Revolucionário dos Capitães de Abril em Portugal. Luanda: QB Comunicação, 2008.

PACHECO, Carlos. MPLA, um nascimento polêmico. Lisboa: Vega, 1997.

PÉLISSIER, RENÉ. La Colonie du Minotaure: nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961). Braga (Portugal): S./ed., 1978.

PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, Racismo, Descolonização. Estudos Afro-Asiáticos, n.º 2, Rio de Janeiro, maio-agosto de 1978. pp.16-29.

PIMENTA, Fernando Tavares. Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

_____. Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Edições Minerva, 2005.

_____. Angola, os brancos e a independência. Porto: Afrontamento, 2008.

PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e o Fim do Império Português. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHRURI, K. História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998), vol.5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p.65-101.

RÉMOND, René. (org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 11-34.

REIS, Maria do Céu Carmo e REIS, Fidel Carmo. O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos. In: Actas temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996. pp.697-709.

RIBEIRO, Gonçalves General. A vertigem da descolonização: da agonia do êxodo à cidadania plena. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2002.

ROCHA, Edmundo. Angola – contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano. (período 1950-1964). Testemunho e Estudo Documental, vol.1. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2002.

_____. Angola – contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano. (período 1950-1964). Testemunho e Estudo Documental, vol.2. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2002.

RODRIGUES, Deolinda. Cartas de Languidila e outros documentos. Luanda: Editorial Nzila, 2004.

ROSAS, Fernando. A política colonial no segundo pós-guerra (1950-1974). In: MATTOSO, José. (dir.) História de Portugal. Sétimo Volume: O Estado Novo (1926-1974). S./l.: Editorial Estampa. S./d. p.485-495.

SALAZAR, António de Oliveira. Discursos e notas políticas. Volume V – 1951-1958. S./l.: Coimbra Editora, 1959.

_____. Entrevistas 1960-1966. S./l.: Coimbra Editora, s./d.

SANTOS, Fernando. Angola na hora dramática da descolonização. Lisboa: Prelo, 1975.

SAID, E.W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.) Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SEBASTIÃO, Adriano. Dos campos de algodão aos dias de hoje. S./l.: s./ed., 1993.

SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economia, espaços e tomadas de consciência. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. Trinta anos da Revolução dos Cravos. In: Revista Adusp, nº 33, outubro de 2004, p.6-12. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/33/r33a01.pdf>. Acesso em: 11 setembro 2008.

SERRANO, Carlos. Angola: nasce uma nação – um estudo sobre a construção da identidade nacional. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1988.

SPÍNOLA, António de. Portugal e o Futuro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

_____. Ao serviço de Portugal. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976.

SOARES, Mário. Democratização e descolonização (dez meses no Governo Provisório). Lisboa: Dom Quixote, 1975.

_____. Portugal: que revolução?. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976.

SOREMEKUM, Fola. Angola: the road to independence. Nigéria: University of Ife Press, 1983.

TALI, Jean-Michel Mabeko. Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Vol.I: 1962-1974. Luanda: Editorial Nzila, 2001.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “O Bom Povo Português”: antropologia da nação e antropologia do império. In: L’ESTOILE, Benoit de; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (orgs.). Antropologia, Impérios e Estados Nacionais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. pp. 95-123.

TORRES, Adelino. O Império Português entre o real e o imaginário. Lisboa: Escher, 1991.

VALENTIM, Jorge. 1954/1975 Esperança – Época de Ideais da Independência e Dignidade. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

VAZ, Nuno Mira. Opiniões públicas durante as guerras de África 1961/74. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.